

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO

TALITA ALVES DE MESSIAS

A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO:
guerra, dívida e poder na bacia do rio da Prata

São Leopoldo
2021

TALITA ALVES DE MESSIAS

**A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO:
guerra, dívida e poder na bacia do rio da Prata**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramirez

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães

São Leopoldo

2021

M585d Messias, Talita Alves de.

A diplomacia do Patacão : guerra, dívida e poder na
bacia do rio da Prata / Talita Alves de Messias. – 2021.
283 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

“Orientador: Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramirez

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães.”

1. Diplomacia do Patacão. 2. Plata, Rio de la,
Bacia (Argentina e Uruguai). 3. Souza, Irineu Gomes
de. 4. Barão de Mauá. 5. História econômica. I. Título.

CDU 33(81)(091)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

TALITA ALVES DE MESSIAS

**A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO:
guerra, dívida e poder na bacia do rio da Prata**

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
História, pelo Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em 08 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Hernán Ramiro Ramírez – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães - Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Roberto Schmit – Universidad de Buenos Aires

Prof. Dr. Gabriel Passetti – Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Deise Cristina Schell – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

AGRADECIMENTOS À CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa PROSUC e PDSE, sem as quais não teria sido possível o desenvolvimento desta tese.

AGRADECIMENTOS

Por mais que a tese esteja em meu nome e seja de minha responsabilidade, ela não teria sido possível sem todo o esforço coletivo da comunidade acadêmica e mesmo dos familiares e amigos que de tantas formas contribuíram para que esse processo fosse finalizado. Devo dizer que tenho sorte por ter encontrado tanta generosidade nesse caminho que me trouxe até aqui.

Tendo sido eu bolsista desde o período escolar, devo agradecer aos meus pais que sempre me incentivaram ao estudo e me deram muito mais oportunidades do que eles mesmos tiveram, e muito mais do que eles mesmos poderiam imaginar. Aos meus pais, Cida e Luís, minha eterna gratidão e meu mais profundo e eterno amor, e às minhas irmãs Juliana e Laís com as quais sei que sempre pude e poderei contar.

Aos meus orientadores Prof. Hernán Ramírez e Prof. Carlos Gabriel Guimarães, agradeço a paciência, disponibilidade e generosidade com que aceitaram embarcar nesse projeto comigo. À saudosa Profa. Eloísa Capovilla, que participou de minha banca de qualificação e me deu valiosas contribuições desde antes de meu ingresso no doutorado, tendo sido a maior incentivadora de minha inscrição e inserção na Unisinos, agradeço imensamente. Sua presença faz muita falta.

Ao Prof. Roberto Schmit que tão bem me recebeu no *Instituto Ravignani* na *Universidad de Buenos Aires* em meu período sanduíche, agradeço pelas conversas, indicações bibliográficas e pela oportunidade de apresentar meu trabalho no Instituto, ocasião pela qual agradeço também aos professores que estiveram presentes e que fizeram valiosas contribuições.

Ao Prof. Eduardo Crespo e suas contribuições não apenas na banca de qualificação como nas diversas ocasiões em que pudemos discutir o tema desde o meu mestrado, agradeço também pela sua generosidade. Estendo ainda esses agradecimentos aos membros do grupo de pesquisa “Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul”, especialmente aos professores Alexandre Freitas e Javier Ghibaudi, pelas conversas e contribuições tanto pelo grupo de pesquisa quanto pelas disciplinas que acompanhei na UFF, pelas quais agradeço também aos demais professores e colegas.

Aos Professores Gabriel Passetti e Deise Cristina Schell que aceitaram participar de minha banca final, avaliando e contribuindo com a finalização desta etapa de pesquisa. Ao Prof. John Schulz pelas conversas, leituras de meus escritos e livros que tanto contribuíram para este trabalho.

Aos professores Jorge Álvarez e Luís Bértola que organizaram a *6th Southern Hemisphere Economic History Summer School* da *Universidad de la República* (Uruguay) e aos colegas participantes pelos valiosos comentários, sugestões, bibliografias e debates sobre meu trabalho, assim como pela atenção e cordialidade que me despenderam. Agradeço especialmente ao Prof. Jorge Álvarez por me oportunizar também a participação no *Seminario del Programa de Historia Económica y Social*, onde novamente recebi importantes aportes dos professores da instituição.

A Camilo Martínez e Mercedes Menéndez, pelas contribuições em vários âmbitos desse trânsito acadêmico pelo Uruguai, assim como aos demais colegas e amigos que fiz nesse período de doutorado sanduíche na Argentina e no Uruguai. À Profa. María Inés Moraes e ao Prof. Mario Barrera pela generosidade de despenderem seu tempo para conversarem comigo sobre meu projeto, oferecendo valiosas indicações e comentários.

Aos trabalhadores de todos os arquivos e bibliotecas nos quais pesquisei, em especial aos trabalhadores da Biblioteca Nacional do Brasil (sessão de manuscritos), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro; do Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto, Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional Mariano Moreno, Biblioteca del Congreso de la Nación e do Instituto Ravignani, em Buenos Aires; assim como do Archivo General de la Nación e Museo Histórico Nacional em Montevideu. Sempre fui muito bem recebida nesses locais que foram fundamentais para os resultados desta pesquisa.

Aos professores e colegas do PPGH Unisinos, assim como à coordenação do Programa e às secretárias da Escola de Humanidades, por todo o suporte que me deram ao longo do meu período de Doutorado. Agradeço especialmente às minhas amigas e colegas da instituição por todo carinho, apoio e convivência ao longo dessa caminhada pela Unisinos: Andressa Flores e Cyanna Missaglia, pelas doses de amor e carinho diários; Juliana Camilo e Mariana Schossler, amigas e companheiras em meu período no exterior; Lidiane Friderichs por todo apoio e

parceria e Anna Paula Bonenberg pelo carinho e pelas valiosas informações, muito obrigada! À psicóloga Denise Vieira do Núcleo de Atenção aos Estudantes da UNISINOS e à psicóloga Géssica da Rosa por me ajudarem a passar por todas as crises existenciais desse período de obscurantismo em meio à pandemia e tese. À Renata Maia Machado agradeço a preciosa ajuda com a revisão dos resumos.

Por último, mas não menos importantes, agradeço aos preciosos amigos que de diversas formas me auxiliaram com esta tese, seja compartilhando os dramas e alegrias da vida acadêmica, ou compartilhando trabalhos, projetos e sonhos. Às maravilhosas mulheres pesquisadoras que tenho como grandes amigas: Márcia Cassin, meu poço de doçura e sensatez; Liara Darabas e Rossandra Bitencourt, que há mais de uma década me acompanham nessa carreira, e Juliana Moreira, que transformou meu mundo pandêmico pela nossa divertida parceria.

Ao querido Sandro Grisa, agradeço a leitura do trabalho e as agradáveis conversas sobre o tema. Ao Victor Dantas, agradeço a ajuda na pesquisa e digitalização de fontes, assim como o suporte material e tecnológico para meus equipamentos de trabalho. Pela amizade e parceria profissional, sou grata aos amigos Alcides Goularti Filho e aos amigos da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE), assim como a Juliano Goularti que me oportunizou um novo olhar sobre essa carreira de pesquisadora.

RESUMO

Diversos estudos foram realizados acerca do processo de endividamento do Estado no Brasil, mas poucos pesquisadores dedicaram-se a estudar seu papel de credor no sistema interestatal capitalista. Em 1850, no contexto da Guerra contra Oribe e Rosas, o Brasil tornou-se credor do governo que estava sitiado em Montevideú. Essa relação creditícia que parecia circunstancial expandiu-se temporal e territorialmente, consolidando dívidas de longo prazo do Uruguai e da Argentina para com o Brasil. Tal política de empréstimos ficou conhecida como Diplomacia do Patacão e durou até 1867, já em meio à Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Nesse contexto, o barão de Mauá, que agiu inicialmente como intermediário dos empréstimos brasileiros, passou a expandir seus negócios criando diversas agências bancárias na região da bacia platina, entrelaçando seus interesses ao do governo imperial. O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar como essa relação de crédito do tabuleiro regional platino funcionou ao longo da segunda metade do século XIX. É uma pesquisa documental, que se apoia em fontes pesquisadas em arquivos no Brasil, Argentina e Uruguai, assim como em acervos disponíveis na internet; mas também é uma pesquisa bibliográfica, baseada em historiografia produzida nos três países. Partindo de uma abordagem interdisciplinar que congrega História Econômica e Economia Política Internacional, os resultados da pesquisa indicam a Diplomacia do Patacão foi apenas um dos fatores que fizeram parte da “política brasileira de potência periférica” na região da bacia do rio da Prata, mas pode ser um fator preponderante do ponto de vista da história econômica, pois representou uma espécie de casamento entre poder político e capital privado.

Palavras-chave: Diplomacia do Patacão. Bacia do rio da Prata. Irineu Evangelista de Souza. Barão de Mauá. História Econômica.

ABSTRACT

Several studies have been conducted on the state indebtedness process in Brazil, but few researchers have dedicated themselves to studying its role as a creditor in the capitalist interstate system. In 1850, in the context of the War against Oribe and Rosas, Brazil became a creditor to the government of Montevideo, who was surrounded. This credit relationship that seemed circumstantial expanded temporal and territorially, consolidating long-term debts from Uruguay and Argentina to Brazil. This loan policy became known as the “Diplomacia do Patacão” and lasted until 1867, during the War of the Triple Alliance against Paraguay. In this context, the Baron of Mauá, who initially functioned as an intermediary of Brazilian loans, began to expand his business by creating several bank branches in the River Plate basin, intertwining his interests with those of the imperial government. The aim of this work is therefore to investigate how this regional credit ratio worked throughout the second half of the nineteenth century. It is documentary research, which is based on sources researched in archives in Brazil, Argentina, and Uruguay, as well as in collections available on the internet; but it is also bibliographic research, based on historiography produced in the three countries. Starting from an interdisciplinary approach that brings together Economic History and International Political Economy, the research results indicate the “Diplomacia do Patacão” was just one of the factors that were part of the “Brazilian policy of peripheral power” in the region of the Rio de la Plata basin, but it can be a preponderant factor from the point of view of economic history, as it represents a kind of partnership between political power and private capital.

Keywords: “Diplomacia do Patacão”. River plate basin. Irineu Evangelista de Souza. Baron of Maua. Economic History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa contemporâneo dos principais rios da bacia do rio da Prata	39
Figura 2 - Plata Americae Provincia: mapa da região da bacia do rio da Prata (1597)	40
Figura 3 – Caricatura de Justo José de Urquiza.....	182

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Ponte Internacional Barão de Mauá	230
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Subsídios franceses ao governo uruguaio (1848-1851), em pesos de 800 centésimos	82
Quadro 2 - Diferenças entre os contratos de 6 de setembro de 1850	115
Quadro 3 - Subsídios estipulados pelos contratos de 06 de setembro de 1850 (em pesos fortes).....	119
Quadro 4 - Pagamentos acordados pelo contrato de 7 de setembro de 1850 entre Irineu Evangelista de Souza e a República Oriental do Uruguai (valores em francos e com conversão em libras)	122
Quadro 5 - Pagamento do Governo Oriental a Irineu Evangelista de Souza referente aos contratos de 6 e 7 de setembro de 1850 (em pesos fortes)	124
Quadro 6 - Subsídios estipulados pelos contratos de 01 de dezembro de 1850 (em pesos fortes).....	129
Quadro 7 - Empréstimo e subsídios pagos ao Uruguai pela Convenção de Subsídios de 12 de outubro de 1851 (em patações).....	152
Quadro 8 - Subsídios pagos pelo Brasil à República Oriental do Uruguai em 1854	175
Quadro 9 – Parcelas referentes ao Protocolo de 27 de novembro de 1857 de empréstimo à Confederação Argentina	192
Quadro 10 – Prováveis datas de pagamento das parcelas dos empréstimos de 1865 e 1866 do Brasil para a Argentina.....	220
Quadro 11 – Pagamento pela Argentina dos empréstimos de 1865 e 1866	232
Quadro 12 – Pagamento da República Argentina pelos empréstimos de 1851 e 1857	235
Quadro 13 – Diplomacia do Patacão ao Uruguai (1850-1867)	269
Quadro 14 - Diplomacia do Patacão à Argentina (1850-1866)	270
Quadro 15 – Contratos de Irineu Evangelista de Souza no Uruguai e na Argentina (1850-1860).....	271
Quadro 16 - Empréstimos do Brasil à República Oriental do Uruguai entre 1850 e 1861	272
Quadro 17 - Empréstimos do Brasil à Confederação Argentina entre 1851 e 1858	273
Quadro 18 - Subsídios pagos pelo Brasil à República Oriental do Uruguai em 1854	274

Quadro 19 – Plano de pagamento dos juros vencidos do empréstimo de 1851 às Províncias de Entre Rios e Corrientes - 1864.....	275
Quadro 20 - Plano de pagamento das amortizações do empréstimo de 1851 às Províncias de Entre Rios e Corrientes e de 1857 à Confederação Argentina - 1864	276

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Remessa de materiais bélicos realizada pelo Brasil a Montevideu em 1850.....	97
Tabela 2 - Remessa de materiais bélicos realizada por Irineu Evangelista a Montevideu a partir do contrato de 7 de setembro de 1850	123
Tabela 3 - Pagamentos do Brasil para Entre Rios e Corrientes pelo Convênio de 21 de novembro de 1851 (em patações).....	146
Tabela 4 - Cálculo da dívida argentina referente aos empréstimos de 1851 e 1857	219

LISTA DE SIGLAS

ABPHE	Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica
AGN/AR	Archivo General de la Nación - Argentina
AGN/UY	Archivo General de la Nación - Uruguay
AHI	Arquivo Histórico do Itamaraty
AMREC	Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto
BNB	Biblioteca Nacional do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CRL	Center for Research Libraries
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
MHN	Museo Histórico Nacional (Uruguay)
PDSE	Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PROSUC	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC)
RMF	Relatório do Ministério da Fazenda
RRNE	Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros
UBA	Universidad de Buenos Aires
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA	20
1.2 HISTORIOGRAFIA	27
1.3 PROBLEMAS E HIPÓTESES	35
1.4 TEORIAS, METODOLOGIAS E FONTES	43
1.5 OS INTERESSES DO GOVERNO BRASILEIRO NO PRATA: A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO E A BANDA ORIENTAL	51
2 SI VIS PACEN, PARA BELLUM: PREPARANDO-SE PARA A GUERRA	63
2.1 A GUERRA GRANDE URUGUAIA: O EMARANHADO DE ALIANÇAS E COMPLICAÇÕES NO RIO DA PRATA	65
2.2 INTERVENÇÃO EUROPEIA NA GUERRA GRANDE	71
2.3 AMERICANISMO E A INTENSIFICAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES COM O BRASIL	83
2.4 INÍCIO DA INTERVENÇÃO BRASILEIRA: FORNECIMENTO DE ARMAS E MATERIAIS DE GUERRA	91
2.5 DE DEVEDOR A CREDOR: POR QUE O BRASIL SE TORNOU UMA OPÇÃO FINANCEIRA?	98
3 PECADO ORIGINAL: O CICLO DE DEPENDÊNCIA DA DÍVIDA	105
3.1 OPERAÇÕES ENCOBERTAS: OS CONTRATOS DE 1850 COM O URUGUAI	107
3.1.1 ESPERANÇA CANCELADA: O CONTRATO DE 21 DE AGOSTO	110
3.1.2 VERDADES SECRETAS: OS CONTRATOS DE 6 DE SETEMBRO	114
3.1.3 O PECADO ORIGINAL DE IRINEU EVANGELISTA: “TER POSTO PÉ NESSE PAÍS”	121
3.1.4 SE INICIA O CICLO: O CONTRATO DE 1º DE DEZEMBRO	126
3.2 DA EXPECTATIVA AO ATAQUE: OS EMPRÉSTIMOS PARA DERRUBAR JUAN MANUEL DE ROSAS EM 1851	130
3.2.1 O CICLO DE DEPENDÊNCIA: A CONVENÇÃO DE SUBSÍDIOS DE 12 DE OUTUBRO	137
3.2.2 O CONVÊNIO DE 21 DE NOVEMBRO: EMPRÉSTIMOS A ENTRE RIOS E CORRIENTES	142
3.3 A DÍVIDA COMO INSTRUMENTO DE PODER: OS TRATADOS E A CONVENÇÃO DE SUBSÍDIOS DE 12 DE OUTUBRO DE 1851	147
4 ESTADOS E BANQUEIROS: ENTRELAÇAMENTO DE INTERESSES	158

4.1 O BRASIL POR TRÁS DOS FINANCISTAS: OS EMPRÉSTIMOS PRIVADOS DE MAUÁ E BUSCHENTAL NO URUGUAI	161
4.2 INTERESSES ENTRELAÇADOS: NOVOS EMPRÉSTIMOS AO URUGUAI EM 1854	168
4.3 DO OUTRO LADO DO PRATA: O RECONHECIMENTO DA DÍVIDA DE ENTRE RIOS E CORRIENTES PELA CONFEDERAÇÃO E AS INTERMEDIações DE JOSÉ DE BUSCHENTAL	180
4.4 O QUE ESPERAR DO BRASIL? O EMPRÉSTIMO EM 1857 À CONFEDERAÇÃO ARGENTINA E EM 1858 AO URUGUAI	190
4.5 A EXPANSÃO BANCÁRIA DE MAUÁ NA REGIÃO DO RIO DA PRATA: BANQUEIRO DO IMPÉRIO?	199
 <u>5. NOVA GUERRA, NOVOS EMPRÉSTIMOS: OS EMPRÉSTIMOS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI</u>	 <u>208</u>
 5.1 OS ANOS 1860 E A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI: A “DIPLOMACIA DO CANHÃO”	 209
5.2 REPÚBLICA ARGENTINA: EMPRÉSTIMOS DE ADIANTAMENTO	217
5.3 URUGUAI: MESMA HISTÓRIA EM NOVO CONTEXTO	221
5.4 EPÍLOGO: ALGUNS DADOS SOBRE O PAGAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS BRASILEIROS	226
 <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	 <u>237</u>
 <u>FONTES CITADAS</u>	 <u>242</u>
 <u>REFERÊNCIAS</u>	 <u>248</u>
 <u>APÊNDICE A – ARQUIVOS E UNIDADES PESQUISADOS</u>	 <u>263</u>
 <u>APÊNDICE B – A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO NO URUGUAI</u>	 <u>269</u>
 <u>APÊNDICE C – A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO NA ARGENTINA</u>	 <u>270</u>
 <u>APÊNDICE D – PARTICIPAÇÕES DE IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA NA DIPLOMACIA DO PATAÇÃO</u>	 <u>271</u>

<u>ANEXO A - EMPRÉSTIMOS DO BRASIL À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI ENTRE 1850 E 1861</u>	<u>272</u>
<u>ANEXO B – EMPRÉSTIMOS DO BRASIL À CONFEDERAÇÃO ARGENTINA ENTRE 1851 E 1858</u>	<u>273</u>
<u>ANEXO C – SUBSÍDIOS PAGOS PELO BRASIL À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI EM 1854</u>	<u>274</u>
<u>ANEXO D – JUROS CALCULADOS EM 1864 PARA PAGAMENTO AO BRASIL PELO EMPRÉSTIMO DE 1851 ÀS PROVÍNCIAS DE ENTRE RIOS E CORRIENTES</u>	<u>275</u>
<u>ANEXO E – AMORTIZAÇÕES CALCULADAS EM 1864 PARA PAGAMENTO AO BRASIL PELO EMPRÉSTIMO DE 1851 ÀS PROVÍNCIAS DE ENTRE RIOS E CORRIENTES E DE 1857 À CONFEDERAÇÃO ARGENTINA</u>	<u>276</u>
<u>ANEXO F – CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY, SOBRE SUBSÍDIO A ESSA REPÚBLICA</u>	<u>278</u>

1 INTRODUÇÃO

O conceito de dívida envolve diversas esferas da vida humana. O mais comum é pensarmos em dívida financeira, sobretudo em uma conjuntura tão complexa como a que vivemos atualmente, em meio a uma pandemia mundial. Mas há diversos outros tipos de dívidas como, por exemplo, quando alguém nos faz algum favor e nos dispomos a retribuir quando a pessoa precisar, ou mesmo uma certa dívida moral que muitos filhos sentem com relação a seus pais por o terem posto no mundo e criado, alimentado etc. Entretanto, sejam essas dívidas financeiras ou não, elas passam por uma certa moralidade, uma certa convenção social bastante comum à maioria da população, que é a de que as dívidas devem ser pagas.

David Graeber, um antropólogo, professor e ativista social norte americano, buscou analisar a construção dessa moralidade da dívida ao longo de 5000 anos,¹ passando também pelas discussões e teorias acerca do crédito e do dinheiro, argumentando como o conceito de dívida que tinha em sua origem a ideia de reciprocidade se tornou objeto de violência e guerra. Essa moralidade construída da dívida, sobretudo quando passou a ser contabilizada e se tornou mais comumente tratada em termos financeiros, possui múltiplos desdobramentos. Dentre eles, faz da dívida um instrumento de poder, seja pela escravização de um devedor, a dominação de uma vila ou a invasão e tomada de um país inteiro.

Além disso, a ideia de dívida exprime as desigualdades de um mundo capitalista que tem a dívida como um de seus fundamentos. A dívida pública permitiu a expansão dos países europeus e a própria conquista da América, assim como a expansão do Império Britânico e a construção da estrutura que conhecemos como Estados Nacionais. Entretanto, ao mesmo tempo em que conhecemos bem o conceito de dívida no âmbito pessoal e familiar, tendemos a não prestar tanta atenção no quão diferente ela se mostra em termos estruturais.

A Diplomacia do Patacão é, portanto, uma história de dívida. É uma história acerca de como um país devedor no sistema internacional se tornou credor regionalmente, assim como nos possibilita observar as vantagens e desvantagens

¹ GRAEBER, David. *Dívida: os primeiros 5.000 anos*. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

que o endividamento do outro pode proporcionar ao credor. Assim, apesar das curiosidades antropológicas que iniciam esta introdução, o presente estudo possui um caráter mais relacionado à história e à economia, por serem as disciplinas de formação da presente pesquisadora e, portanto, à história econômica. Nesse sentido, esta tese tem origem nas pesquisas desenvolvidas no mestrado, quando partindo de questionamentos contemporâneos acerca do endividamento público dos países sob hegemonia do sistema financeiro mundial do século XXI, parti para os estudos da relação entre guerra e dívida na formação dos estados latino-americanos, no século XIX.

A partir de então, os objetivos passaram a ser entender como funcionava o endividamento público externo do Brasil em meio à sua própria formação enquanto nação, as relações do novo país com a Inglaterra (de onde vinham seus créditos) e o papel da expansão da libra esterlina para o Novo Mundo na formação do sistema monetário internacional que colocava a moeda inglesa como principal unidade monetária mundial. Em meio a esses estudos sobre a dívida externa brasileira surgiu um novo objeto: as leituras oportunizaram o conhecimento de que apesar de estar em constante papel de devedora para a Inglaterra ao longo de todo século XIX, a monarquia brasileira serviu de credora às repúblicas vizinhas que também se formavam enquanto países após anos de colonização europeia.

É esse papel de credor que caracteriza Diplomacia do Patacão, objeto de estudo desta tese, que relaciona guerra e dívida no contexto de construção dos Estados latino-americanos na bacia do rio da Prata, enfatizando as disputas de poder que ocorriam concomitantes a esse processo de formação. A situação de credor regional do Brasil não excluía, obviamente, a situação de devedor que o país já possuía com as casas bancárias inglesas. E é justamente essa duplicidade de papéis que me parece mais intrigante, porque se a dívida pública pode ser um instrumento de poder como colocado há alguns parágrafos, ao Brasil estavam destinados os ônus e os bônus de ambas as partes dessa relação. Essa situação abre diversas perguntas e possibilidades de análises, algumas das quais nos debruçaremos ao longo deste trabalho.

1.1 Apresentação do tema

Em 1850, após anos de ingerências europeias no conflito geopolítico que atribulava sua fronteira sul, o Império do Brasil passou a assumir uma posição dúbia que o acompanhou ao longo de toda a Diplomacia do Patacão: era ao mesmo tempo o “forte” e o “fraco”. Sua relativa fortaleza regional contrastava com a relativa fraqueza do plano mundial, assim como o contexto regional não se encaixava nos “cem anos de paz”² europeu. Se mostrava forte ao representar uma das principais alternativas de auxílio militar e financeiro na região da bacia do rio da Prata; se mostrava fraco ao também depender de financiamento externo e possuir limitações políticas e bélicas no tocante ao plano mundial de análise.

É nessa dualidade que se centra a Diplomacia do Patacão, que pode ser entendida como uma estratégia brasileira de fornecer empréstimos financeiros aos governos que se encontravam nos territórios que hoje conhecemos como Uruguai e Argentina. Os empréstimos iniciaram em 1850 ao final da chamada Guerra contra Oribe e Rosas (1838-1852), enquanto o último contrato foi realizado em 1867, em meio a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai³ (1864-1870). Foram doze acordos de empréstimos que compuseram a Diplomacia do Patacão: sendo oito deles com o Uruguai e quatro com o Estado Argentino, nas diversas formas que assumiu até a sua unificação em 1861.

Esses empréstimos visavam basicamente dois objetivos imediatos: primeiro garantir que os aliados do Brasil nos conflitos geopolíticos da região tivessem recursos para a manutenção de suas praças ou até mesmo o avanço desses grupos contra os inimigos em comum; em segundo lugar, principalmente no caso uruguaio, auxiliar na reconstrução desse Estado para garantir a tranquilidade do próprio governo brasileiro assim como de seus súditos na província do Rio Grande do Sul. Percebe-se, portanto, que os empréstimos estão diretamente relacionados ao

² “O século XIX produziu um fenômeno sem precedentes nos anais da civilização ocidental, a saber, uma paz que durou cem anos - 1815- 1914” (POLANYI, 2012, P. 5).

³ Os nomes dos conflitos sofrem variações ao longo do tempo e nos diferentes espaços. Enquanto a *Guerra Grande* é conhecida por esse nome no Uruguai, no Brasil a nomenclatura mais comum é *Guerra contra Oribe e Rosas*. Já o título *Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai* vem substituindo o termo *Guerra do Paraguai*, que carrega uma conotação supérflua acerca do conflito. Além disso, no Paraguai a nomenclatura mais utilizada para o acontecimento é *Guerra Grande*. Assim, cabe especificar que ao longo deste trabalho, quando for utilizada a expressão “Guerra Grande”, ela estará se referindo ao conflito contra Oribe e Rosas.

contexto de guerra nessa região da bacia do rio da Prata, que por sua vez vinculam disputas políticas, econômicas e geopolíticas por rendas aduaneiras, controles fluviais, fronteiras e territórios, propriedades e partidos políticos.

Deste modo, a Diplomacia do Patacão envolve não apenas um estudo sobre a questão financeira desses empréstimos, como também as negociações diplomáticas que embasaram essa ação. O conflito e a instabilidade fizeram parte da própria construção desses Estados que ali surgiram após séculos de exploração colonial. Nesse contexto Argentina, Uruguai e Paraguai não possuíam ainda o formato que hoje conhecemos, porque advindos do Vice-Reino do Rio da Prata⁴ tentavam construir-se enquanto Repúblicas ao mesmo tempo em que seus grupos políticos disputavam o poder estatal e econômico de cada território.

Os primeiros empréstimos foram realizados em 1850 para um grupo sitiado em Montevideu, que foi desde o período colonial considerado um ponto estratégico na região, tendo sido uma das sedes da administração metropolitana espanhola na região e da estação naval, funcionava como um porto de intermediação entre o comércio regional e o Atlântico.⁵ Era uma cidade bastante cosmopolita,⁶ que controlava a principal renda do Estado (o porto), mas com pouco controle sobre o território e uma conturbada vida política. Tornou-se o mais importante núcleo urbano na banda norte do estuário platino em fins do século XVIII e início do XIX, tornando-se capital do Estado que se conformaria na Banda Oriental a partir de 1828 (FREGA, 2016a, p. 18). Entretanto, mesmo sendo a capital do Estado a cidade não conseguia efetivar o controle sobre o restante do território.⁷

A Guerra Grande uruguaia se insere nesse contexto. Havia começado em 1838 e se tornava uma questão cada vez mais grave para o governo brasileiro que

⁴ O Vice-Reino do Rio da Prata foi o último vice-reino criado pelo império espanhol durante as reformas borbônicas (1776), e seu território abarcava os territórios que atualmente são a Argentina, as Ilhas Malvinas, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, parte do sul do Brasil, do norte do Chile e do sudeste do Peru. Conferir: LYNCH, John. *Spanish colonial administration, 1782-1810: the intendant system in the Viceroyalty of the Río de la Plata*. Nova York: Greenwood Press, 1969.

⁵ PRADO, Fabricio. *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.

⁶ Segundo Barrera (2015, p. 42), em 1843 Montevideu contava com uma população de 31.189 habitantes, dos quais 63% eram estrangeiros.

⁷ Barrera (2015) explica que isso ocorria tanto porque os limites com os países vizinhos não foram definidos na Convenção de Paz de 1828 quanto porque os chefes militares possuíam alianças desde o período revolucionário com grupos que estavam além das fronteiras políticas estabelecidas. Com isso, segundo o autor, a monopolização dos meios de coerção dependia de uma “geometria de alianças regional e internacional” (BARRERA, 2015, p. 42). Essas alianças se alterariam constantemente e permeariam as guerras na região até o fim do século XIX.

foi tentando remediar o conflito. Inglaterra e França já vinham intervindo de distintas formas, bloqueando o porto de Buenos Aires, fazendo expedições nos rios da bacia, realizando empréstimos financeiros, mediando negociações e buscando soluções para seus comércios que vinham sendo afetados pela guerra. Mas o conflito seguiu, e a retirada dessas potências ocorreu gradualmente entre 1849 e 1851.

Essa retirada não apenas tornou mais urgente a ação brasileira na região como também a oportunizou: para adiar a declaração de guerra até que se esgotassem todas as possibilidades diplomáticas, o Império do Brasil passou a subsidiar financeiramente a praça de Montevideú, que estava sitiada pelas forças de Oribe e Rosas desde 1843.⁸ Esses primeiros subsídios ocorreram por meio de negociações secretas. O segredo foi a fórmula encontrada para que o Brasil pudesse envolver-se antes mesmo de qualquer declaração de guerra. E é nesse contexto que se insere um dos principais personagens dessa história: Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão e depois visconde de Mauá.⁹

As participações desse negociante criam algumas das principais polêmicas acerca do tema, porque ele teria ido além do papel de “testa de ferro” que os contratos de subsídios lhe propunham, intervindo no conflito com contratos privados que acabaram por colocar sua própria fortuna em risco. O que lhe dava um pouco mais de confiança nesse contexto era justamente o entrelaçamento de interesses entre ele e o Império. Talvez Mauá tenha sido pouco estratégico, ou talvez seria realmente muito difícil prever o grau de complexidade a que chegariam os conflitos platinos.

De todo modo, o negociante não perdeu as oportunidades abertas a partir de sua inserção na estratégia geopolítica brasileira em 1850. Ele chegou a estabelecer uma casa comercial em Montevideú em 1856 e pôde transformá-la em um banco de depósito e desconto com poder de emissão no ano seguinte, chamando-o de Banco Mauá & Cia. Esse banco teria sucursais também em Rosário e Córdoba na Confederação Argentina, assim como na Província brasileira de São Pedro do Rio Grande do Sul (GUIMARÃES, 2012). Em Rosário, o Banco Mauá teria substituído o

⁸ Com o cerco a Montevideú em 1843 se estabeleceram dois governos no Uruguai, nomeados na historiografia como *Defensa*, que resistia em Montevideú e era dominado pelo partido *Colorado*, e o *Cerrito*, que tomava quase todo o restante do território uruguaio e era governada por Oribe, do partido *Blanco*, tendo Juan Manuel de Rosas como aliado.

⁹ Irineu Evangelista de Souza recebeu a comenda da Imperial Ordem da Rosa em 1851, o título de barão de Mauá em 1854 e de visconde de Mauá em 1874.

Banco Nacional da Confederação, que fechado em 1854, havia transferido suas atividades ao agente financeiro José de Buschental e depois ao Mauá, do qual Buschental se tornou sócio.¹⁰

A trama platina em que se envolveu Irineu Evangelista era bastante complexa. O primeiro empréstimo do governo brasileiro para o território argentino ocorreu em 1851, para as províncias de Entre Rios e Corrientes. Nesse país a desarticulação do eixo comercial entre o Alto Peru e Buenos Aires, consolidada com a independência perante a Espanha, assim como a vinculação direta com o comércio Atlântico, beneficiou a produção pecuária de Buenos Aires e litoral, enquanto prejudicou o interior que produzia manufaturas e não resistia à concorrência dos produtos industriais (ROSAL; SCHMIT, 1999).

Assim, com o livre comércio dos anos 1830 e 1840, até a queda de Juan Manuel de Rosas em 1852, a situação para o interior tendeu à piora, já que o governador de Buenos Aires ainda proibiu a navegação dos rios interiores concentrando em seu porto os serviços de intermediação entre o exterior e suas províncias interiores (ROSAL; SCHMIT, 1999). Essa situação enriqueceu grandemente a cidade portenha e encareceu todas as transações de suas províncias interiores e litorâneas, gerando conflitos entre os grupos dominantes de cada região.

Nesse contexto, além da instabilidade uruguaia e argentina, a própria independência do Uruguai e do Paraguai ainda era uma questão de discussão diplomática ao longo da Guerra Grande, assim como a integridade do território argentino foi colocado em questão até a década de 1860. Até mesmo o Brasil, com um Estado relativamente mais centralizado, teve que lutar para garantir que sua província sul-rio-grandense se mantivesse parte de seu imenso território, na conhecida Guerra dos Farrapos (1835-1845), assim como nos demais conflitos

¹⁰ José de Buschental nascido em Estrasburgo, na região da Alsácia, viveu no Brasil do Primeiro Reinado e foi casado com a sobrinha da marquesa de Santos, filha dos barões de Sorocaba. Financista e próximo de D. Pedro I, teve em José Bonifácio um grande inimigo político. Com a abdicação de D. Pedro I, partiu para Europa, aparecendo na Espanha com negócios de ferrovias na década de 1840 com o banco Rothschild & Sons. Em 1849, após o contato com o agente da *Defensa* em Paris, José L. Ellauri, foi para Montevidéu, onde se estabeleceu como saladeiro e financista, com relações na Confederação Argentina.

regionais do período regencial.¹¹ Nesse sentido, os interesses do governo brasileiro que motivaram a Diplomacia do Patacão estão relacionados tanto à defesa da integridade territorial, que passava pela busca pela livre navegação dos rios da bacia platina, quanto pelas reclamações por proteção às propriedades de seus súditos.

No tocante à livre navegação, podemos desdobrar as discussões tanto em termos territoriais quanto econômicos e comerciais. Como veremos ao longo do trabalho, o espaço fluvial platino integrava aos centros e capitais desses novos países as divisões administrativas em que o acesso por terra era lento e difícil, como as regiões do Rio Grande do Sul e Mato Grosso no Brasil, ou o norte argentino e partes da Bolívia, Paraguai e Uruguai (MEDRANO, 2001). Por isso o controle desses rios determinava o controle sobre esses territórios.

A região do Mato Grosso, por exemplo, herdava alguns fortes construídos no século XVIII pela antiga metrópole portuguesa para proteger as regiões auríferas (região de Cuiabá e vale do rio Guaporé) e garantir o território face às populações indígenas; enquanto nas primeiras décadas do século XIX, já acumulava extensiva produção pecuária e de outros artigos, estando, portanto, mais integrada ao sudeste e à capital Rio de Janeiro (QUEIROZ, 2012). Por isso era importante para a região e para o Império brasileiro que fosse aberta a navegação do rio Paraguai, por onde grandes cargas em embarcações de maior calado poderiam chegar até Corumbá para serem redistribuídas em embarcações menores por outras vias fluviais (QUEIROZ, 2012).¹²

A negociação dessa abertura com o Paraguai teve importante marco na década de 1840, mas só foi consolidada em 1856, quando liberada a navegação no trecho paraguaio daquele rio por meio de um tratado naquele ano e uma convenção adicional ao referido tratado em 1858 (QUEIROZ, 2012). Essa abertura tornou mais profícuo o comércio daquela província tanto com Buenos Aires quanto com as províncias argentinas. Na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, entretanto, o

¹¹ O período regencial do Brasil ocorreu entre 1831 e 1840, ou seja, entre a abdicação de D. Pedro I do trono imperial brasileiro e a proclamação da maioria de D. Pedro II, que assumiu como Imperador do Brasil. Nesse interregno, o governo brasileiro era dirigido por regentes e diversas revoltas regionais ocorreram, como a Balaiada, Sabinada, Cabanagem, Revolta dos Malês, Cabanada e mesmo a citada Guerra dos Farrapos.

¹² “*Toda la producción de Mato Grosso debía pasar por el río Paraguay atravesando el territorio paraguayo y seguir por el Paraná, cuyas aguas bañan el territorio argentino. Por ese motivo, los intentos de vincular Mato Grosso al mar fue un largo proceso que tuvo en la Guerra del Paraguay, su más trágico hecho*” (MEDRANO, 2001, p. 11).

rio foi novamente fechado à navegação estrangeira e retomado apenas em 1869 com a captura de Assunção.

Já na Província do Rio Grande do Sul, os interesses econômicos estavam ligados inicialmente à exportação de erva-mate,¹³ que era exportada principalmente para Argentina e Uruguai através dos portos de Uruguaiana, Itaqui e São Borja, no rio Uruguai, ou pelas fronteiras terrestres com o interior da Banda Oriental (MEDRANO, 1992). Esses portos eram a principal comunicação da província com o Prata, pois o porto de Rio Grande, apesar de estar mais próximo ao Atlântico, possuía diversos inconvenientes para a navegação, causando naufrágios e encarecendo os fretes e seguros (MEDRANO, 1992, p. 225).

Sendo assim, os produtos importados¹⁴ da Europa e dos Estados Unidos que chegavam em Montevidéu e Buenos Aires eram introduzidos na província brasileira através desses portos menores, primeiro como contrabando e depois de 1852 também como comércio oficial, com a abertura para a navegação internacional dos rios Paraná e Uruguai em 1852 e do Paraguai em 1856 (MEDRANO, 1992). Mas além da erva-mate, outro importante tipo de produção que circulava por esses rios e fronteiras era derivado da pecuária, que por sua vez criava uma dinâmica bastante específica para essa região. O Rio Grande do Sul já possuía ampla extensão de terras dedicadas à pecuária, a partir da qual desenvolveu importante indústria de charque, mas dependia dos territórios vizinhos para a criação do gado.¹⁵

A produção de charque abastecia principalmente os mercados escravistas, Brasil e Cuba e, para tanto, a concorrência entre a produção sul-rio-grandense com

¹³ Acerca da produção de erva-mate, ver: CHRISTILLINO, Cristiano L. Uma riqueza nas matas meridionais: a extração da erva mate no século XIX na província do Rio Grande do Sul. *Novos Cadernos NAEA*. v. 18 n. 2. p. 149-168. jun-set. 2015; ROSA, Lilian da; SILVA, Ligia Maria Osório. Ascensão e Declínio da Exportação Ervateira da província do Rio Grande do Sul na segunda metade do oitocentos. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 435-458, mai./ago. 2019.

¹⁴ “Los productos que se introducían por esta vía —alimentos, tejidos de algodón, seda y lana, ponchos de confección inglesa, artículos de perfumería, lozas, ropa hecha, pañuelos y artículos de lujo, en general, de procedencia francesa— eran destinados en su mayoría a la población de la campaña riograndense.” (MEDRANO, 1992, p. 227).

¹⁵ “[...] la producción riograndense dependía en gran parte del abastecimiento de ganado de la República Oriental del Uruguay y de la provincia de Corrientes como materia prima para sus “charqueadas” o saladeros. Esto sucedía porque la cría de ganado en las tierras uruguayas o correntinas era más eficiente para los estancieros de Rio Grande do Sul debido a la calidad de sus pastos, que redundaba en la mejor calidad de la carne de los animales. Por eso, las fronteras uruguayo-brasileñas fueron escenario de un gran movimiento de ganado, ya que los brasileños llevaban sus animales para el país vecino, donde también compraban grandes extensiones de tierras para sus estancias, regresando a su tierra para el abatimiento y uso de la carne y otros derivados en sus establecimientos saladeriles.” (MEDRANO, 1992, p. 231).

a uruguaia e argentina eram grandes. Essa concorrência foi uma das razões pelas quais os estancieiros gaúchos se rebelaram contra o governo imperial, na chamada Revolta Farroupilha (conforme veremos no último tópico deste capítulo). Outra importante produção era a de couro, que por ser exportada para um mercado mais amplo já não era tão concorrida (VARGAS, 2013, p. 237).

Esses conflitos pelas rotas de comércio e por taxas e rendas alfandegárias foi, portanto, comum aos três países participantes da Diplomacia do Patacão (Brasil, Argentina e Uruguai). Nesse sentido, qualquer controle sobre os rios da bacia afetava não apenas aos ribeirinhos como também aos países europeus, que não deixaram de intervir nas guerras platinas. Para além da defesa da liberdade de navegação e acesso ao interior de seu território, ao governo brasileiro a interferência na Guerra contra Oribe e Rosas foi fundamental também para garantir a paz em sua província meridional.

Os primeiros resultados da Diplomacia do Patacão foram a pacificação do Uruguai, que logo formalizou contratos com o Brasil que traziam diversas vantagens ao Império, e a derrota de Juan Manuel de Rosas: o Uruguai teve a assinatura de um acordo de paz entre seus partidos políticos em 8 de outubro de 1851 e Rosas foi derrotado em 3 de fevereiro de 1852, na Batalha de Monte Caseros. Foi o fim da Guerra Grande. Então as provisões contribuíram para o financiamento da guerra contra Rosas e nesse sentido a Diplomacia do Patacão foi feita de ações bem-sucedidas. Com o passar dos anos, entretanto, a dívida se mostrou uma forma de armadilha.

O Uruguai já estava em um ciclo de endividamento bastante complexo que os empréstimos brasileiros não conseguiram romper. Quanto mais o Brasil emprestava, mais dependente de seus recursos o Uruguai se mostrava e mais Mauá se envolvia nessa teia. Além disso, com a saída do governador de Buenos Aires, persistiram os conflitos entre os dois partidos argentinos, que culminaram na separação de Buenos Aires da Confederação Argentina. De um lado o Estado de Buenos Aires e do outro a chamada Confederação Argentina. O Brasil via a unificação uruguaia de um lado e a separação argentina do outro, de modo que os conflitos no Prata ainda aumentaram na década de 1860.

Na Argentina, a guerra civil pela unificação do território só terminaria com a Batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861; e no Uruguai, a disputa entre *blancos* e *colorados* novamente resultaria em uma guerra internacional. Tanto o

governo argentino quanto o governo brasileiro viam razões para derrubar novamente um governo *blanco*. Mas dessa vez um novo participante atuaria ativamente e se tornaria inclusive o centro do conflito platino: Francisco Solano Lopez, presidente do Paraguai, que interveio no conflito em defesa do Uruguai. Seu país necessitava do acesso ao Atlântico através da bacia platina, enquanto a Montevideu interessava as atividades comerciais paraguaias em seu porto.

O Império seguiu durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai a financiar tanto o Uruguai quanto a República Argentina, mas a teia de endividamento foi se desfazendo ao longo da guerra. Esse processo foi lento, obviamente, afinal com os países em guerra não era fácil se livrar das dívidas. Essa guerra inclusive custou muito caro ao Brasil, que chegou a tomar um empréstimo em Londres para poder sustentá-la. Era o credor regional enredado também na teia do capital europeu. Ninguém poderia prever à época que não apenas a guerra demoraria os quase seis anos que durou, muito menos que as consequências seriam tão funestas ao Império e a seu negociante platino, o Mauá. A Diplomacia do Patacão teria valido a pena, então?

1.2 Historiografia

Como essa história já tem mais de 150 anos, uma infinidade de trabalhos contribui para que possamos desenvolver uma nova análise acerca da Diplomacia do Patacão. Apesar das facilidades tecnológicas que possuímos atualmente, é possível e até bastante provável que haja mais trabalhos acerca do tema que não serão citados neste trabalho, assim como trabalhos que mapeados mais recentemente não foram acessados, sobretudo devido à pandemia do coronavírus que impossibilitou viagens e acesso a bibliotecas desde 2020. Entretanto, dentre os muitos trabalhos que dão subsídios para pensar o contexto em que se deram os empréstimos e que serão citados ao longo da tese, selecionei inicialmente apenas os trabalhos e/ou autores/as que trataram especificamente dos empréstimos da Diplomacia do Patacão, da participação do barão de Mauá nessas estratégias e/ou que discutiram esses empréstimos brasileiros.

Deste modo, dentre a historiografia selecionada podemos identificar, *grosso modo*, dois grupos de estudos: os que visam analisar a história do período, seja por meio da história econômica e/ou diplomática, e os que estão focalizados na figura de

Mauá e na história do personagem. Há trabalhos que podem se confundir entre uma categoria e outra, mas o importante não é essa diferenciação, e sim as pistas, potenciais equívocos e as perguntas que essas análises nos legaram acerca dessa estratégia brasileira e sobre como se deu a participação de Irineu. Além disso, é importante considerar as nacionalidades dos trabalhos, já que muitos são carregados de nacionalismos, que acabam também por transformar Irineu Evangelista de Souza em herói ou vilão, em algoz ou vítima do contexto, fazendo o mesmo com o papel do Império do Brasil que acabou por intervir nos países vizinhos de distintas formas a partir da Diplomacia do Patacão.

Os mais recentes trabalhos brasileiros especificamente sobre esse tema são um capítulo do livro *“Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império”*, do diplomata Paulo Roberto de Almeida e publicado pela primeira vez em 2001, e a dissertação de Joanna Santos de Souza, defendida na UnB em 2013. O capítulo do livro de Almeida é intitulado *“A diplomacia dos patacões: o Brasil como credor”*. São quatorze páginas que o autor dedica ao assunto, sendo dez delas de texto e quatro de dados em tabelas e quadros. O capítulo se encontra na terceira parte do livro, que trata da diplomacia financeira sob a hegemonia britânica, tratando da dívida pública e das posições do Brasil como credor e devedor.

Segundo Almeida, quatro principais motivos mobilizaram o movimento brasileiro que culmina na Diplomacia do Patacão: 1) a garantia da paz e segurança na fronteira sulina; 2) manter a livre navegação dos rios na bacia platina; 3) garantir a independência do Uruguai, conforme o Tratado de 1828 de independência daquele país; 4) manter a balança de poder na região evitando uma anexação de territórios que pudesse se comparar ao Vice-Reino do Rio da Prata (ALMEIDA, 2005). As principais fontes documentais do autor são os relatórios ministeriais do Ministro das Relações Exteriores à Assembleia Geral Legislativa.¹⁶ Para esse autor, o Império teria sido “condescendente” enquanto credor e a Diplomacia do Patacão teria sido um “fracasso financeiro”: “Aparentemente”, afirma o diplomata, “a ‘diplomacia dos patacões’ redundou em grandes vitórias políticas e diplomáticas para o governo brasileiro, mas igualmente em retumbantes fracassos financeiros para o Tesouro nacional” (ALMEIDA, 2005, p. 206).

¹⁶ Disponíveis na página virtual do Center for Research Libraries (<http://ddsnext.crl.edu/brazil>).

Baseada também nos relatórios ministeriais é a dissertação de Joanna Santos de Souza, intitulada “*A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)*”. Tendo como referência o citado trabalho de Paulo R. de Almeida, apesar de ser um trabalho mais extenso sobre o tema, Souza reforça a tese do diplomata de que a Diplomacia do Patacão foi um fracasso para o Tesouro do Império do Brasil, embora considere que “isso não diminui o seu mérito” (SOUZA, 2013, p. 78). A autora conclui que essa ação brasileira teve resultados que foram para além da região platina, auxiliando no fim do tráfico negreiro e aliviando tensões com a Inglaterra, assim como foi “magistral em neutralizar Rosas e proporcionar a ascensão do Império como potência no Prata” (SOUZA, 2013, p. 78).

Já na historiografia uruguaia e de publicação mais recente é a tese doutoral de Mario Etchechury Barrera, intitulada “*Hijos de Mercurio, esclavos de Marte: Mercaderes y Servidores del Estado en una frontera sud-Atlántica, Montevideo, 1806-1860*”, defendida em 2013 na Universitat Pompeu Fabra e publicada em 2015. O trabalho analisa a relação entre o Estado em formação e os grupos economicamente dominantes na cidade-porto de Montevideu na construção da Fazenda Pública uruguaia. Nesse sentido, Barrera trabalha também a Diplomacia do Patacão trazendo novos dados acerca da estratégia brasileira ao utilizar-se de ampla pesquisa documental, o que torna essa talvez a mais detalhada análise realizada até o momento, mesmo sendo apenas uma pequena parte de sua pesquisa. Segundo Barrera, a ação brasileira por meio dos primeiros empréstimos realizados em 1850 e 1851

*generó un entramado de dependencias y vínculos políticos que algunos historiadores han designado como la **diplomacia del patacón**, versión regional del imperialismo informal, expediente que se combinaría con dosis de intervenciones militares directas – siempre cuidadosamente acordadas con las propias facciones locales y presiones diplomáticas* (BARRERA, 2015, p. 310, grifo nosso).

Para o supracitado pesquisador, de uma “modalidade de intervenção e controles diretos” a Diplomacia do Patacão passou a ser vítima da intrincada disputa entre os partidos políticos uruguaiois, que postergaram os pagamentos das dívidas do país ao Brasil dando preferência aos acordos com outras potências, sobretudo europeias (BARRERA, 2015, p. 315). O aporte que Barrera dá aos estudos sobre a

Diplomacia do Patacão é primoroso pela amplitude de fontes e referências utilizadas.

Em uma linha menos acadêmica está o livro de Sergio Abreu, intitulado “*La vieja trenza: la alianza porteño-lusitana en la Cuenca del Plata (1800-1875)*”, cuja primeira edição é de 2013. É um trabalho bibliográfico que parece estar em um contexto geopolítico regional de disputa ideológica pelas diferentes escritas da história, ou seja, enxerga que a história vem sendo contada às novas gerações “carregada com subjetivismos e interpretações ideológicas” (ABREU, 2016, p. 11). A “trança” a que se refere são as alianças que Brasil e Argentina vão fazendo ao longo do século, no chamado “equilíbrio de poder” latino-americano. Nesse contexto, coloca Bartolomé Mitre, Justo José de Urquiza e o barão de Mauá como alguns de seus principais personagens. Abreu escreve uma pequena parte de seu texto com o título de “*Diplomacia del patacón*” considerando-a como a utilização do capital financeiro e político de Mauá na intermediação entre Bartolomé Mitre em Buenos Aires e Justo José de Urquiza no Paraná.¹⁷

Recentemente descobri também o trabalho de Oscar Juan Magnaterra, intitulado “*La Guerra de la Triple Alianza: desde la diplomacia del patacón al lenguaje del cañón*”, publicado em Buenos Aires em 2002 pelo Editorial Dunken, mas infelizmente não tive acesso ao livro completo, apenas ao índice. Se a essa “*diplomacia del patacón*” o autor se refere ao mesmo objeto que o considerado aqui, provavelmente o considera a partir da década de 1860 pela cronologia abordada em seu texto. Também publicado na Argentina há o trabalho de Susana Rato de Sambuccetti, “*Urquiza y Mauá: El Mercosur del Siglo XIX*” (1999). Neste trabalho a autora analisa arquivos de Urquiza que contém correspondências com Mauá e foi bastante importante para mapear que tipo de documentação existe sobre a relação entre os dois personagens. Sambuccetti trabalha, portanto, com a expansão de Mauá na Argentina.

Há ainda alguns importantes textos do século passado. Na historiografia brasileira há os estudos do diplomata Teixeira Soares, da década de 1950, que trazem diversos dados sobre o objeto fundamentados nas fontes diplomáticas. Sua análise acaba assumindo um viés bastante nacionalista, tanto em defesa das ações

¹⁷ Paraná foi sede do poder executivo da Confederação Argentina a partir de 1854 até a Batalha de Pavón, quando Buenos Aires retomou o controle do Estado Argentino.

imperiais quanto da figura do barão e depois visconde de Mauá (Irineu Evangelista de Souza). Sobre nosso objeto de análise o autor escreveu especificamente dois textos: “*Mauá, o Uruguai e o Brasil (1851-1875)*”, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1950, e “*O gigante e o rio: ação de Mauá no Uruguai e Argentina, 1851-1878*” de 1957. Podemos citar também o livro “*Diplomacia do Império no Rio da Prata*” de 1955, que embora tenha discussão mais ampla, também debate o tema.

Em seus ensaios Soares faz análises bastante elogiosas sobre a figura de Mauá, engrandecendo e enaltecendo a figura do negociante (como aliás, fizeram diversos escritores acerca dessa emblemática figura). Textos como o de Soares são bastante informativos, mas ao mesmo tempo perigosos: sem os devidos cuidados, o/a leitor/a pode acabar se deixando conduzir pelo nacionalismo do autor. Isso se pode dizer também de alguns dos trabalhos com que Soares dialoga, como do autor Pivel Devoto¹⁸ do Uruguai ou o Ramón Cárcano da Argentina (embora esses dois autores não trabalhem especificamente sobre o objeto, trazem algumas considerações acerca dele). Essas observações, obviamente, não invalidam os trabalhos citados, sobretudo se os analisamos considerando seu tempo e contexto, mas já apresentam algumas questões a serem consideradas na análise de um novo trabalho acerca do tema.

Ramón Cárcano escreveu em seu livro “*Del Sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda: 1852-1859*” um tópico acerca da Diplomacia do Patacão, entendendo-a como uma parte das estratégias brasileiras que permitiram que o país dirigisse as convenções realizadas entre os países do Prata e impusesse os resultados que ansiava.¹⁹ Entretanto, considerou que a Diplomacia do Patacão fracassou em 1858 ao não conseguir impor os tratados de limites e de extradição à Confederação Argentina nos termos almejados pelo Império. Segundo o historiador, a Diplomacia do Patacão é o que “decide atitudes em Montevideu e penetra depois na Confederação” (CÁRCANO, 1921, p. 488, tradução nossa). Cárcano analisa também

¹⁸ O livro “*La Guerra Grande, 1839-1851*” (1971), de Juan Pivel Devoto e Alcira Pivel Devoto, foi publicado originalmente como um capítulo da grande obra desses autores intitulada “*Historia de La República Oriental del Uruguay*”. De cunho mais nacionalista, Juan Pivel Devoto é considerado um dos mais importantes historiadores uruguaios e este trabalho é uma das principais referências para compreender essa guerra que deu origem à Diplomacia do Patacão.

¹⁹ Escrevendo sobre o contexto dos anos 1856 a 1858, o autor considerava que as outras estratégias brasileiras seriam a persistência dos proeminentes negociadores brasileiros, as demonstrações navais em Assunção e as pressões de armas no Uruguai (CÁRCANO, 1921, p. 488).

a expansão de Mauá no Prata, considerando o negociante como o “financista clandestino do Império” (CÁRCANO, 1921, p. 465, tradução nossa), compreendendo que todo esse trabalho do Império deve ser entendido na longa duração e que servia tanto a si quanto aos países vizinhos, não sendo apenas um “trabalho egoísta do Império” (CÁRCANO, 1921, p. 488, tradução nossa). O autor pode ter sido o primeiro a utilizar o termo “Diplomacia do Patacão”, como veremos no tópico das hipóteses.

O texto do historiador argentino José Maria Rosa intitulado *La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas* também traz um tópico que denomina com a expressão “*diplomacia del patacón*”. Segundo Maestri (2009), ao analisar a historiografia acerca da Guerra contra o Paraguai, esse texto de Rosa é do contexto do revisionismo histórico e possui “inspiração americanista e anti-imperialista”. Rosa considerou que os empréstimos realizados pelo Brasil eram formas de o país conquistar seus interesses sobre os países vizinhos, salientando que no Paraguai, onde não “compreendiam a linguagem do dinheiro” (ROSA, 1985, p. 41, tradução nossa), o Império utilizou a “diplomacia do canhão”. Rosa se referia ao envio de uma frota de aproximadamente 30 navios brasileiros ao Paraguai em 1854, como veremos no último capítulo. A expressão que utilizou para essa circunstância me parece bastante adequada e interessante. A crítica a sua análise da Diplomacia do Patacão, entretanto, fica à ideia expressa pelo autor de que os empréstimos brasileiros “compravam” os líderes dos países vizinhos, o que entendo como uma simplificação talvez populista para análises e tomadas de decisões bastante complexas pelo contexto geopolítico platino.

Já no segundo grupo de trabalhos estão principalmente as biografias de Mauá. Irineu Evangelista de Souza nasceu no povoamento de Arroio Grande na Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (hoje estado do Rio Grande do Sul) em 28 de dezembro de 1813. Nasceu em um Brasil que era colônia de Portugal, o viu transformar-se em um país independente e por alguns dias não chegou a ver a Proclamação da República brasileira, pois faleceu em Petrópolis em 21 de outubro de 1889. Irineu Evangelista começou sua carreira bastante jovem como caixeiro da casa comercial do comerciante de grosso trato²⁰ João Rodrigues Pereira de Almeida, depois passou a trabalhar com um comerciante britânico, chamado Richard

²⁰ “Os negociantes de grosso trato são aqueles que empregavam grandes fundos em tráficos e manufaturas, pondo em rápido movimento e extensão a indústria colonial brasileira; faziam também comércio de especulação, bancos e seguros.” (GUIMARÃES, 2005, p. 75).

Carruthers, de quem posteriormente se tornou sócio. Teve grandes empreendimentos industriais e financeiros, tanto no Brasil quanto no exterior, e, para Caldeira (1995), chegou a ser o homem mais rico do país.²¹

Sem fugir à lógica de funcionamento de um mundo capitalista, teve estreitas relações com o Estado brasileiro, chegou a ser deputado pela Província do Rio Grande do Sul e ainda recebeu os títulos de barão e depois visconde de Mauá. A história de Mauá já foi contada diversas vezes e por diversos vieses, de forma que o personagem possui imagens bastante controversas construídas pelos discursos historiográficos. Segundo Kuniochi (2004), Mauá foi desde um dos grandes construtores da nação brasileira (na visão de Alberto de Faria), a “principal representante do capital inglês no Brasil” (para Castro Rebello) e, nesse sentido, foi de “patriota” e “grande empreendedor” a “inimigo da nação”. Além disso, o próprio visconde deixou diversos registros que ajudam a construir essas imagens, como artigos de jornal, discursos públicos na Câmara de Deputados, correspondências e sua Autobiografia publicada originalmente como uma “Exposição aos credores de Mauá e Cia e ao público” (1878).

Em meio a tantos documentos e produções historiográficas, entretanto, sua participação na Diplomacia do Patacão e a posterior expansão de seus negócios para a região platina, em que se tornou banqueiro também no Uruguai e na Argentina, possuem análises imprecisas que tornam difíceis compreender seu *modus operandi* nessa estratégia. Um dos primeiros trabalhos publicados nessa categoria é o de Alberto de Faria (publicado originalmente em 1927) que serviu como referência para muitos estudos posteriores. A principal fonte que o autor cita quando trata dos empréstimos intermediados por Irineu Evangelista em 1850 é o Relatório do Ministério de Negócios Estrangeiros, que também utilizamos aqui. Faria consegue por meio desse documento perceber que Irineu Evangelista tinha o papel de intermediário e o de financista que emprega seu próprio capital, atribuindo essa segunda categoria de ação ao “temperamento de Mauá” que não aceitava o “papel de simples intermediário” (FARIA, 1933, p. 280).

²¹ Uma crítica ao trabalho de Caldeira e outros sobre o mito político em torno do barão de Mauá está em GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840)*. São Paulo: Alameda, 2012 e GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Mauá por trás do mito. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 70-75, out. 2005.

Depois de Faria, diversos autores atribuem a expansão da ação de Irineu à sua personalidade e idealismo com relação ao conflito que se desenrolava no Prata. Nesse sentido podemos elencar os livros de Lúcia Besouchet, que trazem tanto uma biografia sobre o negociante no trabalho “Mauá e seu tempo” (1978)²² quanto uma coletânea de correspondências de Mauá no Rio da Prata (1977)²³, publicados primeiro na Argentina e depois no Brasil, na década de 1940. Ao tratar sobre o papel de Irineu na diplomacia platina, Besouchet escreveu que enquanto intermediário e financista ele era como uma “força paralela e soberana” ao Império do Brasil, porque para ela, mesmo que o Brasil não intervisse contra Rosas, o negociante o faria indiretamente por ser amigo de Andrés Lamas, o plenipotenciário uruguaio do governo sitiado em Montevideu em atuação no Rio de Janeiro (BESOUCHET, 1977, p. 20). Mas as fontes não nos dão pistas que comprovem essa afirmação da autora.

Por certo, muito foi deduzido dessas ações de Mauá, sobretudo no início de suas operações financeiras e diplomáticas junto ao Império do Brasil. Como essas operações ocorriam sob segredo, os documentos podem confundir ou omitir diversas informações, o que leva os escritores e pesquisadores a deduzirem algumas questões, ainda mais nas biografias de Mauá. Nesse contexto, podemos citar os trabalhos de Anyda Marchant e Jorge Caldeira. Marchant escreveu uma tese de doutorado sobre a biografia de Mauá que foi publicada nos Estados Unidos em 1965 pela editora da Universidade da Califórnia. Já Caldeira publicou pela primeira vez o livro intitulado “*Mauá, empresário do Império*” em 1995, tornando-se uma das mais conhecidas biografias de Mauá.²⁴ Ambos os textos perpassam a ação de Irineu Evangelista de Souza na Diplomacia do Patacão. Além disso, há os documentos escritos pelo próprio Mauá, como a “Exposição aos credores”, ou as transcrições de seus discursos na Câmara de Deputados que contribuem para compreender a inserção e ação desse negociante na Diplomacia do Patacão. A partir desse balanço historiográfico, é possível perceber que há diversos trabalhos com que podemos dialogar ao pesquisar sobre a Diplomacia do Patacão. Algumas perguntas e inquietações surgem justamente dessas pesquisas anteriores.

²² Publicado originalmente na Argentina em 1940 e no Brasil em 1942. O Prefácio da edição portuguesa é de Gilberto Freyre.

²³ Publicado originalmente na Argentina em 1942 e no Brasil em 1943.

²⁴ Interessante ressaltar que Caldeira, na primeira edição do seu livro, não citou Marchant.

1.3 Problemas e hipóteses

Partindo dos subsídios dados pela historiografia acerca da Diplomacia do Patacão, podemos levantar alguns questionamentos e hipóteses acerca desse objeto. Primeiramente, é possível perceber que a Diplomacia do Patacão iniciou como uma estratégia geopolítica, uma opção por capital para evitar e/ou adiar o envolvimento militar do governo do Império do Brasil na Guerra contra Oribe e Rosas. Posteriormente, parece ter prosseguido como uma forma de garantir recursos aos seus aliados geopolíticos nos contextos de guerra, passando também pela questão de tentar garantir a paz e estabilidade nos países vizinhos. Ao mesmo tempo, ao Império do Brasil era possível aproveitar a dependência de recursos para impor acordos, tratados e convenções que lhe fossem vantajosos.

Isso porque a dívida pode ser entendida como uma estratégia de poder: quem empresta coloca-se numa posição superior à do devedor, podendo utilizá-la como um instrumento moralizante. Esse tipo de estratégia não é raro de encontrar na história do sistema interestatal capitalista, de modo que o termo “Diplomacia do Patacão” surgiu justamente de uma comparação com outra situação semelhante. A expressão teria sido utilizada pela primeira vez pelo historiador argentino José Ramón Cárcano²⁵ em seu livro publicado em 1921, fazendo uma analogia à “Diplomacia do Dólar”. Esta, por sua vez, foi uma política estadunidense definida pelo presidente William Howard Taft (1909-1913) da seguinte forma:

A diplomacia da atual administração busca estar de acordo com as ideias (sic) modernas sobre intercâmbio comercial. Esta política tem sido caracterizada como **a substituição de balas por dólares**. Ela apela igualmente aos sentimentos humanitários idealísticos, aos ditames da política e da estratégia sensatas, e aos objetivos comerciais legítimos (TAFT, 2012 apud CARR, 2001, p. 164, grifo nosso).

Não entendemos, entretanto, que a Diplomacia do Patacão tenha substituído completamente as balas por patações. Como veremos ao longo deste trabalho, a estratégia apenas adiou o uso das balas que foram utilizadas várias vezes ao longo do período analisado. Quanto aos sentimentos humanitários, política, estratégia e

²⁵ Cárcano faz a analogia no texto *Del Sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda: 1852-1859*, publicado em 1921, p. 488. O autor chegou a comentar em nota de rodapé que o que político francês Pierre Baudin chamou de Diplomacia dos Negócios, os norte-americanos chamaram de Diplomacia do Dólar.

objetivos comerciais, também se mostravam presentes no discurso que fundamentava a ação diplomática brasileira. Mas a legitimidade dessas pautas e ações, assim como no caso estadunidense, depende de quem o impõe, depende da disparidade de poder entre os países. Como bem definiu Amado Cervo, “os **fracos** apelam à razão e ao direito, os **fortes** sujeitam-na à vontade” (1981, p. 29, grifo nosso).

Em outras palavras, o país que possui capacidade de utilizar os meios financeiros para fins diplomáticos, defendendo seus interesses nas regiões em que se impõem, podem fazê-lo de acordo com sua própria vontade, com interpretação própria acerca do que é justo e racional. A força do capital e das armas é o que garantirá a razão criada para determinado fim. No caso do Império do Brasil podemos inserir ainda o poder simbólico, que é construído pelos discursos e argumentos que justificaram os subsídios, empréstimos e intervenções nos conflitos dos países vizinhos. Nesse sentido parece que o governo brasileiro, enquanto agente da Diplomacia do Patacão, sabia bem o que era estar do lado “fraco” das disputas geopolíticas globais, e então passaria a viver um lado “forte” no plano regional a partir dessa estratégia que se iniciou em 1850.

O Brasil era um país novo nesse sistema interestatal que se consolidava ao longo do século XIX. O surgimento de seu Estado, a conquista e negociação de sua independência, ocorreu após séculos de colonialismo europeu. Diferente do que ocorreu no Velho Mundo, na América Latina os líderes políticos incorporaram e instalaram conscientemente diversas instituições segundo os modelos ocidentais (TILLY, 1996, p. 274), ou seja, tinham consciência do que almejavam criar e do que necessitariam para serem reconhecidos pelos europeus ocidentais como sujeitos, já que todas as formações sociais distintas seriam entendidas como inferiores, bárbaras e arcaicas (PINTO, MIGNOLO, 2015).

Nesse contexto, até mesmo as possibilidades de formas de governo foram discutidas entre os grupos que tomaram para si a responsabilidade de formatar esses novos países na América Latina. Foram vigorosas as discussões sobre a possibilidade de criação de monarquias ao invés de repúblicas nas antigas colônias espanholas, o que poderia facilitar o reconhecimento diplomático da independência em uma Europa ainda bastante dominada por monarquias. Além disso, havia as dificuldades de estabelecer limites condizentes com a nova realidade independente, de modo que acabaram por imperar as divisões territoriais arbitrárias que

remontavam ao período colonial, constituindo “Estados sem nações” (WASSERMAN, 2010, p. 181 e 184).

Do ponto de vista financeiro, essas novas unidades territoriais puderam recorrer à banca financeira inglesa para financiar suas guerras contra os impérios em decadência que os havia colonizado, assim como para a própria construção de Estados que demandavam o mínimo de materialidade. De Londres, saíram os primeiros empréstimos soberanos nominados em libra para fora da Europa, gerando uma bolha especulativa que levou à primeira crise da dívida latino-americana (DAWSON, 1998). Com isso, os líderes latino-americanos criavam endividamento externo ao mesmo tempo em que visavam a construção de um Estado Nacional. No caso do Império do Brasil, foram dezessete empréstimos tomados com a banca inglesa ao longo do século XIX.

Além dos empréstimos que também expandiam a circulação da moeda inglesa nesse Novo Mundo, tratados preferenciais que vinham sendo realizados desde o período colonial e que encontraram novas formas no período independentista reforçavam a expansão do império informal britânico²⁶ para essa região. Por mais que ainda disputasse alguns espaços com a França nas primeiras décadas após a independência desse território, foram várias as vantagens ao seu comércio que a Inglaterra conseguiu impor aos novos países. Vencedores dessa disputa, os ingleses se tornaram um império mundial ao longo do século XIX até pelo menos a Primeira Guerra Mundial já no século XX.

Assim, as posições de “forte” e “fraco” ficam claras na relação da Grã-Bretanha com os novos países, o que não significa que tal nação europeia não pudesse ser por vezes desafiada. A relação entre guerra e dívida na formação do Estados latino-americanos exprime um contexto bastante distinto do que se verificou na Europa na formação de seus Estados. Se a imposição de poder pelos europeus ocidentais tem na conquista da América a inauguração de um padrão de poder de

²⁶ Para o caso do Brasil colonial, destacamos o estudo de José Jobson de Arruda (2008) para compreensão dos impactos das discussões das lideranças britânicas acerca do controle formal ou influência informal sobre a América Latina no caso da abertura dos portos de 1808. Segundo Passetti, império informal “eram regiões como a América Latina e o Império Otomano, mas também partes da China e enclaves na África, onde teria sido executado um império do livre-comércio, com a predominância britânica se dando pela via econômica. O convencimento intelectual a respeito das benesses do livre-comércio era o primeiro investimento, passando-se a associar o pertencimento à civilização ocidental e à defesa do liberalismo, em que muitas elites latino-americanas foram especialmente confiantes” (PASSETTI, 2016, p. 7).

vocação mundial, que será a grande marca geopolítica do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado (QUIJANO, 2000, p. 122), a formação dos Estados latino-americanos só se compreende a partir dos Estados europeus não porque seu processo de formação é o mesmo que estes últimos, mas porque se inicia dentro de um sistema interestatal que é capitalista, moderno e tem a Europa como centro.

Ainda que a expansão desse sistema submeta a América Latina, interpretar seus conflitos geopolíticos apenas como obra desse imperialismo é um erro. Não que não tenha havido ações imperialistas no pós-independência desse Novo Mundo, mas entender esses conflitos apenas como obra europeia exclui da análise o próprio caráter regional desses acontecimentos, como se os países do Prata atuassem apenas como “marionetes” dos países do Velho Mundo. No caso do Império do Brasil, este foi o único país latino-americano que continuou realizando empréstimos com casas bancárias inglesas depois da crise de 1825-1826.

O Brasil teve um processo de independência e construção estatal “fundado sobre bases monárquicas altamente centralizadoras” (WASSERMAN, 2010, p. 203), destacando-se de seus vizinhos que possuíam dificuldades sobretudo nessa ausência de centralidade. Ao mesmo tempo, estava longe da construção do Estado-Nação europeu, viveu diversos conflitos regionais e separatistas e sofria da dificuldade latino-americana de criar uma coesão de suas elites no sentido de levá-las a um mesmo projeto de nacionalidade, que exige ao mesmo tempo submissão e remodelação das relações sociais, políticas e econômicas.

Capitalismo e escravidão conviviam nesse espaço em que se construí uma monarquia rodeada de projetos republicanos, em que as infinitas possibilidades de um país em formação se combinavam às heranças coloniais que determinavam desde o governante até os tratados de independência e os limites territoriais (haja vista que o Brasil se tornou independente com o Uruguai anexado ao seu território como Província Cisplatina). A posição do Império do Brasil nesse novo continente era, portanto, permeada de contradições. Era um país independente com um

imperador português, que se envolveu em sua primeira guerra²⁷ pós-independência para garantir um território que havia sido anexado por Dom João VI.

Uma das preocupações geopolíticas centrais do Brasil no século XIX, que nos auxiliará a compreender a Diplomacia do Patacão, está relacionada ao acesso aos rios que cortam seu território e fazem parte da bacia do rio da Prata, que é a segunda maior bacia hidrográfica da América do Sul (a primeira é a bacia amazônica). Formada por três grandes sistemas hídricos: o Paraná, o Paraguay e o Uruguay, assim como pelo estuário conhecido como rio da Prata, a bacia integra parte dos territórios da Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia e a totalidade do Paraguai, como podemos ver na Figura 1. Montevideu e Colônia do Sacramento,²⁸ na margem norte do Prata, e Buenos Aires, na margem sul, eram os principais portos e entrepostos comerciais da região desde o período colonial. A independência dos países dessa região, entretanto, não tornou esses territórios menos conflitivos.

Figura 1 – Mapa contemporâneo dos principais rios da bacia do rio da Prata



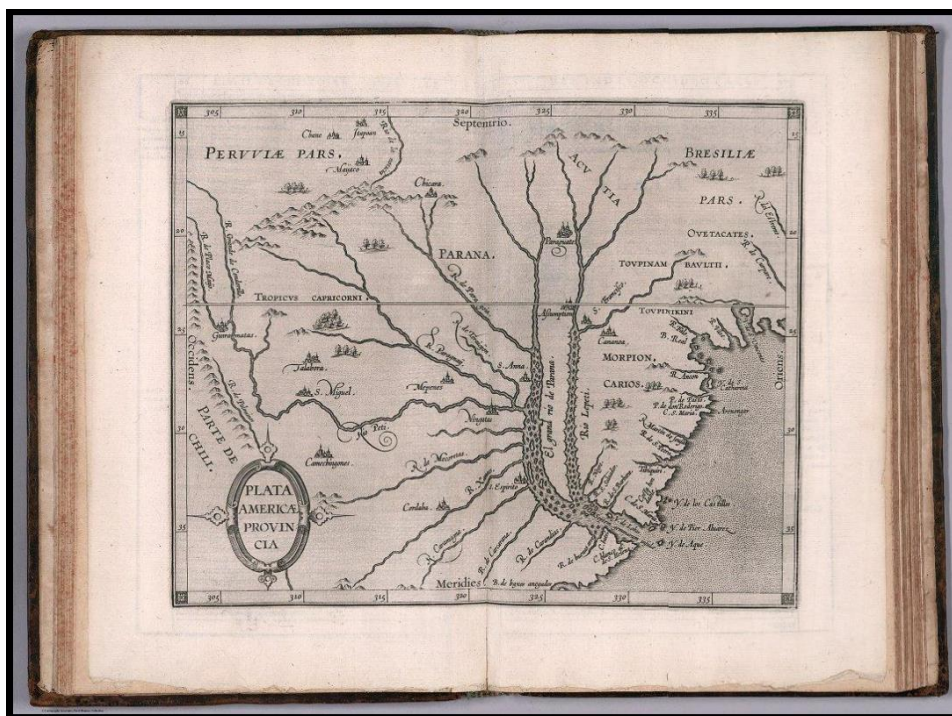
Fonte: MUSSER, 2010.

²⁷ A Guerra da Cisplatina ou *Guerra del Brasil* (sendo essa segunda nomenclatura mais utilizada na Argentina e Uruguai) foi um conflito ocorrido entre 1825 e 1828 que teve como principal consequência a independência do Uruguai. Esse território havia sido anexado ao brasileiro como Província Cisplatina em 1817, quando o Brasil ainda fazia parte do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

²⁸ Há uma extensa literatura sobre a presença portuguesa no Rio da Prata e a fundação da colônia do Sacramento no século XVII. Conferir: ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973; CANABRAVA, Alice P. *O comércio português no rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: USP, 1984; PRADO, Fabrício. *Colônia do Sacramento: O Extremo Sul da América Portuguesa*. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

O comércio que se realizava através desses rios, desde o contrabando de prata do século XVII até a indústria de lã, couros, charque ou ainda carne e cereais já em finais do século XIX, tornava essa região de interesse estratégico ao longo de todo o período de construção desses Estados platinos.²⁹ A Figura 2 mostra um mapa da região platina³⁰ de 1597, que é bastante ilustrativo para compreender a importância que os rios possuíam desde o período colonial. Em tempos em que as viagens por terra ainda eram bastante lentas e difíceis, o domínio dos rios era fundamental para dar acesso ao interior do continente sul-americano. Nesse mapa, os rios Paraná e Uruguai são descritos como “*El grand rio del Parana*” e “*Rio Lepeti*”).

Figura 2 - Plata Americae Provincia: mapa da região da bacia do rio da Prata (1597)



Fonte: WYTFLIET, Corneille; MAGINI, Giovanni Antonio. In: David Rumsey Historical Map Collection.

²⁹ Há uma extensa bibliografia sobre o contrabando de Prata da região platina desde o século XVII. A respeito do contrabando, diplomacia e formação dos Estados, conferir MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIN, Pedro. A centralidade da periferia. prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). *História, Histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013.

³⁰ Reichel e Gutfreind (1996, p. 13) consideraram a Região Platina colonial como formada pelas campanhas da Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, entendendo-a como uma totalidade com dois fatores naturais característicos: a terra fértil e plana, que favoreceu a reprodução de rebanhos vacuns e cavaleiros, e o rio da Prata, que interligava o Atlântico à Potosí, centralizando a região e integrando-a a áreas vizinhas.

Então apesar do fato de que a conformação regional da Diplomacia do Patacão já fosse outra, assim como os centros de controle governamentais, as disputas pelos portos, rendas alfandegárias e fluxos comerciais prosseguiram com a combinação de novos e antigos atores na longa duração dos conflitos platinos. Se nesse novo momento Portugal e Espanha já não possuíam poderio suficiente para prosseguirem nas disputas, Inglaterra e França passavam a ser os principais atores europeus nesse jogo. Em uma época em que “estar perto de um porto era estar perto do mundo”, como afirmou Hobsbawm (2019, p. 31), estar em Buenos Aires e/ou Montevideu (principais intermediários no século XIX entre os portos de ultramar e o interior platino) era estar em pontos estratégicos da América do Sul e inserido em disputas locais e globais pelas rendas públicas e oportunidades de comércio.

Era um mundo em que, segundo Hobsbawm (2019, p. 271), “o movimento de homens e de mercadorias já tinha o ímpeto de um deslizamento de terra”. Segundo o autor, entre 1816 e 1850 aproximadamente 5 milhões de europeus migraram, sendo $\frac{4}{5}$ destes para as Américas, enquanto entre 1780 e 1850 o comércio internacional se multiplicou mais de quatro vezes (HOBSEAWM, 2019, p. 271). Então além dos franceses e ingleses que migraram para a região platina e detinham a atenção dos diplomatas europeus, gerando diversas negociações com relação aos direitos e obrigações que esses indivíduos possuiriam nos novos países, os interesses de expansão comercial em um mundo em plena revolução industrial também demandavam estratégias geopolíticas.

A bacia do rio da Prata é, portanto, o nosso tabuleiro principal nesse jogo de disputas geopolíticas em que podemos caracterizar o “forte” e o “fraco”. É nesse espaço que o Brasil se mostra ocupando as duas posições: não é forte o suficiente para concorrer com as potências europeias, mas se mostra forte para lidar com os países vizinhos. Assim, o “forte” e “fraco” discutidos por Cervo (1981) assumem pesos distintos dependendo do lugar em que se encontra o país na hierarquia de poder do jogo geopolítico mundial. Afinal, nosso tabuleiro principal não pode ser compreendido fora do mapa mundi, fora de um jogo em que as grandes potências sempre têm algum impacto, influência ou interferência. A bacia do rio da Prata é um tabuleiro menor dentro do tabuleiro mundial, e é na relação dialética dessas duas escalas que prendemos nosso olhar nesta análise.

Por esse ponto de vista, passamos a questionar algumas conclusões a que pesquisadores chegaram sobre a Diplomacia do Patacão, como, por exemplo,

quando Almeida (2005) escreveu sobre seus fracassos financeiros, atribuindo-os à questão do tardio pagamento desses empréstimos financeiros pelos devedores, Argentina e Uruguai (no caso deste último, em 1918 se negociava que o saldo devido pelo país deveria ser aplicado em obras de benefício mútuo na fronteira com o Brasil). Mas será mesmo, que para um país como o Brasil da segunda metade do século XIX, os valores destinados a apoiar seus aliados nos conflitos geopolíticos do período podem ser considerados fracassos financeiros, já que os objetivos foram atingidos? Qual o papel do endividamento? Será apenas com objetivo de retorno financeiro, ou pode ser pensado como instrumento de poder, em que o aspecto financeiro importa menos do que o projeto de expansão?

Devemos questionar a ideia de que toda dívida deve ser paga. A ação do Império na Diplomacia do Patacão deve ser vista não como uma “salvação” aos países vizinhos, mas como a busca pela garantia de que a manutenção de seus aliados no poder seria a garantia de seus próprios interesses. Até que ponto as vantagens obtidas pelo Império com essas ações já não teriam feito os empréstimos “valerem a pena”? Além disso, podemos considerar a ideia da relação entre credor e devedor do Império do Brasil. Não seria notável que mesmo sendo devedor internacional o governo brasileiro tenha conseguido desenvolver essa estratégia? Havia expectativa, por parte do Império, de quitação dessas dívidas, ou sua importância geopolítica superava a preocupação com seus pagamentos?

Por que Irineu Evangelista de Souza arriscou capital e negócios nessa relação? Que vantagens o Império e seu principal banqueiro puderam tirar dessa situação? Havia convergência ou contradição de interesses entre o Brasil e as potências europeias nessas ações? A dívida pública pode representar a expansão ou ruína de um país, seu desenvolvimento ou sua submissão, e isso não depende de ela ser paga ou não. Depende do momento histórico, depende da posição na escala de poder do sistema interestatal do Estado devedor e do Estado que abriga o credor.

A hipótese central formulada no projeto de pesquisa do qual se desenvolveu esta tese, foi a de que a Diplomacia do Patacão possibilitou uma expansão do poder geopolítico do Império do Brasil na região da bacia do rio da Prata, através da relação de poder que a situação de credor propiciou em contexto de guerra. Entende-se que a dívida, mais do que um instrumento financeiro, é um instrumento de poder, que possibilita ganhos que vão além do lucro propriamente dito.

Nesse sentido, essa hipótese pode ser desdobrada em dois eixos principais: no primeiro, está a compreensão de que a Diplomacia do Patacão foi uma estratégia imperial que visava o ganho geopolítico e que, portanto, a utilização do crédito nessa relação foi apenas um meio surgido de fazer uma intervenção militar. Nessa perspectiva, os retornos esperados pelo governo imperial com os empréstimos realizados não eram financeiros, ou seja, não era o lucro com os empréstimos em si o objetivo da relação desenvolvida. No caso da Diplomacia do Patacão, os diversos tratados com o Uruguai e a Confederação Argentina puderam garantir ao Império seu principal objetivo: o acesso aos rios da Bacia e a tranquilidade em sua província mais meridional, o Rio Grande do Sul.

Assim, a Diplomacia do Patacão contribui para pensar a lógica do endividamento público na região latino-americana. Para esses países, a dívida pública representou a garantia de recursos para as lutas contra as metrópoles por sua independência, a construção de ferrovias ou outros projetos de infraestrutura e, muitas vezes, também a razão pela qual sofreram severas intervenções militares ou político-econômicas. Entretanto, mesmo enquanto devedor internacional e mesmo estando na periferia do sistema interestatal capitalista, o Império do Brasil tornou-se também credor. Compreender como essa relação de crédito do tabuleiro regional platino funcionou ao longo da segunda metade do século XIX é o nosso objetivo neste trabalho.

1.4 Teorias, metodologias e fontes

Os caminhos de construção deste trabalho fazem transgredir as fronteiras disciplinares oportunizando enxergar o objeto de estudo a partir de um princípio de horizontalidade das múltiplas visões, possibilitadas pelas diversas ciências, em um constante movimento transdisciplinar (RAMIREZ, 2013). Esta tese é, portanto, um trabalho de história que se utiliza também da Economia Política Internacional como abordagem metodológica, por meio de seu tripé indissociável entre História, Economia e Política para análise do sistema interestatal (FIORI, 2007). A dívida pública e a moeda podem ser pensadas como instrumentos de poder, de subordinação ou expansão, dependendo do Estado a que se observa e da posição nas escalas de poder que ocupa no sistema interestatal capitalista.

Assim, ressalta-se a análise do sistema interestatal capitalista como uma estrutura histórica que atravessa fronteiras políticas e as entrelaça pelas interdependências econômicas, tendo nos Estados-economias nacionais o ponto de partida para compreensão de sua expansão (WALLERSTEIN, 2004; FIORI, 2007). Segundo o argentino Walter Mignolo (2000), uma das grandes vantagens da teoria do sistema-mundo é que ela supera a ideologia nacional sob a qual foi forjado o imaginário continental e subcontinental, tanto na Europa quanto nas Américas. Mas a teoria de Wallerstein também tem uma desvantagem para análise da América Latina ou de qualquer outra região da “periferia” do sistema: ela não clarifica a questão da diferença colonial, porque analisa o sistema-mundo moderno a partir de seu próprio imaginário, deixando de investigar o imaginário de conflito no qual se baseia a diferença colonial (MIGNOLO, 2000).

Como faces de uma mesma moeda, a modernidade e a colonialidade do poder criam e consolidam a “periferia como natureza” ao fazer do capitalismo um “fenômeno europeu e não planetário” (MIGNOLO, 2000, p. 35). Então se por um lado esses países que nasceriam na América Latina não participariam da competição interestatal global, por outro o próprio processo de independência representaria uma importante movimentação no tabuleiro desse jogo. Há, portanto, uma dinâmica de disputa regional por poder, território, comércio etc. Há um jogo de poder global no sistema interestatal capitalista, mas nesse jogo há como subespaços, que por mais que sofram interferências do centro do sistema, possuem dinâmicas regionais próprias:

[...] o núcleo central das Grandes Potências se enfrenta com o desafio da convivência política e econômica com estes novos atores internacionais que nasceram dos impérios criados pela expansão dos seus “estados-economias nacionais”. Foram suas colônias que depois se transformaram, na maioria dos casos, em “quase-estados”, com uma soberania econômica e política extremamente limitada. Para os países centrais, o problema sempre foi como manter a hierarquia e impedir o aparecimento de novas potências regionais que pudessem ameaçar sua supremacia histórica. Do ponto de vista das ex-colônias, o problema sempre foi a afirmação de suas novas soberanias, junto com a reivindicação de mobilidade política e econômica dentro de um Sistema Mundial cada vez mais polarizado, e de um núcleo de poder central cada vez mais impermeável (FIORI, 2007, p. 47, grifos meus).

Desse trecho acima podemos destacar quatro pontos para compreender a Diplomacia do Patacão. Primeiro, que os Estados platinos nasceram dos impérios criados pelos Estados europeus, o que lhes confere um processo de construção

bastante distinto; segundo, que o processo de construção desses novos Estados no Prata criou “quase-estados”, considerados assim pela limitação de sua soberania. E essa limitação vem não apenas com relação às ingerências dos Estados europeus, mas da própria dinâmica regional de disputa, em que a atuação do Império do Brasil sobre o Estado uruguaio a partir do início da Diplomacia do Patacão pode ser um dos maiores exemplos. Em terceiro lugar, mesmo que os países centrais não consigam controlar totalmente a região platina, existe uma preocupação de impedir a criação de um país hegemônico na região que possa ameaçar a supremacia europeia.

Assim, as interferências europeias nos conflitos platinos ocorreram desde os processos revolucionários independentistas até a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, por interesses econômicos, políticos, geopolíticos etc. Um exemplo é a criação do Uruguai como Estado-tampão pela Inglaterra, já que se esse território fosse anexado pelo Império do Brasil ou pelas Províncias Unidas, alteraria a balança de poder regional. Por último, que a conquista da independência pelos países latino-americanos não assegurou sua soberania nem sua mobilidade política e econômica, porque os países do centro do sistema interestatal garantiram a manutenção da dependência dessas nações em formação para com o próprio centro, garantindo a supremacia europeia e utilizando instrumentos de poder como a moeda e a dívida pública.

Essa linha de pensamento parte, portanto, de uma perspectiva de longa duração, considerando que a passagem entre o tempo passado e o tempo presente nunca é de total ruptura (BRAUDEL, 1987, p. 33). O espaço platino, possui como todo espaço uma “inércia dinâmica”, ou seja, ao mesmo tempo que em que reproduz a estrutura global que lhe originou (da qual fazem parte, por exemplo, os conflitos coloniais), ele se impõe como uma mediação indispensável aos processos sociais que vierem posteriormente, às vezes alterando o objetivo inercial ou lhe conferindo uma orientação particular (SANTOS, 2004, p. 186). Nesse sentido, as disputas dos europeus pelo controle dos rios da bacia do Prata que perpassaram todo o período colonial foram de certa forma herdadas, modificadas e atualizadas pelos Estados que nasciam nessa região no início do século XIX.

Nesse sentido, o circuito comercial Atlântico que se iniciou no século XVI com a conquista e colonização da América Latina é fundamental para a compreensão da modernidade e do próprio capitalismo, porque é com a conquista e a colonização da

América a partir de 1492 que se inicia uma história verdadeiramente mundial, da qual se desdobraria o sistema-mundo:

Antes dessa data os impérios ou sistemas culturais coexistiam entre si. Só com a expansão portuguesa desde o século XV, que chega ao Oriente no século XVI, e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o “lugar” de “uma só” História Mundial (DUSSEL, 2000, p. 27, tradução própria).

A colonização da América é o momento fundante dessa modernidade, da qual a Europa não é seu ponto de partida, e sim seu “centro”; e não é toda a Europa, e sim a Europa Latina. Primeiro porque é a Espanha a primeira nação “moderna” na análise de Dussel (2000), que expulsando os muçulmanos, unificando as coroas e, portanto, a península, editando a gramática castelhana, e criando um certo consenso nacional por meio da Inquisição, dá início a primeira etapa da modernidade: o mercantilismo mundial.³¹

Nesse contexto, a utilização da prata e posteriormente o padrão-ouro fizeram com que a prosperidade interna dos países “dependesse diretamente do resultado de uma luta pela posse dos mercados e pela competição acirrada por metais preciosos” (KEYNES, 1996, p. 321). Por isso as minas de prata descobertas na América em meados do século XVI permitem à Espanha um acúmulo de riquezas capaz de fazê-la o mais poderoso país na Batalha de Lepanto, que interrompe o avanço do Império Otomano no Mediterrâneo. A partir de então, “o Atlântico suplanta o Mediterrâneo” (DUSSEL, 2000, p. 28, tradução própria).

As três análises, de Wallerstein, de Fiori e de Dussel, se contrapõem e ao mesmo tempo se complementam: de Wallerstein partimos da categoria de sistema-mundo para fazer do sistema nossa unidade de análise; de Fiori sustentamos a ideia de que a expansão desse sistema ganha um novo patamar a partir da criação dos Estados-economias nacionais; e a partir de Dussel colocamos a Europa Latina no centro desses processos ao iniciar a organização colonial do mundo. É Dussel quem mais nos ajuda a compreender a América Latina nesse cenário de formação do sistema mundial moderno: ela deu à Europa Latina uma enorme vantagem, já que toda acumulação de riqueza, experiência e conhecimentos advindos da conquista do

³¹ Conferir ANDREONI, Rafael. *O Mercantilismo como estratégia de Estado: considerações sobre a formação histórica dos Estados nacionais e a ‘arte de governar’ das grandes potências no contexto da civilização capitalista*. Dissertação de Mestrado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

Novo Mundo permitiu àquela península assumir a liderança na disputa com as outras culturas que ameaçavam a europeia, como a turco-muçulmana (DUSSEL, 2000).

Mas não foi apenas à Europa Latina que as riquezas do Novo Mundo serviram. Os metais preciosos e demais mercadorias produzidas nas colônias pelos braços escravizados de negros, indígenas e mestiços, permitiu a progressiva monetização dos mercados mundiais, uma importante posição geopolítica para rotas comerciais e a liderança europeia no intercâmbio comercial com os continentes africano e asiático. Era uma dominação branca do conjunto do mercado mundial que representava uma mudança global: com a América se iniciava “um inteiro universo de novas relações materiais e intersubjetivas” a partir da percepção da transformação que se operava no mundo (QUIJANO, 2000, p. 130, tradução própria). “Só com a América o capital pôde consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo arredor do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial”, afirma Quijano (2000, p. 132, tradução própria).

Essas abordagens mais amplas que inserem a discussão sobre o próprio sistema interestatal capitalista, têm como uma das primeiras referências a tese de Fernand Braudel sobre o Mundo Mediterrâneo, que articulava os movimentos estruturais que ele chamou de longa duração com os movimentos conjunturais dos ritmos econômicos, as estruturas políticas e as civilizações. A interdisciplinaridade dessa análise, que congregava história, economia e sociologia, foi um dos seus grandes méritos. Mas por diversas razões, o estruturalismo que marcou a historiografia dos anos 1960 recebeu diversas críticas entre fins da década de 1970 até os anos 1990.

Fragoso e Florentino (1997) citam o extremo dedutivismo e o reducionismo econômico a que chegaram muitas das pesquisas relacionadas a essa linha; Revel (2000) fala da acumulação de dados, mais descritos que criticados, que muitas vezes terminavam por servir a nada; e Viotti da Costa (1998) lembra das interpretações mecanicistas e da separação artificial entre infra e superestrutura. Entretanto, o que iniciou “como uma crítica saudável e necessária” acabou se transformando em uma “inversão completa”, que levou do “reducionismo econômico para o cultural ou linguístico” (COSTA, 1998, p. 10). Com isso, explica a autora, a busca incessante por novas fontes e novos “casos” passou a ser mais valorizados

do que os debates teóricos: “o empirismo tornou-se moda novamente” e não visando a formulações de novas teorias, “mas como um fim em si mesmo, como se a história pudesse de algum modo revelar-se a qualquer pessoa que se debruçasse sobre documentos” (COSTA, 1998, p. 10 e 11).

Levando em conta as reflexões depreendidas desse debate, podemos hoje trabalhar com as críticas a ambas as abordagens e evitar incorrermos nos mesmos erros cometidos nas décadas anteriores, tanto quanto aprendermos com seus méritos. Nem ignorar a “história ao rés-do-chão”, muito menos nos deixar levar acriticamente por teorias estruturais que não incluem em seu escopo a periferia do sistema interestatal. O desafio da pesquisa a que este projeto se propõe, tendo como objeto de estudo a Diplomacia do Patacão, é ter a totalidade como ponto de partida como sugeriram Fragoso e Florentino (1997), considerando que “todo objeto historiográfico entretetece-se no cruzamento não de um, mas de alguns campos históricos que ajudam a constituir-lo” (BARROS, 2011, p. 46), para compreender como a guerra, a dívida e a formação do Estado-nação na região da bacia do Prata combinaram-se em um jogo de disputa por poder baixo um sistema global de disputa por poder.

Nesse sentido também a geografia crítica pode auxiliar, agora a partir de Benjamin Cohen (1998), que ajuda a compreender as representações espaciais (como as fronteiras entre países que vimos desenhadas nos mapas, por exemplo) como construções sociais ancoradas em realidades empíricas: ou seja, são subjetivas e políticas. Sendo assim, Reichel e Gutfreind (1996, p. 13), utilizando o conceito de “região” da geografia crítica para delimitar seu estudo ao invés da “bacia do rio da Prata”, consideram que a análise feita dessa forma passa a considerar o “movimento contínuo e contraditório” desse espaço que é examinado em sua totalidade, como um “espaço capitalista de produção” integrado às relações sociais que fundamentam a cultura que se forma nessa região (REICHEL; GUTFREIND, 1996, p. 13). Por isso, embora as autoras trabalhem com o período colonial, essa definição ajuda a compreender a formação dos Estados e do contexto geopolítico desse espaço que estamos analisando.

Na mesma linha, as fronteiras da região platina devem ser entendidas como algo mais fluido, passível de ser “manejado”, como bem definiu Mariana T. Flores

(2014).³² Esses conceitos ajudam a compreender também os tão complexos conflitos entre os grupos que disputavam o poder nos espaços que hoje conhecemos por Uruguai e Argentina, ou mesmo no Rio Grande do Sul, que por ser um espaço fronteiro com essas regiões, acabava influenciando e sendo influenciado por essas disputas que vinham desde o período colonial. Na fluidez das fronteiras, as rivalidades entre as diversas facções que disputavam poder nos países do Prata cruzavam-se e criavam complexas relações econômicas, políticas, ideológicas e pessoais que interferiam nas dinâmicas desses conflitos.

Para verificar as hipóteses formuladas neste projeto, a pesquisa se centrou no cruzamento de dados e informações presentes na historiografia selecionada sobre o assunto e as fontes coletadas em diversos acervos documentais. A abordagem de base deste projeto é qualitativa: buscamos interpretar o fenômeno estudado, a Diplomacia do Patacão, a partir de vários ângulos e utilizando diferentes fontes de dados comparadas entre si. Selecionadas as bibliografias e fontes, os dados foram organizados e descritos, para que seus resultados pudessem ser interpretados e as hipóteses pudessem ser testadas constantemente.

No que diz respeito à pesquisa documental, ela foi realizada nas cidades do Rio de Janeiro, Buenos Aires e Montevideu. As viagens foram oportunizadas pela bolsa de Doutorado Sanduíche PDSE da CAPES, realizado no Instituto Ravignani, na Universidad de Buenos Aires. A escolha de realizar a investigação nos três países se deu com o intuito de buscar uma análise mais plural, com mais chances de evitar as armadilhas que os nacionalismos desses documentos apresentam. Ao mesmo tempo, optou-se pela análise especificamente relacionada aos grupos aliados ao Império do Brasil dentro de cada país que receberam os empréstimos da Diplomacia do Patacão. Essas fontes são sobretudo cartas, relatórios e memórias diplomáticas, assim como tratados, acordos, contratos e convenções, realizados

³² O conceito de “fronteira manejada” foi desenvolvido por Mariana Thompson Flores em sua tese de doutorado, publicada em 2014, e “corresponde à necessidade de reduzir a escala de análise às ações individuais, sem perder a dimensão da ação do Estado e dos contextos históricos amplos; considerar que a fronteira proporciona, ao mesmo tempo, separação e contato; que o limite estabelecido é reconhecido pelos fronteiriços, cumprindo função concreta nas suas vidas; que as relações estabelecidas de um lado ao outro serão “transfronteiriças” porque perpassam a fronteira, mas não desconsideram as fronteiras em si; que a fronteira não é um dado fixo, mas sujeita à constante alteração de organização e significados, o que implica as relações estabelecidas; que os sujeitos fronteiriços também não são homogêneos, mas correspondem às mais variadas posições sociais, e é a partir de seus posicionamentos que recursos específicos estarão disponíveis para serem manejados; que a fronteira funciona para eles como um espaço de estratégia que deve ser levado em consideração nas suas decisões cotidianas” (FLORES, 2014, p. 351).

entre Brasil, Argentina e Uruguai. Também foi explorado parte do arquivo privado de Irineu Evangelista de Souza, visconde de Mauá. As buscas em jornais foram sugeridas por alguns pesquisadores, mas optou-se por não incluir esse tipo de fonte devido à limitação de tempo nas cidades, assim como a já ampla quantidade de documentos coletados (ver no “APÊNDICE A” a listagem dos arquivos e unidades examinados).

A escolha sobre os arquivos a serem investigados teve importantes indicações de pesquisadores de cada país. A análise dos catálogos (a maioria disponível online) foi feita tendo algumas palavras chave, como “subsídio”; “financeiro”; “dívida”; “empréstimo”; “Mauá”; “Irineu”; “Buschental”; “patacão”, inserindo possíveis variações de gênero, número, grau e grafias para cada palavra. Em todos os arquivos foi possível fotografar ou solicitar a digitalização dos documentos selecionados. Para a fotografia, foi utilizado a câmera do smartphone e um dispositivo de apoio para digitalização desenvolvido exclusivamente para esse fim.

Foi acumulada uma imensa quantidade de dados: as fotografias totalizaram quase 12 mil imagens, 45,3 GB de dados (as digitalizações realizadas pelo IHGB no Rio de Janeiro atrasaram devido à pandemia de Covid e não foram contabilizadas nesses números). A tarefa de organização desses dados consiste na separação das imagens por pastas nomeadas com os dados de localização fornecidos pelo arquivo. Depois, foi feita uma catalogação com as informações sobre cada documento pertinentes à pesquisa em planilhas de Excel. Colocando essa planilha na ordem cronológica dos documentos, foi possível uma análise bastante ampla sobre o período a ser tratado dentro dos objetivos propostos pelo projeto.

Nesse sentido, a tese foi estruturada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo que prossegue esta introdução, intitulado “*Si vis pacem, para bellum*”, os dois principais objetivos são explicar o porquê o Brasil interveio na Guerra Grande e porque utilizou a via financeira no início dessa intervenção. Já o capítulo seguinte trata do “Pecado original”, expressão comum na literatura sobre endividamento público dos países latino-americanos, assim como foi uma expressão utilizada por Irineu Evangelista de Souza para referir-se ao momento em que decidiu expandir seus negócios para o Uruguai. A ideia nessa parte do texto é discutir o ciclo de dependência de subsídios em que o Uruguai e o Brasil se viram envolvidos a partir de 1850. Também trata sobre o

empréstimo realizado para as províncias de Entre Rios e Corrientes para derrotar a Juan Manuel de Rosas na Confederação Argentina.

No capítulo quatro, intitulado “Estados e banqueiros”, o objetivo é analisar o entrelaçamento de interesses entre o governo do Império do Brasil e os banqueiros e prestamistas envolvidos nas estratégias da Diplomacia do Patacão, principalmente o barão de Mauá e José de Buschental, no contexto de aliança entre o poder político e o econômico. E no último capítulo, “Nova guerra, novos empréstimos”, trata-se dos empréstimos brasileiros ao Uruguai e à Argentina durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assim como sobre os pagamentos dessas dívidas acumuladas desde 1850. Encerra-se com as considerações finais da tese.

Por fim, cabe especificar que para facilitar a leitura do trabalho, optou-se pela atualização da gramática nos trechos transcritos das fontes pesquisadas. A seguir, a título de introdução, apresentamos um tópico introdutório acerca dos interesses da monarquia brasileira sobre a região da bacia do rio da Prata.

1.5 Os interesses do governo brasileiro no Prata: a Província de São Pedro e a Banda Oriental

*“Os braços dos rios unem o Brasil aos outros países da América. São as redes fluviais que fazem do Brasil um país americano, ao passo que pelo litoral se mantém estritamente europeu”
(BESOUCHET, 1978, p. 49).*

No início do século XIX, o território do Rio Grande de São Pedro ainda estava pouco ocupado por europeus, e por isso Portugal ainda não havia assegurado sua posse de forma concreta (PICCOLO, 1991). A capitania foi desanexada do governo do Rio de Janeiro em 1807 e elevada à categoria de capitania-geral, no intuito de “garantir um melhor aproveitamento econômico da capitania de São Pedro e acelerar sua efetiva integração na América lusa [...]” (PICCOLO, 1991, p. 9). A partir de então, passaria a se chamar Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul.³³ Com as Guerras Napoleônicas, a transferência da corte portuguesa ao Brasil e o início dos conflitos independentistas na América do Sul, a dinâmica da disputa de poder na região foi se alterando. A sublevação de José Gervasio Artigas na Banda

³³ MIRANDA, Marcia Eckert. *A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo, HUCITEC, 2009.

Oriental parecia uma ameaça à ordem em São Pedro, de forma que D. João VI ordenou a ocupação daquele território em junho de 1811, enviando o “exército pacificador da Banda Oriental” com 50 navios ao Rio da Prata. Tanto a questão política quanto a econômica determinavam a ação portuguesa:

A necessidade de arrebanhar muares e a concorrência que a pecuária e as charqueadas da Banda Oriental faziam às do Rio Grande de São Pedro, 50% menos produtivas, concorreram, naturalmente, para a invasão. Mas foi sobretudo o fator político que a precipitou. O príncipe D. João, cujas tropas já haviam chegado ao Paraguai para combater as de Manuel Belgrano, receava que Montevideu caísse em mãos de Artigas e dos contingentes de Buenos Aires, aumentando o perigo de que a “anarquia revolucionária” contaminasse o Brasil (BANDEIRA, 2012, p. 80).

Os ingleses interferiram no conflito e os portugueses declararam armistício, saindo da Banda Oriental. Com isso, Artigas conseguiu expulsar os espanhóis em 1814, e posteriormente venceu as Províncias Unidas, intitulando-se chefe dos Orientais (SOARES, 1955). Em uma segunda tentativa de derrotar Artigas, D. João VI decidiu enviar novamente tropas em agosto de 1816, dessa vez vitoriosa, ocupando Montevideu em janeiro de 1817 (BANDEIRA, 2012). Essa ocupação garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Foi um período de “intensa e extensa apropriação de terras e gado”, assim como de formação de um significativo comércio entre a Cisplatina e São Pedro (PICCOLO, 2000).

Além disso e ainda mais importante, a posse do porto de Montevideu pelo então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permitia não apenas o acesso mais estratégico para garantir a segurança do interior do território brasileiro como permitia anexar toda a Banda Oriental, o que ocorreu finalmente em 1821.³⁴ Mas a região era muito disputada e Buenos Aires nunca aceitou a anexação da Banda Oriental ao Império. Com o tempo e a dificuldade de se chegar a um acordo entre as Províncias Unidas e o Império, a Inglaterra novamente entrou em cena, buscando garantir o livre comércio e um irrestrito acesso aos rios, entrepostos comerciais e pontos de abastecimento da bacia.

Assim, nesse novo movimento das forças regionais e mundiais foi assinada a Convenção Preliminar de Paz de 27 de agosto de 1828, criando o Uruguai enquanto Estado-tampão, viabilizando-o como um ponto de apoio regional para a política

³⁴ PRADO, Fabrício. Comércio trans-imperial e monarquismo no Rio da Prata revolucionário: Montevideu e a Província Cisplatina (1808-1822). *Almanack*, Guarulhos, n. 24, ed00819, 2020.

marítima inglesa a livre navegação de todos os rios que desaguam no rio da Prata por quinze anos, e evitando um desequilíbrio entre Buenos Aires e Brasil, ou uma eventual união entre os dois (PADRÓS, 1996). Com toda a instabilidade herdada do período colonial, entretanto, a independência do Uruguai não foi sempre a alternativa mais óbvia.

Os ideais revolucionários pelos quais lutava José Artigas,³⁵ por exemplo, mostraram que as classes proprietárias da região tinham como preocupação não apenas a estabilidade política, como também a manutenção de suas propriedades e privilégios. Por isso que em 1821 a incorporação oficial ao Brasil como Província Cisplatina, após anos de ocupação militar luso-brasileira, foi uma decisão³⁶ também desses grupos dirigentes uruguaios que estavam sempre em dúvida sobre sua soberania (BARRERA, 2015, p. 63). Nesse sentido, a independência uruguaia após a Guerra da Cisplatina, aconteceu sob influência inglesa para que como “um algodão entre dois cristais”,³⁷ esse território funcionasse como um entreposto ao comércio internacional e à geopolítica mundial.

Para Bandeira (2012, p. 107), “a guerra entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas refletiu, basicamente, uma disputa pelos estoques de gado da Banda Oriental”, a matéria-prima de que necessitavam os saladeiros do Rio Grande e Buenos Aires. Já na visão de Helga Piccolo (2000, p. 132), o conflito “revelou a importância política da fronteira, que se afirma como espaço de refúgio onde se aliciava gente, se levantava recursos (especialmente gado) com ou sem a conivência de autoridades constituídas”. Nesse sentido, essa fronteira entre a Província de São Pedro e o Uruguai demonstrava não apenas uma oposição, que se torna mais clara com a independência daquele país, como uma continuidade, construída pelos anos de avanço luso-brasileiro sobre aquele território.

³⁵ José Gervásio Artigas foi nomeado Chefe dos Orientais em 1811 e Protetor dos Povos Livres em 1816, e considerado em 1856, após sua morte, como o fundador da nacionalidade uruguaia. Suas bandeiras nas lutas revolucionárias que liderou eram independência, liberdade republicana e união dos povos, além de fender certo igualitarismo, discutindo a participação popular na representação dos povos e até mesmo os direitos de propriedade (FREGA, 2016b, p. 39-55).

³⁶ “*En 1821 las alternativas eran cuatro: la incorporación al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarve, la unión a las provincias argentinas, la independencia absoluta y la reincorporación a la nación española*” (FREGA, 2016b, p. 55).

³⁷ A expressão foi utilizada por Lord Ponsonby, mediador britânico nas negociações da Convenção de Paz que garantiu a independência do Uruguai. Ver Ricupero (2011, p. 153); Soares (1955, p. 74); Padrós (1996, p. 127).

Então, há que se considerar que os efeitos dos conflitos ao longo dos séculos se refletiram na construção do Estado uruguaio independente, que passou mais da metade do século XIX em guerra quase permanente. Esse contexto fomentava tanto as disputas locais quanto as preocupações das grandes potências com a manutenção de seu papel de Estado-tampão. Por outro aspecto dessa mesma questão, a preocupação das grandes potências e dos países vizinhos com a liberdade de navegação da região mantinha esse território sempre sob vigilância internacional. Segundo Medrano (2001), a dinâmica própria desse espaço fluvial platino deve ser compreendida a partir das relações de convergência de interesses entre essas localidades com fronteira comum. Essas relações, segundo a autora, extrapolam as fronteiras políticas pois muitas vezes encontram nesses rios as soluções para articularem-se ao centro de seus países, com ou sem o apoio desses governos centrais.

Já no Brasil, o período pós-independência do Uruguai tampouco foi pacífico. O período regencial (1831-1840) foi marcado pela instabilidade política e econômica, que tem como um de seus marcos o Ato Adicional de 1834 que dava maior poder aos presidentes provinciais e colocava em conflito as oligarquias regionais do país. Várias revoltas regionais ocorreram no Brasil nesse período e a mais longa delas ocorreu na Província de São Pedro do Rio Grande, a Guerra dos Farrapos. Tendo por motivações questões políticas e econômicas, esse conflito brasileiro parece ter sido mais uma variável do processo de formação dos Estados nacionais na região platina (PADOIN, 2006). O conflito demandaria intenso esforço imperial de pacificação para garantia de sua fronteira, ainda que a estrutura das relações econômicas e sociais que tinham origem no período colonial não tenha sido transformada.

Muitos dos pertencentes à elite rio-grandense estiveram na luta pela defesa do Império, de modo que coexistiram dois governos na província: o imperial e o republicano (PADOIN, 2006). Além da divisão entre farrapos e imperiais, os próprios rebeldes não eram um grupo coeso, se dividindo entre “grupo da maioria”, com mais influências do liberalismo, e “grupo da minoria”, mais voltados ao reformismo. Havia ainda os abolicionistas, e os não-abolicionistas, os separatistas, os não separatistas etc. Eram grupos de interesses movidos pelas relações produtivas, comerciais e mesmo ideológicas e pessoais. Nessa sociedade fronteiriça, os donos de terras

eram também os chefes militares, semelhante aos caudilhos argentinos e uruguaios (MESSIAS, 2018).

Esses militares que passaram anos defendendo as fronteiras ao sul do Brasil foram bastante privilegiados com a incorporação da Província Cisplatina e mantiveram propriedades naquele território mesmo após sua independência, o que garantia a produção pecuária para os estancieiros rio-grandenses. Mas reclamavam que os impostos considerados por eles exorbitantes que pagavam ao Império não eram investidos na província e sufocavam sua produção e seu comércio. E, principalmente, esses produtores de charque e gado tinham como principal mercado o brasileiro, mas estavam em desvantagem com relação aos concorrentes estrangeiros pelo câmbio e pelas vantagens tarifárias que esses últimos possuíam, e mesmo pela diferença de qualidade entre os produtos da província e do Prata, sendo deste último considerados melhores no mercado.

Mas por que o Império do Brasil simplesmente não oferecia proteção à sua própria indústria? Primeiro porque assim como os demais países da região, o Império do Brasil tinha uma alta dependência das rendas alfandegárias. Segundo os dados apresentados por Almeida (2005, p. 186-187), os direitos de importação representavam a metade da receita do governo, enquanto os de exportação chegavam a 20% em meados do século XIX. Os orçamentos das províncias apoiavam-se principalmente nos “direitos de baldeação e reexportação, em direitos de saída e em dízimos e impostos sobre artigos diversos, segundo a especialização regional”, e as isenções ocorriam por conveniência ou por motivos políticos (ALMEIDA, 2005 p. 188).³⁸ Então por receberem poucos recursos do governo central, as províncias acabavam por cobrar tarifas de exportação de seus produtos para outras partes do país, como no caso de São Pedro, em que o agravante era a falta de proteção contra os produtos concorrentes que eram importados dos países vizinhos.

Nesse sentido, Lília Medrano (1992, p. 232) explica que outra razão para a falta de proteção ao charque brasileiro era que o governo imperial favorecia a entrada de charque vindo de Buenos Aires porque essa era uma das únicas exportações daquele porto para o Brasil, enquanto a este último interessava seguir

³⁸ Ver também VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. *Est. econ.*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, abril/junho 2007.

exportando ao primeiro os produtos agrícolas que produzia em outras regiões do país, como o café, açúcar, tabaco, erva-mate, arroz etc. Por isso foram inúmeras as reclamações dos produtores gaúchos ao governo brasileiro, tanto pela falta de proteção quanto pelas perdas ocasionadas pela guerra uruguaia, sobretudo após o cerco a Montevideu de 1843.

Além disso, muitos desses “senhores da guerra da fronteira” tinham relações pessoais próximas com diversos uruguaios envolvidos nos conflitos de seu país e que muitas vezes se exilavam no Brasil, de modo que essas relações preocupavam o governo brasileiro. O estopim da Revolta Farroupilha em 1835, portanto, esteve relacionada a denúncias sobre esse tipo de relações pelos presidentes da Província, assim como acusações de conspirações e separatismo. Bento Gonçalves,³⁹ Bento Manuel (que por três vezes trocou de lado ao longo da Guerra), e o General Netto,⁴⁰ tão famosos na cultura gaúcha, lideraram a insurreição, que culminou na Proclamação da República do Piratini em 11 de setembro de 1836. O Império não reconheceu a separação e uma guerra civil se instaurou na região por dez anos.

Do lado dos farrapos, estavam estancieiros e charqueadores, assim como escravizados que acreditavam na promessa de que com a implantação da República seriam libertos. Mas havia na província também os charqueadores que mais preocupados com o andamento de seus negócios, migraram para o Uruguai logo nos primeiros meses do conflito, uma clara demonstração da fluidez dessa fronteira (VARGAS, 2013). De acordo com as estimativas apresentadas por Hartmann (2002, p. 79), os farroupilhas mantinham um exército bem menor que o imperial, e conseguiam arcar com suas despesas por meio da venda de gado e charque para os países da bacia do Prata, além dos investimentos de dirigentes e simpatizantes da revolução.

Os farrapos tinham alta mobilidade por conhecerem bem o terreno, mas perdiam dos imperiais também na capacidade bélica. Era fundamental ao Império

³⁹ Um dos principais representantes dos farroupilhas era o Coronel Bento Gonçalves. Ele foi o principal representante liberal da Província de São Pedro nos manifestos de 1831 que levaram à abdicação de D. Pedro I. Participou da primeira Campanha Cisplatina em 1811 e 1812, e da segunda de 1816 a 1821, quando foi nomeado capitão. Em 1824 foi nomeado tenente-coronel. Na Guerra da Cisplatina, participou das mais importantes batalhas, como a de Sarandi e a de Ituzaingó. E em 1829, recebeu seu mais importante título: D. Pedro I o nomeou Coronel de Estado-Maior. Nesses conflitos em que se envolveu, Bento Gonçalves adquiriu estâncias tanto no Uruguai quanto no Brasil, e era amigo de Lavalleja (MESSIAS, 2018, p. 97).

⁴⁰ Ver: SILVA, Matheus Luís da. *Trajetória e atuação política de Antônio de Sousa Netto (1835-1866)*. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

vencer os farrapos, pois sabia-se que as ligações dessa província com os países platinos era uma séria ameaça à integridade territorial da última monarquia da região. A Província de São Pedro era fundamental tanto ao Império quanto aos demais países platinos. Enquanto independente, a República Rio-Grandense abria várias possibilidades de alianças: poderia unir-se a Entre Rios, Corrientes e Uruguai, para enfrentar Rosas em Buenos Aires; poderia unir-se apenas ao Uruguai e assegurar a independência de Montevideu e do Paraguai contra a Confederação Argentina; e mesmo que não se unisse a outro país, serviria como mais um Estado-tampão a proteger a Argentina dos propósitos imperialistas brasileiros. “Visto sob qualquer ângulo, um Rio Grande do Sul independente significaria um Brasil mais fraco” (LEITMAN, 1979, p. 52).

Por isso, a Guerra dos Farrapos foi um acontecimento bastante relevante para o decorrer dos conflitos uruguaios e para a Guerra contra Oribe e Rosas, já que a partir dessa revolta o apoio rio-grandense vinha não apenas de interesses e relações pessoais, mas de estratégia de guerra de uma nova república que lutava por sua independência. Em Buenos Aires, Rosas reconheceu Antonio Manoel Correa da Câmara como enviado plenipotenciário da República do Piratini em 6 de setembro de 1839,⁴¹ contrariando assim o governo imperial. Com isso Rosas não apenas ameaçava a estabilidade do governo uruguaio com sua intervenção por meio de Oribe, como ameaçava também a integridade do território brasileiro, segundo a visão do governo imperial.⁴²

Por outro lado, Moniz Bandeira (2012, p. 112) afirma que apesar de o enfraquecimento do Império do Brasil ser favorável a Rosas, a competição pelo mercado de carnes e consequentemente pelo gado uruguaio não fazia dos Farrapos um aliado tão óbvio ao governante bonaerense, que era um dos líderes nesse ramo de negócios em Buenos Aires. Nesse sentido, as alianças ao longo dos conflitos foram alteradas diversas vezes, em lentos processos de construção de estratégias que nem sempre culminavam em posições claramente coerentes. Até 1839, ano da declaração de guerra que marca o início da Guerra Grande, pode-se dizer que nesse complexo emaranhado de acertos, por linhas gerais os farroupilhas

⁴¹ BRASIL, RRNE, 1852, p. XIV e XV.

⁴² “Os esforços feitos pelos generais Rosas e Oribe para separar do Império a província do Rio Grande do Sul [...] são circunstâncias que nos deviam fazer desejar e empenhar todos os esforços para uma solução definitiva dessas questões [...]” (BRASIL, RRNE, 1852, p. XIV).

mantinham relações preferencialmente com *blancos* uruguaios e *federales* argentinos (GUAZZELLI, 2013).

Se, por um lado, a intervenção do Brasil na Guerra Grande seria possibilitada pelo fim da Guerra dos Farrapos (PICCOLO, 2008), por outro lado seria justamente a interferência dos rio-grandenses naquele conflito que tornaria ainda mais urgente a ação imperial (BANDEIRA, 2012). Primeiro o Império, através da ação e da negociação do então Barão de Caxias (SOUZA, 2008), conseguiu pacificar sua província meridional e reintegrá-la a seu território: a Paz de Ponche Verde foi assinada em 1845 fazendo concessões aos farroupilhas, em que a principal seria a introdução de um imposto de 25% sobre o charque importado (CARVALHO, 2012). Depois, nessa mesma declaração em que o comandante farroupilha David Canabarro comunicou às suas tropas o Tratado de Paz, já declarava apoio ao Império contra Rosas:

Um poder estranho ameaça à integridade do Império e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar em nossos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos, ao bem geral do Brasil (SOARES, 1955, p. 101).

A partir de então, o Império teria de volta seus “senhores da guerra”. Para Ilmar de Mattos (1987, p. 85 e 86), na construção do Estado brasileiro a indivisibilidade do território era considerada como um “dogma político”, já que a ideia de unir em um corpo uno e indiviso como uma Nação uma população tão heterogênea e estamental era bastante improvável nas primeiras décadas do Brasil independente. Nesse sentido, defender a indivisibilidade ameaçada pelas revoltas como a Farroupilha, era centralizar na Coroa “o papel de gestor dos interesses dominantes que se distribuem de maneira irregular pela imensidão do território”, ao mesmo tempo em que justificava esse papel (MATTOS, 1987, p. 85 e 86).

Nesse contexto, pacificada a província, os estancieiros buscaram retomar suas atividades econômicas e para tanto recorreriam novamente às suas propriedades do outro lado da fronteira, na região que agora era de domínio dos *blancos* uruguaios liderados por Manuel Oribe, que tinham como uma das principais orientações estabelecer o princípio de autoridade e defender o território da campanha contra a penetração brasileira (DEVOTO; DEVOTO, 1971). Segundo Menegat (2015), no Relatório da Repartição de Negócios Estrangeiros de 1850

foram contabilizadas 1.353 propriedades no Uruguai que eram pertencentes a 1.198 súditos do Império. As reclamações acerca do gado e do couro que cruzava as fronteiras vinham tanto por parte dos brasileiros, quando da legação argentina no Rio de Janeiro, que via em algumas ações dos proprietários rio-grandenses uma interferência na guerra em que o Império se dizia neutro, sobretudo pós-1847.

Outro ponto de atrito era a manutenção do regime escravista nas suas fronteiras ao sul onde os países vizinhos já haviam abolido a escravidão. A escravidão foi abolida pelo governo de liderado por Oribe (que dominava a maior parte da campanha uruguaia) em 1846, de modo que os proprietários rio-grandenses que estavam na região tiveram que retornar para o Brasil com seus escravizados para assegurar suas propriedades. Em 1848, com o objetivo de garantir a produção de charque pelos saladeiros uruguaios, Oribe fechou a fronteira proibindo a passagem de tropas de gado para a Província de São Pedro, o que intensificou o conflito com os estancieiros brasileiros e a diminuição da produção do charque (VARGAS, 2013). Esses foram buscar no governo do Império uma defesa para suas propriedades, reivindicando uma intervenção militar naquela região.

Além disso, *colorados* uruguaios se mantinham refugiados no lado brasileiro da fronteira após o domínio dos *blancos*. Segundo Vargas (2013. p. 307), enquanto as reclamações de saques e agressões eram feitas por proprietários menos prestigiados na região, o Império conseguia manter o controle do clima de insatisfação; mas quando famílias importantes dessa elite rio-grandense passaram a ser atacadas, “as retaliações tomaram proporções irreversíveis”. Por conta própria, os estancieiros de São Pedro buscaram meios de apreender as reses e escravos que acreditavam que lhes era de direito, realizando incursões armadas no Uruguai. Esses movimentos ficaram conhecidos como “califórnia”, nomeados assim em referência à descoberta do ouro na Califórnia nos Estados Unidos em 1848, atraindo em torno de 300 mil pessoas para aquela região e levando ao enriquecimento súbito dos garimpeiros norte-americanos (FRANCO, 2006).

As “califórnia” no Uruguai ocorreram entre 1849 e 1850 e participavam não apenas os rio-grandenses, como também os uruguaios e argentinos refugiados na Província. Elas visavam apoderar-se principalmente do gado que seus participantes ou chefes possuíam do outro lado da fronteira, assim como de escravos que fugiam para o Uruguai onde a escravidão já havia sido abolida. Entre março e abril de 1849, teriam passado seis tropas de cerca de mil cabeças de gado cada, segundo

denúncia do Coronel *blanco* Diego Lamas (FLORES, 2014). As denúncias geravam conflitos entre os militares rio-grandenses, pois enquanto uns eram mais combativos com relação aos “californianos”, outros pareciam condescendentes, na análise de Sérgio da Costa Franco (2006). Segundo o autor, as correspondências entre esses militares demonstram que alguns deles percebiam que a população apoiava os insurgentes, já que “a repercussão das alegadas perseguições sofridas no Uruguai oribista pelos fazendeiros brasileiros era bastante forte para gerar solidariedade popular aos movimentos de rebeldia” (FRANCO, 2006, p. 24).

Um dos principais líderes das califórnicas foi Francisco Pedro de Abreu,⁴³ também conhecido por Chico Pedro, Moringue e Barão de Jacuí, título esse que recebeu logo após o fim da Revolta Farroupilha. Em outubro de 1849 já se fazia denúncias de que o Barão de Jacuí estaria organizando saques e transportes de gado, trazendo-os do território oriental para a Província de São Pedro, o que o governo de Oribe havia proibido (FRANCO, 2006). Em dezembro daquele ano, o Barão de Jacuí se declarava como chefe dessas incursões e o fez por meio da seguinte proclamação:

Brasileiros! – É tempo de correr às armas e despertar o letargo em que jazeis. Uma série não interrompida de fatos horrorosos, que têm cometido esses selvagens invasores no Estado limítrofe para com nossos patrícios e propriedades, não vos são ocultos; e reconhecendo o vosso valor e patriotismo, o Chefe que firma vos convida a reunir-vos ao ponto marcado, e destarte salvamos a Honra Nacional e as nossas propriedades extorquidas; e creio que não sereis indiferentes a este sagrado dever.

Brasileiros! Marchemos em socorro de nossos irmãos, ali mostraremos que somos dignos das bênçãos da Pátria.

Orientais! Vós que emigrastes para um país hospitaleiro, ajudai a libertar vossa pátria desses assassinos degoladores, que têm manchado a vossa história de Independência com atos os mais atrozes, que jamais foram vistos em todo o orbe; contaí com a proteção do Deus das vitórias, e se voveres a esse inimigo comum, a pátria vos será grata.

Viva a Nação Brasileira. Viva S.M.I. Viva a Constituição do Império!

Quartel General em marcha, 26 de dezembro de 1849.

Francisco Pedro de Abreu, Comandante em chefe.

(Reproduzido por FRANCO, 2006, p. 29)

⁴³ Chico Pedro lutou contra os farrapos e foi o líder militar responsável pelo ataque de Porongos, no final daquele conflito. Após a Paz de Ponche Verde, dedicou-se à criação e ao comércio de gados, o que fazia mesmo durante a guerra. Possuía várias estâncias na fronteira, tanto do lado brasileiro quanto do uruguaio. Ver RIBEIRO, José Iran. *As "Surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021 e FRANCO, Sérgio da Costa. *As "Califórnicas" de Chico Pedro*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

A partir de então estavam declarados os ataques do Barão de Jacuí. O primeiro teria ocorrido em 02 de janeiro de 1850, em que segundo Diego Lamas, estavam reunidos 300 homens⁴⁴ quando atacaram seu acampamento em Salto, tendo roubado o que encontraram, assassinado um homem e incendiado alguns ranchos. No dia 05 daquele mês foi a vez do Coronel Lamas atacar a coluna do Barão, reunida em Catalan, que foi derrotada e dispersada. Em 08 de janeiro o Barão teria sido preso, mas libertado ilegalmente logo em seguida por um grupo de 30 homens. E então, o Barão se dedicaria ainda mais às “califórrias” (FRANCO, 2006).

Apesar de as arriadas serem comuns nos conflitos de longa duração dessa região platina, essas “califórrias” que ocorreram no contexto da Guerra Grande receberam mais atenção dos governos devido à frequência com que estavam ocorrendo nesse momento, à grande quantidade de gado a atravessar a fronteira e à participação do Barão de Jacuí (MENEGAT, 2015). Segundo a mesma autora, essas incursões eram distintas do recorrente contrabando da fronteira, pois ao não buscar o anonimato dos agentes, caracterizavam-se mais por expedições anunciadas. Por outro lado, se “a apropriação indevida de bens” em contexto de guerra é utilizada como “tática de enfraquecimento do exército inimigo, de atrativo de recrutamento e abastecimento de tropas”, as “califórrias” de Chico Pedro eram distintas porque não faziam parte de um esforço militar do Império, sendo, portanto, ilegais (MENEGAT, 2015, p. 246).

Mesmo assim elas foram consideradas como atos de guerra pelos *blancos* orientais, de forma a forçar o Império a impedi-las e a aumentar a hostilidade do Uruguai com o Brasil, ou até mesmo porque, simplesmente, os *blancos* não encontraram outra forma de considerá-las (MENEGAT, 2015). Além disso, as relações políticas do Império com o Barão eram delicadas, tanto pelo prestígio de Abreu e sua capacidade de liderança, no sentido de recrutar soldados e arregimentar gado e cavalos, quanto na capacidade estrategista do mesmo, já que essas eram características importantes para um aliado caso houvesse necessidade de uma nova guerra, como os acontecimentos levavam a crer (tanto era assim que o

⁴⁴ “[...] contrariado pelas fontes brasileiras que mencionam apenas 150 companheiros do Barão [...]” (FRANCO, 2006, p. 30).

Barão foi uma das peças fundamentais na posterior aliança de Urquiza com o Império) (MENEGAT, 2015).

Por outro lado, ainda sob a sombra que a Farroupilha deixou, havia o receio de que as “califórrias” tivessem alguma intenção separatista (MENEGAT, 2015). Devido a isso, os militares brasileiros, seguindo as ordens do presidente da Província, repassavam informações para autoridades oribistas no Uruguai sobre os movimentos de Chico Pedro, visando tentar acabar com esse movimento, que já reunia mais de 400 homens (FRANCO, 2006). Em março de 1850, no relatório que escreveu a seu sucessor no cargo, o presidente da Província General Andréa explicava as razões de o Barão de Jacuí ter realizado as incursões no país vizinho, baseando-se nos prejuízos que os brasileiros vinham sofrendo devido às ações de Oribe e dos blancos, e principalmente, tirando a culpa do Barão ao dizer que ele estava sendo “instrumento de loucuras alheias” (FRANCO, 2006, p. 57).

Sabe-se que Andrea já vinha se comunicando com Chico Pedro, tentando convencê-lo a depor as armas, mas isso só ocorreu sob mediação do presidente sucessor, Pimenta Bueno, em 7 de maio de 1850. Era o fim das “califórrias”. A pressão pela ação do Império exercida pela elite sul-rio-grandense se dava também por meio dos deputados da Província e ficou ainda mais forte em 1851. Um deles, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, chegou inclusive a comprar um carregamento de rifles e enviar para a fronteira naquele ano (VARGAS, 2013). Ao final de 1850, o Império já havia cortado relações com Rosas e os europeus haviam abandonado o palco de guerra platino. Fracassados esses últimos na tentativa de derrubar Rosas e os bloqueios e controles pretendidos pelo caudilho, essa tarefa recaía sobre o Brasil. Se daria início então à Diplomacia do Patacão.

2 SI VIS PACEN, PARA BELLUM: PREPARANDO-SE PARA A GUERRA

“*Si vis pacem, para bellum*” é um provérbio em latim que pode ser traduzido como “se desejas a paz, prepara a guerra” e parece ter origem no “Compêndio da Arte Militar”,¹ escrito por Vegécio no Império Romano, por volta do século IV. A frase exprime a ideia de que um reino ou povo deve estar em constante preparação para a guerra, porque “ninguém ousa provocar” ou “agredir aquele que se percebe ser-lhe superior em caso de combate” (VEGÉCIO, 2009, p. 257). Essa ideia perdurou ao longo dos séculos tornando-se um clássico paradoxo das questões militares. Quando em 1850 o governo do Império do Brasil ainda hesitava em declarar guerra ao governante de Buenos Aires, o provérbio foi utilizado por um agente uruguaio de modo a convencer o Império de que era necessário agir o quanto antes. Esse agente era Andrés Lamas,² que vinha tentando negociar no Brasil algum crédito que garantisse a sobrevivência do governo que representava, naquele momento sitiado em Montevidéu.

A situação daquele governo era desesperadora. Estava sitiado desde 1843 e vinha desde 1848 dependendo de subsídios franceses, que serviam apenas para a manutenção da resistência da cidade ao cerco que lhe foi imposto. Conflitos políticos internos da França, a disputa geopolítica desse país com a Inglaterra e até mesmo as guerras que ocorriam em outras partes do mundo, colocavam os subsídios a Montevidéu sob ameaça. A praça parecia estar para cair a qualquer momento e diversos representantes desses Estados tentavam garantir sua manutenção desde três principais cidades: Paris, Londres e Rio de Janeiro. Cada vez mais as expectativas desse governo se voltavam para o Brasil, que parecia ser em 1850 o Estado estrangeiro com mais razões para preocupar-se com a guerra que vinha ocorrendo na região platina. E a necessidade mais urgente era também uma das mais óbvias na história do sistema interestatal capitalista: dinheiro. Não se fazia, e não se faz, guerra sem dinheiro.

¹ No original o escrito é intitulado *Epitoma Rei Militaris*, e a frase citada aparece como “*qui desiderat pacem praeparet bellum*” (“quem desejar a paz, que prepare a guerra”).

² Andrés Lamas é um dos importantes personagens desse contexto, já que vários dos documentos que nos servem de fonte foram escritos por ele, tendo sido parte da construção das estratégias que definiriam os rumos políticos da região platina. Lamas atuou no Rio de Janeiro como ministro plenipotenciário e enviado extraordinário ao Brasil desde 1848 representando inicialmente o governo uruguaio da *Defensa*, sitiado em Montevidéu, e posteriormente o Estado Oriental do Uruguai já unificado, até 1862.

A solução de endividar-se para a guerra permeia a história da construção dos Estados Nacionais e nesse aspecto não foi diferente com os Estados latino-americanos, apesar das distinções de um contexto em que já havia um sistema interestatal mais formatado. Nesse sentido, foi possível aos novos países contar com capital europeu para o financiamento de seus conflitos de independência, ou mesmo para conflitos posteriores, como no caso da Guerra Grande. Na maior parte do tempo em que ocorreu essa guerra, eram as potências europeias que mantinham o crédito de Montevideu para resistir ao cerco de Oribe e Rosas, e mesmo quando o governo passou a buscar auxílio financeiro no Brasil, essas relações passavam de algum modo pelo chamado Velho Mundo.

O objetivo deste capítulo é, portanto, investigar o início da intervenção brasileira na Guerra Grande pela via do crédito, analisando as negociações que culminaram nessa decisão e o papel das potências europeias nesse processo. Para tanto, iniciaremos contextualizando o conflito na longa duração da disputa geopolítica pela liberdade de navegação dos rios dessa bacia. Enquanto importantes vias comerciais e de controle territorial, os rios da bacia platina foram preocupações centrais nas negociações do período. Em seguida, trataremos de analisar a participação da França e da Inglaterra na Guerra Grande.

Esses países, preocupados com a liberdade de navegação fluvial, com seus súditos que habitavam a região e, sobretudo, com o comércio e a expansão de suas áreas de influência, se aliaram e ao mesmo tempo disputaram a Guerra Grande. Ao longo dos anos, conseguiram manter certo equilíbrio e adiaram a resolução do conflito, mas sem conseguir pacificar a região. O que foi tomado como “fracasso” dos países europeus em resolver a questão platina, tornou mais urgente a intervenção brasileira, intensificando a incansável insistência do governo da *Defensa* de convencimento do Império do Brasil. E, por último, discorreremos sobre a estratégia dos estadistas uruguaios: como Andrés Bello conseguiu convencer o Império do Brasil a ofertar o crédito que seu governo tanto necessitava?

2.1 A Guerra Grande uruguaia: o emaranhado de alianças e complicações no rio da Prata

Andrés Lamas era uruguaio, nascido em Montevideu em 1817 e trabalhou desde jovem em diversos cargos de Estado. Ingressou ainda adolescente no Ministério de Relações Exteriores do Uruguai no cargo de auxiliar, em 1834. Posteriormente, foi nomeado Secretário de Governo, Agente Diplomático, Secretário do presidente da República e ainda Chefe Político da cidade de Montevideu e Ministro da Fazenda, dentre outros cargos. Além disso, Lamas tinha intensa atividade pública na escrita de artigos de jornais, sobre temas relacionados a política, história, economia etc. Devido a oposição que um desses jornais representou ao governo constitucional, Lamas partiu em direção ao Brasil em agosto de 1836 como exilado político (ACEVEDO, 1922; CORBO, 2015). Foram apenas alguns meses que Lamas precisou estar fora de seu país, mas dentro de um contexto em que longos anos de guerra envolveram sua terra natal, assim como toda aquela região banhada pelos rios da bacia do rio da Prata.

Nesse sentido, quando Lamas saiu para o exílio seu país não tinha nem uma década de independência, as fronteiras ainda não estavam delimitadas por tratados internacionais e sua primeira constituição tinha apenas seis anos. Um comerciante e político montevidiano, Juan Francisco Giró, que se tornaria presidente da República na década de 1850, havia sido enviado para a Europa com objetivo de obter o reconhecimento da independência de seu país na Espanha e um empréstimo em Londres para resolver o problema da dívida interna uruguaia (BARRERA, 2016, p. 113). Cada notícia que chegava sobre o Uruguai na Europa tornava a tarefa de Giró mais difícil. Um país da América do Sul com tamanha instabilidade política dificilmente conseguiria um empréstimo internacional nos anos 1830. Como será visto no próximo capítulo, a década de 1820 marcou a primeira crise da dívida latino-americana e o único país que conseguiu algum empréstimo de bancos privados da City em Londres depois de 1825 até 1850, foi o Brasil.

Naquela década de 1830, era a disputa pelo poder governamental que se encontrava no centro da crise uruguaia. O presidente era Manuel Oribe, enquanto na

oposição estava Fructuoso Rivera.³ No mês seguinte a partida de Lamas para o Brasil, em 1836, Rivera tentou retirar Oribe do poder à força, na *Batalla de Carpintería*, mas perdeu. Rivera só alcançaria seu objetivo em junho de 1838, na *Batalla del Palmar*, conseguindo que Oribe renunciasse de seu posto em outubro daquele ano. Em um país que havia alcançado sua independência havia uma década, todos esses revezes políticos não favoreciam a confiança dos credores ingleses que já haviam aprendido algo com a bolha especulativa de 1822-1825 (DAWSON, 1998). Ainda assim, os olhares dos governos internacionais eram mantidos sobre esse Estado, por distintas razões. Uma delas e, provavelmente a principal por ser concomitante a todos os Estados a que nos referimos neste trabalho, é a questão da navegação fluvial na região.

Nessa perspectiva de Estados em construção é que devemos compreender as batalhas entre Manuel Oribe e Fructuoso Rivera na década de 1830, que citamos na introdução deste capítulo. As alianças que levaram a vitória de Rivera na *Batalla del Palmar* em junho de 1838 foram bastante heterogêneas,⁴ enquanto Oribe refugiou-se em Buenos Aires após a sua renúncia em novembro. Esse último, enquanto presidente, já havia favorecido a Juan Manuel de Rosas, governante de Buenos Aires, ao buscar controlar as atividades dos opositores argentinos em Montevideú.⁵ Por essa aliança, foi reconhecido como legítimo presidente uruguaio em Buenos Aires. Rivera, que havia assumido a presidência da Banda Oriental, entendeu esse reconhecimento como uma ofensa a seu governo e dizendo-se impelido pelas circunstâncias e pressionado por seus aliados, declarou guerra ao governante de Buenos Aires em 10 de fevereiro de 1839 (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 5).

Muitos argentinos que se refugiavam na Banda Oriental estavam envolvidos no conflito, enquanto do outro lado da fronteira, no Brasil, os farroupilhas haviam se declarado independentes do Império (como vimos no capítulo anterior). Na fluidez da

³ Fructuoso Rivera (1784-1854) foi um líder militar e político uruguaio que teve participação em diversos conflitos regionais, desde as guerras de independência até a Guerra Grande, tendo sido o primeiro presidente constitucional do Uruguai e fundador do partido *Colorado*. Sua relação com o Império do Brasil foi bastante dúbia, às vezes como aliado, mas sendo em geral uma preocupação para o governo brasileiro.

⁴ Fructuoso Rivera estava à frente do chamado "*Ejército Constitucional*" quando derrotou Oribe e o forçou à renúncia com o apoio dos *unitários* argentinos (opositores a Juan Manuel de Rosas) e a armada francesa (FREGA, 2016b, p. 76)

⁵ Sobre essa relação ver Cady (1943, p. 38).

fronteira uruguaia com o Império do Brasil no século XIX, a rivalidade entre os partidos *Colorado* e *Blanco* encontrou a rivalidade entre farroupilhas e imperiais, assim como relacionaram-se aos partidos rivais *unitarios* e *federales* na Confederação Argentina. A complexidade de compreender a Guerra Grande, portanto, está em assimilar os conflitos que ocorriam dentro dos próprios países participantes e que se espalharam para fora de suas fronteiras pouco definidas encontrando os conflitos dos países vizinhos.

O epicentro da Guerra Grande era Montevidéu, mas seu principal personagem estava do outro lado do Prata: era Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires. Ao visar ao domínio sobre a navegação dos rios Paraná e Uruguai, o plano de Rosas era inaceitável aos demais países platinos, às províncias argentinas ribeirinhas a esses rios,⁶ e mesmo à França e Inglaterra. Para consolidar esse projeto, seria necessário a Rosas o controle sobre Montevidéu e o Paraguai, por meio da incorporação desse último à Confederação Argentina e o que em termos territoriais se assemelhava ao antigo Vice-Reino do Rio da Prata (FRADKIN; GELMAN, 2015, p. 344).⁷

Rosas delegou a Oribe o comando do exército que se organizava na Confederação Argentina e apoiou uma expedição militar para que assim retomasse o governo uruguaio e enfraquecesse seus inimigos exilados naquele país.⁸ O governante argentino já tinha um longo histórico de poder na Província de Buenos Aires e vinha enfrentando problemas não apenas com sua oposição (centralizada no partido *Unitário*), como também com a França que reclamava do tratamento que seus súditos vinham recebendo naquele governo (veremos no próximo tópico como essa ação francesa foi se intensificando ao longo da Guerra Grande). Com a aliança de Rosas e liderando o exército da Confederação, Oribe conseguiu avançar com

⁶ As províncias ribeirinhas que foram se opondo a Rosas questionavam o monopólio do porto exercido por Buenos Aires, sua apropriação excludente das rendas do comércio e seu bloqueio dos rios da bacia. Com o tempo, foi nessas províncias, sobretudo Corrientes e Entre Rios, que foram encontrados aliados para lutarem contra Rosas e que acabaram por contribuir para sua queda em 1852. "O problema [...] se resumia [...] na necessidade de autodeterminação das economias locais, expressada, contraditoriamente, pelas reivindicações protecionistas e pelos anseios de abertura do Rio da Prata e seus afluentes à navegação. Ninguém queria pagar peagem a Buenos Aires" (BANDEIRA, 2012, p. 133).

⁷ O Vice-Reino do Rio da Prata foi o último vice-reino criado pelo império espanhol, em 1776, e seu território abarcava os territórios que atualmente são a Argentina, as Ilhas Malvinas, o Uruguai, o Paraguai, a Bolívia, parte do sul do Brasil, do norte do Chile e do sudeste do Peru.

⁸ "*Desde su llegada en Buenos Aires, Rosas siguió reconociendo a Oribe como presidente del Estado Oriental delegándole el mando del Ejército Unido de Vanguardia de la Confederación Argentina, que se formará como tal hacia 1840*" (BARRERA, 2016, p. 103).

suas tropas até Montevideu, mantendo a cidade sitiada a partir de 16 de fevereiro de 1843. Esse cerco que parecia questão de tempo para derrotar a capital durou oito anos.⁹

Nesse contexto foram se estabelecendo dois governos no Uruguai, nomeados na historiografia como *Defensa*, em Montevideu e liderado pelo partido *Colorado*, e *Cerrito*, que dominava a maior parte do território e era liderado pelo partido *Blanco*.¹⁰ Apesar de Montevideu possuir tamanha importância devido ao porto e o título de capital do novo país, a cidade custou a conquistar o domínio sobre o interior do território, que se dividia em diversos departamentos, a serem chefiados por distintos caudilhos (FREGA, 2016b). Nesse primeiro governo, atuava nosso personagem Andrés Lamas, sobre o qual falamos no início deste texto. Já o Governo do *Cerrito* dominava toda a chamada região de campanha, chegando até os limites com o Brasil. Quando iniciada a Guerra Grande, portanto, era impossível prever onde, quando e como essa guerra terminaria.

Para além das fronteiras uruguaias, que ainda nem estavam definidas em tratados, o cerco a Montevideu colocava diversos problemas na geopolítica da região. Por um lado, o prazo estabelecido para a livre navegação dos rios que desaguam no rio da Prata, acordado na Convenção Preliminar de Paz de 1828, estava vencendo naquele ano de 1843. Os países europeus se preocupavam com o comércio na região e o Império do Brasil atentava-se também para o acesso ao interior do seu território. Por outro lado, a própria independência do Uruguai era posta em questão. No acordo de 1828 as Províncias Unidas e o Brasil ficaram responsáveis por defender a independência uruguaia e agora o governante de Buenos Aires unia-se a Oribe em uma guerra que sitiava a capital.

Quais seriam as consequências da vitória de Oribe e Rosas? Se Rosas já não reconhecia a independência do Paraguai e intervinha no Uruguai, seriam suas intenções incorporar esses dois territórios à Confederação Argentina? As províncias

⁹ Este cerco e a resistência de Montevideu fez com que Alexandre Dumas, pai, escrevesse “um livro de história intitulado Montevideo ou une nouvelle Troie.” SORDI, Gabriel. O Historiador Alexandre Dumas, defensor do Uruguai. 9º Encontro Internacional da ANPLAC.26 a 29 de julho de 2020. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História.

¹⁰ “El Partido Colorado ofrecía una imagen urbanizada y aceptaba más placenteramente las corrientes liberales europeas. Se identificaba con los inmigrantes de la Europa revolucionaria, en particular franceses e italianos, y el apoyo brasileño. El Partido Blanco, enraizado en el medio rural, habiendo hecho un timbre de honor de la resistencia a las intervenciones franco-inglesas, nacía fiel a la tradición hispánica de orden autoritario. Vinculado a la alianza argentina, encarnaba la defensa de lo americano y oriental.” (BARRÁN, 2011, p. 6).

ribeirinhas que foram se opondo a Rosas questionavam o monopólio do porto exercido por Buenos Aires, sua apropriação excludente das rendas do comércio e seu bloqueio dos rios da bacia. Com o tempo, foi nessas províncias, sobretudo Corrientes e Entre Rios, que foram encontrados aliados para lutarem contra Rosas e que acabaram por contribuir para sua queda. Dentre esses aliados, estava Justo José de Urquiza, governante de Entre Rios, que passou a comandar a Confederação Argentina após a queda de Rosas e foi importante personagem na Diplomacia do Patacão, como veremos nos próximos capítulos.

Enquanto isso, durante todo o período regencial, a política brasileira para o Prata foi defensiva, já que a fragilidade interna não permitia envolvimento nos conflitos externos.¹¹ Então as disputas entre Lavalleja e Rivera, assim como as políticas de Rosas, foram sendo acompanhadas de longe pela Regência. Mas após a coroação de D. Pedro II em 1841, o governo estava em melhores condições políticas e financeiras de acabar com a Revolta Farroupilha e envolver-se nos conflitos externos platinos. Em 1843, Rivera já declarava abertamente seu apoio aos farroupilhas, que passaram a receber armas e cavalos de suas também aliadas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes.¹²

É neste contexto que, com medo da ameaça europeia e percebendo a aliança de Rivera com seus inimigos, Rosas foi buscar o apoio do Império e cobrar seu posicionamento. Quando o Império resolveu assinar um acordo, o governante argentino desistiu. Esse acordo que chegou a ser redigido como o Tratado de 24 de março de 1843, caracterizava-se por encobrir um jogo de disputa por poder que tentava colocar em acordo duas partes que possuíam objetivos bastante opostos, tanto com relação à navegação do Prata quanto sobre o reconhecimento da independência do Paraguai e do Uruguai. Ao desistir do tratado, Rosas deixou claras as suas intenções de ir contra os objetivos do governo brasileiro. Sua grande vantagem no Uruguai estava no cerco de Montevidéu imposto em 1843.

¹¹ Para Ricardo Salles, a política externa do Império de 1830 a 1850, girou em torno da questão do tráfico intercontinental de escravos, “e tem como interlocutora Inglaterra”. SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai, escravidão e cidadania na formação do exército*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990, p. 43.

¹² FUJII, William Massayuki. *Os farrapos no Prata: as relações do Rio Grande do Sul farroupilha com o Estado Oriental do Uruguai (1835-1845)*. Dissertação (mestrado em História). Brasília: UNB-PPGH, 2017. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.

O porto daquela cidade estava bloqueado por Rosas, impedindo que lá entrassem quaisquer mercadorias que pudessem contribuir com Rivera, como armas, munições, gado e carne. Essa situação era também prejudicial aos comércios franceses e ingleses na região, que sem conseguir derrotar Rosas, acabaram por aceitar acordos de privilégios com o caudilho. Desse modo Rivera perdeu o acesso ao porto, assim como os farrapos que dependiam desse mesmo acesso, já que Rio Grande estivera na maior parte do tempo da guerra sob controle do Império. Com os conflitos entre Rosas e Oribe, de um lado, e Rivera do outro, o Império aproveitou para pacificar São Pedro do Rio Grande, antes que qualquer um dos lados vencesse a guerra.

A última insurreição da qual o governo imperial se viu livre foi a Insurreição Praieira,¹³ terminada em 1849. Mas naquele ano, ainda que o governo imperial seguisse tentando manter a neutralidade no Prata, alguns estancieiros da Província do Rio Grande iniciaram incursões armadas no território uruguaio com o objetivo de capturar reses e escravos (as “califórnicas”,¹⁴ lideradas pelo Barão de Jacuí, conforme vimos no último tópico do capítulo anterior). Essas incursões demonstravam a continuidade tanto da disputa secular por terras e gado nessa fronteira quanto o papel fundamental que os caudilhos gaúchos, enquanto também chefes militares do Império, desempenharam nesses conflitos platinos (MESSIAS, 2018), colocando o poder central brasileiro em uma situação delicada.¹⁵

Para o governo da *Defensa*, o problema brasileiro dava novas esperanças. O Ministro Herrera y Obes argumentou sobre essa questão em diversas correspondências de fevereiro de 1850, quando a proclamação do Barão do Jacuí circulava por Montevideú:

*“Este hecho coloca, pues, al Imperio entre esos dos extremos: o se opone al movimiento de Río Grande y de este modo promueve una revolución cuyas consecuencias pueden comprometer hasta la suerte del imperio, o la segunda, comprometiéndose y declarando la guerra a Rosas; posición terrible pero de la que no puede salir sino tomando un partido”.*¹⁶

¹³ Sobre a Insurreição Praieira, ver Carvalho; Câmara (2008).

¹⁴ Sobre esse assunto, ver Franco (2006) e Ribeiro (2021).

¹⁵ Para compreender o papel da província do Rio Grande de São Pedro na Guerra Grande, ver Messias (2018).

¹⁶ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: José Ellauri. Montevideú, 28 fev. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

Nesse sentido, entre a chegada de Andrés Lamas no Rio de Janeiro no início de 1848 e o início da Diplomacia do Patacão em 1850, a conjuntura mudou bastante e as estratégias de negociação do enviado uruguaio acompanharam essas mudanças. A longa duração das disputas pelo controle dos rios e territórios da região platina, que vinham desde o período colonial, foram permeando o período pós-independência e ganhando novas dinâmicas conforme avançava o processo de construção dos novos países. Assim, a Guerra Grande que começou como um conflito interno pelo governo uruguaio, se tornou um conflito internacional que envolveria também a Confederação Argentina, Brasil e as potências europeias Inglaterra e França.

Por isso que, segundo a historiadora Ana Frega, a Guerra Grande é um dos conflitos que se inserem na construção dos Estados uruguaio, argentino e brasileiro, assim como no processo de expansão do capitalismo europeu por meio das intervenções inglesa e francesa no conflito (FREGA, 2016b, p. 75). Enquanto o Império ia acompanhando a Guerra Grande à distância e buscando soluções amigáveis para os desentendimentos com Rosas, a França e a Inglaterra já vinham intervindo efetivamente para defender os interesses de seus súditos nesses territórios e sobretudo a livre navegação e comércio de suas mercadorias. Vejamos a seguir como essas intervenções foram ocorrendo e prescreveram parte das ações que o Império do Brasil faria posteriormente para resolver seus problemas na região platina.

2.2 Intervenção europeia na Guerra Grande

O Concerto da Europa que garantiu os cem anos de paz no Velho Mundo a partir de 1815, contrastou com os caros e sangrentos conflitos na bacia do rio da Prata que atrapalhavam as perspectivas para o comércio na região ao longo do século XIX. Muito antes do início da Guerra Grande, o governo francês já vinha tendo questões no Prata que lhe despendia recursos políticos e militares. Seu problema era não aceitar que os franceses domiciliados na Província de Buenos Aires estavam sendo obrigados ao serviço das armas por uma lei de 1823, da qual

os ingleses conseguiram esquivar-se com um tratado em 1825.¹⁷ A França seguiu tentando conseguir um privilégio semelhante para seus súditos em Buenos Aires ao longo dos anos 1820 e com avanços e recuos, adentrou a década seguinte ainda na disputa sobre a questão.

Apesar das negociações realizadas, a França nem havia ainda reconhecido a independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, o que só foi feito após ascender ao trono o Rei Luís Filipe I em 1830 (CADY, 1943). Mas nesse ano já havia também ascendido ao poder o personagem principal da Guerra Grande: Juan Manuel de Rosas assumiu como Governador da Província de Buenos Aires em dezembro de 1829. O serviço militar dos súditos europeus em Buenos Aires foi apenas uma das questões que pautaram as intervenções desses países no Prata na época da Guerra Grande. A outra questão, como já viemos permeando desde o capítulo anterior, era a livre navegação dos rios da bacia e a disputa em torno das tarifas alfandegárias dos portos de Buenos Aires e Montevideú.

A discussão sobre a livre navegação de rios internacionais já tinha alguns precedentes, mas só foi alocada enquanto princípio de navegação internacional e de forma abrangente no Congresso de Viena em 1815. Apesar de acordar-se que as decisões deveriam ser tomadas em comum acordo pelos países ribeirinhos de cada rio em questão, determinava-se que em termos comerciais a navegação não deveria ser proibida a ninguém (BREDÁ, 1992). Como os termos formulados em Viena eram apenas diretivas, as discussões sobre o assunto seguiram, de modo que a liberdade de navegação na Europa para buques de todas as nacionalidades começou a fazer-se efetiva apenas em 1839 para o rio Escalda¹⁸ e em 1844 para o rio Elba (COSTA, 1943).¹⁹

O autor Podesta Costa, ao fazer a introdução do livro de John Cady sobre a intervenção estrangeira no rio da Prata, atenta-se para a sincronia entre as

¹⁷ Segundo o Art.º 9 do tratado celebrado em 1825, os nacionais da Inglaterra e da Província de Buenos Aires estariam isentos do serviço militar obrigatório, de qualquer classe que fosse. Ainda assim, o governo em Buenos Aires considerava que as milícias urbanas deveriam ser obrigação de todo residente, porque sua missão seria guardar a ordem local e defender a uma população do ataque de grupos armados e “selvagens”. Ver a introdução que Podesta Costa fez ao livro de Cady, 1943, p. 14.

¹⁸ “Nasce no norte da França, entra na Bélgica e próximo de Antuérpia toma a direção oeste para os Países Baixos, desaguando numa área denominada delta do Reno–Mosa–Escalda, no Mar do Norte.”

¹⁹ O rio Escalda nasce na França e desagua no Mar do Norte, entre a Bélgica e os Países Baixos. Já o rio Elba nasce na República Tcheca e desagua também no Mar do Norte, mas em território alemão.

aberturas dos rios Escalda e Elba e as intervenções europeias no Prata: em 1839 a França iniciava a intervenção francesa no rio da Prata e em 1844 a Inglaterra unia-se à França no bloqueio ao porto de Buenos Aires.²⁰ Ainda que fosse difícil confirmar se essas aberturas realmente trariam ganhos significativos aos comércios das potências europeias,²¹ na década de 1840 era cada vez maior a quantidade de pessoas que acreditava que era necessário defender a liberdade de navegação na bacia do Prata, sobretudo no rio Paraná. Isso tanto pelos conflitos platinos, em que Rosas se aproveitava dessas restrições para prejudicar a seus inimigos e forçar o Paraguai à reintegração com Buenos Aires, como pela própria ideia da economia de *laissez-faire*²² que era cada vez mais enraizada.²³

Em 1849, quando a França tentava se desvencilhar do conflito platino, o debate em Paris era entre reconhecer para a Confederação Argentina o direito de controlar o rio Paraná ou submeter a navegação desse rio ao Tratado de Viena (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 82). Segundo o autor, essa sincronia revela a intensificação da política colonial francesa a partir de 1830, que seria seguida atentamente pela Inglaterra enquanto sua principal rival (COSTA, 1943, p. 18). Nesse contexto, antes mesmo que a Guerra Grande começasse, a França já bloqueava o porto de Buenos Aires em março de 1838 em represália ao governo de Rosas por não ter acatado as demandas francesas acerca das questões relacionadas a seus súditos, principalmente a questão da obrigatoriedade ao serviço

²⁰ John Cady destaca que o impulso para uma política externa mais ofensiva por parte do governo francês teria vindo de sua própria crise política interna. O fortalecimento de sua marinha para abrir mercado na América e as tentativas para conseguir nesses novos países os mesmos direitos que os britânicos e até estadunidenses conquistaram, apareciam como estratégias para conseguir desenvolver o orgulho nacional francês, em tempos em que a guerra não era uma opção plausível (CADY, 1943, p. 48).

²¹ A penetração das potências europeias na chamada “Batalla de la Vuelta de Obligado” (novembro de 1845) confirmaria que na realidade negociar diretamente com o interior não era tão vantajoso quanto se imaginava.

²² Essa expressão francesa que pode ser traduzida como “deixai fazer”, é símbolo do liberalismo econômico.

²³ “*Así como en ciertas épocas se tiende a interpretar todas las dificultades sociales y personales desde el punto de vista de la religión o de la técnica, en la década de 1840 se tendía a interpretarlas desde el punto de vista de la economía del laissez-faire. Ésta parece ser la única explicación racional del interés que se registraba por la libre navegación*” (FERNES, 1968, p. 258).

militar.²⁴ Segundo Cady, para os franceses o castigo dado a Buenos Aires por meio do bloqueio de seu porto exerceria uma função pedagógica aos demais estados americanos.²⁵

Por um lado, o bloqueio ao porto de Buenos Aires prejudicava as províncias que dependiam desse porto para a circulação de mercadorias, gerando argumentos contra Rosas por parte de seus opositores naquelas regiões. Esse contexto conflitivo da região favorecia a França para conseguir fáceis aliados, como esses opositores, em sua maioria *unitários*, e os opositores de Oribe na Banda Oriental; assim como facilitou a assinatura de uma convenção preliminar de amizade, comércio e navegação em Montevideu em 1839. Aos franceses era estratégico possuir um porto aliado no Prata para manutenção de suas operações contra o governo de Buenos Aires, enquanto para os opositores a Rosas em Montevideu a aliança foi se tornando cada vez mais fundamental, iniciando pelo apoio material e logístico que o país europeu oferecia (BARRERA, 2016, p. 113). Por outro lado, os representantes do governo francês no Prata acreditavam que o bloqueio duraria pouco e que os prejuízos causados fariam Rosas ceder às suas reclamações. Entretanto, o bloqueio só foi retirado em outubro de 1840 e ao invés de enfraquecer o poder rosista, o fortaleceu.

Como veremos no próximo tópico, uma das estratégias utilizadas por Rosas para o fortalecimento de seu poder era utilizar os bloqueios e intervenções europeias a seu favor, alegando-se nacionalista e defensor da pátria e construindo a imagem dos europeus, sobretudo dos franceses, como inimigos. Sua aliança com Oribe favorecia seu argumento, já que este diz ter sido forçado a deixar seu governo em

²⁴ O autor Henry Stanley Ferns (1968, p. 247) cita o caso do litógrafo francês Bâcle que foi detido pelas forças governistas de Rosas na iminência do conflito com a Bolívia em 1837, acusado de favorecer o inimigo, assim como que a questão dos franceses no exército argentino não passava de seis homens. Nesse sentido, afirma Ferns, “*En la práctica, el motivo de queja de los franceses era pequeño, pero grande como cuestión de principios, pues el servicio en el ejército podía emplearse como medio de presión política*”. Por outro lado, segue o autor, “*la posición argentina era igualmente digna de consideración, pues los franceses ya habían empleado su influencia, en un momento crítico, contra los partidarios de Rosas y todo el mundo sabía que enemigos del régimen habían encontrado en Francia un amistoso lugar de asilo*” (FERNES, 1968, p. 247).

²⁵ “[...] el cónsul [francés] reiteraba enfáticamente que había llegado el momento de hacer comprender a los americanos que la equidad y el derecho internacional debían ser respetados” (CADY, 1943, p. 54).

Montevideu devido à pressão dos franceses.²⁶ Mesmo para o governo francês a situação era bastante complicada porque vinha sofrendo duras críticas por parte de suas Câmaras, tanto devido aos altos custos dessas operações na região quanto pelos poucos resultados e prejuízos ao comércio (CADY, 1943, p. 71-73). Além disso, os ingleses e estadunidenses ressentiam-se dos franceses pelos obstáculos que essas políticas criavam no comércio regional e, principalmente, pela desconfiança sobre quais seriam os reais interesses da França nesse tipo de intervenção. Mas, também pelo histórico conflitivo europeu, seria com os ingleses que os franceses se incomodariam mais.

As intervenções europeias na região envolviam políticas e estratégias diplomáticas (incluindo convenções secretas), bloqueios aos portos, empréstimos, subsídios e operações militares, ações que também seriam utilizadas posteriormente pelo governo brasileiro. No primeiro bloqueio, a França ofereceu a Fructuoso Rivera em uma convenção secreta em 1839, o pagamento de 200 mil francos mensais para que ele cruzasse o Uruguai com seu exército, fizesse aliança com o governador de Corrientes, unisse às forças de Lavalle e atravessasse o Paraná para fazer revolução nas províncias contra Rosas (DURAND, 1853, p. 83).²⁷ As negociações com Rivera não foram convenientes e o levante proposto fracassou. Mas no ano seguinte, em 1840, estava o governo francês a pedir crédito de mais de 2 milhões de francos para cobrir as despesas de intervenções no Prata (CADY, 1943, p. 95). Com tão poucos resultados e com o desenrolar desfavorável à França nos conflitos turco-egípcios,²⁸ a França abandonou o bloqueio no final de 1840,²⁹ desconsiderando sua antiga aliança com os opositores de Oribe e Rosas.

²⁶ “*El día 11 de octubre una fuerza compuesta de 265 marineros de desembarco franceses y aproximadamente 150 riveristas atacaron e capturaron la isla de Martín García. [...] Desde que los franceses empezaron a hacer sentir su apoyo a las fuerzas de asedio era inútil toda resistencia por parte de Oribe*” (CADY, 1943, p. 66).

²⁷ Não há informações no trabalho de Durand (1853) sobre quantos meses teria durado esse subsídio. Segundo Devoto e Devoto, Florencia Varela teria dito que foram 100 mil pesos fortes dados a Rivera pelos representantes franceses (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 55).

²⁸ Refere-se à Guerra Egípcio-Otomana ou também chamada Segunda Guerra Turco-Egípcia, que ocorreu entre 1839 e 1841. A França apoiava a Mohamed Ali (Mehemet Ali), líder do Egito.

²⁹ Outro fator que teria sido importante na decisão pelo fim do bloqueio francês foi a intervenção britânica, através de um documento de 134 páginas em que Lord Palmerston havia reunido diversas informações acerca das relações que os franceses haviam estabelecido com os inimigos do governo argentino. O documento teria sido entregue ao ministro de Relações Exteriores da França, que diante do contexto no Oriente Médio, deve ter considerado o peso dessas informações. Ver FERNS, Henry Stanley. *Gran Bretaña y argentina en el siglo XIX*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1968, p. 249-250.

Com isso a guerra na Confederação Argentina se intensificou e Rosas decretou o bloqueio ao porto de Montevideu em janeiro de 1841. O período que se seguiu mostrava a ascensão do poder de Rosas e Oribe e a expectativa de que conseguiriam tomar Montevideu parecia cada vez mais factível. Enquanto a França já havia tomado posição no conflito e já tinha a inimizade de Rosas, ambos os partidos, uruguaio e argentinos, disputavam o apoio inglês. Até mesmo o Brasil, que naquele momento se encontrava envolvido na Guerra Farroupilha, chegou a enviar para a Europa em 1844 o conselheiro Miguel Calmon du Pin e Almeida, o Visconde de Abrantes, com objetivo de “solicitar aos governos de Londres e Paris que intervissem no conflito entre Montevideu e Confederação Argentina” (BANDEIRA 2012, p. 126).³⁰ Segundo Bandeira, o Brasil agia acreditando que a estratégia de Rosas seria incorporar o Uruguai e posteriormente voltar-se contra o Paraguai e a Bolívia, conforme veremos ao longo deste capítulo. Mas ainda assim, suas ações foram centradas em tentativas de negociações diplomáticas, evitando uma intervenção bélica no conflito.

Essas situações em que grupos platinos se viam incapazes de agirem sozinhos em prol de seus interesses e recorriam aos europeus, ilustram a hierarquia de poder entre os países no sistema interestatal, demonstrando como apesar dos contextos regionais de disputa, o ciclo de subordinação ao Velho Mundo não havia terminado com o fim do período colonial. A guerra demandava armamentos e capital em maior parte provenientes da Europa, de onde a maioria dos países da região já era devedora na Guerra Grande. Então ainda que esses pedidos por intervenções tenham ajudado a legitimar as ações inglesas e francesas realizadas ao longo do conflito, os interesses próprios dessas nações europeias são o que determinam suas ações, nem sempre garantindo que as consequências fossem favoráveis aos seus aliados da região. A proteção aos seus súditos residentes no Prata e a livre navegação dos rios para garantia do comércio é o que realmente interessava aos governos europeus.

³⁰ A MISSÃO ESPECIAL DO VISCONDE DE ABRANTES: DE OUTUBRO DE 1844 A OUTUBRO DE 1846. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1853. Sobre a influência do Conselho de Estado na política externa brasileira ver: TAMAE, Rafael da Fonseca. A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP-FFLCH, 2020.

As negociações que a *Defensa* ia realizando com os ingleses garantiam o caráter governamental do grupo sitiado em Montevideu, o que Rosas se recusava a reconhecer. Os ingleses tinham cada vez mais reclamações sobre Rosas, tanto pela política de terror contra os *unitários* e o impedimento de comunicação com o Paraguai quanto e, principalmente, pelo que consideravam uma “política financeira irresponsável”.³¹ De modo que Rosas não se viu por muito tempo longe das intervenções europeias. França e Inglaterra juntas começaram a negociar uma mediação entre Montevideu e Buenos Aires, com o propósito de garantir a independência uruguaia, o acesso aos rios da bacia, a pacificação da região para normalizar o comércio, defendendo assim os interesses de seus súditos. Mas assim como a França parecia depender de uma ofensiva externa para estabilizar-se e gerar comoção/unidade nacional, também Rosas dependia de lutar contra Rivera, porque tê-lo como inimigo aumentava a necessidade de um governante firme para o combate, papel que Rosas acreditava fazer aumentar a dependência de Buenos Aires para com ele (CADY, 1943, p. 120).

As potências europeias despendiam recursos, negociavam e tentavam fazer imposições aos governos beligerantes da região platina, mas nem sempre conseguindo garantir seus interesses. As lógicas que guiavam esses países que se construíam no Prata eram síntese de múltiplas influências que tornavam incontrolláveis até mesmo os súditos europeus que moravam na região. Por mais que a preponderância econômica já fosse inglesa, o liberalismo que os ingleses vinham tentando introduzir na região misturava-se a ideias republicanas e discussões sobre democracia, aprendidas com os franceses e estadunidenses (CAIN; HOPKINS, 2002).³² A despeito de possuírem capital, armamento, exércitos e desenvolvidas diplomacias, os europeus não conseguiram pacificar a região sozinhos e encerrar a Guerra Grande.

Em Montevideu, o cerco imposto por Oribe e Rosas reduziu o comércio a zero e a arrecadação aduaneira em 1843 a 6% do que havia sido recebido no ano

³¹ Essa consideração era relacionada principalmente à questão de os ingleses serem credores do governo de Buenos Aires (CADY, 1943, p. 115-116).

³² Por isso ganharam tanta notoriedade as análises que afirmam que o imperialismo britânico na região era mais uma expansão de influência do que de dominação, uma espécie de “império informal”, como bem definiram Cain e Hopkins (2002). Sobre esse debate, ver também DUMETT, Raymond E. (ed.). *Gentlemanly capitalism and British Imperialism: the new debate on Empire*. New York: Longman, 1999.

anterior (CADY, 1943, p. 137). A cidade ia parecendo cada vez mais próxima de sucumbir ao poder inimigo. Quase dois anos após o início do cerco, os europeus ainda não haviam conseguido chegar a um acordo com Rosas e resolveram optar pelo bloqueio ao porto de Buenos Aires como mecanismo de pressão, iniciando-o em 22 de setembro de 1845. A primeira vez foi realizado apenas pela França, mas dessa vez a Inglaterra se unia no bloqueio. A ideia era pressionar Rosas para liberar a navegação e o comércio nos portos platinos afetados pela guerra e, com isso, acabavam garantindo que Montevideú não sucumbisse ao cerco de Oribe.

Com o bloqueio a Buenos Aires, as entradas aduaneiras de Montevideú mais do que sextuplicaram entre setembro de 1845 e janeiro do ano seguinte.³³ Essas rendas eram um dos mais importantes ativos da *Defensa* e já vinham sendo alienadas para a aquisição de empréstimos privados. Segundo a análise de Barrera (2015, p. 238), o arrendamento das rendas aduaneiras surgiu nessa conjuntura da cidade sitiada tanto pelo crescimento acentuado dos gastos de guerra quanto pela perda do controle fiscal do território por parte de Montevideú. Assim, formaram-se sociedades que emprestavam capital ao governo tendo por garantia o controle sobre a totalidade ou parte das rendas da aduana principal, o que o governo fazia a partir de leis que vinculavam as sociedades a um período específico, geralmente anuais.³⁴

Por ser um dos principais portos da bacia, receber a garantia de controle das rendas da aduana poderia ser na época uma boa oportunidade de negócio aos prestadores. Aliado a isso, estava o apoio francês ao se manter no bloqueio. Enquanto houvesse expectativa de que a França se mantivesse dando suporte ao governo de Montevideú, havia expectativa de negócios via empréstimos privados. Empréstimos a Estados em tese possuem maiores garantias porque possuem diversas formas de “fazer dinheiro” para o pagamento, seja entregando o controle de um setor gerador de receitas para o prestador, como a aduana, seja criando impostos, ou diminuindo gastos. Mas em um Estado em construção, não consolidado, na periferia do sistema capitalista, tão dependente de auxílio externo e com uma disputa política de sua classe dominante de tão longa duração, emprestar

³³ “*Las entradas aduaneras se elevaron de 12.000 pesos fuertes por mes a 30.000 en septiembre de 1845, alcanzando a 75.000 en enero de 1846*” (DURAND, 1853, *apud* CADY, 1943, p. 170).

³⁴ Segundo a análise de Barrera, as vendas das rendas da Aduana começaram em 1843, e as primeiras foram utilizadas para cancelamento de outras letras de crédito. Posteriormente, as rendas passaram a ser utilizadas para exigências militares e pagamentos de provedores e credores (BARRERA, 2015, p. 242; 251).

capital acabava sendo uma aposta sobre quem venceria a guerra em um momento que esse resultado não era claro.

Por isso, em 1848, quando foi levantado bloqueio ao porto de Buenos Aires, as rendas aduaneiras de Montevideu se reduziram consideravelmente e então a França ofereceu ao governo o pagamento de subsídios mensais visando à proteção dos franceses estabelecidos naquela cidade. Essa passou a ser a principal renda daquele governo, pois era uma garantia aos credores para tomar novos empréstimos e negociar mercadorias. Esse acordo foi formalizado com a Convenção de Subsídios, assinada em 12 de junho de 1848.³⁵ O acordo permitia o prosseguimento da guerra por parte da *Defensa* e assim a manutenção da oposição a Rosas no governo uruguaio. Por essa Convenção, a *Defensa* receberia mensalmente 40 mil pesos a partir de 30 de junho daquele ano,³⁶ “até que o governo francês tomasse resolução a respeito”.³⁷ Esses subsídios eram a título de empréstimos, que deveriam ser pagos pelo Uruguai com renda da Aduana a partir de 1852 e os juros não foram definidos previamente.

Segundo a Convenção, os subsídios seriam pagos em dinheiro ou em letras sobre esse governo europeu ao câmbio de praça e deveriam ser utilizados sobretudo para compra de víveres e manutenção do exército.³⁸ No contexto mundial a intervenção francesa era complicada, pois naquele ano o país estava passando por uma revolução que já havia culminado no fim da monarquia e na implementação da República francesa. Um dos problemas enfrentados pelos montevidéanos era que os interesses das grandes potências, estando centrados na questão comercial e navegação dos rios, eram passíveis de mudança repentina, já que um acordo com Rosas que garantisse seus interesses, por exemplo, poderia colocar fim à intervenção. A dependência que a *Defensa* possuía desses recursos colocava o governo em uma situação bastante vulnerável, pois cada hesitação ou questionamento dos enviados franceses no Prata colocava em xeque a perpetuação do governo sitiado.

³⁵ Convenio de Subsidios, Uruguay-Francia 1848. In: URUGUAY, 1922, p. 171-172.

³⁶ Segundo Lamas, os gastos do governo excederam sempre o dobro do valor das mensalidades dos subsídios, e eram supridos com a alienação das rendas e empréstimos sobre pequenos impostos não alienados (LAMAS, Andrés. [Nota]. Rio de Janeiro, 15 set. 1851. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 13).

³⁷ Convenio de Subsidios, Uruguay-Francia 1848. In: URUGUAY, 1922, p. 171-172.

³⁸ Convenio de Subsidios, Uruguay-Francia 1848. In: URUGUAY, 1922, p. 171-172.

De junho a dezembro de 1848, a *Defensa* teria recebido 260 mil pesos em letras francesas (FERRANDO, 1969). Houve pelo menos um caso em que as letras utilizadas como pagamento pelo governo francês não foram aceitas, que ocorreu justo quando em Montevideu temia-se o acordo entre França e Rosas com a ida do almirante francês Le Predour³⁹ a Buenos Aires: em 27 de janeiro de 1849 chegou ao Rio de Janeiro uma embarcação vinda da Inglaterra, que “nos trouxe uma notícia muito grave e mais perigosa que a missão de Le Predour”,⁴⁰ escreveu Juan A. Gelly a Manuel Herrera y Obes, Ministro de Relações Exteriores do Uruguai em Montevideu. A notícia era que uma letra oriunda dos subsídios que a *Defensa* vinha recebendo da França de 15 mil francos havia protestado na Europa por falta de aceitação, “e você e eu, e todos, compreendemos a sensação que isto deve causar nessa praça”.⁴¹

Como essa passou a ser a principal renda da *Defensa*, a não aceitação das letras francesas poderia levar esse governo ao colapso pela falta de crédito, permitindo assim a vitória de Oribe no Uruguai. Por tudo isso, o governo seguia empenhando-se em conseguir empréstimos e subsídios de outros credores, na esperança de que se a França se retirasse do conflito, tivessem como resistir ao cerco de Oribe. Uma dessas tentativas foi um empréstimo de 7 milhões de pesos nominais, que estaria sendo negociado em 1849 por Jose Ellauri, representante do governo de Montevideu na Europa desde 1839. Para tanto, o plano era buscar a garantia do Brasil.⁴² Naquele momento, havia duas principais alternativas aos agentes que representando a *Defensa* buscavam meios financeiros de seguir na guerra: empréstimo de aliados políticos, que se tornavam mais difíceis na medida

³⁹ A missão Le Predour assombrou os agentes da *Defensa* porque tendia a oferecer várias vantagens para Oribe e Rosas ao tentar desvencilhar a França do conflito. A *Defensa* enviou um de seus mais importantes militares para Paris para tentar garantir que o acordo não encerrasse a guerra dando vitória a Oribe. Le Predour tinha o apoio de franceses que foram de Montevideu para Buenos Aires quando se deu o cerco, e agora prosperaram do outro lado do Prata. Mas na oposição a esse projeto, estava em Paris a defesa de um Rio Paraná para livre navegação. Essa disputa só se resolveu em agosto de 1850, garantindo a Rosas o controle sobre o Rio Paraná. Ver DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 81 e 82.

⁴⁰ “nos trajo una noticia muy graves, y más peligrosa que la misión de Le Predour”. GELLY, Juan A. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 31 jan. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁴¹ “y tú y yo, y todos, comprendemos la sensación que esto debe causar en esa plaza”. GELLY, Juan A. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 31 jan. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁴² LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 08 jan. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

em que a guerra avançava e os negócios na cidade iam decaindo; ou a garantia de Estados maiores e mais estáveis e que tivessem melhor reputação no mercado.

Pelo que se pode captar das correspondências entre Lamas e Herrera y Obes nos primeiros meses de 1849, as expectativas desses dois agentes não eram muito altas com relação a conseguir a garantia brasileira: “Creio que de empréstimo nada teremos, se o Brasil não dá sua garantia, como não a dará”.⁴³ O Império do Brasil era uma monarquia cercada de repúblicas em construção. Apesar de também ter sofrido conflitos devido ao processo independentista a partir de 1822, ao menos o país havia herdado uma burocracia quase pronta do Estado Português, que com o traslado da corte portuguesa em 1808, transferira de Lisboa para o Rio de Janeiro o centro de poder desse império em decadência. Isso garantiu certa continuidade em meio a ruptura do processo independentista, diferentemente do que ocorreu nos países vizinhos, de modo que a maior estabilidade e o grande interesse na região faziam do Brasil um grande aliado em potencial.⁴⁴

Para a França, além de esses subsídios renderem juros e garantirem seus interesses com a manutenção da praça de Montevidéu, as letras utilizadas para os pagamentos também acabavam voltando para si própria, por meio de seus súditos que comerciavam com o governo uruguaio.⁴⁵ Segundo Ferrando (1969, p. 20), a partir da data da Convenção de Subsídios, até abril de 1851, quando foi recebida a última mensalidade, a cidade de Montevidéu recebeu 32 mensalidades e meia dos subsídios franceses, totalizando 1.272.000 pesos. Nem todas as mensalidades foram de 40 mil pesos como estipulava a Convenção, pois elas foram sendo reduzidas a partir de 1850. Em junho daquele ano, José Ellauri, enviado do governo de Montevidéu em Paris, escrevia ao Ministro Herrera y Obes que o governo francês acabava de reduzir o subsídio de 200 mil francos a 140 mil francos.⁴⁶ Segundo a

⁴³ “*Creo que de empréstimo nada tendremos, si el Brasil no da su garantía, como no lo dará*”. tradução nossa. HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevidéu, 13 jan. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁴⁴ A respeito da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e o processo de interiorização da metrópole ver: DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822 Dimensões*. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986.

⁴⁵ Em 31 de dezembro de 1848, José Ellauri, em Paris, escrevia a Herrera: “*Ayer se mandaron librar 600 mil francos para pagar las letras que han venido y siguen viniendo del subsidio*” (ELLAURI, José. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Paris, 31 dez. 1848. In: CORRESPONDENCIA, 1913).

⁴⁶ ELLAURI, José. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera Y Obes. Paris, 20 jun. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

análise de Barrera (2015, p. 299), principalmente devido à situação financeira da França, dos 40 mil pesos estipulados pela Convenção, Montevideu recebeu apenas 36 mil em julho de 1850, 32 mil pesos em agosto, reduzindo-se a 28 mil de outubro a junho de 1851, quando os subsídios deixaram de ser pagos e a França retirou-se definitivamente do conflito (Quadro 1).

Quadro 1 – Subsídios franceses ao governo uruguaio (1848-1851), em pesos de 800 centésimos

Ano/mês	Entregas (pesos)	Ano/mês	Entrega (pesos)
1848		1850	
		Janeiro	40.000
		Fevereiro	40.000
		Março	40.000
		Abril	40.000
		Maio	40.000
Junho	20.000	Junho	40.000
Julho	40.000	Julho	40.000
Agosto	40.000	Agosto	36.000
Setembro	40.000	Setembro	32.000
Outubro	40.000	Outubro	28.000
Novembro	40.000	Novembro	28.000
Dezembro	40.000	Dezembro	28.000
1849		1851	
Janeiro	40.000	Janeiro	28.000
Fevereiro	40.000	Fevereiro	28.000
Março	40.000	Março	28.000
Abril	40.000	Abril	28.000
Maio	40.000	Maio	28.000
Junho	40.000	Junho	28.000
Julho	40.000	Julho	28.000
Agosto	40.000		
Setembro	40.000		
Outubro	40.000		
Novembro	40.000		
Dezembro	40.000	Total	1.272.000

Fonte: BARRERA, 2013, p. 487. Tradução nossa.

Mas conforme as reduções foram ocorrendo, Lamas já havia conseguido avançar nas negociações com o Brasil em prol da intervenção na Guerra Grande. Por mais que tivessem como plano a aproximação americanista (como veremos no tópico a seguir) e que viessem sofrendo com as hesitações e estratégias europeias, os agentes da *Defensa* não podiam abdicar da ajuda europeia, sobretudo francesa. Os subsídios eram aprovados pela Assembleia Legislativa francesa, com o argumento de estarem defendendo a vida e a fortuna de muitos franceses que

viviam em Montevideu (BROSSARD, 1850, p. 384). Para Lamas, a salvação da *Defensa* (“se há”, ponderou) chegaria do exterior e por isso era necessário ter muita precaução com como as notícias repercutiriam nos outros países dos quais se esperava auxílio a qualquer momento.⁴⁷

Nessa estratégia de busca por ajuda externa o Império do Brasil passou a ocupar um lugar central a partir de 1849. As correspondências que vinham da Europa naquele ano para Herrera na *Defensa* deixavam clara a instabilidade europeia e se acreditava que uma conflagração geral poderia ocorrer a qualquer momento, de modo que a França se envolvia cada vez menos no Prata, apesar da manutenção do subsídio. E Lamas estava tão certo sobre a questão das expectativas que geravam cada notícia, que quando pressentiu uma negativa do Império brasileiro da intervenção que ele vinha negociando em janeiro de 1849, preferiu não pedir a resposta do governo para que deixando a possibilidade em aberto, não interferisse no que esperavam os seus conterrâneos. Já se completavam seis anos de cerco a Montevideu, favorecendo o porto de Buenos Aires: “Se com tantos meios Rosas não triunfa, não é visível que Deus está entre nós?” escreveu Herrera em março de 1849.⁴⁸

2.3 Americanismo e a intensificação das negociações com o Brasil

*“Esa gente es como es. Le tiemblan a Rosas y le ponen velas
para que nos les haga mal.”*
Manuel Herrera y Obes, 1849⁴⁹

Andrés Lamas foi designado para o cargo de Enviado Extraordinário por Manuel de Herrera y Obes, que por sua vez era Ministro de Relações Exteriores da República pelo governo da *Defensa* em 1847. Os dois agentes representaram com todas as suas políticas no Prata o aprofundamento da política americanista que vinha sendo discutida naquele governo. No ano anterior o governo havia iniciado essa busca por aproximação enviando comissários aos países americanos em

⁴⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 03 jan. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁴⁸ “*Si con tantos medios Rosas no triunfa ¿no es visible que Dios está entre nosotros?*” HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 22 mar. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁴⁹ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: José Ellauri. Montevideu, 07 abr. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

caráter privado. Depois que Herrera assumiu como Ministro, foi celebrado um acordo reservado que visava afastar-se da intervenção europeia e buscar a aliança dos países limítrofes, “já que a intervenção europeia contrariava os objetos da guerra, ou seja, a defesa dos inalienáveis direitos da soberania” (DEVOTO; DEVOTO, 1971, p. 87, tradução nossa).

Essa discussão se fazia porque ao mesmo tempo que um dos principais objetivos dos integrantes da *Defensa* era manter o Estado Oriental independente e “soberano”, eram eles os beneficiados pelas intervenções europeias que se fazia contra Rosas. Ou seja, antes que Montevideu o fizesse, quem se colocava como americanista e contra intervenções europeias na Guerra Grande, como já citamos no tópico anterior, era Rosas, assim como Oribe por ser seu aliado. Eram Oribe e Rosas quem lutavam contra os europeus, que por sua vez eram aliados de Montevideu. Essa discussão se tornava uma estratégia de guerra para garantir aliados. José Ellauri, de Paris, relatava a Herrera suas estratégias para negociar o apoio do governo francês à sua causa, assim como empréstimos em casas bancárias francesas:

Muito tenho inculcado e inculco sobre que se aproveitem todos os elementos americanos para dar à intervenção o ar de lealdade e desinteresse que lhe convém e corresponde. Também tenho dito ao ministro que passe uma circular a todos os seus agentes nas repúblicas americanas, com ordem de o comunicar a todos os governos manifestando francamente os objetivos, tendências e intenções da intervenção. Esta ideia tem sido aprovada por quantos a tenha conhecido. Não sei se o ministro a colocará em prática em breve; mas o tenho demonstrado que é um meio simples de destruir esse fantasma de suposto americanismo com que Rosas faz suar as imprensas que paga, desde o México até o Cabo de Hornos.⁵⁰

Assim, esse “americanismo” que buscavam os representantes da *Defensa* era mais um dos motivos que fazia da aliança brasileira um objetivo a ser conquistado. Andrés Lamas chegou ao Rio de Janeiro em janeiro de 1848, com a missão de

⁵⁰ “Mucho he inculcado e inculco sobre que se aprovechen todos los elementos americanos para dar a la intervención el aire de lealtad y desinterés que le conviene y corresponde. También he dicho al ministro que pase una circular a todos sus agentes en las repúblicas americanas, con orden de comunicarlo a los gobiernos manifestando francamente los objetos, tendencias y miras de la intervención. Esta idea ha sido aprobada por cuantos la han conocido. No sé si el ministro la pondrá pronto en planta; pero le he demostrado que es un medio sencillo de destruir ese fantasma de supuesto americanismo con que Rosas hace sudar las prensas que paga, desde México hasta el Cabo de Hornos”. ELLAURI, José. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera Y Obes. Paris, 21 mar. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913. tradução nossa.

convencer ao governo brasileiro de que era de seu interesse manter afastadas de suas fronteiras “as armas e influências argentinas” e que por isso, deveria o governo imperial intervir na Guerra contra Oribe e Rosas (DEVOTO, DEVOTO, 1971, p. 94). A guerra já levava quase uma década quando Lamas chegou na corte e o Império foi tentando, ao longo dos anos 1840, negociações e acordos com o governo de Rosas. Várias correspondências diplomáticas foram trocadas entre os governos argentino e brasileiro, discutindo os bloqueios ao Prata, o reconhecimento do Império à independência do Paraguai em 1844 (ao passo que Rosas pretendia sua reanexação à Confederação),⁵¹ o envolvimento dos súditos brasileiros no conflito uruguaio etc., mas sem fechar acordo. Então Lamas deveria buscar a aliança do Império com a *Defensa* e garantir que não houvesse acordo do Brasil com Rosas, o que tornaria iminente a vitória de Oribe no Uruguai.

As primeiras notas sobre a negociação de Lamas com o governo imperial a que tivemos acesso datam de abril de 1848. Elas foram publicadas como anexo no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros do Império, relativo ao ano de 1851, com o título de “Correspondência da República Oriental do Uruguay, do ano de 1848, **insistindo para que o Brasil intervenha** nos negócios do rio da Prata”.⁵² Isso que foi chamado de “insistência” pelo ministro do Império, era uma longa argumentação sobre o que estava ocorrendo no Uruguai sob o ponto de vista do governo de Montevideú. O principal argumento de Lamas era que o conflito não era interno, mas sim uma guerra internacional promovida por Rosas ao governo da Banda Oriental, para impor o governante que lhe interessava, ferindo o acordo de 1828 que havia garantido a independência daquele Estado. Nesse sentido, o Império do Brasil deveria abandonar sua neutralidade, sob pena de sacrificar a Banda Oriental e ter de lidar futuramente com a ocupação do Paraguai por Rosas.⁵³

Enquanto isso, o governo de Oribe também foi fazendo diversas reclamações ao governo imperial, sobretudo com relação aos súditos brasileiros, maioria do Rio

⁵¹ Ao longo dos anos 1840, nas comunicações diplomáticas o governo de Rosas se referia ao Paraguai como “Provincia do Paraguay”, tendo essa decretado sua independência em 1842. Em 1844 o Império do Brasil reconheceu a independência paraguaia. Em resolução de 19 de março de 1850, a Junta de Representantes da Província de Buenos Aires colocava à disposição de Rosas todas as rendas e recursos necessários para que ele reincorporasse o Paraguai à Província Argentina (BRASIL, RRNE, 1852).

⁵² Essas notas foram colocadas no referido Relatório no “anexo B”, dedicado exclusivamente a essas duas notas que somavam treze páginas. Esse anexo não foi citado pelo ministro ao longo do relatório (BRASIL, RRNE, 1852, grifo nosso).

⁵³ BRASIL, RRNE, 1852, anexo B.

Grande de São Pedro, que possuíam propriedade na Banda Oriental. Se o governo da *Defensa*, sitiado em Montevideu, possuía pouco espaço e poucos recursos para sua manutenção, Oribe contava com os gados e terrenos do interior do território, muitos de propriedades de brasileiros. Por isso havia muitas reclamações ao governo imperial tanto por parte de seus súditos rio-grandenses quanto de Oribe que reclamava quando eles entravam em seu território ou faziam grandes invasões à Banda Oriental, como passou a ocorrer em 1849 com as “califórnicas” (ver tópico 1.5 deste trabalho). Essas perturbações na Província foram alguns dos motivos que tornaram mais urgentes a resolução do conflito uruguaio para o Império. O ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, e membro da trindade Saquarema,⁵⁴ argumentou à Assembleia Geral em seu relatório dizendo que o governo imperial possuía um “leal desejo de manter a paz” e que “fez tudo quanto estava ao seu alcance” para resolver “amigavelmente” as questões com o governador de Buenos Aires, assim como com Oribe.⁵⁵

Manuel Herrera y Obes, ministro de Relações Exteriores da *Defensa*, chamava essa postura do Brasil de “política de expectativa”.⁵⁶ Herrera e Lamas, nas cartas que trocavam em 1849 sobre as estratégias da *Defensa* e a missão de Lamas no Brasil,⁵⁷ por vezes ficavam certos de que o Império não interviria no conflito, sobretudo na primeira metade daquele ano. Em 1849 esperava-se que o Brasil entrasse no conflito a partir de um convite da França. Ellauri, em contato com o governo francês, insistia para que isso ocorresse.⁵⁸ Aliás, essa “política de expectativa” do Império tanto mais foi possível enquanto havia a intervenção

⁵⁴ Paulino Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, era um dos líderes da Trindade Saquarema do Partido Conservador e ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete Monte Alegre, de 6 de outubro de 1849 e dissolvido em 11 de maio de 1852. “[...] a ‘trindade saquarema’ constituiria o núcleo do grupo que deu forma e expressão à força que, entre os últimos anos do Período Regencial e o renascer liberal dos anos sessenta, não só alterou os rumos da ‘Ação’ mas sobretudo imprimiu o tom e definiu o conteúdo do Estado imperial” (MATTOS, 1987, p. 108). Conferir também COSER, Ivo. *Visconde do Uruguai: Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866*. Belo Horizonte: EdUFMG/IUPERJ, 2008.

⁵⁵ BRASIL, RRNE, 1852, p. XVII e XVIII.

⁵⁶ A expressão aparece em pelo menos duas cartas do Ministro Herrera y Obes: a José Ellauri em 22 ago. 1849 e a John Le Long em 17 out. 1849, ambas In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁵⁷ Cf. Correspondencia (1913).

⁵⁸ “He tenido diferentes entrevistas con el ministro [Mr. Drouyn de Lhuys]; le he leído o referido en extracto el contenido de tres cartas. He insistido o insistiré siempre en que se aprovechen y reúnan todos los elementos americanos entrando en primera línea el Brasil. Esto es tanto más esencial cuanto que así se disminuirán mucho para la Francia los costos de la expedición.” ELLAURI, José. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Paris, 03 mar. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

européia no Prata. As relações diplomáticas entre Rosas e o governo imperial foram mais profícuas enquanto França e Inglaterra mantiveram os bloqueios no Prata, o que era vantajoso para o Império ao garantir um limite à expansão do poder de Rosas.

Em 1845, por exemplo, os representantes do governo de Rosas no Brasil chegaram a pedir seus passaportes, afirmando que o governo de Buenos Aires já não se interessava por manter as relações diplomáticas entre os dois países, desistindo de tal pretensão após o bloqueio dos portos argentinos pelas legações inglesa e francesa. As relações entre o governo imperial e o governo de Buenos Aires só foram rompidas definitivamente em setembro de 1850, quando estavam encerradas as intervenções europeias no Prata.⁵⁹ Esse talvez tenha sido um dos pontos de inflexão no Governo Imperial, no qual fica claro o esgotamento da possibilidade de negociação com Rosas. Para Herrera em Montevideu e Lamas no Rio de Janeiro, que acompanhavam de perto as negociações do enviado de Rosas com o Império, já parecia claro desde pelo menos a segunda metade de 1849 que Rosas só estava esperando a oportunidade certa para romper com o Brasil.⁶⁰

Além dos conflitos internos, o Império do Brasil teve alguns outros empecilhos para formulação de uma estratégia mais efetiva na região platina. Apenas no primeiro ano de Lamas no Brasil (1848), o governo imperial brasileiro teve cinco ministros dos Negócios Estrangeiros.⁶¹ O último deles foi Pedro de Araújo Lima, Visconde de Olinda (tornado Marquês em 1854), que assumiu o cargo em setembro de 1848. No segundo semestre de 1849, Herrera e Lamas discutiam sobre as ações do ministro brasileiro, dizendo que após pacificarem o território imperial, estava-se percebendo no Brasil a conveniência de iniciar uma nova política externa, a que o Visconde estaria “pessoalmente inabilitado para adotar”.⁶² Por isso, pareceu ser uma boa notícia para os dois agentes uruguaios quando Olinda foi substituído por Paulino

⁵⁹ BRASIL, RRNE, 1852, p. XIX.

⁶⁰ “No dude Vd. que Rosas va hasta romper con el Brasil sin lograr intimidarlo y someterlo. Hoy, principalmente, es su pensamiento fijo. La conducta de los paraguayos lo ha puesto fuera de sí” HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: John Le Long. Montevideu, 17 out. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁶¹ “[...] é inegável que a mudança frequente do titular dos Negócios Estrangeiros – onze ministros ocuparam a pasta entre 1843 e 1849 – contribuiu para tal instabilidade” (CERVO; BUENO, 2002, p. 110). A respeito da instabilidade dos gabinetes imperiais ver: FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). *Rev. Sociol. Polit.*, v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017..

⁶² LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 24 set. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

José Soares de Souza na Repartição de Negócios Estrangeiros em outubro de 1849, assumindo pela segunda vez esse cargo (seu primeiro mandato foi de 1843 a 1844).

As questões do Prata foram se tornando cada vez mais urgentes. A Inglaterra abandonou o cerco a Buenos Aires em 24 de novembro de 1849, após uma convenção assinada com o Governo de Rosas. E a França, que suspendia e retomava o pagamento dos subsídios conforme as determinações de seu enviado, Mr. Devoize, só se retirou em agosto do ano seguinte. Devoize utilizava os subsídios como um instrumento de ameaça, na percepção de Herrera,⁶³ mas ainda assim, apesar do acordo americanista que a *Defensa* se propunha, os agentes uruguaios não podiam abdicar da ajuda francesa, porque era ela que vinha sustentando a praça de Montevideú. Essa dependência converteu o governo uruguaio em uma “quase caricatura administrativa de um estado soberano”, nas palavras de Barrán (2011, p. 28), pois o representante francês tinha tamanho poder ao determinar a entrega ou não dos subsídios, que agia de forma autoritária e ofensiva mesmo com os agentes governamentais da *Defensa*.

Desse modo, esse governo possuía em finais de 1849 duas principais frentes de negociação: Paris e Rio de Janeiro. Em Paris a negociação ia na linha de ultimato, cobrando da França que algo mais determinante fosse feito para o encerramento do conflito, já que os subsídios apenas mantinham a praça de Montevideú e não davam possibilidades de ataque às forças oribistas. No Rio de Janeiro, Lamas escrevia a Herrera em dezembro de 1849 que nunca havia conquistado tanta confiança e consideração no Império como possuía naquele momento e que tinha esperança de que a ação do Brasil estava próxima.⁶⁴ A posterior troca de credor, entretanto, não garantiu ao governo uruguaio uma posição tão mais independente e soberana quanto se esperava de uma ideia americanista, como veremos adiante, apesar de ao menos cumprir o objetivo de pacificar o Uruguai (ainda que por menos tempo do que se esperava) e derrotar Rosas.

Assim, 1850 começou com novas expectativas. A década marcaria, segundo Salles (1990), uma fase em que o Império estava mais estável internamente e podia

⁶³ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: José Ellauri. Montevideú, 17 out. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁶⁴ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 26 dez. 1849. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

voltar-se para fora, num projeto civilizatório que o afirmasse como um “competidor/parceiro” das potências europeias. Era a busca por se tornar um Império regional, mesmo que subordinado ao “polo dominante capitalista das relações internacionais” (SALLES, 1990, p. 49).⁶⁵ Além disso, o momento era bastante favorável também financeiramente. Com a abolição do tráfico de escravos em 1850, que antes chegava a representar um terço do total das importações do país, havia sobra de recursos na praça do Rio de Janeiro, que passava a ser investida em especulações na bolsa de valores, câmbio ou dívida pública (SCHULZ, 2013a, p. 63). Com as alianças corretas, o Império poderia conseguir canalizar parte desses recursos para a defesa de seus interesses geopolíticos no Prata.

Em fevereiro de 1850, Lamas teve um encontro com o ministro Paulino e como era comum na época, dias depois, em 19 daquele mês, escreveu uma memória sobre os assuntos tratados na reunião. Nessa memória, publicada no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, uma das pautas era o fim do subsídio francês que parecia próximo, já que a França negociava o fim da intervenção na região.⁶⁶ Em junho, quando foi aprovada a primeira redução dos subsídios franceses, José Ellauri escrevia de Paris a Herrera torcendo para que o Brasil passasse a apoiar materialmente a *Defensa*, pois assim poderiam estar seguros de que com elementos “puramente americanos”, poderiam pôr fim “a tantas ansiedades”.⁶⁷

A relação entre guerra e crédito na formação do Estados latino-americanos exprime um contexto bastante distinto do que se verificou na Europa na formação de seus Estados, porque já nasceram dependentes do capital que o Velho Mundo forneceria. Nas memórias escritas por Lamas, fica evidente que um dos principais fornecimentos dos países aliados a Montevideu era o crédito, que a cidade na situação em que se encontrava teria muita dificuldade de conseguir sozinha. Lamas pediu ao governo imperial um ato decisivo de apoio a Montevideu, que fosse indireto, mas real. Mas entendendo que o Império aguardava o momento certo para

⁶⁵ Na visão de Barrio, durante o período de hegemonia conservadora da década de 1850, a política externa fora marcada “por feições mais pragmáticas e realistas, fundadas nos interesses brasileiros” (BARRIO, 2011).

⁶⁶ LAMAS, Andrés. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 19 fev. 1850. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 1.

⁶⁷ ELLAURI, José. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera Y Obes. Paris, 20 jun. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

agir, garantia que o governo da *Defensa* guardaria inviolável segredo sobre essas negociações.⁶⁸

Naquele contexto, a necessidade principal do governo sitiado era de artigos de guerra, já que os subsídios franceses estavam sendo destinados sobretudo para a compra de víveres. Ou seja, para além da sobrevivência da praça de Montevideu, o que os agentes daquele governo buscavam era uma guinada na história desse conflito que já havia se estendido demais. Com os artigos de guerra e os soldados que se planejava contratar na Europa, seria possível partir para uma batalha que desse fim ao tão prolongado cerco. Se a sobrevivência da praça de Montevideu dependia dos subsídios franceses, o fim da guerra dependia da força que só seria possibilitada pelo crédito.

Com os detentores de capital privado daquela praça seria difícil consegui-lo, já que, agindo pela lógica de multiplicação de seus investimentos, não poderiam ter muitas expectativas de retorno nesse Estado que não se sabia até quando duraria. Por isso, era mais provável que a ajuda viesse de quem tivesse interesses maiores do que apenas a multiplicação de capital. Os países europeus, negociando com Rosas, já não eram alternativas. Era o Brasil que, pela necessidade de garantir o acesso e a integridade de seu próprio território, assim como a manutenção de suas instituições e seu regime monárquico, teria interesse para uma intervenção mais efetiva na Guerra Grande. A maior estabilidade brasileira em 1850 combinada ao agravamento da situação no Prata propiciou a abertura que Lamas necessitava.

Assim sendo, foi relevante compreender o processo de expansão inglesa e francesa nessa região no contexto da Guerra Grande, pois a Diplomacia do Patacão exprime uma relação de hierarquia e dependência dentro de uma região “periférica” e dependente, ou seja, evidencia que na disputa geopolítica global, liderada pelas grandes potências, existem disputas regionais, com dinâmicas próprias, que não necessariamente serão resolvidas ou controladas pelos poderes centrais do sistema interestatal. É essa dinâmica regional, da qual a Diplomacia do Patacão faz parte, que pode oferecer novos subsídios para a compreensão da formação dos Estados latino-americanos do ponto de vista geopolítico e econômico.

⁶⁸ “[...] *necesité, primero, persuadir a este gabinete de que por nuestra parte se guardaría inviolable secreto sobre esas inteligencias, - y después ofrecer los medios de que se realizase el auxilio sin el compromiso público que ahora quiere evitarse.*” LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

2.4 Início da intervenção brasileira: fornecimento de armas e materiais de guerra

Antes de declarar guerra a Rosas e comprometer-se abertamente com a Guerra Grande, o governo brasileiro criou outras estratégias para intervir no conflito discretamente: a monarquia de origem portuguesa, devedora de bancos ingleses e na periferia do sistema interestatal capitalista, assumiu o papel de credora da *Defensa* e alterou a balança de poder da Guerra Grande. Na memória de 19 de fevereiro de 1850, que citamos anteriormente, Lamas sugeriu ao ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino Soares de Souza que buscasse um negociante que aceitasse fornecer os artigos de guerra de que necessitava aquele governo, recebendo pagamento de letras a prazo contra o governo de Montevideu.⁶⁹

Lamas argumentava que mantendo aquela praça, o Império poderia preparar-se para a guerra “com economia de sangue e de dinheiro” e com “menos aventuras e sacrifícios”: “*Sin estar preparados para una buena guerra, es imposible obtener una buena paz. Si vis pacem, para bellum*”.⁷⁰ Em tempos de guerra, os gastos públicos com esse ramo tendem a ser os maiores do Estado, de modo que o mínimo que o país deve fazer é “estar sempre em postura de guerra”, sendo essa “a maneira menos custosa de evitar que a guerra venha de fora” (PETTY, 1983, p. 18).⁷¹ Tendo Montevideu como aliado, manter a defesa daquela cidade era talvez a melhor forma de o Império seguir esses preceitos da economia política.

Nesse contexto, o ministro Paulino respondeu a Lamas logo no dia seguinte, 20 de fevereiro, convidando-o para uma conferência naquela tarde. Naquele encontro, o futuro visconde do Uruguai teria dito que havia um negociante que poderia proporcionar a maior parte dos artigos de guerra que seu governo necessitava, inclusive encarregando-se de pagar fretes e outros gastos.⁷² A essa altura dos acontecimentos, é provável que Andrés Lamas tivesse em mãos uma relação dos artigos de guerra que necessitava seu governo, pois ela havia sido

⁶⁹ LAMAS, Andrés. [Memorandum]. Montevideo. 19 fev., 1850. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo D, n. 1.

⁷⁰ LAMAS, Andrés. [Memória]. Rio de Janeiro, 26 abr. 1850. In: BNB, 63,03,006 nº 024.

⁷¹ Garavaglia (2010) mostra o quão significativos foram os gastos com esse ramo na construção dos países latino-americanos.

⁷² LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

enviada por Herrera em 30 de janeiro de 1850.⁷³ Segundo Gabriela N. Ferreira (2006, p. 159), naquele mesmo dia em que se reuniu com enviado uruguaio, o ministro brasileiro escreveu Rodrigo de Souza da Silva Pontes, encarregado de negócios no Uruguai, observando “que convinha muito, ao governo imperial, que se prolongasse a resistência da Praça, e que para isso o governo imperial faria **secretamente** tudo o que fosse possível” (grifo nosso).

Então em março daquele ano, os ministros buscaram um intermediário que conversaria com o negociante para manter toda a conversação o mais secreta possível,⁷⁴ ou seja, um intermediário e um negociante se colocariam entre os governos brasileiro e uruguaio justamente para ofuscar o papel desempenhado por esses últimos. São imprecisas na historiografia e mesmo na documentação as identidades desses dois personagens. Como toda a negociação ocorria sob segredo e havia desconfiança de que mesmo entre os agentes uruguaios era arriscado circular as informações claramente, os documentos se mostram bastante evasivos em alguns momentos. Sobre o intermediário, escreveu Andrés Lamas:

*Convenimos también, en que la persona intermedia, sería el señor Castro, cónsul de la República que era la única que yo podía indicar porque merece la confianza del Señor Paulino y porque por su posición de periodista entra en todas partes sin llamar atención.*⁷⁵

Lídia Besouchet (1977, p. 23) afirmou que esse “señor Castro” seria José Castro, que seria cônsul do Uruguai no Brasil. Entretanto, esse nome não aparece nas correspondências e não encontramos referências a ele além dessa afirmação da autora. Nesse sentido, é mais provável que esse intermediário seja Manoel Moreira de Castro,⁷⁶ como afirmou Souza (1944, p. 265), que em 1850 era cônsul no Rio de Janeiro tanto da República Oriental do Uruguai quanto da República do Paraguai, conforme consta no Relatório dos Negócios Estrangeiros (BRASIL, RRNE, 1851). O

⁷³ A lista foi pedida ao comandante de armas de Montevideu em forma de orçamento, justamente para garantir o sigilo da operação. Herrera enfatizava na carta que a necessidade mais urgente era de chumbo e pólvora. HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 30 jan. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷⁴ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷⁵ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷⁶ Pelo relato de duas sessões da Câmara dos Deputados disponíveis no Jornal do Commercio de 1837, Manoel Moreira de Castro era português naturalizado brasileiro e ocupava naquele ano o cargo de secretário da Inspeção de Saúde no Rio de Janeiro. Teria chegado ao Brasil em setembro de 1823 (JORNAL DO COMMERCIO, 1837. n. 138 e 146).

fato de ocupar o cargo de cônsul nos dois países e estar no Brasil foi apontado por Lamas por ser mais uma das vantagens para a escolha desse indivíduo como intermediário.⁷⁷ Já como jornalista, atuava no *Jornal do Commercio* e ocupava o cargo de redator-chefe quando faleceu em 1860 (MOLINA, 2005, p. 258).⁷⁸

Com a atuação de Moreira de Castro, portanto, o envolvimento de Lamas nessa operação estaria disfarçado. Nas cartas de cunho “reservadíssimo” que esse diplomata uruguaio enviava ao ministro Herrera, especificamente em uma correspondência de 21 de março que contém alguns anexos, é possível compreender aspectos dessa negociação. Primeiramente, a carta explicava que essa operação tinha como objetivo enviar munições e armas para Montevideú. Entretanto, considerando que seria suspeito o desembarque repentino de materiais bélicos naquela cidade, optou-se pela formulação de um contrato. Ou seja, o contrato faria parte de uma simulação, não era válido. Mas diante da situação do crédito de Montevideú, já bastante precário, o contrato deveria parecer bastante oneroso⁷⁹ ao governo uruguaio para que o esquema se tornasse mais plausível.⁸⁰ O documento seria firmado entre o comerciante escolhido e a legação uruguaia, e o meio de pagamento acordado seria por meio de letras do Estado Oriental. Mas quem seria esse negociante, afinal?

O único nome relacionado a essa posição é o de Irineu Evangelista de Souza, o futuro barão e depois visconde de Mauá. Como apontamos na introdução deste trabalho, é ele que intermedia os primeiros empréstimos brasileiros ao governo da *Defensa*, em setembro de 1850. Mas não encontramos fontes ou provas de que já estivesse envolvido nessas intermediações brasileiras em março. Quem levantou

⁷⁷ “Además, Castro es hoy el agente del gobierno del Paraguay, y ya Vd. alcanza la importancia que en este sentido tiene su cooperación”. LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 19 mai. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷⁸ “Talvez o diário de maior prestígio e influência até hoje tenha sido o *Jornal do Commercio* do Rio, que chegou a ser comparado ao *The Times* de Londres e ao *Le Temps* de Paris. Próspero e influente, o jornal brasileiro conseguiu em 1862 os direitos de publicação de *Os miseráveis*, de Victor Hugo, em jornal e em livro, antes que qualquer editora de Paris. Chegava a ser “imparcial até a impassibilidade”. Mantinha um custoso serviço de informação internacional antes da instalação do telégrafo, de modo que as publicações do rio da Prata esperavam com ansiedade a mala postal do Rio para traduzir imediatamente as notícias que ele publicava” (MOLINA, 2005, p. 20).

⁷⁹ “Ofereço empregar de vinte a vinte e cinco contos de réis nos gêneros constantes de relação reduzindo portanto nas que forem menos necessárias a quantidade que possa exceder aquela soma e recebendo em pagamento letras sobre o Governo de Montevideú na razão de três por um e os prazos que convencionar” LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915. Cópias, n. 3.

⁸⁰ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

essa possibilidade foi Lúdia Besouchet (1977),⁸¹ mas não apresentou nenhuma outra fonte que nos permita confirmar essa ideia. A informação que pode ter dado essa pista à autora foi que parte do material a ser enviado para Montevideu seria fundido na Ponta de Areia,⁸² empresa de Irineu Evangelista.⁸³ É uma possibilidade, mas contradiz outras narrativas de que o futuro barão de Mauá só teria se inserido nessa política platina a partir de meados de 1850, apesar de estar acompanhando a situação desde o início do ano.⁸⁴

Jorge Caldeira, na biografia que escreveu sobre Mauá, manteve a narrativa de Besouchet, tanto dizendo que o intermediário era José de Castro quanto que o negociante era Irineu Evangelista. Com isso, o autor teve uma interpretação questionável acerca dos documentos relacionados a essa operação. Isso porque quando Lamas soube que a ideia para disfarçar o envio de armamento a Montevideu era criar um contrato oneroso, ficou preocupado tanto pelos riscos que tal documento representava ao governo, já bastante endividado, quanto pela sua própria imagem enquanto enviado plenipotenciário que estaria sendo responsabilizado por essa negociação. Por isso, Lamas preferiu documentar essa negociação:

*Deseando que de esta simulación quedase algo escrito, aunque fuera entre el señor Castro y yo, le dirigí el 28 de febrero una carta manifestando no comprender lo que se quería y declarando que no firmaría un contrato usurero que **desnaturalizaba el socorro que se nos ofrecía** y le quitaba todas las benéficas ulterioridades que podía producir para las relaciones de todos los países.*⁸⁵

⁸¹ Pedro Lamas (1908, p. 71) escreveu sobre a chegada de Irineu Evangelista de Souza à porta de Andrés Lamas oferecendo materiais bélicos e subsídios financeiros, como já tratamos na introdução deste trabalho, mas ele não especifica quando isso teria ocorrido. Talvez tenha sido a partir dessa narrativa que Besouchet afirmou que o negociante dessa operação de março seria Irineu.

⁸² LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915. Sobre a fundição Ponta de Areia e as relações da empresa com o Império, ver MOMESSO, Beatriz Piva. *Indústria e Trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundição e Máquinas de Ponta da Areia*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2007.

⁸³ O primeiro documento desse contexto em que aparece o nome de Irineu é de agosto de 1850, quando ele escreveu a Lamas oferecendo um auxílio financeiro ao Governo Oriental (*Defensa*). Essa carta está publicada no livro de Besouchet (1977, p. 39).

⁸⁴ O biógrafo do ministro Paulino (futuro Visconde do Uruguai) afirma que Paulino teria procurado Irineu em julho de 1850 (SOUZA, 1944, p. 269).

⁸⁵ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915. grifo nosso.

Lamas não podia reportar-se diretamente ao ministro brasileiro para esclarecer essa questão, como sabemos, muito menos documentar essa negociação. Então a resposta que veio em uma carta de Castro pareceu suficiente a Lamas, para ao menos certificar de que o contrato não teria validade e não poderia ser cobrado futuramente do governo da *Defensa*:

*Entendí que la propuesta era meramente una formalidad; un medio de que juzgaban deber echar mano para simular la transacción. En ese caso, pues, me parecía debíamos conformarnos con el medio. Entretanto luego que recibí la carta de V. E. fui a casa de nuestro hombre. Impúsele de todo; respondiome: No le dé cuidado los medios; cuanto más onerosa parezca la transacción, tanto más verosímil se volverá y al fin de cuentas, Vds. vendrán a pagar lo mismo, esto es, cero.*⁸⁶

Ou seja, essa operação era um auxílio prestado ao governo da *Defensa*, que não seria cobrado daquela República. Mas Caldeira (2004, p. 219), afirmando que o negociante citado nessa correspondência seria Irineu, escreveu que o fato de o governo uruguaio não pagar os envios ao final da transação era reflexo da falta de otimismo do negociante de receber os pagamentos devidos pelos envios que fazia àquele governo. Essa é uma análise equivocada do autor, porque a coloca no contexto já do segundo semestre daquele ano, quando sabemos que realmente era o futuro barão de Mauá que estava envolvido nas negociações de subsídios e outros empréstimos que seriam fornecidos ao governo da *Defensa*. Irineu chegou a empregar capitais próprios a partir de setembro, como veremos no próximo capítulo, mas para essa operação de março, além de não termos como saber se é ou não esse o nome por trás do misterioso negociante que enviava materiais bélicos a Montevideu, ao que tudo indica, o auxílio vinha do governo brasileiro.

Nesse sentido, o tal negociante não precisaria estar despendendo recursos próprios muito menos deveria estar esperando receber qualquer pagamento por parte do governo uruguaio. Primeiramente, porque Lamas explicitou que essa negociação era uma simulação para disfarçar um socorro proveniente do Brasil, conforme podemos observar nas citações anteriores. Em segundo lugar, porque ficou acertado com Paulino na reunião do dia 20 de fevereiro que a *Defensa* não teria que fazer nenhum desembolso referente ao recebimento dessas mercadorias, conforme Lamas escreveu a Herrera ainda em fevereiro quando anunciou que

⁸⁶ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915. Cópias, n. 4.

enviaria os materiais: “[...] *tengo la satisfacción de decir a Vd. que **enviaré la pólvora y las municiones** que se necesitan en los primeros buques. No tendrán Vds. que hacer el **mínimo desembolso**. Lo que esos artículos cuesten es aquí cosa de la legación.*”⁸⁷

O cuidado de Andrés Lamas com o segredo dessa operação era tanto, que se percebe que ela nem era muito bem explicada em suas correspondências, mesmo para Herrera. Já que era tão importante ao Império do Brasil manter-se neutro na Guerra Grande enquanto tentava negociar com Rosas, ao mesmo tempo em que não podia correr o risco de que o governo da *Defensa* fosse derrotado e Montevideu caísse sob domínio de Oribe e Rosas, toda a transação deveria ocorrer em extremo sigilo. Por isso, em terceiro e último lugar, as fontes parecem contrariar a hipótese de Caldeira sobre o bilhete acerca da gratuidade no envio dos materiais bélicos porque provavelmente o negociante envolvido, fosse ele Irineu ou não, foi chamado por Paulino para ser intermediário na transação. O papel desse personagem seria o de criar uma imagem de que a transação tinha caráter apenas comercial, e não governamental como o era na realidade.

Por isso, Lamas informou que expediria as letras de câmbios referentes a esse “contrato simulado” contra Herrera, que o deveria aceitar nesse contexto de simulação, certo de que isso não traria dificuldades futuras.⁸⁸ O frete do envio seria pago no Brasil, de modo que Montevideu não precisaria fazer nenhum desembolso para receber o material. Segundo a carta de Lamas a Herrera, essa primeira remessa de artigos de guerra acordado com o governo imperial continha os seguintes itens:

⁸⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Montevideu, 20 fev. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1913.

⁸⁸ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA... 1915.

Tabela 1 - Remessa de materiais bélicos realizada pelo Brasil a Montevideu em
1850

200	quintais de pólvora: (150 de fuzil y 50 de canhão)
200	quintais de chumbo em barra
500	fuzis ingleses de 17
500	balas de canhão de calibre 24
400	balas de canhão de calibre 18
300	balas de canhão de calibre 12
300	balas de canhão de calibre 9
300	balas de canhão de calibre 6
100	quintais de estilhaços esféricos de ferro

Fonte: LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 mar. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

A remessa foi enviada por duas embarcações, uma francesa (*Astronome*) e outra sueca (*Magnus*), que saíram do Rio de Janeiro em abril. Devido à epidemia de febre amarela que ocorria naquele período, os materiais tardaram a serem desembarcados em Montevideu, já que as embarcações ficavam em quarentena antes do desembarque. Embora toda a negociação tenha sido secreta, boatos circularam pelo Prata acerca desse envio de materiais, e alguns estavam corretos, inclusive. Lamas via como natural essa situação, mas enfatizava que o mais importante seria que o governo da *Defensa* jamais confessasse ou permitisse a confirmação de qualquer suspeita.⁸⁹ Mas, por mais que as remessas de armamentos e vestuário favorecesse a cidade sitiada, Herrera insistia que Lamas deveria negociar dinheiro. Nesse sentido, Lamas tentava insistentemente conseguir recursos pecuniários no Brasil.

Após o início das reduções dos subsídios franceses, mais do que armas, o governo sitiado necessitava de dinheiro, colocando o governo da *Defensa* sob uma situação crítica. A discussão no governo montevidense era que não prolongariam a guerra se não houvesse esperança de sucesso, mas, ao mesmo tempo, esse argumento aparecia como estratégia para pressionar o governo brasileiro a apoiar aquele governo. Uma ideia que havia para a resolução desse problema, segundo um novo memorando de Lamas,⁹⁰ seria contratar um corpo de tropas que fortalecesse a

⁸⁹ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 10 mai. 1850. In: CORRESPONDENCIA... 1915.

⁹⁰ LAMAS, Andrés. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 11 jul. 1850. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 2.

defesa da cidade. Apenas a ideia do contrato já mudaria a “situação moral”⁹¹ de Montevideu, pois traria a crença à população de que a cidade ainda poderia vencer o conflito. Mas para convencer os especuladores e conseguir levantar o capital necessário para efetivar esse plano, era necessário mais do que isso: era necessário que alguém fornecesse subsídios em substituição ao papel que a França deixaria de cumprir em breve.

Essa situação é mortal: e só pode remediar-se, na falta de um apoio ostensivo que substitua o da França, por alguma operação que alimente o espírito e a esperança pública com a aparição de recursos inesperados. Estes recursos, por isso mesmo que são inesperados, terão imensa importância, sem revelar precisamente a aquisição de um novo apoio externo, o farão presumir.⁹²

O que Lamas pedia ao ministro Paulino não era necessariamente um empréstimo governamental para contratar essa tropa e sim “uma pequena parte” do que necessitavam para que produzisse nos especuladores “a mesma impressão que espera produza na população” e assim conseguiriam não apenas o contrato de transporte da tropa como também materiais de guerra e equipamentos. Para tanto, o governo da *Defensa* contava que com uma soma de 18 a 20 mil pesos fortes mensais por 13 a 14 meses já seria possível alcançar esses objetivos e suprir a redução do subsídio francês.⁹³ Lamas convenceu o ministro Paulino, de forma que a ajuda brasileira viria novamente de forma bastante parecida ao que foi proposto pelo plenipotenciário uruguaio.

2.5 De devedor a credor: por que o Brasil se tornou uma opção financeira?

Em 1850, quando o governo brasileiro passou a assumir o papel de credor do governo da *Defensa*, o Império do Brasil já havia contraído cinco empréstimos no exterior, nominados em libras: o primeiro em 1824 para arcar com as despesas do Império após a volta de Dom João VI a Portugal; no ano seguinte, um segundo

⁹¹ Esse argumento relacionado à moral da cidade foi seguido pelo ministro brasileiro, que no Relatório de 1851 escreveu que com o fim dos subsídios franceses, Montevideu “havia de cair infalivelmente, e com sua queda ficava o Brasil privado de um ponto importantíssimo de apoio, e **da força moral que dava sua conservação**” (BRASIL, RRNE, 1852, p. XX, grifo nosso).

⁹² LAMAS, Andrés. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 11 jul. 1850. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 2.

⁹³ LAMAS, Andrés. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 11 jul. 1850. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 2.

contrato seria assinado para indenizar Portugal pela independência do Brasil, assumindo o pagamento de uma dívida portuguesa aos ingleses assim como uma quantia que seria enviada à ex-metrópole; o terceiro empréstimo em 1829 seria para conseguir pagar as parcelas das dívidas anteriores, situação que se repetiu em 1843; e o quarto contrato, realizado em 1839 com a casa de Samuel Phillips, tinha como objetivo cobrir os déficits nos orçamentos de alguns ministérios, sobretudo da Fazenda, da Marinha e da Guerra, já que o período regencial foi bastante conturbado por revoltas regionais que despenderam bastante recursos do Império (MESSIAS, 2015).

No contexto do primeiro empréstimo brasileiro, o Uruguai ainda nem era um país independente, enquanto do outro lado do Prata um empréstimo de um milhão de libras foi tomado por Buenos Aires em 1824 com a casa Baring Brothers.⁹⁴ A cidade possuía excedentes fiscais à época e acabou utilizando os recursos do crédito recebido para fundar o Banco de Buenos Aires, incentivando com isso o desenvolvimento de um primitivo sistema financeiro, assim como a atividade creditícia local por meio da amortização de volumosas dívidas internas do Governo, facilitando a emissão de novos títulos (MARICHAL, 1988). Mas diferente do Brasil, por muito tempo Buenos Aires não teve acesso ao crédito internacional novamente.

Dentre os países latino-americanos, o Brasil foi o único que conseguiu novos empréstimos nos 25 anos que se seguiram a crise de 1825-1826, chamada por Dawson (1998) de “primeira crise da dívida latino-americana”. Diversas são as razões que podem explicar essa sustentação do crédito brasileiro nesses anos pós-crise. Com um processo de independência relativamente mais pacífico comparado às colônias espanholas e à manutenção da monarquia ao invés da instauração de uma república, o Império do Brasil conseguiu uma transição mais controlada para um Estado independente. Segundo Dawson (1998, p. 127), esse regime político teria sido um dos fatores que favoreceu o governo brasileiro, simbolizado sobretudo quando seu segundo empréstimo foi garantido pela casa bancária dos Rothschild em melhores condições que o primeiro empréstimo:

⁹⁴ A casa Baring Brothers e a casa de N. M. Rothschild entraram pela primeira vez no mercado de empréstimos latino-americanos através dos contratos com Buenos Aires e com o Brasil, respectivamente. Eram na época as casas bancárias “mais respeitadas e conservadoras de Londres” e como “proeminentes firmas” dividiram “a nata dos empréstimos europeus entre si, sendo que os Rothschild receberam a alcunha de ‘Banqueiros da Santa Aliança’” (DAWSON, 1998, p. 107).

O *The Times* estava certo de que o notável sucesso de Rothschild em melhorar o crédito de seus clientes governamentais do continente seria repetido do outro lado do Atlântico. Sob seus auspícios, as ações do governo brasileiro teriam em breve cotações tão altas quanto as dos melhores governos europeus. Enquanto Rothschild abstinha-se de levantar dinheiro para as Repúblicas espanholas americanas para evitar ofender seus clientes da Santa Aliança,⁹⁵ o Brasil, uma monarquia, era caso diferente (DAWSON, 1998, p. 127).

Além disso, o Brasil já possuía relações econômicas e diplomáticas com a Inglaterra herdadas de sua ex-metrópole. Diversos acordos comerciais favoreceram os ingleses nos negócios com o Brasil desde a abertura dos portos em 1808, passando pelo tratado de comércio de 1810 que foi renovado em 1827. Se por um lado esses acordos restringiam a capacidade de arrecadação dos impostos brasileiros, por outro eles aumentavam o fluxo do comércio entre os dois países. Segundo Marichal (1988, p. 62) o comércio entre Brasil e Inglaterra teve trajetória crescente e representativa entre as décadas 1820, 1830 e 1840 na comparação com os demais países da região.⁹⁶ Esse incremento no comércio combinado às formas que o governo brasileiro encontrou de burlar as regras do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, assinado em 17 de agosto de 1827 sobretudo criando outros tipos de impostos, possibilitou uma trajetória crescente da renda brasileira oriunda de tributos, conforme demonstrou Diniz (2007).⁹⁷

Assim, a opção pela monarquia, a longa duração das relações entre Brasil e Inglaterra, o comércio crescente entre os dois países e o aumento da renda com a arrecadação de direitos de importação⁹⁸ favoreceram que o Brasil se tornasse “o último sobrevivente” da crise gerada pela bolha especulativa de 1822-1825. Ainda que passasse por diversos conflitos internos desde a independência, passando pelo período regencial e chegando próximo à década de 1850 com a Revolução Praieira, o Império possuía uma estrutura governamental mais estável comparada aos seus

⁹⁵ Ficou conhecida como “Santa Aliança” a aliança conservadora entre Rússia, Áustria e Prússia contra movimentos subversivos que visavam restringir os poderes monárquicos na Europa.

⁹⁶ Ver ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889, *Texto para discussão*, Nº. 584, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2010.

⁹⁷ O autor demonstra que as receitas do Império tiveram aumentos substanciais no período entre a assinatura do Tratado e o fim de sua vigência, sobretudo devido a criação de três impostos: Expediente da Alfândega, Imposto de Ancoragem e Adicional de Armazenagem. Para Diniz, as formas que o Império encontrou para burlar as restrições impostas pela Inglaterra são evidências “de que o governo brasileiro não se submeteu passivamente os desígnios ingleses”, caracterizando uma “autonomia relativa” “frente às pressões inglesas” (DINIZ, 2007, p. 17 e 18).

⁹⁸ “Entre 1830 e 1843, último exercício sob a égide do tratado [de 1827], a receita total do Império cresceu 80,14% e a arrecadação dos direitos de importação cresceu 222,42%.” (DINIZ, 2007, p. 7).

vizinhos, que também favorecia essas melhores condições de crédito do Brasil e uma maior facilidade de acesso às moedas europeias.

Nos anos de 1830 e 1840, apesar de conseguir criar meios para aumentar a renda, os conflitos regionais do período regencial não só aumentaram as despesas militares como reduziram as rendas que eram enviadas das províncias ao Governo Geral, sendo o caso mais crítico o do Rio Grande de São Pedro, que apesar de ocupar o quarto lugar na geração de receitas das províncias à corte, durante a Farroupilha chegou a não enviar qualquer recurso por dois anos (DINIZ, 2007, p. 9).⁹⁹ Então ao mesmo tempo em que seguia demandando recursos e necessitando de empréstimos, o Império do Brasil mostrava-se com capacidade e credibilidade para seus pagamentos, mesmo que eles fossem adiados.

Nesse contexto é que o Brasil conseguiu realizar o empréstimo de 1829 para pagar os juros de empréstimos anteriores. Apesar de Dawson (1998, p. 234) afirmar que esse conceito era novo na época pois “significava que seria permitido a um devedor pagar seu credor com seu próprio dinheiro”, Braudel (2009, p. 467) explica como já no século XVI os financistas devem emprestar mais dinheiro para recuperar o que foi emprestado anteriormente aos Estados em construção na Europa, especialmente no caso do reinado de Carlos V, em que os banqueiros germânicos, os Fugger, se veem enredados na necessidade de seguir financiando o governo castelhano para tentar “recuperar o irrecuperável”.

É certo que no tempo dos Fugger e Carlos V o sistema de dívida pública ainda não estava tão desenvolvido como ocorrerá a partir da criação do Banco da Inglaterra em fins do século XVIII, mas as bases que levaram a seu desenvolvimento se encontram ainda na Veneza do século XIII. Deste modo, o que parecia novo em 1829 não necessariamente o era: a verdadeira novidade estava nos negócios a esses países em construção do Novo Mundo e na dimensão que os negócios relacionados aos empréstimos tomavam ao serem debatidos na imprensa e acompanhados pelo público. No caso do crédito brasileiro, “os proponentes [...]

⁹⁹ “O caso mais grave foi o do Rio Grande Sul, cuja participação na arrecadação do Império, em 1834, esteve próxima dos 8% e nos dois exercícios subsequentes não deu qualquer contribuição para a receita. De 1837 a 1841, por sua vez, a contribuição dessa província esteve abaixo de 4%. Somente em 1844, a arrecadação no Rio Grande Sul voltou a normalizar-se. A situação nas demais províncias foi menos dramática, mas também houve significativas perdas de arrecadação na Bahia, mais de 2%; no Pará, talvez próximas de 2%, por dois exercícios seguidos, 1834 e 1835; e em São Paulo e Minas Gerais, cujas perdas em 1842, tenha se feito sentir na alfândega da Corte” (DINIZ, 2007, p. 9).

argumentaram que as circunstâncias no Brasil eram suficientemente excepcionais para justificar o desvio da prática geralmente aceita” (DAWSON, 1998, p. 234).

Outros pontos que podem ter contribuído para a manutenção do crédito brasileiro foi a organização de toda a sua dívida pública com a Lei de 15 de novembro de 1827,¹⁰⁰ que funda a Dívida Nacional, criando o grande livro da dívida do Brasil, assim como uma Caixa de Amortização e uma Junta que a administraria¹⁰¹ (conforme veremos ao longo do próximo capítulo, uma organização semelhante foi imposta pelo Brasil ao governo uruguaio); além das alterações ao longo dos anos na administração dos negócios brasileiros em Londres, desde a extinção da Caixa de Londres em 1830 até a contratação de Goldsmid, Thompson e King para realizarem os pagamentos de juros e amortização da dívida externa brasileira.¹⁰² Para o governo brasileiro, a escolha desses negociantes foi importante para valorizar os títulos da dívida do país naquela praça.¹⁰³

Assim, a situação é relativamente favorável ao Brasil na comparação com seus vizinhos e ajuda a explicar o porquê de o país ter condições de emprestar dinheiro ao Uruguai enquanto era devedor no sistema internacional, assim como o porquê de ter se tornado uma importante opção para a estratégia da *Defensa*. Nesse pequeno tabuleiro do jogo geopolítico regional, temos os pequenos jogadores buscando acesso ao apoio dos grandes jogadores, de modo que esses acabam por sua vez desempenhando importante papel no jogo menor. Ainda assim, quanto mais se esperava que a França se retiraria da Guerra Grande e deixaria de subsidiar Montevideú, mais claro ficava de que a resolução do conflito estaria nas mãos do Império do Brasil. Assim como o Império consegue manter o crédito, mas segue necessitando de empréstimos ingleses, o governo da *Defensa* e posteriormente o Uruguai também seguirá necessitando do crédito brasileiro, nesse ciclo de dependência que ficaria cada vez mais difícil de romper.

¹⁰⁰ Segundo Silva (2009, p. 37) essa lei sofreu poucas alterações até a criação do Banco Central em 1964, perdurando por quase 140 anos. Para Ribeiro (1972, p. 47) essa lei é “a pedra fundamental do Crédito Público no Brasil”.

¹⁰¹ Silva (2009, p. 37) cita que essa lei foi baseada na tradição inglesa iniciada com Jorge I na Inglaterra, que consolidava a dívida pública inglesa a partir de 1715 através de um livro em que elas deveriam ser inscritas (*Great Ledger*).

¹⁰² Ver SUMMERHILL, William R.. *Inglorious Revolution: Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil*. New Haven: Yale University Press, 2015

¹⁰³ BRASIL, RMF, 1840, p. 13. Esse assunto será aprofundado no capítulo 3.

“El ciclo infernal de la deuda, hija directa de las guerras exteriores e interiores, estaba así asegurado. Casi ninguno de los casos estudiados del proceso de construcción estatal¹⁰⁴ pudo escapar en determinados momentos a las consecuencias de ese ciclo infernal y en ciertas situaciones, como son las de Colombia y el Uruguay, la deuda llegó a constituirse en una auténtica bola de nieve en el presupuesto de esos Estados hasta bien entrada la década del cincuenta” (GARAVAGLIA, 2010, p. 4).

Explicado por que o Brasil pôde emprestar, vamos tentar entender por que ele se viu impelido a fazê-lo. Conforme o afastamento das potências europeias da Guerra Grande se tornava mais iminente, maior a preocupação do Império do Brasil em agir em defesa de Montevideu. No caso das potências europeias, o historiador uruguaio José Pedro Barrán (2011, p. 7-13) considerou que as principais causas da intervenção desses grandes jogadores no tabuleiro platino eram a “sedução da ideologia liberal” que principalmente os *colorados* e *unitários* sentiam em suas lutas contra a “tirania” que enxergavam em Rosas e Oribe; a “proteção aos emigrantes” que chegaram ao Uruguai em quantidade significativa entre 1835 e 1842, em sua maioria franceses; uma aventada ideia de “ocupação territorial” por parte das nações europeias que foi impossibilitada tanto pela defesa de Rosas e Oribe quanto, principalmente, pela disputa entre os próprios governos europeus que impediam o avance um do outro; e, por último, “a necessidade de novos mercados”.

Neste último aspecto, retomamos a discussão sobre a livre navegação da bacia platina como de importância fundamental aos europeus, que não apenas queriam poder negociar livremente com as províncias do litoral argentino, além do Paraguai e Uruguai, como sabiam que a vitória de Rosas poderia aumentar significativamente os valores dos direitos de aduana em caso de um monopólio de Buenos Aires no Prata (BARRÁN, 2011, p. 9). Isso sem falar no mercado de couros que seria abalado com a Guerra Grande. O autor destaca que a abertura de portos por meio da guerra foi uma prática comum desse período, dando o exemplo da Inglaterra na China com a Guerra do Ópio em 1842 e dos Estados Unidos no Japão em 1854 (BARRÁN, 2011, p. 9), que nos ajudam a ilustrar a ideia dos diversos tabuleiros em que jogavam ao mesmo tempo as grandes potências europeias.

¹⁰⁴ Os casos estudados no trabalho são: Argentina, Chile, Colômbia, Costa Rica, Ecuador, Guatemala, Uruguay.

Além disso, já citamos que aos ingleses era uma questão os recorrentes déficits do governo rosista que impediam o pagamento do empréstimo de 1824 feito com os Baring Brothers. Em 1844 Rosas apresentou uma maior possibilidade de retomar os pagamentos do empréstimo e ainda começou a pagar as demandas francesas, ações que contribuíram para o fim do bloqueio.¹⁰⁵ Por fim, para encerrar esse tópico, cabe ressaltar que embora o Uruguai não tenha recebido empréstimos estrangeiros no contexto da bolha financeira que se formou nos anos de 1820, e que o Brasil tenha sido o único país latino-americano a manter o crédito privado europeu até 1850, o Uruguai se tornou devedor internacional: não de casas bancárias internacionais, mas sim de nações estrangeiras.

Esse é um aspecto importante para diferenciar as diversas possibilidades de endividamento dos países, sobretudo quando relaciona guerra e dívida à construção da nação em uma ex-colônia, porque demonstra que o período pós-colonial não significou necessariamente uma total independência desses países que surgiam. O que parece, entretanto, é que os grandes jogadores que controlavam esse tabuleiro é que mudaram, enquanto peças foram substituídas e outros pequenos jogadores surgiram.

¹⁰⁵ Ferns (1968) afirma que além de começar a pagar os franceses, Rosas teria chegado a um acordo com o agente do Baring Brothers para pagar cinco mil pesos de prata por mês pelo empréstimo tomado em 1824, o que equivaleria a mais de 1% anual.

3 *PECADO ORIGINAL: O CICLO DE DEPENDÊNCIA DA DÍVIDA*

Quando se deu a Guerra Grande, os países platinos eram bastante jovens. A construção desses Estados passava também pelo que Garavaglia (2010) chamou de “transição fiscal”, ou seja, refazer a fiscalidade desses territórios passando de um sistema colonial para uma fiscalidade republicana, no caso dos hispano-americanos, e monárquico, no caso do Brasil.¹ Esses novos países dependeriam primordialmente do comércio exterior, dos impostos advindos da importação e exportação. Mas se o próprio sentido da colonização do Brasil foi o de explorar seus recursos para fomentar o comércio europeu, como afirmou Caio Prado Jr (2000), a construção de seu Estado reflete também na transição fiscal a essência desse processo.² É das alfândegas que virão os principais recursos desses Estados em construção na região platina e por isso também, como apresentamos anteriormente, o controle dos rios da bacia era tão disputado.

A alta dependência das rendas alfandegárias colocava esses países sob maior vulnerabilidade às crises e ciclos econômicos externos, sobretudo europeus. Quando nos anos 1820 a alta circulação de capital em Londres possibilitou os diversos empréstimos e apostas em países e negócios na América Latina, uma bolha especulativa em meados da década interrompeu o fluxo de capitais para esta região, gerando a primeira crise da dívida latino-americana.³ Assim, o “pecado original” que na acepção de Eichengreen e Hausmann (1999, p. 3) diz respeito à incapacidade de a moeda nacional ser utilizada para fazer empréstimos no exterior ou empréstimos de longo prazo, já estaria presente na formação desses países. Esse “pecado” geraria uma fragilidade nessas economias em que os investimentos domésticos seriam financiados por moedas estrangeiras (“descasamento de

¹ Garavaglia não chega a analisar no texto o caso brasileiro, que vem sendo estudado por Eduardo Ramos. Ver: RAMOS, Eduardo Silva. *Centralização e privilégio: instituições econômicas e fiscalidade na formação do estado brasileiro (1808-1836)* / . 2018. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.; RAMOS, Eduardo Silva. Organização alfandegária e espaços fiscais no Império Brasileiro (1808-1836). *Almanack*, [S.L.], n. 21, p. 565-608, abr. 2019.

² Ver: COSTA, Wilma Peres; MIRANDA, Marcia Eckert. Entre os senhores e o Império: transformações fiscais na formação do Estado brasileiro, 1808-1840. *Illes i Imperis*, Barcelona, n. 13, p. 87-115, 2010.

³ Sobre esse tema ver DAWSON, Frank Griffith. *A primeira crise da dívida latino-americana: A City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25*. São Paulo: Ed. 34, 1998.e MARICHAL, Carlos. *Historia de la deuda externa de America Latina*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

moeda”) e com prazos de pagamentos curtos para retornos que só ocorreriam no longo prazo (“descasamento de vencimento”) (EICHENGREEN; HAUSMANN, 1999, p. 3).

Nesses anos iniciais, entretanto, os recursos muitas vezes nem eram destinados a investimentos e sim a gastos de guerra. Até que esses Estados se conformassem, disputas internas pelo controle governamental e das rendas e disputas externas por territórios e acessos fluviais ocorreriam na região platina ao longo dos primeiros dois terços do século XIX. Empréstimos internos e externos e subsídios bélicos marcariam a construção desses Estados, sobretudo quando pensamos nos subsídios franceses e depois brasileiros ao Estado Oriental durante a Guerra Grande. A prática de fornecer subsídios a aliados de guerra não era uma novidade nesse sistema interestatal em formação. Segundo Hobsbawm (2019, p. 160 e 161), entre 1794 e 1804 80 milhões de libras foram fornecidos como empréstimo para os aliados militares da Grã-Bretanha na guerra contra a França, tendo como intermediárias as casas financeiras internacionais, como a Casa dos Rothschild e dos Baring.

Como pensar esse tipo de relação financeira em contexto bélico? Será que a relação entre Brasil e Uruguai pode ser comparada aos subsídios britânicos nas guerras napoleônicas? Além disso, seria possível relacionar os casos da Casa dos Rothschild e dos Barings Brothers ao futuro barão e depois visconde de Mauá, que se tornaria o grande financista da região da bacia do rio da Prata? Essas comparações só são possíveis se considerarmos os papéis desempenhados pela América Latina e pelas potências europeias no sistema-mundo capitalista que se consolidava naquele século, considerando o próprio sentido da colonização desses territórios do Novo Mundo. É uma proposta de exercício de análise, de construção de uma visão mais ampla acerca da Diplomacia do Patacão, pensando-a no contexto de transição entre a Era das Revoluções e a Era do Capital tão bem exploradas por Eric Hobsbawm.

Nossa proposta é pensar essa relação entre guerra e dívida no contexto de um grande jogo geopolítico mundial. Seria observar o mundo como um tabuleiro, em que não é difícil perceber quem eram os grandes jogadores ao longo do século XIX, centralizados na Eurásia que já havia iniciado esse jogo há séculos. Como a expansão desse jogo para as Américas era relativamente recente, sua observação deve ser feita com uma lupa. Nossa lupa se concentrará na região da bacia do rio da

Prata, como já deixamos claro até aqui, mas pensando essa região como sendo um pequeno tabuleiro regional dentro desse jogo geopolítico mundial. A ideia é considerar essa lupa como uma relação dialética entre os tabuleiros global e regional, em que esse pequeno tem uma dinâmica própria, jogadores específicos, apesar de estar dentro do contexto dialético que estamos tratando e sofrer as interferências dos grandes jogadores.

O pequeno tabuleiro influencia e é influenciado pelo grande jogo. Ao mesmo tempo em que a França e a Inglaterra disputam seus espaços no comércio e na geopolítica mundial, utilizando o espaço platino para a construção de suas dinâmicas mundiais, a bacia platina constrói sua própria dinâmica de disputas entre os grupos locais que concorrem pelo controle governamental, com governos em construção que concorrem por limites territoriais, controles fluviais e pela supremacia regional. Nesse sentido, a dialética de disputa regional se constrói em um sistema-mundo capitalista que é desigual por natureza. Estados em construção colonizaram a América Latina que apenas séculos depois iniciaram-se enquanto jogadores, com uma construção de Estado tardia com relação às suas ex-metrópoles, dependendo financeira e comercialmente das grandes potências, mesmo militarmente. Os grandes jogadores não carregam o peso do “pecado original”.

Nesse sentido, seguiremos nossa análise da Diplomacia do Patacão enfocando neste capítulo os primeiros empréstimos financeiros ofertados pelo Império do Brasil, entre os anos de 1850 e 1852. Esse período engloba o fim da Guerra Grande no território uruguaio, com um acordo de paz entre os partidos conflitantes e a reunificação do país. Nesse contexto, o Império do Brasil conseguiu realizar quatro tratados e uma convenção em 12 de outubro que já demonstram alguns dos efeitos de seu papel de credor na Guerra Grande. Além disso, trataremos do empréstimo às províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes que auxiliará na queda de Rosas em 1852. Por fim, veremos neste capítulo como a expressão “pecado original” surgiu com outro significado para o intermediário dos contratos brasileiros.

3.1 Operações encobertas: os contratos de 1850 com o Uruguai

Depois de muita insistência e persistência por parte do plenipotenciário uruguaio, Andrés Lamas, o Império do Brasil resolveu iniciar o fornecimento de

subsídios para o governo da *Defensa*. O mecanismo de crédito que seria utilizado no início da Diplomacia do Patacão foi bem explicado em um dos mais completos documentos acerca dos termos em que Lamas buscava a negociação com o governo brasileiro, uma memória escrita pelo enviado uruguaio em 26 de abril de 1850. Ainda que bastante anterior ao início das operações, esse documento detalha o plano de Lamas, sua análise sobre a situação e a proposta que fazia ao governo brasileiro, de modo que a estratégia desenvolvida teria ficado bastante próxima ao que apresenta esse documento.

Direcionada ao ministro Paulino, o documento de quase 40 páginas manuscritas traz uma compilação do que Lamas acreditava ser seu dever apresentar ao Brasil. O enviado uruguaio argumentou que uma intervenção do Império do Brasil na Guerra Grande há quatro ou cinco anos antes do momento em que escrevia poderia ter evitado a situação em que o Uruguai se encontrava. Mas já que não ocorreu, a guerra seria inevitável ao Império, porque se Rosas conseguisse romper a resistência de Montevideú ele passaria a ocupar a cidade e depois partiria para o Paraguai, o qual pretendia reanexar à Confederação Argentina. Nessa possibilidade levantada por Lamas, o Império já não conseguiria aliança com o governo paraguaio e poderia então ter sua província do Rio Grande do Sul atacada.⁴

Por isso, o ministro plenipotenciário fazia várias estimativas de quantidades de homens que o governador de Buenos Aires poderia conseguir e do risco que os países do Prata corriam. Então concluía que enquanto o Brasil e o Paraguai não tivessem capacidade de declarar guerra e enfrentar Rosas, manter a resistência de Montevideú era um interesse comum. A estratégia de Lamas era clara: primeiro enfatizar sobre os riscos que o Império corria com a Guerra Grande; depois, convencer o governo a apoiar Montevideú em sua manutenção e em uma ofensiva contra Oribe; e, permeando toda a memória, a ideia de que a Guerra Grande chegaria ao Brasil cedo ou tarde, fosse pelo ataque de Rosas, fosse pelo ataque do Brasil.

De todo modo, o Império deveria estar preparado. Lamas pedia crédito brasileiro para aumentar a defesa de Montevideú contratando uma legião de mercenários na Europa. Escrevia que os soldados poderiam ser conseguidos na Europa por um preço bem menor do que seria antes das Revoluções de 1848

⁴ LAMAS, Andrés. [Memória]. Rio de Janeiro, 26 abr. 1850. In: BNB, 63,03,006 nº 024.

naquele continente. A França, por exemplo, cobraria cem mil francos para embarcar uma divisão de mil soldados italianos. Então o que se necessitava mesmo era o meio de financiar essa contratação. Lamas pediu ao Brasil um empréstimo de 6 milhões de pesos nominais, mas não em dinheiro e sim em crédito: *“que se le pide no es metal, sino puramente crédito”*:

O Brasil trocava as apólices de sua dívida consolidada por títulos do empréstimo Oriental de mesmos juros, por alguma das variadas formas em que essa operação poderia verificar-se. [...]

A este empréstimo ficariam afetadas as rendas da Aduana da República, em cuja arrecadação interviria, por algum tempo, uma comissão de prestamistas.

Assim o Brasil não teria que fazer nem para o Capital nem para os juros, o mínimo desembolso de metálico.⁵

Enquanto não era pretensão do Império declarar guerra a Rosas e Oribe, a proposta de Lamas foi considerada uma boa estratégia. O suprimento de crédito aparecia na memória como uma ação temporária, porque acreditava-se que logo Montevideú poderia melhorar sua situação financeira (nesse ponto Lamas errou, conforme veremos ao longo da tese). O Império do Brasil assumiria o pagamento de subsídios à *Defensa* com meios parecidos aos franceses, só que secretamente. Para tanto, era necessário novamente um negociante para fazer o papel de prestamista e disfarçar a intervenção do governo brasileiro. Assim, primeiro Lamas escreveu a seu ministro uruguaio que conseguiu negociar no Rio de Janeiro o envio de vestuário para os soldados de Montevideú, reafirmando a necessidade de manter a negociação em segredo.⁶

O enviado uruguaio contava a seu ministro que a esperança sobre essa operação repousava em uma longa reunião que ele teria participado na noite anterior, com uma pessoa em uma sala fechada e que nem Castro, nem Buschental,⁷ nem qualquer empregado, teria qualquer suspeita de que Lamas estaria se ocupando de tal negociação. Neste caso, temos mais subsídios para afirmar que o negociante em questão seria o futuro barão de Mauá (porque o

⁵ “El Brasil cambiaria apolizas de su deuda consolidada por títulos del empréstito Oriental del mismo interés, por alguna de las variadas formas en que esa operación podría verificarse. [...] A este empréstito quedarían afectadas las rentas de la Aduana de la Republica, en cuya recaudación intervendría, por algún tiempo, una comisión de los prestamistas. Así el Brasil no tendría que hacer ni para el Capital ni para los intereses, el mínimo desembolso de metálico”. (LAMAS, Andrés. [Memória]. Rio de Janeiro, 26 abr. 1850. In: BNB, 63,03,006 nº 024. Tradução nossa).

⁶ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 21 jul. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷ Conferir nota de rodapé nº 15 do capítulo 1.

ministro Paulino o teria procurado em julho e o primeiro documento com seu nome é datado de agosto).⁸ Do mesmo modo, a fala de Lamas fortalece nossas hipóteses de que o negociante de março que intermediou o envio de armas a Montevideu não seria o mesmo desse novo momento, porque se o fosse, seria normal que o cônsul Manoel de Castro desconfiasse de seu nome. Assim, contatado o novo negociante, as negociações avançaram.

Diante de uma das reduções feitas pelo representante francês Devoize dos subsídios oferecidos por seu país a Montevideu, Irineu Evangelista de Souza escreveu em 7 de agosto de 1850 para Andrés Lamas propondo assumir o pagamento do déficit resultante da redução da mensalidade francesa. A proposta era de pagar 12 mil pesos fortes por mês enquanto a França mantivesse aquela supressão.⁹ Pela documentação, parece que por algum tempo Lamas e Evangelista negociaram diretamente, sem o intermédio constante do ministro Paulino. E deste modo, foi assinado em 21 de agosto o primeiro documento relativo a essas negociações já com assinatura de Irineu Evangelista de Souza.

3.1.1 Esperança cancelada: o contrato de 21 de agosto

Uma cópia desse contrato de 21 de agosto está disponível no Museu Histórico Nacional do Uruguay. Esta acordava a entrega pelo negociante de 12 mil pesos fortes mensais a Lamas a contar do dia 1º de julho, e as três primeiras parcelas seriam entregues antes de 1º de outubro.¹⁰ Essas prestações deveriam ser documentadas pelo plenipotenciário uruguaio, para que ficassem registradas como dívida de seu governo a Irineu Evangelista, que renderiam juros de 1,5% ao mês até que fossem pagas. No art. 4 dessa convenção estabelecia-se que se o governo francês repusesse essas somas que havia retirado, esse contrato ficaria anulado. No

⁸ “Foi então, julho de 1850, que Paulino procurou Irineu Evangelista de Sousa, a maior fortuna do Brasil naquela época, e expôs-lhe a verdadeira situação em que se encontrava o Governo Imperial, diante das questões suscitadas pelo governador Rosas” (SOUZA, 1944, p. 269). Sobre essa situação, afirmou o Barão de Mauá na Câmara dos Deputados em 1873: “O Sr. Visconde do Uruguay disse-me então que eu fora escolhido pelo ministério para prestar os auxílios pecuniários indispensáveis à República Oriental até que o Brasil estivesse preparado para fazer a guerra do ditador [Juan Manuel de Rosas]” (MAUÁ, 1873, p. 25).

⁹ SOUZA, Irineu Evangelista de. [Correspondência]. Rio de Janeiro, 07 ago. 1850. In: BESOUCHET, 1977, p. 39.

¹⁰ LAMAS; Andres; SOUZA, Irineu Evangelista de. [Contrato]. Cópia. Rio de Janeiro, 21 ago. 1850. In: MHN, R/3/086.

artigo seguinte, garantia que Irineu não poderia suspender a entrega desses subsídios sem aviso prévio de no mínimo 30 dias.

No dia 26, Lamas informou ao ministro Paulino: “*Como V.E. sabrá, quedó concluido en arreglo con el Señor Irineo. Estoy ahora a la disposición de V. E. para firmar el documento de que me habló*”.¹¹ Gabriela Nunes Ferreira (2006, p. 160), ao analisar as correspondências secretas do ministro Paulino Soares de Souza ao encarregado dos negócios do Brasil em Montevideu Rodrigo de Sousa da Silva Pontes, afirma que esse já era um primeiro contrato do governo brasileiro que utilizava o nome de Irineu Evangelista para disfarçar sua atuação. A historiadora aponta, inclusive, que no contexto desse primeiro contrato Lamas pleiteava um crédito complementar que possibilitasse a contratação de uma legião europeia, ao que o ministro Paulino recusou naquele momento.

Souza (1944, p. 271) transcreveu em seu livro um trecho dessa carta utilizada por Ferreira. Nela o ministro Paulino afirma que havia acordado com Lamas que se o governo francês mantivesse as reduções dos subsídios a Montevideu o governo imperial garantiria esse valor. Por isso, o futuro Visconde do Uruguai buscou um negociante, que no caso era Irineu Evangelista, que se responsabilizou pelo pagamento daquelas parcelas. O ministro já vinha preparando-se para essa situação, já que já havia comentado sobre a possibilidade desse suprimento com Pontes. Enfatizava na carta, assim como fazia Lamas, que toda a negociação ocorreria em segredo, “encobertadamente”, dando a entender que o papel de Irineu Evangelista era realmente disfarçar a operação do governo brasileiro.

Feito o contrato, Lamas escreveu a Herrera em 28 de agosto que enviaria 36 mil patações (as três mensalidades acordadas) na próxima embarcação, chamada *Spider*, assim como explicou que se a França retirasse todo o subsídio, a mensalidade brasileira seria elevada a 30 mil patações.¹² Desse modo, pedia a Herrera que não esquecesse de enviar a aprovação do contrato do Sr. Irineu, que, estipulado pelo Art. 6º do contrato, deveria ser um ato oficial do governo oriental

¹¹ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 26 ago.1850. In: BNB, 63,03,006 nº 025. Dado o que sabemos sobre os contratos de 6 de setembro e 1º de dezembro daquele ano e unindo às informações trazidas por Ferreira (2006) que citamos anteriormente, seria plausível supor que o documento a que Lamas se referia fosse algum tipo de contrato secreto que demonstrasse que o real credor da República seria o governo imperial, mas nenhum documento desse teor foi encontrado em nossas pesquisas.

¹² LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 28 ago. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

entregue ao negociante. Mas antes que a embarcação *Spider* levasse os 36 mil patações prometidos por Lamas, a situação mudou, e o agente francês Devoize decidiu entregar ao governo parte das letras que havia suprimido. Com isso, a soma de 12 mil pesos acordada no contrato foi reduzida a oito mil pesos, e como o restante parecia haver sido suprido por economias do governo e empréstimo dos acionistas da aduana montevideana, o contrato brasileiro foi suspenso.¹³

Assim, apesar de o contrato com Irineu ter sido ratificado pelo governo oriental em 12 de setembro, ele perdeu sua validade e, portanto, as letras não foram enviadas por Lamas pelo *Spider*. As suspensões e retornos de pagamentos pelo enviado francês foi corriqueira ao longo do período em que essa missão era comandada por Devoize. Esse agente utilizava a necessidade de recebimento das letras por parte do governo oriental como forma de barganhar algumas disputas políticas. Foram várias as questões que faziam com que esse agente segurasse consigo as letras do subsídio francês e condicionasse sua entrega à obediência do governo oriental.

Por isso toda a negociação feita por Lamas visava que com essas reduções ou tardanças de recebimento dos subsídios franceses, os contratos de víveres de Montevideu não fossem interrompidos visando a conservação daquela praça. Mas devido às rápidas mudanças na conjuntura e a suspensão do contrato por parte dos brasileiros, Lamas pôde perceber que a negociação possuía um caráter muito frágil. A questão é que parecia que com a França ou com o Brasil, a situação seria a mesma: o sítio a Montevideu seguiria sem que o fim da guerra aparecesse no horizonte desses agentes uruguaios que lutavam pela manutenção da cidade. Lamas havia pedido ao ministro Paulino que o Brasil se comprometesse com crédito para trazer da Europa uma legião de estrangeiros que pudesse lutar na guerra, mas o ministro se recusou.¹⁴

Andrés Lamas se mostrava “muito descontente e desanimado”, escreveu o futuro Visconde do Uruguai.¹⁵ O agente uruguaio queria logo uma promessa de rompimento do Brasil com Rosas e os meios para que Montevideu pudesse partir

¹³ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 10 set. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

¹⁴ SOUZA, 1944, p. 271. Segundo o trabalho de Gabriela Ferreira, esse documento é uma Confidencial de 20/08/1850 e encontra-se no AHI 429/5/3.

¹⁵ SOUZA, 1944, p. 271. Segundo o trabalho de Gabriela Ferreira, esse documento é uma Confidencial de 20/08/1850 e encontra-se no AHI 429/5/3.

para uma ofensiva. É compreensível essa agonia de Lamas, haja vista que esse cerco já durava sete anos e havia dois anos que esse agente buscava apoio no Brasil. Por isso passou a focar em uma negociação que fosse capaz de comprometer o governo brasileiro com a causa de Montevideu e que mais do que sua conservação, permitisse a sua “salvação”. Nesse sentido, escreveu ao ministro Herrera:

*“Vd. comprende bien la distancia que existe entre conservar a Montevideo por conveniencias que pueden ser transitorias, y con la libertad de abandonarlo a cualesquiera momento, y empeñarse en una operación que aumentando la fuerza de Montevideo de una manera efectiva y poniéndolo en camino de salvación, crea un vínculo sólido y fecundo entre los dos países”.*¹⁶

Mas quando Lamas escreveu essa carta, já havia alcançado seu objetivo: o contrato para a contratação dos mercenários. Nos dias que sucederam a suspensão do contrato de 21 de agosto o enviado uruguaio trabalhou insistentemente por uma ação mais efetiva do governo brasileiro. Cartas enviadas ao ministro Paulino nos dias 2, 3 e 4 de setembro¹⁷ indicam que esses dois agentes haviam se reunido na noite do dia 1º, ocasião em que Lamas teria apresentado um plano em que o governo brasileiro ofereceria subsídios mensais. O plano era na linha do que havia sido apresentado nas memórias de 26 de abril e 11 de julho, que tratamos anteriormente. Nessas correspondências de início de setembro, porém, Lamas já havia negociado também com os fornecedores de víveres de Montevideu, apresentava um plano atualizado dos recursos necessários e a destinação deles, assim como pressionava o ministro Paulino para que embarcassem um general uruguaio à França,¹⁸ já que a embarcação sairia em poucos dias.

¹⁶ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 10 set. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

¹⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 02, 03 e 04 set. 1850. In: BNB, 63,03,006 nº 025.

¹⁸ Segundo Souza (1944, p. 273) a ideia de enviar o general Pacheco y Obes à França parece ter sido do Ministro brasileiro, para que o general trabalhasse naquele país para influenciar a opinião pública francesa a favor de Montevideu. Além disso, ele teria relações conturbadas com Herrera, o ministro das relações exteriores da *Defensa*, e temia-se que tomasse uma atitude precipitada que alterasse o *status quo* da cidade.

3.1.2 Verdades secretas: os contratos de 6 de setembro

Depois de muita insistência e negociação, Lamas conseguiu o que queria: 13 mensalidades pagas pelo Império do Brasil de 18 mil pesos que davam garantia a um crédito aberto em Paris de 1.250.000 francos, que por sua vez possibilitaria a contratação de 3000 homens na Europa assim como a compra de materiais bélicos, vestimentas e víveres. O enviado uruguaio conseguiu costurar bem suas relações, argumentos e planos. Além disso, os passos estratégicos dados pelos agentes governamentais brasileiros favoreceram um avanço na questão financeira da *Defensa*, de modo que a preparação para a guerra passou a outro patamar.

Após várias reuniões e correspondências de negociações, a resolução formal da questão ocorreu nos dias 6 e 7 de setembro de 1850. No primeiro dia foram firmados dois contratos: um que permaneceu secreto, do qual era signatário o Império do Brasil, o governo uruguaio e Irineu Evangelista de Souza; e um segundo, que seria público, no qual constavam apenas o futuro barão de Mauá e o governo uruguaio. Apesar de esse último ocultar o verdadeiro credor e os reais termos da negociação, não necessariamente era um falso contrato. Já no dia 7 foi assinado um contrato entre o Governo Oriental e Irineu Evangelista de Souza, que então empregaria seu próprio capital juntamente a outros comerciantes aos quais representava.

Todo esse mecanismo de negociações e documentos secretos confundiu pesquisadores. Várias histórias foram contadas na bibliografia sobre o tema acerca desse envolvimento de Irineu na geopolítica platina, em geral analisando como se o capital empregado nessas transações fosse seu.¹⁹ Entretanto, é possível perceber por meio da documentação que a entrada do negociante nos meandros da geopolítica platina por meio do ministro brasileiro teria sido como intermediário, repassando capitais advindos do governo brasileiro. Nesse sentido, até pode ter adiantado quantias ao governo uruguaio, mesmo assim negociou a partir do que estava acordado que receberia do governo brasileiro para repassar à *Defensa*.

¹⁹ Jorge Caldeira, em uma das mais famosas biografias acerca de Mauá, afirma que o Ministro Paulino pediu para Irineu uma resposta rápida a sua proposta que seria: "Irineu deveria financiar o governo uruguaio **com dinheiro do seu bolso**, o qual seria ressarcido depois, quando tudo tivesse mudado ao sul do Brasil" (CALDEIRA, 2004, p. 205, grifo nosso). Essa linha de análise é reproduzida por Sambuccetti (1999, p. 35).

Quadro 2 - Diferenças entre os contratos de 6 de setembro de 1850

	Secreto	Público
Signatários	• Império do Brasil (Paulino José Soares de Souza) • República Oriental do Uruguai (Andrés Lamas) • Irineu Evangelista de Souza	• República Oriental do Uruguai (Andrés Lamas) • Irineu Evangelista de Souza
Forma	“Essas prestações serão entregues ao governo oriental por intermédio de Irineu Evangelista de Souza, que as haverá do tesouro em letras sacadas à ordem, e endossadas em branco, sobre a agência de Londres, para serem pagas nas épocas acima declaradas.”	“O Sr. Irineu Evangelista de Souza se obriga a entregar ao ministro oriental nessa corte por conta de seu governo, a quantia mensal de dezoito mil pesos fortes [...]”
O compromisso de Irineu com o governo brasileiro	“Os documentos que o dito Irineu Evangelista de Souza houver do governo oriental da entrega daquelas quantias servirão de descarga ao mesmo Irineu Evangelista de Souza para com o governo do Brasil [...]. A responsabilidade do dito Irineu para com o tesouro ficará extinta com a entrega de tais documentos.”	Nada consta.
Títulos de dívida	Os documentos “ficarão servindo de título da dívida do governo oriental para com o Brasil.”	“O ministro da República Oriental do Uruguay dará documento ao Sr. Evangelista de Souza das quantias que receber em virtude deste contrato.”
Juros	“Expirados os treze meses, pagará o governo oriental ao do Brasil o juro de seis por cento ao ano pela totalidade das prestações entregues.”	“[...] estas quantias vencerão o juro de um por cento ao mês até sua devolução pelo governo oriental”
Anulação do contrato de 21 de agosto	Nada consta.	“Fica anulado pelo presente, em todas suas cláusulas, o contrato assignado entre as mesmas partes em 21 de Agosto próximo passado.”
No caso da queda da praça de Montevideu...	“[a prestação] ficará reduzida a doze mil pesos fortes, que, não obstante, continuará a ser mensalmente entregues a Irineu Evangelista de Souza, para amortização dos adiantamentos por ele feitos ao governo oriental.” “... serão postos à disposição do governo do Brasil, se assim lhe convier, os indivíduos que o governo oriental engajar, convindo eles nisso, e bem assim todo armamento, equipamento e outros objetos havidos com aqueles fundos.”	“...a mensalidade ficará reduzida a doze mil pesos fortes desde aquele sucesso.” “os objetos havidos com o fundo da mensalidade de doze mil pesos ficarão à disposição do fornecedor do empréstimo, que disporá dos mesmos, transferindo ou alienando seu direito como melhor convenha.”

Fonte: Elaboração própria com base nos contratos disponíveis em BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, N. 1 e 2.

Começaremos, entretanto, analisando as principais diferenças entre os contratos secreto e público, esquematizados no Quadro 2 que apresentamos acima. No que diz respeito à forma em que se dariam esses subsídios, Irineu Evangelista atuaria como intermediário, recebendo as letras do governo brasileiro e repassando as quantias para o governo uruguaio, o que publicamente seria entendido apenas como um pagamento do negociante à *Defensa*. Mas o Art. 6º do contrato secreto estipulava que ele deveria receber os documentos do governo oriental para comprovar a entrega dos subsídios e que seu compromisso com o governo brasileiro estaria extinto com o repasse desses papéis ao mesmo, o que expressa a verdadeira origem do capital emprestado. Esses documentos serviriam como títulos da dívida do governo uruguaio para com o Brasil. No contrato público a entrega desses documentos a Irineu também era determinada, ainda que sem mencionar o Império.

Quanto aos juros, eram duplamente mais onerosos no contrato público do que no secreto, mas eram os juros de 6% ao ano que valeriam na realidade. A alta taxa do documento público garantiria o disfarce da operação, já que juros muito baixos para um governo em situação tão crítica quanto a *Defensa* geraria desconfiança. Outra diferença estava na referência ao cancelamento do contrato de 21 de agosto de 1850 que só aparece no contrato público. Por fim, os dois contratos eram distintos também em suas determinações em caso de queda da praça de Montevideú: no contrato com o Brasil, estipulava-se a disponibilidade de homens para a guerra e armamentos e equipamentos que houvessem sido comprados com aqueles fundos.

Esse último tema, entretanto, traz outro aspecto. O Artigo 4º do contrato secreto estipulava que caso caísse a praça de Montevideú, os subsídios de 18 mil pesos seriam reduzidos a 12 mil pesos, que continuariam sendo entregues a Irineu “para amortização dos adiantamentos por ele feitos ao governo oriental”. Esses adiantamentos se referem muito provavelmente ao contrato de 7 de setembro de 1850, que analisaremos no próximo tópico. Outra hipótese, que foi apresentada na historiografia, seria a de que esses adiantamentos se referem aos próprios subsídios, que teriam sido pagos por Irineu para o governo de Montevideú, para depois serem ressarcidos pelo Império.

Segundo Barrera (2015, p. 306), Irineu era quem realmente adiantava o dinheiro para a praça de Montevideú e seu ressarcimento só ocorreu a partir do

Decreto nº 861 de 14 de novembro de 1851, que abria um crédito extraordinário ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de 266 mil pesos fortes para quitar os valores referentes aos contratos de 6 de setembro de 1850, sobre o qual tratamos até aqui, e o contrato de 1º de dezembro daquele mesmo ano que estipulava um novo subsídio de 4 mil pesos para suprir uma nova redução dos pagamentos franceses. Entretanto, não parece ter sido essa a prática realizada nos pagamentos dos referidos subsídios à *Defensa*. É bastante provável que algum valor tenha sido adiantado por Irineu Evangelista, conforme veremos no próximo tópico. Mas isso não teria ocorrido com todas as mensalidades.

Em ordem expedida no mesmo dia do referido Decreto, o ministro Paulino Soares de Souza informou estar remetendo diversos documentos para o ministro da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres.²⁰ Eram os documentos que Irineu havia ficado incumbido de receber do governo oriental comprovando a entrega dos subsídios e que ficariam como títulos da dívida uruguaia para com o Brasil. A entrega desses títulos ao governo brasileiro extinguiria a responsabilidade de Irineu com o contrato. Mas, contrariamente ao que afirmou Barrera (2015),²¹ o ministro Paulino afirmou nessa nota que os créditos seriam destinados ao Ministério da Guerra, que seria de onde teriam saído os recursos para o pagamento dos subsídios.²²

Irineu em um discurso na Câmara dos Deputados em 1873 informou que seu papel na entrega dos subsídios foi apenas de intermediário e que recebeu as quantias a serem entregues pela Secretaria da Polícia ou pelo Tesouro Nacional (MAUÁ, 1873, p. 25). E, ao final do contrato secreto publicado no Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, há uma nota datada de 3 de outubro de 1850 informando que Irineu recebeu as letras a serem utilizadas para o pagamento das mensalidades em “saques ao tesoureiro geral do tesouro público sobre a agência de

²⁰ Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde com grandeza de Itaboraí, era outro líder da Trindade Saquarema do Partido Conservador. Fora Ministro da Fazenda do gabinete de Pedro Araujo Lima, o Marques de Olinda (1848-1849), e do Marques de Monte Alegre (1849-1852). Cf. Mattos (1987).

²¹ Esse crédito, segundo o autor, serviria para abonar Irineu. Nesse sentido, Barrera adverte: “não foi a última vez que um crédito de Evangelista de Souza se converteu em dívida imperial” (2015, p. 306, tradução nossa).

²² “E como as quantias que constam deles foram lançadas em despesa ao ministério da guerra, tenho de rogar a V. Ex. que mande fazer no tesouro o estorno daquelas quantias no dito ministério, e nas rubricas indicadas pelo respectivo ministro, lançando-as no dos estrangeiros por conta do crédito aberto pelo decreto desta data [...]” (SOUZA, Paulino José Soares de. [Ordens expedidas]. Rio de Janeiro, 14 nov. 1851. BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, n. 6).

Londres à sua ordem”.²³ Como veremos a seguir, no contrato de 7 de setembro em que Irineu Evangelista envolveu-se como prestamista privado, ele ofereceu um crédito aos uruguaiois na Europa. Por isso, as letras seriam entregues a Irineu à sua agência naquele continente.

Nesse sentido, Irineu utilizava a empresa Carruthers De Castro & Co., a partir da qual ofereceu o crédito ao governo uruguaio em Manchester.²⁴ Sendo assim, não haveria risco com relação ao governo brasileiro. Ao que tudo indica, portanto, o Império não ficou devendo nada para Irineu e esses subsídios da Diplomacia do Patacão foram inteiramente despendidos pelo Império do Brasil desde o começo, ao menos no que diz respeito a esses contratos do dia 6 de setembro e 1º de dezembro de 1850, que também veremos a seguir.

O próprio Irineu, em sua “Exposição aos credores”, afirma que já vinha acompanhando os acontecimentos na região platina desde o início de 1850 e que em “meados desse ano” o ministro Paulino Ihe disse que seria necessário sustentar a praça de Montevideu com recursos financeiros. O intermediador afirmou: “[...] o governo confiava em mim para prestar os auxílios indispensáveis **como suprimentos por mim feitos**” (grifo nosso), ou seja, como se fossem feitos ele (MAUÁ, 2011). Parece, portanto, que estava claro desde o início o que o Império esperava de Irineu: o papel de intermediador.

Na análise de Caldeira, Irineu emprega seu dinheiro em uma aventura sem muitas esperanças de recebê-lo de volta como se tivesse agido por “um toque de convocação”.²⁵ Entretanto, aprofundando a análise nas fontes e na historiografia, podemos perceber que a margem de manobra do negociante não era assim tão estreita e que sua atuação para além do papel de intermediário proposto pelo governo parece ter sido mais uma oportunidade do que uma imposição.²⁶ Com a

²³ BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, n. 1.

²⁴ Guimarães, 2007 e Guimarães, 2012. Conforme relatado no periódico *The London Gazette*, Tuesday, February 5, 1850, p. 328, os negociantes Richard Carruthers, Joseph Henry Reynell de Castro, Isaac Carruthers e Irineu Evangelista de Souza, negociantes de Manchester e Rio de Janeiro, juntamente com Barlett James e João Rodrigues Saraiva, negociantes em Rio Grande, eram sócios nas firmas Carruthers, De Castro & Co., Manchester, Carruthers & Co., no Rio de Janeiro, e Carruthers, Souza & Co, no Rio Grande.

²⁵ Ganns, 2011, p. 72; Caldeira, 2004, p. 205; Sambucetti, 1999, p. 35.

²⁶ Para Alberto de Faria, que em sua análise exaltava a característica de empreendedor de Irineu, considerava que a inserção do negociador nesses negócios com capital próprio teria a ver com sua personalidade: “Não estava, porém, no temperamento de Mauá o papel de simples intermediário, de agente”, e por isso teria “se lançado de corpo e alma” nos negócios platinos (FARIA, 1933, p. 280).

negociação, foi possível fazer outras apostas enquanto um grande negociante inspirado nos exemplos ingleses.²⁷ O Império estava emprestando exatamente o que Lamas havia proposto, com o objetivo de atrair especuladores que apostassem na vitória da *Defensa* oferecendo mais crédito para aquele governo. Irineu tornou-se um desses especuladores.

Quanto às semelhanças entre esses dois contratos, ressaltamos o valor dos subsídios: seria fornecido exatamente o que Lamas sugeriu em sua memória diplomática de 11 de julho: 18 mil pesos fortes mensais, por 13 meses, a partir de julho daquele ano, somando 234 mil pesos fortes. Como o contrato foi feito em setembro, as parcelas de julho a setembro seriam pagas em outubro e as demais parcelas ao final de cada mês correspondente, conforme apresentado no Quadro 3. Também era comum entre os dois contratos a cláusula que determinava que qualquer outro empréstimo que o governo oriental recebesse seria utilizado para pagar esses subsídios acordados pelos contratos de 06 de setembro.

Quadro 3 - Subsídios estipulados pelos contratos de 06 de setembro de 1850

(em pesos fortes)

Ano/mês de referência	Quantia
1850	
julho, agosto e setembro (entregues em outubro)	54.000
outubro	18.000
novembro	18.000
dezembro	18.000
1851	
janeiro	18.000
fevereiro	18.000
março	18.000
abril	18.000
maio	18.000
junho	18.000
julho	18.000
TOTAL	234.000

Fonte: Elaboração própria com base nos contratos disponíveis em: BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, N. 1 e 2.

O ponto chave para a criação de um contrato secreto seria o de esconder a participação da diplomacia brasileira. Esse segredo era importante para que a França não cancelasse o pagamento dos subsídios que vinha oferecendo desde

²⁷ “A equiparação do Brasil à Inglaterra fez de Mauá um sonhador, apesar do sentido concreto de financista que possuía” (BESOUCHET, 1978, p. 16).

1848, assim como para que não fosse precipitada a declaração de guerra a Rosas por parte do Brasil. O segredo era tamanho que o ministro Paulino Soares de Souza ordenava a Pontes em Montevideu que negasse qualquer suspeita a respeito da participação do governo brasileiro nessa operação (SOUZA, 1944). Por isso, os subsídios seriam pagos com letras do Tesouro brasileiro a Irineu Evangelista de Souza, que deveria repassá-los a Lamas, como se fosse o negociante o prestamista da transação:

Artigo 5º Estas prestações serão entregues ao governo oriental por intermédio de Irineu Evangelista de Souza, que as haverá do tesouro em letras sacadas à ordem, e endossadas em branco, sobre a agência de Londres, para serem pagas nas épocas acima declaradas.²⁸

Endossar a letra em branco significava não identificar o receptor dela, o que permitia outras transações com essa letra. É provável que isso queira dizer que não necessariamente essas mesmas letras chegariam às mãos do governo uruguaio. O contrato de 7 de setembro com Irineu confirma essa hipótese, como veremos a seguir. Já a “agência de Londres” se referia à casa Goldsmid, Thompson e King,²⁹ que estava encarregada das transações financeiras do Tesouro brasileiro naquela cidade, sobretudo no tocante ao pagamento das dívidas externas brasileiras.³⁰ Uma hipótese é que a passagem dessas transações por Londres, o centro financeiro do mundo naquela época, era devido às ligações de Irineu Evangelista com aquele centro, pois o negociante era sócio em uma empresa chamada Carruthers, De Castro & Co, criada em 1840 e sediada em Manchester, na Inglaterra.

Segundo Anyda Marchant (1965, p. 117), essa empresa foi o meio pelo qual o capital era levantado na Inglaterra e fluía para os empreendimentos de Irineu no Brasil e no exterior.³¹ Essa conexão direta com a Europa tornava o futuro barão de

²⁸ BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, n. 1.

²⁹ Encontrei seis grafias diferentes para o nome dessa casa, tanto na documentação quanto na historiografia. Optei por utilizar que está conforme o Relatório do Ministério da Fazenda de 1855 (BRASIL, RMF, 1856).

³⁰ Casas de comércio começaram a cumprir essa função após a extinção da Caixa da legação de Londres pela Lei de 4 de dezembro de 1830. A casa Goldsmid, Thompson e King assumiu o compromisso a partir de um contrato com o governo brasileiro de 1840, substituindo a casa Samuel Phillips. A respeito da Samuel Phillips ver Guimarães, 2012.

³¹ “A casa Carruthers, de Castro & Cia., de Manchester, ficará como uma grande embaixada do crédito no Brasil”, afirmou Alberto de Faria em sua biografia de Mauá (FARIA, 1933, p. 104).

Mauá ainda mais oportuno nessa transação.³² Andrés Lamas havia deixado claro qual era o plano: que o Império fornecesse crédito que possibilitasse ao governo de Montevideu conseguir empréstimos privados, que possibilitassem, por sua vez, a contratação de mercenários na Europa. Nesse sentido, após fazer o papel de intermediário na primeira parte do plano (nos subsídios que seriam oferecidos pelo governo brasileiro), Irineu Evangelista passou a fazer parte também da segunda fase. Assim como Lamas havia previsto em sua memória de 11 de julho, o empréstimo do governo brasileiro favorecia que um crédito ainda maior fosse conseguido por meio de negociantes privados, dentre os quais estava Irineu.

3.1.3 O pecado original de Irineu Evangelista: “ter posto pé nesse país”

No dia seguinte a assinatura dos contratos, em 7 de setembro, o nome de Irineu figurou entre os nomes de Andrés Lamas e General Melchor Pacheco y Obes em um novo contrato. Os dois agentes uruguaios apareciam como representantes do governo oriental enquanto Irineu Evangelista de Souza estava à frente de vários indivíduos do comércio.³³ O contrato de Irineu continha 18 artigos³⁴ e abria um crédito ao General Melchor de 1.220.000 francos em nome do Governo Oriental, para transporte, armamento e equipagem de um exército de 3 mil homens ou menos. Prevvia-se no contrato que o valor poderia ser convertido em libras na razão de 25,50 francos por libra esterlina. A casa responsável pela entrega desses valores ao General seria a Carruthers, De Castro & Cia, com sede em Manchester, da qual Irineu era sócio comanditário (BESOUCHET, 1978, p. 35).³⁵ A soma seria posta à disposição do General nos seguintes prazos:

³² Sobre como a inserção de Irineu Evangelista de Souza nas políticas e estratégias imperiais, enquanto negociante da praça do Rio de Janeiro, fazia parte das estratégias de legitimação do Estado Imperial que estava em vias de consolidação, ver Guimarães (2012, p. 87 e 88).

³³ LAMAS, Andrés. [Nota]. Rio de Janeiro, 03 abr. 1852. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 3.

³⁴ Andrés Lamas; Melchor Pacheco y Obes; Ireneu Evangelista de Souza. [Contrato]. Rio de Janeiro, 07 jan. 1850. In: MHN, R/3/086, folhas 99-101.

³⁵ A casa pertencia ao seu ex-patrão, Richard Carruthers e José Reynald de Castro e foi organizada com a ajuda do próprio Irineu quando esteve na Inglaterra na década de 1840 (GUIMARÃES, 2012, p. 106).

Quadro 4 - Pagamentos acordados pelo contrato de 7 de setembro de 1850 entre Irineu Evangelista de Souza e a República Oriental do Uruguai (valores em francos e com conversão em libras)

Local	Prazos	francos	libras		
			£	s	p
Londres	à vista	200.000	7.843	2	9
	30 dias à vista	100.000	3.921	11	4
	60 dias à vista	170.000	6.666	13	4
	90 dias à vista	145.000	5.686	5	6
	120 dias à vista	200.000	7.843	2	9
Montevideu	Para serem pagos aos donos ou capitães dos buques contratados pelo Gen. Pacheco para transportar os homens contratados, após 30 dias da chegada dos buques.	405.000	15.882	7	1
	Total	1.220.000	47.843	2	9

Fonte: Andrés Lamas; Melchor Pacheco y Obes; Irineo Evangelista de Souza. [Contrato]. Rio de Janeiro, 07 jan. 1850. In: MHN, R/3/086, folhas 83 e 99.

Como é possível perceber pelo quadro acima, parte do valor (405 mil francos ou 15.882 libras esterlinas) seria pago em Montevideu, onde o Sr. José Ruete pagaria fretes. Ruete era um dos principais abastecedores de víveres da praça de Montevideu que no momento atuava junto a Irineu Evangelista representando-o naquela cidade.³⁶ Ficava acordado também que antes que chegassem as embarcações com os homens contratados na Europa, o futuro barão de Mauá deveria entregar na capital uruguaia um carregamento de materiais bélicos. Os itens seriam todos de primeira qualidade (Tabela 2) e amostras deles teriam sido examinadas e escolhidas pelo General Pacheco y Obes. Canhões viriam da França e baionetas seriam trazidas da Inglaterra. Já os itens menores deveriam ser fabricados no Brasil mesmo, provavelmente fundidos na Ponta de Areia.

³⁶ Acreditamos que José Ruete tinha ligações com José de Buschental, pois, no periódico Correio da Tarde, de 22 de dezembro de 1848, informava a chegada no Rio de Janeiro do Pacote inglês Peterel, vindo de "Falmouth pela Madeira, Tenerife, Pernambuco e Bahia", "os espanhóis José Ruete e José Buschental" (CORREIO DA TARDE, 1848).

Tabela 2 - Remessa de materiais bélicos realizada por Irineu Evangelista a Montevideu a partir do contrato de 7 de setembro de 1850

4	canhões de bronze de calibre 4
6	canhões de bronze de calibre 8
2500	fuzis
1800	quintais de pólvora (1000 de fuzil e 800 de canhão)
500	quintais de chumbo
5000	balas de canhão de calibre 4
10.000	balas de canhão de calibre 8
100.000	pedras de chispa

Fonte: Andrés Lamas; Melchor Pacheco y Obes; Ireneu Evangelista de Souza. [Contrato]. Rio de Janeiro, 07 jan. 1850. In: MHN, R/3/086, fl. 99.

Segundo o art. 13 do contrato, o crédito aberto na Europa e os artigos de guerra somariam 334.200 pesos fortes, e para além desse valor o Governo Oriental se comprometia a pagar a Irineu Evangelista e demais contratistas o valor de 111.400 pesos fortes em “obrigações de diversas classes do mesmo Governo” no ato da celebração da Escritura desse documento em Montevideu. Isso porque esse contrato estava sendo realizado no Rio de Janeiro com caráter irrevogável, porque se estivesse sujeito a ratificação demoraria 40 dias e o General Pacheco y Obes precisava embarcar para a Europa o quanto antes.³⁷ Isso ajuda a compreender o porquê esse contrato é tão detalhado e ao mesmo tempo tão cheio de meandros.

Um dos fatos mais interessantes desse documento, é que apesar de não ter assinatura de nenhum representante do governo brasileiro e ter sido negociado diretamente por Irineu Evangelista com Lamas e o General Melchor, ele estava diretamente ligado ao contrato de subsídios do governo brasileiro. Como dissemos anteriormente, o plano de Lamas era que os subsídios possibilitassem contratos privados que estariam garantidos por essas mensalidades, assim como ocorria com o auxílio francês. Nesse sentido, estipulava-se que das três primeiras mensalidades que seriam entregues pelo governo brasileiro (relativas aos contratos de 6 de setembro), no valor de 54 mil pesos fortes ao total, 42 mil seriam retidos por Irineu; e das dez mensalidades de 18 mil pesos fortes, 13.200 pesos/mês ficariam com o negociante brasileiro.

³⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 10 set. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

Essa soma era de 174 mil pesos fortes, ou seja, quase 75% do empréstimo brasileiro ao governo oriental ficaria em posse de Irineu. Além disso, esse acordo também definia que dos subsídios seriam retirados seis mil pesos fortes para serem entregues ao General Pacheco para os gastos de sua missão, conforme solicitação do Governo Oriental. Apresentamos abaixo as datas em que as parcelas deveriam ser entregues, o que pode não condizer com as datas em que ocorreram efetivamente (Quadro 5). Acordava-se ainda que parte da dívida seria paga em Montevideu, e a parte que fosse paga no Rio de Janeiro, seria contabilizada ao câmbio corrente.³⁸

Quadro 5 - Pagamento do Governo Oriental a Irineu Evangelista de Souza referente aos contratos de 6 e 7 de setembro de 1850 (em pesos fortes)

Ano/data de entrega	Entrega do Brasil (total)	Parte Irineu	Parte Governo Oriental	Parte Gen. Pacheco y Obes
1850				
1º de outubro (ref. a julho, agosto e setembro)	54.000	42.000	6.000	6.000
1º de novembro	18.000	13.200	4.800	
1º de dezembro	18.000	13.200	4.800	
1851				
1º de janeiro	18.000	13.200	4.800	
1º de fevereiro	18.000	13.200	4.800	
1º de março	18.000	13.200	4.800	
1º de abril	18.000	13.200	4.800	
1º de maio	18.000	13.200	4.800	
1º de junho	18.000	13.200	4.800	
1º de julho	18.000	13.200	4.800	
1º de agosto	18.000	13.200	4.800	
TOTAL	234.000	174.000	54.000	6.000

Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponíveis em: [Planilha] In: MHN, R/3/086, T. IV, folha 90; LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 10 set. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

Como o futuro barão de Mauá já estava fazendo parte do primeiro contrato como intermediário, ele nem precisava esperar receber as quantias do Governo Oriental: na verdade, ele recebeu uma autorização de Lamas para que retivesse a parte que lhe cabia dos subsídios brasileiros, repassando ao enviado uruguaio apenas a parte menor. É possível com isso que Irineu tenha adiantado sim alguns

³⁸ Andrés Lamas; Melchor Pacheco y Obes; Ireneo Evangelista de Souza. [Contrato]. Rio de Janeiro, 07 jan. 1850. In: MHN, R/3/086, fl. 100.

valores antes de receber do governo brasileiro, porque a pressa maior do acordo era embarcar o General Melchor para a Europa, e o Brasil só pagaria a partir de outubro. Assim, pelo menos a quantia de 6 mil pesos fortes deve ter sido feita nesse esquema, já que o General embarcou com o dinheiro já no dia 10 de setembro.

Entretanto, apesar das garantias dadas pelos subsídios brasileiros, era necessário complementar o pagamento da dívida criada nesse novo contrato. Parte seria com letras do Governo Oriental, parte com os subsídios, e o restante seria pago por meio da renda do papel selado a partir de fins de março de 1851 (já que até essa data estava alienada a outros credores) até o final daquele ano. Se em 1º de abril ainda não estivesse liberado para Irineu Evangelista, seria pago a ele 3 mil pesos fortes mensais, o que estimava-se ser a renda do papel naquele momento. A partir de então, estando liquidados o capital e juros relativo a esse empréstimo, seria entregue a Irineu a metade das rendas da aduana pelo tempo que fosse necessário para a amortização da dívida, dando-lhe o poder sobre a administração que tinha naquele momento a sociedade compradora a quem tais rendas estavam alienadas.

Além disso, o Governo Oriental se comprometia a aplicar no pagamento desse contrato a metade de todo recurso que viesse do exterior e que não estivesse já contratado naquele momento. Não é difícil compreender, portanto, porque havia uma cláusula que estipulava que qualquer dificuldade que gerasse essa negociação posteriormente seria decidida por árbitros que seriam escolhidos pelo Governo Oriental e por Irineu. Essas duas pessoas elegeriam um terceiro membro para a discussão e resolução do conflito. A parte contratante que não se conformasse com a resolução dos árbitros, deveria pagar uma multa de 30 mil pesos fortes. Apesar de todo o envolvimento do governo brasileiro nesse contexto e de ter sido o ministro Paulino quem chamou Irineu Evangelista para essa situação, o negociante deveria tentar se precaver ao máximo na empreitada em que se envolvia.

Algumas inconformidades surgiram já na escrituração dos contratos, porque realmente havia muitos desentendimentos dentro do governo, e alguns integrantes discordavam da aprovação das negociações porque acreditavam que havia margem para “abusos”.³⁹ De todo modo, dada a gravidade da situação, os contratos foram escriturados. Quem teve a incumbência de levá-los a Montevideu foi o negociante

³⁹ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 24 nov. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

José de Buschental, que estaria disposto também a negociar outro contrato para fornecimentos de víveres.⁴⁰ Essa última negociação não prosperou e Buschental voltou ao Rio de Janeiro com as letras relativas aos 111 mil pesos fortes que o Governo Oriental se comprometeu a entregar com as escriturações, também entregues pelo negociante.

O barão de Mauá escreveu sobre essa sua empreitada particular (MAUÁ, 2011, p. 125), explicando que ao perceber que os recursos ofertados pelo Império eram insuficientes e tendo ele “sobra de recursos”, resolveu auxiliar a defesa da praça com “recursos que bastassem” com “módico juro relativo”, contrastando com a análise de Lamas que dizia que os juros podiam “parecer grandes e até exorbitantes”.⁴¹ De todo modo, é certo que pela instabilidade em que se encontrava o governo de Montevideu, qualquer empréstimo era bastante arriscado aos prestamistas, o que elevava os juros de mercado.

A questão é que a partir desses primeiros passos dados por Irineu Evangelista no país vizinho, seu plano de atuação se estendeu para o Prata e se viu cada vez mais envolvido nos complexos conflitos platinos. Sobre esses primeiros passos, escreveu Mauá em 1878: “Ao pecado original, de ter posto pé nesse país, fui sem dúvida arrastado por motivos nobres [...]” (MAUÁ, 2011, p. 125). Mas para não adiantarmos o contar dessa história, voltaremos às análises dos contratos, e compreenderemos melhor a decepção de Mauá nos próximos capítulos.

3.1.4 Se inicia o ciclo: o contrato de 1º de dezembro

Os contratos de setembro foram bastante comemorados nas cartas entre Lamas e Herrera, mas logo as dificuldades se apresentariam novamente. Em 8 de

⁴⁰ Seria um contrato de 3 milhões (provavelmente pesos fortes) nominais, mas sua base não teria agradado ao governo (HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: José E. Ellauri. Montevideu, 24 nov. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915). Além disso, teria havido forte oposição dos credores do governo uruguaio, com os quais o Governo evitou entrar em conflito (HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 12 dez. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915).

⁴¹ “Neste contracto o meu governo apresentava só como effectivo a parte em dinheiro qe destinou para este objectodas treze mensalidades; e como ella era muito inferior á somma que o /sr. Ireneo e seus co-associados ião desembolsar, estipularão-se interesses que podem parecer grandes e até exorbitantes, maxime neste paiz e em circunstancias normaes, porém que erão, quando menos, iguaes aos que podião obter-se pela applicação desses fundos a outras transacções mais seguras em Montevideu, e infinitamente inferiores ao grande risco a que expunhão o capital desembolsado” (LAMAS, Andrés. [Nota]. Rio de Janeiro, 03 abr. 1852. In: BRASIL, RRNE, 1852. anexo D, n. 3).

outubro de 1850 ocorreu mais uma redução do subsídio francês, agora de 4 mil pesos mensais, restando 28 mil pesos que o governo da *Defensa* receberia por mês daquele país. As letras referentes a essa quantia restante estavam com sua entrega condicionadas a mais uma exigência de Devoize. Dessa vez a discussão estava em torno da punição que alguns franceses teriam recebido pelo governo em Montevideu por terem se apossado dos bens de um conterrâneo que morreu em território oriental sem deixar escrito um testamento.⁴² Qualquer razão era suficiente para não pagar os subsídios, fazendo deles um importante instrumento de barganha para tudo que fosse considerado por Devoize como de interesse de seu país.

Em meio a essa complicada circunstância, em que as leis e medidas do Estado Oriental eram postas em questão pelo país estrangeiro, Herrera escreveu a Lamas pedindo não apenas que este conseguisse no Brasil um empréstimo que suprisse essa redução, como que garantisse uma quantia maior que os 4 mil pesos, para destinar ao seu próprio ministério de Relações Exteriores.⁴³ O enviado uruguaio ao Brasil, entretanto, respondeu que com muito custo conseguiu um contrato que pagasse o valor da redução, de modo que Herrera teria que contentar-se com os 4 mil pesos e, mais ainda, deveria se esforçar ao máximo para manter o vínculo político com os franceses,⁴⁴ o que era bastante difícil ao ministro que dizia sentir-se humilhado pelo enviado europeu.

Para o Brasil era importante que a França seguisse subsidiando a praça de Montevideu e, por isso, as discussões com o enviado francês eram malvistas pelo governo brasileiro. O Império chegou a recusar suprir os 4 mil pesos da redução por não acreditar que Montevideu se renderia por uma quantia tão baixa. Além disso, como o contrato de setembro possuía o valor de 12 mil pesos mensais, argumentou-se que ele supria a totalidade da redução mensal dos subsídios franceses.⁴⁵ Ou seja, havia por parte do Império a resistência a aumentar esses subsídios, mas a insistência de Lamas parece ter convencido o Império do Brasil, apesar de que,

⁴² HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 23 out. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁴³ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 23 out. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁴⁴ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 30 nov. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁴⁵ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 22 nov. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

segundo o montevideano, os brasileiros quase lhe fizeram jurar que não pediria mais nenhum auxílio pecuniário.⁴⁶

Assim, as negociações culminaram nos contratos de 1º de dezembro de 1850. A forma com quem foram realizados esses contratos foi bastante semelhante aos de setembro, mantendo novamente um deles em segredo. O contrato que viria a público era entre Andrés Lamas (representando o governo uruguaio) e Irineu Evangelista de Souza, que fazia novamente o papel de intermediário. Acordava-se publicamente que Irineu, “em seu nome e por sua conta”, entregaria a Lamas 4 mil pesos fortes mensais, por oito meses contados a partir de novembro. Essas entregas só poderiam ser interrompidas se a França voltasse a assumir esses pagamentos, ou se a praça de Montevideu caísse sob o poder de Oribe. Os juros seriam de 1% ao mês até serem reembolsados pelo governo oriental.

Já o contrato secreto, que expressava o real teor das negociações, era entre Paulino José Soares de Souza (representando o governo brasileiro) e Irineu, aprovando o contrato anterior. Neste contrato secreto esclarecia-se que os 4 mil pesos fortes mensais seriam entregues pelo governo imperial a Irineu, que serviria como “mero intermediário” ao repassá-los a Lamas. Assim como no contrato de setembro, Irineu deveria reunir os recibos desses pagamentos e entregá-los ao governo imperial, de modo a encerrar sua responsabilidade nessa transação. E os recibos serviriam como títulos da dívida uruguaia para com o Brasil. Os juros seriam de 6% ao ano, metade do que foi expresso no contrato público. Os pagamentos foram realizados, portanto, de dezembro de 1850 a junho de 1851, conforme o Quadro 6 abaixo:

⁴⁶ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 30 nov. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

Quadro 6 - Subsídios estipulados pelos contratos de 01 de dezembro de 1850 (em pesos fortes)

Ano/mês de referência	Quantia
1850	
dezembro (referente novembro e dezembro)	8.000
1851	
janeiro	4.000
fevereiro	4.000
março	4.000
abril	4.000
maio	4.000
junho	4.000
TOTAL	32.000

Fonte: Elaboração própria com base nos contratos disponíveis em: BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, N. 3 e 4.

A cada novo contrato, mais envolvido ficava o Império do Brasil com o governo de Montevideu e maior a necessidade de garantir que aquela praça não sucumbisse para que os gastos realizados até então não fossem em vão. Os países europeus já vinham se retirando do conflito: a Inglaterra o fez ainda em setembro de 1849, enquanto a França só assinou acordos com Rosas e Oribe um ano depois. Livre das intervenções europeias, as relações diplomáticas de Rosas com o Império foram finalmente rompidas em setembro de 1850. Deste modo, é dos processos políticos, econômicos e geopolíticos do Uruguai, da Confederação e do Brasil que esperamos a resolução do conflito.

Na oposição uruguaia entre o governo da *Defensa* em Montevideu e o governo do *Cerrito* de Oribe, aliado a Rosas, o Império do Brasil posiciona-se em defesa do primeiro. A oposição a Rosas representa a oposição à política de porto único da região platina. A Diplomacia do Patacão representou, portanto, apenas o início da ação brasileira nessa guerra, que garantiu diversas vantagens ao Império sobre o país vizinho a partir de 1851. Ao final de 1850, a expectativa de Andrés Lamas era pela intervenção armada do Brasil, pois soldados e tropas de várias

partes do país estavam por reunir-se em Rio Grande⁴⁷ planejando a entrada no Uruguai.

3.2 Da expectativa ao ataque: os empréstimos para derrubar Juan Manuel de Rosas em 1851

Ao iniciar do ano de 1851 o contexto do governo da *Defensa* já era um tanto distinto do que havia sido no ano anterior, mas nem por isso tranquilo. Lamas escreveu a Herrera, no primeiro dia do ano, que as disposições do governo brasileiro seguiam parecendo boas, mas que não restava nada além de seguir cultivando essas expectativas e esperar.⁴⁸ Dias depois, escrevia ao ministro brasileiro Paulino José Soares de Souza que os subsídios franceses seguiam sendo pagos e não havia notícia de que seriam novamente suspensos.⁴⁹ Apesar de essas notícias aparentarem certa estabilidade, o contexto era bastante turbulento e provavelmente Andrés Lamas tinha dificuldades de manter a tranquilidade em seu posto de trabalho.

Como ocorreu com a maioria (se não todos) os conflitos da região na primeira metade do século XIX, os grupos em disputa pelo governo uruguaio se subdividiam de modo a nem sempre formarem unidades homogêneas. Rivera, por exemplo, que garantiu a saída de Oribe e conseguiu dominar a praça de Montevideu, passou a representar um entrave na política do governo da *Defensa*. Por suas discordâncias com o governo e sua tentativa de acordo com Oribe em 1847, acabou sendo exilado por alguns de seus antigos aliados.⁵⁰ Essa era uma das situações que obrigava Lamas a dar explicações ao governo brasileiro.

Naquela conjuntura, parte das expectativas da *Defensa* estavam no General Pacheco, que estava em Paris para negociar armamentos e um corpo de voluntários

⁴⁷ "Estuve anoche con el Sr. Paulino hasta bien tarde. El silencio y la inacción de Rosas no los desarma. De todos los puntos del imperio llegan y llegarán tropas que irán a reunirse a Rio Grande; vienen hasta los soldados que está en el Piahy y que nunca han salido de allí" (LAMAS, Andrés. Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 17 dez. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915).

⁴⁸ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 01 jan. 1851. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁴⁹ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 05 jan. 1851. In: BNB, 63,03,006 nº 26.

⁵⁰ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 06 jan. 1851. In: BNB, 63,03,006 nº 26.

para a guerra; outra parte estava na resposta de Justo José de Urquiza, da Confederação Argentina, sobre se apoiaria ou não a causa da *Defensa* contra Oribe e Rosas. A resposta de Urquiza chegou antes. Em janeiro de 1851, o ministro Herrera escreveu a Lamas que em caso de guerra contra Rosas, as províncias de Entre Rios e Corrientes se manteriam neutras.⁵¹ Ou seja, essas províncias argentinas não defenderiam Rosas.

As relações entre Urquiza e Rosas já sofriam certo desgaste. Ainda que fossem do mesmo partido, as políticas de porto único imposta por Buenos Aires desfavoreciam os governos das províncias do interior.⁵² Nesse sentido os interesses de Montevideu e do Brasil uniam-se ao de Justo José de Urquiza, governador de Entre Rios, e abriam espaço para a consolidação da grande aliança aventada pelo governo de Montevideu contra o governador de Buenos Aires.

Urquiza havia declarado em 1º de maio que a província de Entre Rios reassumiria as atividades de sua soberania ao negociar diretamente com outros países, poder esse que havia sido delegado a Rosas. A Província de Corrientes aderiu posteriormente a essa declaração. Com isso, foi permitida a consolidação do pacto contra Rosas: por meio da assinatura do Convênio de 29 de maio de 1851⁵³, foi firmada uma aliança ofensiva e defensiva, com objetivo de manter a independência uruguaia e pacificar seu território.

O Convênio estava condicionado a declaração de guerra por parte de Rosas a qualquer dos signatários do documento, que eram o Brasil, a República Oriental do Uruguai e as províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes. Nesse documento, três artigos são especialmente interessantes para o estudo da Diplomacia do Patacão. O artigo XII determinava que as despesas com as tropas aliadas deveriam ser por conta de cada Estado, mas o artigo seguinte explicitava que caso houvesse

⁵¹ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 27 set. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁵² Ainda na década de 1840, Rosas havia proibido o envio de moedas metálicas para as províncias e visava impor a circulação do papel moeda portenho; já após o fim do bloqueio ao porto de Buenos Aires impostos pelas potências europeias, Rosas buscou enfraquecer a resistência montevidiana anulando seu comércio, prejudicando assim ao comércio de Entre Rios (FRADKIN, GELMAN, 2015, p. 354-5). “O problema [...] se resumia [...] na necessidade de autodeterminação das economias locais, expressada, contraditoriamente, pelas reivindicações protecionistas e pelos anseios de abertura do Rio da Prata e seus afluentes à navegação. Ninguém queria pagar peagem a Buenos Aires” (BANDEIRA 2012, p. 133).

⁵³ BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 2.

a necessidade de socorros pecuniários, a negociação seria feita por meio de uma convenção especial entre as partes interessadas.⁵⁴

Já o artigo XXI estipulava que a República uruguaia deveria garantir os direitos de súditos ou cidadãos aliados naquele território, assim como celebrar ajustes para manter as boas relações internacionais entre os países vizinhos, logo que estivesse estabelecido seu novo governo. Andrés Lamas teria se mostrado disposto a iniciar as negociações desses ajustes com o Brasil em 18 agosto, com intenção de remover quaisquer desinteligências entre esse país e o Uruguai. O governo brasileiro respondeu às intenções de Lamas com a nomeação de Honório Hermeto Carneiro Leão e Antônio Paulino Limpo de Abreu como plenipotenciários para estabelecer os ajustes.⁵⁵

Essa iniciativa de Lamas, mais do que resolver questões de limites ou de tarifação de gados que cruzassem as fronteiras, tinha o objetivo imediato de garantir a ação do governo brasileiro diante da iminente possibilidade de retirada da França do conflito, possibilidade que já vinha há muito sendo aventada, mas que se mostrava cada vez mais próxima. Além disso, o estado lastimável da economia do governo da *Defensa* demandava o prosseguimento de uma aliança financeira com o Brasil. Por isso, Lamas seguiu tentando negociar o prosseguimento dos subsídios ofertados em 1850.⁵⁶

Lamas sugeria que o ministro Paulino José Soares de Souza já chamasse Irineu Evangelista para a conversa, que já havia feito algumas propostas que

⁵⁴ Nesse primeiro momento não houve necessidade de empréstimo e a aliança cumpriu o objetivo de dar fim à guerra no Estado Oriental (BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 2).

⁵⁵ LAMAS, Andrés. [Nota]. Rio de Janeiro, 18 ago. 1851. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 8; SOUZA, Paulino José Soares de. [Nota]. Rio de Janeiro, 03 set. 1852. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9

⁵⁶ Encontramos ao menos 11 cartas de Lamas insistindo pelo auxílio brasileiro, escritas entre 04 de junho e 17 de setembro de 1851, incluindo uma carta que pedia uma condecoração a Herrera para fortalecer sua posição em Montevideu. Em um trecho que Lamas copiou a Paulino Soares de Souza de uma carta de Herrera, dizia: “não tenha medo de ser fastidioso”, e por esse tanto de cartas, parece que Lamas realmente não temeu. Lamas chegou a enviar para o ministro brasileiro a cópia de uma carta do Gen Pacheco em que dizia que o Brasil seria o país que salvaria a região da caudilhagem: *"Después de ella la opinión que en el Brasil quiere la guerra es incontrastable; lo que importa que Rosas está en el suelo y que en la nueva era que ha de abrirse, la influencia predominante en los destinos de esos Pueblos no será de algun caudillejo de poder ficticio, de mezquinas idéas, de barbaras concepciones; y si la de un Gobierno poderoso, ilustrado, liberal, civilizador; para qué todo eso y mas que eso és, amigo mio, el Gobierno del Brasil à quien pertenece en la América del Sud la altísima mision de salvar y consumir la obra del génio de Colon"* LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 17 set. 1851. In: BNB 63,03,006 nº 028. Essa carta deve ter auxiliado nos argumentos de convencimento de Lamas para conseguir mais recursos para a praça de Montevideu.

pareciam ser menos onerosas ao governo brasileiro e poderia auxiliar no estabelecimento de uma administração regular no Uruguai.⁵⁷ Uma dessas propostas deve estar ligada a um projeto de convenção disponível entre algumas cartas de Lamas arquivadas na Biblioteca Nacional do Brasil. Esse projeto, sem data, mas provavelmente de julho ou agosto de 1851, se referia a um empréstimo de 3,5 milhões de pesos fortes que seria feito por Irineu Evangelista de Souza e garantido pelo governo brasileiro, como analisaremos no próximo capítulo.

A proposta acabou não se concretizando nesses termos, mas as negociações foram intensas ao longo do período, sobretudo quando Lamas recebeu uma carta da República em que dizia que o enviado do governo francês, Devoize, segurava umas letras referentes aos subsídios franceses de maio, junho e julho, e que por isso o governo girou umas letras contra seu nome.⁵⁸ Quanto mais melhorava a situação política em Montevideu, argumentava Lamas, mais aumentavam as despesas, e por isso era importante que terminada a guerra houvesse bases financeiras para que o país pudesse iniciar sua reorganização.

Na contramão dessa necessidade, estava a incerteza. Apesar de a situação de Montevideu ter melhorado um pouco desde que o Império passou a apoiar a praça, a indefinição da guerra manteria a capital sob jugo de agiotas ou prestamistas que cobriam altos juros para compensar seus riscos de emprestar a um governo que não se sabia se seguiria existindo. Nesse sentido, o enviado uruguaio perguntou a Paulino se seria possível que o Brasil fornecesse um empréstimo de 60 mil patações mensais por 24 meses, que seria o valor mensal mínimo necessário para a subsistência do país, ainda que mantivesse o orçamento bastante apertado. Caso não fosse possível, a solução seria talvez juntar um “*préstamo*” com um “*empréstimo*”,⁵⁹ ou seja, o governo brasileiro deveria estipular o quanto poderia

⁵⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 18 jul. 1851. In: BNB 63,03,006 nº 028.

⁵⁸ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 09 ago. 1851. In: BNB 63,03,006 nº 028.

⁵⁹ Segundo o dicionário da Real Academia Espanhola (disponível em <https://dle.rae.es/>), a definição de “*préstamo*” é “*Cantidad de dinero que se solicita, generalmente a una institución financiera, con la obligación de devolverlo con un interés*”, enquanto “*empréstimo*” é definido como “*Préstamo que toma el Estado o una corporación o empresa, especialmente cuando está representado por títulos negociables o al portador*.” Neste caso de que trata Lamas, especificamente, ele chama de *préstamo* o que seriam os subsídios do governo brasileiro, e de “*empréstimo*” um empréstimo privado com títulos negociáveis.

emprestar e por quantos meses (*préstamo*), e a partir disso o governo da *Defensa* buscava um “*empréstito*” privado com essa garantia da renda brasileira.⁶⁰

Enquanto essa discussão sobre as questões financeiras ocorria, o exército brasileiro já se organizava na província do Rio Grande do Sul, comandado por Conde de Caxias. Esse exército de 16 mil homens atravessou a fronteira em 4 de setembro unindo-se aos comandados pelos Generais Urquiza e Garzon, avançando então sobre o território oriental.⁶¹ O exército de Oribe que estava acampado nos arredores de Montevideu contava com 8.500 pessoas (DEVOTO, DEVOTO, 1971, p. 104). Ao mesmo tempo em que esse avanço favorecia a *Defensa*, a necessidade de dinheiro para fazer frente as despesas de guerra aumentavam.

Por isso, em 15 de setembro Lamas escreveu uma longa nota ao governo imperial justificando a necessidade de novos subsídios à República, explicando como os juros subiram na capital após ser sitiada pelas forças oribistas e como as rendas da cidade tiveram que ser vendidas para sustentar aquela praça.⁶² Além disso, bloqueios aos portos de Buenos Aires ou de Montevideu aumentavam ou reduziam as rendas da aduana sem que se pudesse prever os rumos que essas contas teriam.⁶³ Nesse sentido, o crédito público foi minguando até já não existir em 1851. Quem emprestaria a um governo que não se sabia até quando existiria?

Fora dos segredos diplomáticos e das alianças com outros Estados, o governo da *Defensa* não passava de uma aposta bastante arriscada. Para o Brasil, era necessário garantir a pacificação desse território para fazer valer a pena os recursos dispendidos com essa causa até então, o que finalmente ocorreu com o pacto de 8 de outubro de 1851, que dava fim à contenda “sem vencidos nem vencedores”.⁶⁴ Justo José de Urquiza antes aliado de Rosas e Oribe, agora estava ao lado do Império e da *Defensa* para pacificar o país vizinho e reduzir o poder de Rosas. Urquiza participou da negociação entre os partidos uruguaios e a batalha nem foi necessária para o fim da guerra.

⁶⁰ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 25 ago. 1851. In: BNB 63,03,006 nº 028.

⁶¹ BRASIL, RRNE, 1852, p. XXV.

⁶² BRASIL, RRNE, 1852, anexo D. n. 13.

⁶³ BRASIL, RRNE, 1852, anexo D. n. 13.

⁶⁴ Sobre a paz de 8 de outubro de 1851, ver Devoto, Devoto (1971, p. 104-106), Barrán (2011, p. 44-46).

O acordo de paz permitiu que iniciasse no Uruguai um processo que Barrán (2011, p. 45) chamou de “política de fusão”, que marcou a década de 1850. Nesse acordo, assumiu-se que todos os cidadãos teriam direitos iguais, independente do partido. Além disso, foi reconhecido, por exemplo, que os *blancos* resistiram aos europeus porque acreditavam defender a independência oriental, e por isso a dívida do governo de Oribe seria assumida pelo governo uruguaio. Nesse contexto, enquanto se desdobrava o processo de pacificação, Lamas seguia tentando com o Império a resolução da questão financeira, o que foi acordado em 12 de outubro de 1851, quatro dias após o pacto de paz.

Foram assinados quatro tratados e uma convenção entre a República Oriental do Uruguai e o Império do Brasil. Esses documentos geraram inúmeros conflitos políticos internos na República, disputas diplomáticas entre os países signatários e inclusive diversos debates historiográficos posteriores acerca dessas negociações e suas consequências. Considera-se, muitas vezes, que esses documentos consolidaram a dependência da antiga Província Cisplatina ao capital brasileiro, assim como garantiram a supremacia geopolítica do Império sobre aquele território. Os documentos estavam centrados nas questões de aliança; comércio e navegação; extradição de criminosos e devolução de escravos; limites e, por fim, nas questões financeiras.⁶⁵

O Tratado de Aliança⁶⁶ determinava um pacto perpétuo entre o Brasil e o Uruguai para a garantia da independência dos dois países contra dominação estrangeira. Também ofertava um auxílio militar brasileiro ao país vizinho para garantia de sua paz interna, que deveria ser solicitado pelo governo uruguaio. Essa colaboração tinha prazo de quatro anos e poderia ser prorrogada por mais quatro, se o novo presidente a solicitasse. Pelo Tratado o Império não poderia recusar o auxílio desde que tivesse sido requisitado devido a qualquer movimento contra o governo ou na deposição do presidente por meios inconstitucionais (Artigos VI e VII).

Entretanto, como veremos posteriormente neste trabalho, o Império encontrou margens de manobra nessa norma, de modo que manejou suas forças no sentido

⁶⁵ Sobre os Tratados de Comércio e Navegação, de Extradição, e de Limites, ver ZABIELA, Eliane. *A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites*. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

⁶⁶ Tratado de aliança entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 3.

que lhe era mais favorável. Ainda assim, estipulava-se que os custos de qualquer intervenção militar brasileira solicitada deveria ser paga pelos uruguaios. O documento ainda tratava da anistia absoluta do pós-guerra e da ajuda que o Uruguai também deveria prestar ao Brasil em caso de conflito na fronteira.

No Tratado de Comércio e Navegação,⁶⁷ os dois países colocavam-se na condição de nação mais favorecida e declaravam livre a navegação no rio Uruguai e seus afluentes, fazendo também algumas determinações no que diz respeito ao tema, como a garantia de posse da Ilha Martin Garcia⁶⁸ aos estados da região platina e obras para melhoria da navegação no rio Uruguai. No comércio fronteiriço, abolia-se por dez anos a tarifação do charque uruguaio (*tasajo*) no Brasil⁶⁹ ao mesmo tempo em que o governo uruguaio não deveria tarifar a exportação de gado em pé para a província brasileira.

Dentre as estipulações para as possibilidades de guerras, destacamos que se garantia que os uruguaios no Brasil e os brasileiros no Uruguai estariam isentos de serviço militar, assim como de empréstimos e impostos de guerra. Caso fosse retirada alguma propriedade deles (o que só deveria ocorrer em situação de extrema necessidade por parte do Estado), esses bens deveriam ser devidamente indenizados. Como havia muitos brasileiros no Uruguai, este país não só perdia contingente como contava com uma ameaça em seu próprio território (ZABIELA, 2002).

⁶⁷ Tratado de commercio e navegação entre o Brasil e Republica Oriental do Uruguay. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 6.

⁶⁸ A Ilha de Martín García era um ponto estratégico na geopolítica do Prata, pois “*Desde Martín García se domina en efecto, el estuario del Plata, el curso del Paraná y el del Uruguay; se amenaza o se inquieta al Estado Oriental, a Entre Ríos, Corrientes y el Paraguay*”, teria escrito o cônsul da França em Montevideú, M. Maillefer, em 1863 (LICANDRO, 1967, p. 79). Assim, foi alvo de disputa desde o período colonial, chegou a ser definida como uraguaia pela Assembleia Constituinte do país em 1829, foi disputada por Oribe e Rosas como ponto de apoio estratégico para a guerra que travavam, invadida e ocupada pelos franceses, até que foi considerada neutra em tempos de guerra pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1851 (SOARES, 1955, p. 197 a 207). Atualmente Martín García pertence à Argentina.

⁶⁹ Esse termo do tratado que deveria favorecer a exportação de charque uruguaio frente ao concorrente argentino acabou se tornando inútil na medida em que o governo brasileiro foi reduzindo a tarifa da importação do charque. Segundo Barrera (2015, p. 105) “*en la época anterior al tratado de 1851 la carne seca producida en el territorio oriental e introducida en Río Grande ascendía a 618.926 arrobas, para 1854-1855 había bajado a 126.545, conduciendo a la ruina a los saladeros establecidos en territorio oriental*”.

No caso do Tratado de Extradicação de Criminosos e Devolução de Escravos,⁷⁰ é possível perceber claramente uma contradição que faria parte das reclamações e contestações dos tratados negociados por Lamas com o Brasil. Além da extradicação de criminosos, o documento estabelecia que escravos que atravessassem a fronteira contra a vontade de seus senhores também deveriam ser entregues ao governo brasileiro, contrariando a própria lei uruguaia que havia abolido a escravidão.⁷¹ Essas pessoas que ao cruzarem a fronteira deveriam ser consideradas livres, teriam tratamento semelhante ao de criminosos por buscarem sua liberdade.

E o último tratado, o Tratado de Limites,⁷² utilizava o critério de *uti-possidetis*, ou seja, considerava que um país ou unidade territorial que ocupa um território tem direito a ele. Esse é um critério bastante utilizado no direito internacional, mas nesse caso platino, acabava por anular os tratados coloniais e expandir o território brasileiro em detrimento do uruguaio. Além disso, garantia a exclusividade ao Império do Brasil sobre a navegação da lagoa Mirim e do rio Jaguarão. Em 12 de outubro de 1851 ainda foi negociado mais um documento, a Convenção de Subsídios, como veremos a seguir.

3.2.1 O ciclo de dependência: a Convenção de Subsídios de 12 de outubro

O documento que mais nos interessa para a compreensão da Diplomacia do Patacão é a Convenção de Subsídios (ANEXO F) também assinada em 12 de outubro de 1851. A Convenção era justificada pelo argumento de que a deficiência de recursos pecuniários era “o principal e mais sério obstáculo” à pacificação da República Oriental do Uruguay e sua organização, assim como à manutenção de sua independência.⁷³ Nesse sentido, visava a prestação de socorros pecuniários

⁷⁰ Tratado celebrado entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, para entrega reciproca de criminosos e desertores, e para a devolução de escravos ao Brasil. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 7.

⁷¹ Sobre a questão da escravidão nas relações do Império do Brasil com o Uruguai, que se chocou com princípios de soberania e independência do Estado Oriental, ver a tese de Lima, Rafael Peter de. LIMA, Rafael Peter de. *Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira: escravidão e relações internacionais (1847-1869)*. 2016. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

⁷² Tratado de limites entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 3.

⁷³ Convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, sobre subsidio a esta Republica. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 8.

para a República e a garantia de pagamento dos subsídios já fornecidos pelo Império, de modo a garantir que não fosse “perdido” o “fruto dos sacrifícios” realizados até aquele momento em busca da paz.

Os cinco primeiros artigos da Convenção tratavam de novos subsídios que seriam pagos pelo Brasil ao Uruguai: sessenta mil patações a partir de novembro de 1851 e pelo prazo que o Imperador julgasse conveniente. Sua suspensão, entretanto, deveria ser avisada com três meses de antecedência pelo governo brasileiro. Além disso, fornecia outro empréstimo no valor de 138 mil patações para fazer frente as despesas extraordinárias dos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 1851.⁷⁴ Os pagamentos seriam feitos ao ministro plenipotenciário do Uruguai no Brasil, que naquele momento era Andrés Lamas, e assim como no contrato de 1850, os documentos relativos à entrega dessas prestações serviriam como títulos de dívida do governo uruguaio para com o governo brasileiro.

Os juros estipulados no documento eram de 6% ao ano, “contados da sua data”. Já no Art. VI era reconhecida como dívida uruguaia os subsídios fornecidos pelo Império do Brasil a partir dos contratos de 6 de setembro e 1 de dezembro de 1850. O valor bruto era de 266 mil pesos fortes e contabilizados os juros de 6% ao ano até 1º de novembro, totalizaram 282.041 pesos fortes.⁷⁵ Até 1861 esses foram os únicos empréstimos do Brasil para o Uruguai nominados em pesos fortes. No quadro que calculava o total da dívida uruguaia com o Brasil, esses mesmos valores foram colocados na coluna de patações como se estivessem sendo considerados na conversão de 1:1, ou seja, sendo o valor do peso forte igual ao do patação brasileiro (ver ANEXO A).

Não aparece nos contratos e acordos com o governo brasileiro qualquer menção a essa discussão sobre o câmbio (diferente do que ocorreu no contrato com Irineu de 7 de setembro de 1850, como veremos no capítulo 4). O que se pode

⁷⁴ Haja vista que os subsídios franceses terminaram em julho e que os brasileiros estavam previstos nos contratos para terminar em agosto, a Convenção preenchia o vazio de recursos que deve ter ocorrido até o início dos pagamentos do documento de 12 de outubro, previsto para novembro. (BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, p. 34)

⁷⁵ Na Convenção de Subsídios o valor total foi estipulado em 288.791 pesos fortes, mas posteriormente Andrés Lamas reclamou a diferença de 6.650 pesos a favor de seu governo, quase $\frac{2}{3}$ dos juros calculados na Convenção. A diferença residia na forma com que os juros foram capitalizados: haviam sido contados desde a data de entrega de cada parcela, quando convênios anteriores definiam que a contagem dos juros ocorreria a partir da última parcela paga. Ver: BRASIL, RRNE, 1852, anexo G, n. 7, 8 e 9, e LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro, 12 dez. 1851. In: MHN, /00311.

deduzir pelas correspondências, entretanto, é que enquanto na praça do Rio de Janeiro havia diferença de cotação entre essas duas moedas, em Montevideu elas acabavam sendo igualadas. Em dezembro de 1850, por exemplo, Lamas escrevia a Herrera que fizesse suas ordens de pagamento em pesos fortes porque recebia nessa moeda, e não em patações: “ainda que tenham para nós o mesmo valor intrínseco, aqui faz diferença, e não pequena”.⁷⁶ Já em março do ano seguinte, o enviado ao Brasil avisava ao seu ministro que os negociantes no Rio de Janeiro que receberam uma letra de Herrera para ser cobrada de Lamas se reservavam ao direito de reclamar do governo oriental a diferença de câmbio entre pesos fortes e patações que existia na praça brasileira.⁷⁷

O historiador Etchechury Barrera (2015, p. 138 e 139) explica que a influência portuguesa e posteriormente brasileira sobre o território uruguaio, principalmente após 1817 com a anexação ao território luso, gerou uma combinação entre o sistema do real espanhol com as denominações lusitanas de moedas. Ainda segundo o autor, essa fusão de sistemas se tornou bastante complexa e teria iniciado com uma diferenciação de valores entre os pesos fortes espanhóis (*ocho reales*) e os patações, e uma das principais hipóteses é de que as duas moedas se igualaram com uma lei de 1831 do Estado Oriental que determinava que as repartições públicas deveriam aceitar as duas moedas pelo mesmo valor.

Tendo ou não sido esse o início da equiparação, o ponto é que as moedas seguiram essa lógica nos anos seguintes, incluindo os primeiros anos da década de 1850, quando o Império do Brasil começou a fornecer os subsídios à *Defensa*. Se para o Estado Oriental a nominação não fazia diferença dentro de seu território, para o Império devia ser mais vantajoso utilizar uma moeda que na praça do Rio de Janeiro tendia a valer menos. Mas mais do que isso, é possível que a utilização dos pesos como moeda dos primeiros empréstimos tenha sido mais uma estratégia para despistar a ação do governo brasileiro em 1850, já que os subsídios e empréstimos posteriores foram sempre nominados em patações.

⁷⁶ “Haga Vd. sus libranzas por pesos fuertes, que es lo que recibo y no por patacones; pues, aunque tienen para nosotros el mismo valor intrínseco, hace aquí su diferencia, y no pequeña”. LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 21 dez. 1850. In: CORRESPONDENCIA, 1915.

⁷⁷ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 12 mar. 1851. In: MHN, /00311.

Seguindo na análise da Convenção, por meio dos artigos VII, VIII e IX estabelecia-se que qualquer renda recebida pelo Estado Oriental deveria ser aplicada no pagamento dos empréstimos brasileiros; que nenhum crédito que o Uruguai acreditasse ter direito contra o Brasil serviria de pagamento e que esses subsídios não poderiam ser utilizados para pagar empréstimos anteriores: deveriam ser usados para despesas futuras das repartições de guerra, estrangeiros e governo. E o artigo X determinava que para seu posterior pagamento, estariam comprometidas todas as rendas do Estado, todos os impostos, sejam eles diretos ou indiretos e, principalmente, todas rendas da alfândega.

O Império do Brasil e mesmo Andrés Lamas defendiam a ideia de que só com a força de um país estrangeiro o Uruguai seria posto “em ordem”. Mas não qualquer país, e sim uma monarquia americana que desde 1828 teria a missão de defender a independência do Estado Oriental, que nessa visão tinha interesses mais legítimos sobre a pacificação da região do que as potências europeias. Dado o jogo global de disputa por poder, entretanto, o Brasil teria que jogar em seu tabuleiro aceitando que ele fazia parte do tabuleiro mundial das grandes potências. Quando a Convenção foi assinada havia a prioridade de pagamento das dívidas europeias e diversas reclamações daqueles países que reivindicavam perdas de seus cidadãos no Uruguai durante a Guerra Grande. Nesse sentido, a disputa pela organização das finanças do Estado uruguaio era interna e externa, nacional e diplomática, sendo uma das peças desse jogo regional.

A Convenção tratava ainda nos artigos X, XI e XII acerca da obrigatoriedade de o governo oriental destinar os rendimentos da alfândega ao pagamento dos juros e amortização dos empréstimos brasileiros, assim que essas rendas estivessem desembaraçadas das obrigações anteriores (no Convênio de Subsídios de 1848 com a França estava estipulado que as rendas da aduana uruguaia serviriam para pagamento da dívida a partir de 1852). Além disso, tratava da amortização que deveria aumentar conforme fossem sendo pagos os juros dessa dívida e, inclusive, que o governo uruguaio poderia descontar dos subsídios brasileiros a receber as parcelas do que deveria pagar a partir das rendas da alfândega.

Bastante mais detalhista do que o Convênio francês de 1848, a Convenção de Subsídios brasileira pautava-se em um Uruguai formalmente pacificado e em vias de reorganizar seu governo e, nesse sentido, parece até mesmo otimista diante da realidade que o Estado Oriental apresentou nos meses que se seguiram à paz de 8

de outubro de 1851. Entretanto, como o trabalho de Andrés Lamas estava bastante alinhado ao governo brasileiro para buscar uma solução ao problema do financiamento do Estado Oriental, percebe-se que a Convenção foi também bastante assertiva na necessidade de organizar as finanças do país vizinho. Era necessário que houvesse um conhecimento minucioso acerca das reais condições daquele país recém pacificado, de modo a poder cobrar o pagamento dos empréstimos e subsídios imperiais que haviam sido realizados até o momento.

É nesse sentido, portanto, que artigo o XIV determinava que o governo da República deveria declarar em liquidação toda a dívida uruguaia em 01 de janeiro de 1852, nomeando cinco membros para formarem parte de uma Junta de Crédito Público que faria a classificação e liquidação dessa dívida. Um desses membros deveria ser escolhido pelo ministro brasileiro em Montevideu. A construção da nação uruguaia dependia também da organização do sistema fiscal, de garantir o recebimento de receitas enquanto as despesas seguiam sendo feitas porque eram indispensáveis ao funcionamento do Estado. O que a Convenção deixava claro, portanto, era que o Brasil precisava seguir subsidiando o país vizinho e forçando a organização da gigantesca dívida pública uruguaia para que fosse possível recuperar as quantias emprestadas até aquele momento.

Por isso, em 1852 deveria ocorrer a organização da Junta assim como a conversão de toda a dívida do Estado Oriental em títulos de dívida pública consolidada. A Convenção estipulava os juros pagos a esses títulos, que estariam entre 3 e 6% e determinava a criação de um grande livro da dívida pública que deveria encerrar a contabilidade de toda a dívida até aquele momento. Assim como o artigo XIV, o artigo XV foi alvo de posterior reclamação diplomática por parte do governo uruguaio, como veremos ainda neste capítulo. Era determinado nesse tópico que o Estado Oriental se obrigava a cumprir integralmente a parte do Artigo 52, Capítulo 3º, Seção 7ª de sua própria Constituição, que ordenava a apresentação anual do orçamento e de suas despesas públicas para a Assembleia Geral, além de não inscrever no chamado grande livro da dívida pública qualquer registro após o encerramento definido no artigo anterior.

Encerrando com o prazo para ratificações do documento, a Convenção de Subsídios consolidou a dependência financeira do Estado Oriental frente ao Brasil, configurando-se em um instrumento de pressão e, portanto, de poder para o governo brasileiro que já possuía interesses econômicos, políticos, diplomáticos e

geopolíticos sobre o território vizinho, explicitados nos Tratados de 12 de outubro de 1851. Voltaremos à discussão sobre esses documentos após tratarmos do empréstimo realizado a Justo José de Urquiza para as Províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes.

3.2.2 O Convênio de 21 de novembro: empréstimos a Entre Rios e Corrientes

A pacificação do Uruguai e a política de subsídios eram apenas os primeiros passos para eliminar da fronteira brasileira o poder de Rosas. Seria necessário ainda avançar nas negociações da aliança com Justo José de Urquiza, que também solicitava empréstimos ao governo imperial. Para isso, Honório Hermeto Carneiro Leão⁷⁸ partiu do Rio de Janeiro em 23 de outubro de 1851 para negociar os termos da aliança no Prata em Montevideú.⁷⁹ Após uma passagem pela Ilha de Santa Catarina para provimento de carvão na embarcação, chegou em Montevideú no dia 31. Sua chegada coincidiu com a preparação da partida do Governador Urquiza que saía da capital uruguaia para a Província de Entre Rios, na Confederação Argentina.

Assim, Carneiro Leão pôde apresentar-se rapidamente ao ministro Herrera y Obes e ao Governador Urquiza. Como no dia seguinte o vapor em que estava embarcado o governador entrerriano ainda não havia partido, José Maria da Silva Paranhos,⁸⁰ que era nesse momento o encarregado do secretário de Honório, visitou a embarcação em que o general esperava para partir. Nessa conversa soube que Urquiza encontrava-se bastante confiante com a campanha que empreenderia, sobretudo pelos sucessos já alcançados em sua campanha no Estado Oriental.⁸¹ A missão Carneiro Leão começara muito bem.

⁷⁸ Futuro Visconde e depois Marquês do Paraná, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 20 de janeiro a 8 de junho de 1843, e Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário em missão especial ao Prata, de outubro de 1851 a maio de 1852. Sobre o papel político de Honório no Império, ver ESTEFANES, Bruno Fabris. *Conciliar o Império: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856)*. 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁷⁹ Ver: OLIVEIRA, Leonardo Vieira de. *Da 'planta exótica' ao excepcionalismo brasileiro: a Missão Carneiro Leão ao Prata e a identidade internacional Saquarema (1851-1852)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF/PPGH, 2018.

⁸⁰ Futuro Visconde do Rio Branco, foi Ministro dos Negócios Estrangeiros em três períodos: de 1855 a 1857, 1858 a 1859 e 1868 a 1870, tendo ocupado ainda o cargo de Ministro da Fazenda em duas ocasiões e chegando a Presidente do Conselho de Ministros de 1871 a 1875.

⁸¹ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideú, 04 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1.

O governador de Entre Rios deixava em Montevideu seu filho como Encarregado de Negócios das Províncias de Entre Rios e Corrientes, Diógenes Justo Urquiza, que escreveu uma nota⁸² ao enviado brasileiro Carneiro Leão detalhando o pedido de auxílio necessário à campanha a ser empreendida contra Juan Manuel de Rosas. Eram solicitados ao Império do Brasil três mil soldados de infantaria com mais duas baterias com sua dotação correspondente, assim como a esquadra imperial que havia atuado para derrotar Oribe. Além disso, pedia o subsídio de 100 mil patações mensais pelo tempo que durasse a guerra, o que estava previsto para quatro ou cinco meses.

Diógenes fazia o pedido baseado no Art.º XIII da Convenção de 29 de Maio que abria essa possibilidade de um novo acordo para auxílios pecuniários, pedindo um subsídio extraordinário de 100 mil patações mensais pelo tempo que durasse a guerra, o que estava previsto para quatro ou cinco meses. Argumentava que os gastos exigidos pelo mantimento de um forte e numeroso exército⁸³ em campanha superava as capacidades das Províncias envolvidas, que poderiam reembolsar o Império após a queda de Rosas e a pacificação da Confederação Argentina, embora a responsabilidade do empréstimo estivesse sob a Província de Entre Rios.⁸⁴

A análise de Carneiro Leão sobre o pedido de auxílio pecuniário por parte de Urquiza ao Império ajuda a compreender as estratégias pensadas pela diplomacia brasileira que estiveram por trás da Diplomacia do Patacão. O chefe da missão no Prata escreveu ao ministro Paulino, em 15 de novembro de 1851, que embora os pedidos de Urquiza tenham sido justificados pela necessidade de pagar os gados que fossem necessários do outro lado do rio Paraná, para assegurar a subsistência dos soldados assim como para obter defecções, o primeiro emprego já era suficientemente importante para que o Império lhe fornecesse a quantia solicitada.⁸⁵ Isso porque

⁸² URQUIZA, Diógenes J. [Correspondência]. Destinatário: Honório Hermeto Carneiro Leão. Montevideu, 09 nov. 1851. Cópia. In: MHN, /00311 e AHI 272-1-1.

⁸³ Segundo Fradkin e Gelman (2015, p. 354) afirmam que em fins de 1851 o exército de Entre Rios estava composto de nove divisões de cavalaria, dois batalhões de infantaria, um esquadrão de artilharia e contava com 18.670 efetivos, aos que deveriam se somar os 5.260 de Corrientes.

⁸⁴ URQUIZA, Diógenes J. [Correspondência]. Destinatário: Honório Hermeto Carneiro Leão. Montevideu, 09 nov. 1851. Cópia. In: MHN, /00311 e AHI 272-1-1.

⁸⁵ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 15 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1. (grifo nosso)

por quanto bem que os chefes militares dos Estados do Prata estejam habituados em suas guerras civis a manter os exércitos com muito pouco ou sem nenhum dispêndio, tomando arbitrariamente os gados que lhes são precisos dos estancieiros que lhes ficam mais a mão, não parece acertado que na presente guerra, **em que também se acha empenhado um Poder regular como é o do Império**, se use de tais meios; [...]⁸⁶

Os empréstimos realizados pelo Império parecem ter como objetivo não apenas apoiar materialmente seus aliados, como também criar e manter a imagem de que era o mais bem estabelecido país da região. Essa imagem de superioridade política e econômica faziam parte de sua estratégia de poder também no âmbito simbólico. “O capital simbólico [...] é um capital que repousa na crença”, como disse Bourdieu (2014, p. 335). Os agentes do governo imperial preocupam-se em atuar na Guerra Grande, pacificando o Uruguai e derrotando o governador de Buenos Aires, de forma bastante estratégica também para a construção desse poder simbólico, que se constitui *pari passu* com o poder militar, econômico e político.

Percebe-se tanto nos argumentos das correspondências quanto nos próprios tratados e convenções essa preocupação com a construção de uma imagem de um país civilizado e benevolente,⁸⁷ imagem essa que se cristaliza na figura de um imperador em meio a tantas repúblicas. A hesitação em declarar guerra a Rosas pode ser compreendida nesse sentido. A Convenção de 29 de Maio, por exemplo, que formalizava a aliança contra Oribe para garantir a independência do Uruguai, só incluía Rosas como uma hipótese, caso ele declarasse guerra a algum dos aliados.

Por isso, para formalizar a nova situação após as declarações belicosas por parte do governador de Buenos Aires, intensificadas com a queda de Oribe, foi assinado em 21 de novembro de 1851⁸⁸ um convênio como forma de definir os meios com que se daria a aliança contra o governador portenho. Como a guerra era contra Rosas e não contra a Confederação Argentina em si, as províncias de Entre Rios e Corrientes liderariam as operações de guerra, seguidas pelo Império do Brasil e pela República Oriental. Esse era um ponto importante do convênio e por isso

⁸⁶ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 15 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1. (grifo nosso)

⁸⁷ No Parlamento brasileiro o debate sobre as razões para a intervenção no Prata fica mais bem definido pelos termos “solidária e humanista”, segundo Amado Luiz Cervo (1981, p. 59), que aponta também para uma ideia de “superioridade das instituições monárquicas brasileiras sobre os regimes infra-políticos da América espanhola”. Esses termos ajudaram a definir a política externa brasileira.

⁸⁸ Convênio especial de aliança entre o Império do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a República Oriental do Uruguay, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efectiva a aliança comum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9.

constava em seu primeiro artigo que a aliança não visava restringir a “liberdade de seus povos no exercício dos direitos soberanos que derivem de suas leis e pactos” nem atentar contra a independência desses países: era uma guerra para “libertar o povo Argentino da opressão” de Rosas.⁸⁹

O Império atuava intervindo, negociando, emprestando, financiando e lutando, sabendo que seus aliados reconheciam que ele era o que pretendia ser: um poder regional. Para o Império do Brasil, essa espécie de jogo de espelhos era bastante limitada às suas alianças, aos grupos específicos que buscavam seu apoio ao longo dos conflitos, como os *colorados* no Uruguai e o grupo de Urquiza na Confederação (essa limitação ficará mais clara com os conflitos acerca dos Tratados de 12 de outubro a serem analisado no tópico seguinte). Mais do que um jogo entre países, até que se consolidasse ou ao menos se estabilizasse minimamente os Estados platinos que estavam em construção nesse momento, o jogo regional era de grupos que pretendiam “fazer-se Estado” e o Império do Brasil, que pretendia garantir-se enquanto tal.

O poder do Império sobre seus aliados advém tanto do crédito que fornecia quanto da capacidade, ainda que limitada pelo jogo das grandes potências, de forçar pelas armas, política e finanças a imposição de seus interesses. O poder simbólico e a preocupação com a imagem eram importantes inclusive para garantir as boas relações com os maiores jogadores do planeta. Pelo novo Convênio, o Brasil forneceria três mil homens, um regimento de cavalaria e duas baterias de artilharia, enquanto o Uruguai enviaria dois mil homens de infantaria, cavalaria e artilharia, com uma bateria de seis peças. Além disso, definia-se que seriam emprestados aos Estados de Entre Rios e Corrientes a soma de 100 mil patações mensais durante o prazo de 4 meses, contados a partir da ratificação do documento.⁹⁰

Se Rosas fosse derrotado antes desses 4 meses, as parcelas seriam interrompidas. A forma seria semelhante aos subsídios uruguaios, entregues por letras sacadas contra o Tesouro Nacional e entregues pelo ministro plenipotenciário

⁸⁹ Convênio especial de aliança entre o Império do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a República Oriental do Uruguay, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efectiva a aliança comum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9 Art. I.

⁹⁰ Convênio especial de aliança entre o Império do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a República Oriental do Uruguay, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efectiva a aliança comum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9 Art. VI e X.

do Brasil ao agente de Entre Rios. Além disso, estava incluído o fornecimento de duas mil espadas de cavalaria para os exércitos de Entre Rios e Corrientes, e quaisquer outras armas e munições que fossem requisitados ao Exército brasileiro que estivessem disponíveis. Esse fornecimento de armas também deveria ser pago posteriormente pelo governo que assumisse a dívida dessas províncias.⁹¹

Diante da incerteza quanto ao futuro da Confederação Argentina, já que Urquiza já havia declarado que não poderia assumir o governo de Buenos Aires e haveria até mesmo a possibilidade de separar as províncias de Entre Rios e Corrientes tornando-as independentes de Buenos Aires,⁹² o Brasil ponderou a forma com que esses empréstimos de guerra seriam assumidos posteriormente. No artigo VII do Convênio, acordava-se que o governo que sucedesse ao de Rosas deveria reconhecer essa dívida como sendo da Confederação Argentina e efetuar seu pagamento com os juros de 6% ao ano. Caso isso não ocorresse (o que o documento apresenta como uma situação improvável) a dívida ficaria com essas duas províncias e seus governadores hipotecariam as rendas e os terrenos de propriedade pública naqueles territórios.⁹³ Conforme a Tabela 3, os pagamentos foram feitos de dezembro a março de 1852.

Tabela 3 - Pagamentos do Brasil para Entre Rios e Corrientes pelo Convênio de 21 de novembro de 1851 (em patações)

Parcelas	Data da entrega
100.000	04/12/1851
100.000	05/01/1852
100.000	04/02/1852
100.000	05/03/1852

Fonte: elaboração própria com base em AHI, 342-2-2, nº. 299

⁹¹ Convênio especial de aliança entre o Império do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a República Oriental do Uruguay, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efectiva a aliança comum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9 Art. VI e X.

⁹² CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 04 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1.

⁹³ Convênio especial de aliança entre o Império do Brasil, os Estados de Entre-Rios, e Corrientes, e a República Oriental do Uruguay, em 21 de novembro de 1851, com o fim de assegurar o modo e os meios de fazer efectiva a aliança comum estipulada no artigo 15 do Convenio de 29 de Maio do dito anno. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 9.

As alianças e despesas do governo brasileiro cumpriram o objetivo. As forças de Urquiza chegaram em Buenos Aires e a queda de Rosas se resolveu com sua renúncia após a Batalha de Caseros de 3 de fevereiro de 1852. Para as Províncias de Entre Rios e Corrientes foram pagas então as quatro parcelas do acordo, entre dezembro de 1851 e março de 1852, totalizando os 400 mil patacões previstos. Esse empréstimo, entretanto, fazia parte do “pecado original” da Confederação Argentina, que já nasceu endividada. Veremos adiante que o governo de Buenos Aires se separou da Confederação Argentina após a queda de Rosas, formando-se dois Estados naquele território. A Confederação, para organizar-se enquanto Estado, teria que lidar com as dificuldades financeiras da qual o empréstimo brasileiro fazia parte.

Ante todo, los hombres de Paraná [capital da Confederação Argentina] se encontraron con la cuestión del “pecado original”, es decir, de aquella deuda que había nacido antes del estado; ésta había posibilitado el triunfo de Caseros, pero la defección porteña del proyecto Confederal hizo que fuera extremadamente difícil pagar esas primeras deudas y a la vez, edificar los cimientos de la construcción estatal (GARAVAGLIA, 2015, p. 42).

Assim, os empréstimos brasileiros ajudaram a terminar a Guerra Grande, e encerrar a Guerra contra Oribe e Rosas. As preocupações do governo imperial, entretanto, assim como as de seu mais importante negociante, Irineu Evangelista de Souza, estavam longe de terminar, tal qual a paz e a unidade política nos países platinos ainda estavam em construção.

3.3 A dívida como instrumento de poder: os Tratados e a Convenção de Subsídios de 12 de outubro de 1851

É bastante ilustrativo na bibliografia acerca da Guerra Grande o estado lastimável em que se encontrava o Uruguai após o fim do conflito. Escreveu José Pedro Barrán (2011, p. 48) que o conflito deixava “pesada herança” no âmbito econômico, financeiro, social e internacional, ainda que politicamente o país tenha se fortalecido com a política de fusão. Com alto consumo do gado ao longo da guerra aliado às califórrias brasileiras, a riqueza pecuária declinou; as terras desvalorizaram tanto que passaram às mãos de estrangeiros, sobretudo brasileiros, que aproveitaram a tutela imperial no território vizinho.

Segundo Barrán (2011, p. 49), os brasileiros chegaram a ocupar 30% do território uruguaio em 1857. Além disso, estando o Uruguai com todas as rendas hipotecadas assim como diversas propriedades públicas, a dívida pública se mostrou monstruosa perto das possibilidades de pagamento. O que restava de renda para as atividades estatais eram apenas os patações brasileiros acordados pela Convenção de Subsídios. Moniz Bandeira (2012, p. 147) chegou a escrever que o Uruguai “ficara reduzido a mero protetorado do Brasil”, enquanto nas palavras de Barrán (2011, p. 48) o Estado Oriental estava sob “grave tutela política” do Império.

O Brasil estava ajudando o país vizinho ao garantir uma renda mínima para sua sobrevivência após tantos anos de guerra, ou estava aproveitando a deplorável situação uruguaia para garantir seus próprios interesses políticos, econômicos e geopolíticos naquele território? Ainda que essas perguntas pareçam simples e a resposta envolveria um pouco de cada questão, essa situação gerou diversos debates que aparecem tanto na historiografia quanto nos próprios documentos da época, já que é forte o peso do nacionalismo na análise dessa conjuntura.

Como viemos discutindo ao longo do trabalho, as guerras na região platina da qual a Guerra Grande fez parte refletiram as disputas geopolíticas pela navegação dos rios da bacia, que envolviam também as competições locais pelas rendas alfandegárias; as corridas pela apropriação de terras e gado, mas sobretudo o gado, que atravessava as fronteiras. Mas a partir dos tratados de 12 de outubro, os efeitos desses conflitos refletiram um claro avanço da política brasileira sobre o território vizinho, garantindo vantagens econômicas e geopolíticas construídas sobre a dependência de um país arrasado.

Por mais que os próprios agentes uruguaios tenham assinado esses tratados e convenção, o fato de isso ter ocorrido antes de o país estar reorganizado politicamente fez com que a posterior ratificação legislativa do Estado Oriental tardasse mais e até tenha sido arriscada a não ocorrer. Essa era mais uma razão pela qual o Exército brasileiro ainda era mantido na antiga Província Cisplatina. Além disso, na missão encarregada a Carneiro Leão buscou-se conhecer as impressões causadas a Justo José de Urquiza sobre esses documentos de 12 outubro.

Era importante ao governo brasileiro que essas negociações não gerassem desinteligências com o aliado argentino. Segundo Carneiro Leão, ele parecia ter ficado satisfeito no geral, mas estranhou que se tivesse abordado o tema da neutralidade da ilha Martin Garcia e a questão da retroatividade da extradição de

escravos, mostrando-se firme no propósito de garantir a liberdade de escravizados que estivessem asilados na Província de Entre Rios quando fosse negociar tratados semelhantes.⁹⁴

Os tratados realmente gerariam muitos estranhamentos. Nesse contexto, Carneiro Leão mostrava-se bastante preocupado em organizar e posicionar muito bem as peças que configuravam o jogo brasileiro e acompanhava cada movimento dos jogadores adversários. As eleições no Uruguai deveriam ocorrer ao final de novembro para a Assembleia e no início do ano seguinte para a presidência. O exército brasileiro ainda se encontrava em Montevideu e o acordo de paz entre os partidos não garantiram tanta tranquilidade ao enviado brasileiro. Em carta ao ministro Paulino, o enviado brasileiro explicava que ainda não havia tratado com o ministro Herrera sobre a saída do exército imperial do país, mas também não tinha pressa para fazê-lo:

Não tendo sido derrotado o partido Blanquito, que é o mais numeroso e preponderante na Campanha, seria arriscar a tranquilidade deste Estado, se o exército imperial desocupasse antes da eleição da Assembleia Geral e do Presidente.

Que a eleição se faça em sentido favorável aos interesses do Império torna-se indispensável; por quanto, ainda o atual Governo ratifique os tratados que celebramos (o que certamente fará), essa ratificação não é regular e constitucional. Ele o fará em virtude da ditadura que tem exercido para salvar a independência deste Estado; e, pois, muito convém que um dos primeiros atos da futura Assembleia seja a sanção dessas medidas do regime ditatorial, e particularmente, da ratificação dos tratados. Sendo isso de grande interesse para nós, é evidente que devemos procurar influir a favor dos candidatos do Governo que nos oferecem mais garantias; e essa influência não poderia ser vencida na ausência do nosso exército.⁹⁵

Apesar da imagem benevolente e desinteressada que o Império tentava passar, eram várias as estratégias para garantir que todos os passos dados até então não fossem perdidos, que os subsídios pagos conformassem o país vizinho e trouxesse tranquilidade na fronteira, que auxiliassem ainda na queda de Juan Manuel de Rosas que era o objetivo final da guerra. Nas eleições para deputados e senadores ao final de 1851 houve acordo entre a maioria dos candidatos, mas ainda assim predominou o partido *blanco* no legislativo. Já para a presidência, o candidato ideal aos olhos do governo brasileiro naquele contexto era o General Garzón, que

⁹⁴ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 04 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1.

⁹⁵ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 04 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1.

liderou o exército uruguaio ao final da Guerra Grande e parecia ter simpatias pelo governo brasileiro.⁹⁶ Mas o general estava já bastante doente e faleceu ainda em dezembro de 1851.

Depois dele o ministro de Relações Exteriores da *Defensa*, Manuel Herrera y Obes, passou a ser o candidato favorito dos *colorados*, assim como de Urquiza e do governo brasileiro (BARRÁN, 2011, p. 54). Mas ainda assim o risco apresentado por Carneiro Leão de um *blanco* chegar ao poder tornou-se real: em 1º de março de 1852 foi eleito presidente da República Juan Francisco Giró. Ainda que a política de fusão ou de pactos tivesse expectativa de superar as divisões partidárias, as disputas de ideais seguiriam ocorrendo, assim como as instabilidades governamentais.⁹⁷ O governo de Giró se negava a reconhecer os documentos de 12 de outubro (que se apresentavam como um compromisso do partido *Colorado*) e se colocava à disposição para negociar os assuntos novamente com o governo brasileiro. Carneiro Leão, entretanto, se negava terminantemente. Para o diplomata brasileiro, qualquer acordo deveria partir primeiramente do reconhecimento dos cinco documentos pela República. Na interpretação do governo brasileiro

Os Tratados haviam sido apresentados como ofensivos dos verdadeiros interesses da República, e como contrários ao espírito da convenção de 1828. Tinha-se procurado fazer acreditar que eles sustentariam no poder um dos partidos que dividiam a República; que feriam a dignidade nacional; que davam ao Império uma influência decisiva em seus negócios internos; que tinham sido filhos da coação; e que importavam consideráveis cessões de território ao qual a República tinha incontestável direito. Havia sido promovidas na campanha representações nesse sentido. Aquelas acusações repetidas na imprensa e na Assembleia produziram uma animosidade fatal ao entretenimento das boas relações entre o Império e a República, [...] era fácil despertar as antigas prevenções, mal adormecidas, e que tanto convém apagar, entre as raças Portuguesa e Espanhola.⁹⁸

Como não há uma descontinuidade absoluta na passagem do tempo (BRAUDEL, 1987, p. 33) e entendendo esse espaço platino como palco de intensas disputas entre as metrópoles europeias, tendo sido o Uruguai invadido e incorporado ao território português, realmente não havia como “apagar” as antigas desavenças

⁹⁶ CARNEIRO LEÃO, Honório Hermeto. [Correspondencia]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 04 nov. 1851. In: AHI, 272-1-1.

⁹⁷ “Hubo dos maneras de concebir la paz: la política de fusión que predicó el elemento culto de los partidos tradicionales y la llamada política de actos, que practicaron los caudillos de ambas facciones [...] La fusión tenía sus bases en la ciudad, la política de pactos hallaba más ecos en la campaña” (BARRÁN, 2011, p. 54).

⁹⁸ BRASIL, RRNE, 1853, p. 12.

entre espanhóis e portugueses. Os países que emergiram no Prata carregariam essas heranças do tempo porque foram formados também por elas. Nesse contexto, de fato não se pode dizer que não havia o que ser questionado nos Tratados de 1851. Quatro Tratados e uma Convenção, tão importantes à soberania uruguaia, realmente só puderam ser realizados tão rapidamente em meio ao caos em que se encontrava um país praticamente desgovernado e dependente de recursos externos.

Além disso, toda sua negociação iniciara-se mesmo antes da pacificação do território, baseada na aliança de um dos partidos beligerantes (*Colorado*) com um país que não apenas tinha claros interesses políticos, econômicos e geopolíticos no território vizinho, como tinha um longo histórico de intervenções e disputas territoriais que remontam ao período colonial, suscitando com isso, como analisou o ministro brasileiro, as desavenças entre espanhóis e portugueses. A longa duração dos conflitos platinos emergia, portanto, como argumentos e memórias nos debates uruguaios, fomentando o nacionalismo e ilustrando a geopolítica regional. O Brasil, que influenciara diretamente no resultado da Guerra Grande e que se colocava como nação amiga para combater o inimigo comum, Rosas, não deixava de cobrar por suas ações no território vizinho.

O fato de caber a ele o papel de determinar a queda de Rosas após tantas intervenções das maiores potências mundiais garantiu um poder não apenas militar, econômico e diplomático, como simbólico. As incertezas que ainda pairavam tanto no Uruguai que tentava se reorganizar como na Confederação Argentina que não conseguia conciliar os interesses entre Buenos Aires e o litoral, faziam do Império do Brasil um importante aliado do qual os agentes desses países em construção não podiam abdicar. Nesse contexto, os brasileiros também deixavam claros os seus interesses, sobretudo no Uruguai, buscando garantir o retorno de seus gastos (ou seriam investimentos?) com os subsídios emprestados e as incursões militares realizadas. Por isso que diante da extrema dependência que o Estado Oriental tinha dos subsídios brasileiros, esses acabaram sendo utilizados como importante peça nas estratégias imperiais no jogo que se desenvolvia nesse espaço.

Como podemos ver no Quadro 7 a seguir, o pagamento dos subsídios estipulados pela Convenção de 12 de outubro de 1851 não foi contínuo, havendo duas interrupções em 1852: no mês de abril e no mês de agosto. O quadro apresenta o ano e mês a que se referia cada parcela do subsídio, seguido do valor na segunda coluna e da data de pagamento na terceira. A Convenção de Subsídios

pagou, portanto, 258 mil patações em 1851 e 480 mil patações em 1852, totalizando 738 mil patações. Foram dez parcelas de 60 mil contabilizadas para os meses de novembro de 1851 a agosto de 1852, além do empréstimo de 138 mil patações para as despesas de julho a outubro de 1851.

Quadro 7 - Empréstimo e subsídios pagos ao Uruguai pela Convenção de Subsídios de 12 de outubro de 1851 (em patações)

Ano/mês de referência	Patações	Data de entrega
1851		
outubro	138.000	21 de outubro
novembro	60.000	9 de dezembro
dezembro	60.000	
1852		
janeiro	60.000	14 de janeiro
fevereiro	60.000	9 de fevereiro
março	60.000	12 de março
abril	60.000	2 de julho
maio	60.000	
junho	60.000	
julho	60.000	15 de outubro
agosto	60.000	
TOTAL	738.000	

Fonte: Elaboração própria com base na Convenção de Subsídios (BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 8) e nos dados disponíveis em BRASIL, RRNE, 1862, anexo n.1, n. 22.

A interrupção de pagamentos em abril teve duas justificativas dadas pelo governo brasileiro: a primeira era que os valores recebidos estariam sendo utilizados pelo governo uruguaio para pagamento de dívidas anteriores,⁹⁹ e o segundo seria os questionamentos aos tratados de 12 de outubro. Em fevereiro daquele ano o governo imperial já havia incumbido a Carneiro Leão de avisar ao governo oriental, verbalmente, que o pagamento dos subsídios poderia ser interrompido dentro de

⁹⁹ Em 27 de setembro de 1852, José Maria da Silva Paranhos, a frente da legação brasileira em Montevideu, escreveu uma longa nota de reclamações ao governo uruguaio, que além de tratar sobre passagem de gado pela fronteira, fuga de escravos e segurança dos súditos brasileiros, reclamava sobre as dúvidas que a República colocava sobre os Tratados de 12 de outubro. Especificava, com relação aos subsídios, que a República estava descumprindo dois artigos da convenção, o 7º e o 11º, que diziam, respectivamente, que o Governo Oriental deveria pagar os juros e amortizações dos empréstimos brasileiros assim que recebesse qualquer empréstimo, e que a renda da alfândega deveria ser destinada ao pagamento da dívida brasileira (BRASIL, RRNE, 1853, anexo D, n. 14).

três meses,¹⁰⁰ de modo que esse aviso serviria para cumprir com o Artigo II da Convenção de Subsídios (ver ANEXO F).

Entretanto, essa não era uma decisão efetiva, era apenas um aviso que garantia ao Império o direito de retirar os subsídios sem descumprir a Convenção. Essa provavelmente foi uma estratégia de coação do governo imperial para com os agentes uruguaioes que questionavam a validade dos tratados. Em julho, por exemplo, o enviado brasileiro José Maria da Silva Paranhos propunha ao ministro Paulino que ficasse encarregado de repassar as letras dos subsídios ao governo oriental, mas que tivesse autorização para não o fazer caso as circunstâncias não se mostrassem “favoráveis”.¹⁰¹

Já em maio, o comunicado dirigido aos representantes do Estado Oriental,¹⁰² dizia que o Brasil voltaria a pagar as parcelas assim que as duas questões se resolvessem (o destino dos subsídios e os questionamentos aos tratados). Mesmo assim, pagaria apenas três parcelas referentes ao período posterior à última parcela paga, e retiraria os demais pagamentos a partir de então. Por isso, o governo brasileiro pagou em julho as parcelas de abril, maio e junho.

Em setembro, o governo oriental reclamou que o Brasil deveria pagar três parcelas a partir da data de aviso de encerramento dos subsídios, conforme constava no Artigo II da Convenção de Subsídios. O aviso havia sido dado em maio quando a parcela deste mês já havia vencido. Mas como o governo imperial havia pagado junho antecipadamente, a reclamação garantiu a entrega de mais duas parcelas em outubro,¹⁰³ por meio dos negociantes na praça do Rio de Janeiro, Aranaga e Bryan.

Em meio aos debates acerca da validade dos tratados, chegou em Montevideu o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Confederação Argentina que estava no Rio de Janeiro, José Luis de la Peña, que se ofereceu para fazer a mediação entre os governos uruguaio e brasileiro. Foram entregues ao Império as modificações que o Governo Oriental solicitava, havendo pedidos de

¹⁰⁰ SOUZA, Paulino José Soares de. [Correspondência]. Destinatário: Honório Hermeto Carneiro Leão. [Rio de Janeiro], 17 fev. 1852. In: AHI 272-1-3.

¹⁰¹ PARANHOS, José Maria da Silva. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 04 jul. 1852. In: BNB 63,04,001 nº 003.

¹⁰² LEÃO, Honório Hermeto Carneiro. [Nota]. Destinatário: Florentino Castellanos. 08 mai. 1852. In: BRASIL, RRNE, 1853, anexo E, n. 1.

¹⁰³ Autorizadas pelo Decreto nº 1046 de 29 de setembro de 1852 (In: BRASIL, RRNE, 1853, anexo G, n. 2).

modificações para cada um dos cinco documentos de 12 de outubro. Destaca-se que algumas dessas solicitações utilizavam o argumento de que havia artigos dos tratados contrários às leis do país ou mesmo que já faziam parte delas.

Na Convenção de Subsídios, que é o que nos convém analisar, eram duas solicitações de alteração. Elas se referiam à supressão dos artigos XIV e XV. O artigo XIV estipulava a forma com que o governo oriental deveria lidar com o problema de sua própria dívida pública, por meio da criação de uma Junta de Crédito Público que, inclusive, deveria conter ao menos um membro indicado pelo ministro brasileiro. Já o artigo XV citava a constituição uruguaia no que diz respeito ao compromisso de apresentar anualmente o orçamento e as contas de despesas públicas à Assembleia Geral, assim como não contrair qualquer outra dívida pública sem aprovação da mesma Assembleia. O governo oriental pedia a supressão desses dois artigos argumentando que já havia cumprido o que estipulava o artigo XIV referente à criação da Junta de Crédito Público, e que o artigo XV já era uma disposição de suas próprias leis orgânicas, dando a entender que não fazia sentido que constasse na Convenção.

Esses artigos estavam relacionados a uma preocupação do governo brasileiro que permeava desde o início as negociações de empréstimos e subsídios a Montevideu: a organização da Fazenda uruguaia. Em uma carta que Lamas escreveu ao ministro Herrera y Obes um ano antes, em 23 de outubro de 1850, informava-se que para o ministro brasileiro havia chegado a hora de tentar organizar a Fazenda uruguaia. Em resposta, Lamas disse que esse tema deveria ser negociado em Montevideu e, por isso, o governo brasileiro enviou à capital sitiada o negociante José de Buschental, em nome de um grupo de comerciantes do Rio de Janeiro.

O ministro brasileiro disse a Lamas e ao negociante que o governo iria cooperar "eficaz ainda que reservadamente, ao bom êxito da operação".¹⁰⁴ A ideia era negociar uma transação de grande vulto que ordenasse a fazenda uruguaia, consolidando a dívida pública e desocupando por um tempo as rendas do país, para que se conseguisse utilizar os elementos militares que chegariam da Europa sem depender novamente de recursos estrangeiros. Nesse sentido, a missão de

¹⁰⁴ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 23 out. 1850. In: MHN. /00311 Carpeta: Gestión del Dr. Andrés Lamas ante la corte de Rio de Janeiro.

Buschental era negociar em Montevideu para que a operação fosse realizada posteriormente no Rio de Janeiro, com apoio do governo imperial.¹⁰⁵ A preocupação de Lamas em 1850 era que o apoio do governo imperial se desfizesse a qualquer momento e dificultasse a operação, de modo que a ida de Buschental parecia uma ótima oportunidade para reorganizar as finanças de seu país.

Entretanto, as condições propostas pelo negociante não agradaram ao governo da *Defensa*, cheio de conflitos internos e dependente de seus próprios negociantes e fornecedores de víveres. Toda essa estratégia do governo brasileiro para as finanças do país vizinho relaciona-se à preocupação com suas próprias finanças, pois sabia que aquele governo sitiado teria grandes chances de seguir dependendo de seus empréstimos se não conseguisse levantar capital internamente. Um ano de negociações entre Lamas e o governo brasileiro se passou e o assunto permeava as conversas entre os agentes sem que conseguissem resolver o problema da Fazenda uruguaia. A solução para esses agentes viria, portanto, por meio da imposição: a Convenção de Subsídios.

Como apresentamos anteriormente, o documento realmente impunha diversas condições para a realização dos empréstimos, que estavam relacionados à garantia de seu posterior pagamento. O Estado Oriental possuía débitos nesse momento não apenas com seus negociantes e prestamistas particulares, como também dívidas de guerra e empréstimos e subsídios a serem pagos às potências europeias. Além de serem devidas aos mais poderosos jogadores desse grande conjunto de tabuleiros mundiais, esses débitos tinham prioridade também porque garantiram antes a destinação dos recursos da alfândega para seus pagamentos. Nesse sentido, foi estratégico que o governo imperial detalhasse os termos em que se dariam seus empréstimos, para que não houvesse questionamento nem por parte dos governos uruguaios, nem por parte das demais potências envolvidas em todo esse conflito, o que incrementava também o poder simbólico que vinha construindo.

Assim, as alterações na Convenção solicitadas pelo governo de Giró não foram aceitas pelo Império, no papel de Carneiro Leão, exceto por um ponto relacionado ao Tratado de Limites. Mas para fazer o ajuste, Carneiro Leão impôs como condição o reconhecimento dos tratados e da Convenção pela Assembleia

¹⁰⁵ LAMAS, Andrés. [Correspondência]. Destinatário: Manuel Herrera y Obes. Rio de Janeiro, 23 out. 1850. In: MHN. /00311 Carpeta: Gestión del Dr. Andrés Lamas ante la corte de Rio de Janeiro.

Legislativa uruguaia. Diante da negativa, Peña ofereceu a garantia do governo argentino para a ratificação, o que foi aceito por ambas as partes. Desse modo, em 15 de maio de 1852 foi assinado o Tratado que fazia algumas alterações ao Tratados de Limites de 12 de outubro de 1851 e reconhecia “em pleno e inteiro vigor” todos os tratados daquela data, sendo ajustado também um ato de garantia desses documentos.¹⁰⁶

O representante brasileiro solicitou ainda que fosse reconhecido o contrato uruguaio de 7 de setembro de 1850, com o súdito brasileiro Irineu Evangelista de Souza, para fornecimento de armamentos e munições, ou que pelo menos lhe fossem garantidas as rendas da Alfândega para o pagamento do contrato. Ajustou-se, sobre esse assunto, que o caso não seria incluído no Tratado daquela data, mas que o governo uruguaio se comprometia a atender ao direito de Irineu, “conforme a justiça e equidade”, providenciando seu pagamento.¹⁰⁷ Assim, os documentos de 12 de outubro foram finalmente aprovados pela Assembleia Legislativa do Uruguai e ratificados pelos governos em julho de 1852.¹⁰⁸ Isso não garantiu, entretanto, que os conflitos políticos com o Brasil estariam terminados.

Como vimos até aqui, afirmar que os tratados foram impostos ao governo uruguaio seria simplificar a questão. Os agentes uruguaio participaram ativamente de suas negociações¹⁰⁹ e consideraram, por exemplo, o risco na política interna na negociação sobre limites desde 1850 quando essas negociações com o Brasil se tornaram mais frutíferas. Não houve também, necessariamente, coação por parte do Brasil, já que realmente, como é escrito nos relatórios do ministro dos Negócios Estrangeiros, os pedidos de auxílios e as regularizações negociadas nos tratados foram demandas de ambas as partes. Entretanto, não há como não considerar a diferença de poder entre as duas partes e a situação extrema em que se encontravam os agentes da *Defensa*: perdendo uma guerra, dependendo dos subsídios franceses que eram entregues na base de negociações que não estavam longe de serem consideradas como “chantagens”.

Assim, a afirmação de que “Os tratados de 12 de outubro não foram portanto impostos, como condição do nosso auxílio, foram muito espontaneamente

¹⁰⁶ BRASIL, RRNE, 1853, anexo A, n. 1.

¹⁰⁷ BRASIL, RRNE, 1853, anexo A, n. 1.

¹⁰⁸ BRASIL, RRNE, 1853, p. 12.

¹⁰⁹ Devoto e Devoto (1971, p. 100) afirmam que os tratados foram considerados por Andrés Lamas como um triunfo pessoal de sua política, considerando-os bastante vantajosos.

solicitados, e muito livremente aceitos”,¹¹⁰ como escreveu o ministro brasileiro, deve ser considerado dentro da estratégia brasileira de construção de seu poder simbólico, dessa imagem de país benevolente e quase paternalista que se construía sobre a ação no território vizinho. Pode-se dizer que não houve coação, mas houve uma situação extrema que foi aproveitada pelo jogador em posição de vantagem. O Brasil, assim como a França, passou a condicionar o pagamento dos subsídios ao reconhecimento dos tratados.

Para o Brasil, essa situação de extrema necessidade por parte da *Defensa* foi vista como ótima oportunidade para o estabelecimento de tratados mais próximos ao que lhe interessava. Essa disparidade de poder na relação dos Estados é óbvia, inclusive é o que em algumas teorias das relações internacionais mantém a ordem do sistema interestatal capitalista. Por isso, essa disparidade de poder não pode ser constatada apenas com relação ao centro e à periferia do sistema, mas também nos menores tabuleiros desse grande jogo. Nesse sentido, até mesmo a ação do governo da Confederação Argentina, representado no momento por Urquiza, garantindo a validade dos tratados, deve ser compreendida dentro de sua dependência para com o governo imperial, tanto por ser devedor deste, quanto por necessitar tê-lo como aliado no conflito com Buenos Aires, que logo se tornaria também uma longa guerra.

¹¹⁰ BRASIL, RRNE, 1852, p. XXIII.

4 ESTADOS E BANQUEIROS: ENTRELAÇAMENTO DE INTERESSES

Nesses jogos geopolíticos, sejam globais ou regionais, uma das peças que pode fazer bastante diferença é a que maneja o capital. Conforme vimos até aqui, o barão de Mauá pode ser compreendido nesse contexto: inicialmente como intermediário, mas quase ao mesmo tempo como prestamista privado. A maneira com que canalizou os recursos públicos fornecidos pelo Império para a multiplicação de seu próprio capital por meio da cobrança de juros do governo uruguaio é uma forma clássica de reprodução do capital nesse sistema mundial capitalista, mesmo nesse espaço platino da Guerra Grande. Afinal, como discutimos no primeiro capítulo, os subsídios franceses funcionavam como alavanca para novos empréstimos. Nesse sentido a ação de Mauá não era grande novidade, mas a conjunção de fatores e a ação mais determinada do governo imperial faz com que a negociação do financista gere maiores resultados, abrindo caminho para o intermediário no financiamento dos estados em construção na região platina.

Também já citamos na introdução deste trabalho como para a própria construção dos Estados latino-americanos os agentes buscaram nos exemplos europeus alguns modelos a serem seguidos, até mesmo para esses novos estados serem aceitos nesse sistema interestatal. Falamos também de como os países desse Novo Mundo nascem dependentes do capital europeu, tomando empréstimos para as lutas de independência ou para o reconhecimento dela, como no caso do Brasil. Nesse sentido, a lógica de um sistema de dívida pública para financiar as guerras desse novo continente não poderia passar muito longe dos aprendizados já fornecidos pelo tabuleiro europeu. Lá a dívida pública fez parte dos processos que desencadearam a construção do Estado Moderno e do próprio capitalismo.

As guerras, enquanto motor de crescimento ou manutenção dos territórios, demandavam quantidades de riquezas que geralmente superavam as capacidades financeiras dos soberanos. Uma das formas de adquirir recursos nesse sistema foi a tributação,¹ de forma que quanto mais território e população um soberano tivesse, mais ele poderia arrecadar com tributos, e mais recursos ele teria para buscar mais poder por meio de guerras e conquistas. Mas o crescimento da tributação é limitado

¹ “O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população” (FIORI, 2007, p. 19).

por razões materiais e políticas,² ao mesmo tempo em que as guerras tornam ainda mais urgentes as necessidades de recursos. Assim, era comum que as despesas dos governos superassem as receitas (essa era, aliás, como hoje, mais a regra do que a exceção). Nesse contexto, uma das soluções surgidas foi a contratação de empréstimos.

O acúmulo de capital nas mãos de alguns súditos ou mesmo de estrangeiros oportunizou uma combinação de interesses, associando as necessidades dos governantes aos interesses dos banqueiros, consolidando a relação entre o poder e o dinheiro (FIORI, 2007, p. 30). Os empréstimos públicos, portanto, teriam surgido nesse contexto. Financistas ou casas financeiras emprestavam dinheiro ao governo com a promessa de rendimentos baseados em juros e no completo reembolso da quantia fornecida. Se os papéis que certificavam esses créditos circulam, o credor pode reaver seu dinheiro antes mesmo do prazo final. Por isso, a dívida pública funciona para Marx (1996, p. 373) como uma varinha mágica: “dota o dinheiro improdutivo de força criadora e o transforma, desse modo, em capital, sem que tenha necessidade para tanto de se expor ao esforço e perigo inseparáveis da produção industrial e mesmo usurária”.

Esse sistema de crédito público teve precedentes na Veneza do século XIII,³ que fez circular os títulos de sua dívida pública e criou uma instituição especial que iria gerir o empréstimo para assegurar o pagamento dos juros; já na Gênova do século XV, o Estado deixou de ter o controle privado de suas rendas que passou para as mãos dos credores, que formaram a Casa de San Giorgio (1407) “para gerir em benefício próprio, um verdadeiro Estado dentro do Estado” (BRAUDEL, 2009, p. 465). Um ápice de desenvolvimento desse sistema de endividamento público ocorreu na Inglaterra, com a maturação dos empréstimos de longo prazo. As inovações das finanças públicas na City de Londres que se desenvolveram entre as últimas décadas do século XVII e início do XVIII ocorreram no contexto de grandes avanços técnicos na cidade. Foram surgindo e se expandindo novas parcerias bancárias, possibilitando a criação de seguros marítimos, seguros de vida, de incêndio. O mercado de títulos do governo se expandia e as instituições que iam

² “No tempo de Luís XIII e de Luís XIV, as revoltas na França são quase originadas por uma exação fiscal pesada demais” (BRAUDEL, 2009, p. 463).

³ Ver METRI, Maurício. *Poder, moeda e riqueza na Europa Medieval: A preeminência naval, mercantil e monetária da Sereníssima República da Veneza nos séculos XIII e XV*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

sendo criadas caracterizavam as primeiras etapas de uma “revolução financeira” (DICKSON, 1971).⁴

Braudel discute como os empréstimos de longo prazo, de juros mais baixos, foram se tornando dívidas perpétuas na medida em que deixavam de ser reembolsáveis pelo Estado. Se por um lado, o Estado poderia “transformar sua dívida flutuante em dívida consolidada” garantindo suas reservas, por outro, o credor poderia passar à frente seus títulos de crédito, operando-se o que o historiador francês chamou de “milagre”: “o Estado não reembolsa, o credor recupera seu dinheiro à vontade” (BRAUDEL, 2009, p. 469). Esse “milagre” ou “varinha mágica” chegou à nossa região de análise, a bacia platina, com fundamentos semelhantes, mas uma grande disparidade de poder. Se com a criação de títulos públicos e, conseqüentemente, a internacionalização do capital financeiro, a Inglaterra pôde, por meio de suas moedas, coordenar a expansão capitalista, funcionando como uma “locomotiva da economia mundial” (CRESPO; CARDOSO, 2010, p. 3), o caso dos países latino-americanos foi bastante distinto porque sua necessidade de capital não desenvolveu fortalecidos sistemas de crédito interno, e sim relações de endividamento externo.

O que pretendemos discutir ao longo deste capítulo, portanto, são as analogias possíveis entre esses casos europeus que citamos e as formas que o endividamento público vai tomando na região do Prata no contexto desses conflitos que estamos estudando entre a década de 1850 e fins dos anos 1860, com enfoque na Diplomacia do Patacão. Como compreender o financista brasileiro nesse contexto? Como se dá a relação entre soberanos e banqueiros em contexto de guerra nessa região da bacia do rio da Prata? Para tanto, iniciaremos analisando algumas ações privadas de José de Buschental e barão de Mauá entre Uruguai e Argentina, passando para a continuidade dos subsídios ao Uruguai em 1854 e a criação da Junta de Crédito Público, imposição brasileira da Convenção de Subsídios de 1851. Depois, serão analisados o reconhecimento pela Confederação Argentina dos empréstimos de 1851 a Entre Rios e Corrientes assim como os novos empréstimos realizados em 1857 e 1858. Por fim, será tratada a expansão bancária de Mauá nos países platinos.

⁴ Braudel (2009, p. 468) considera o termo utilizado por Dickson adequado no sentido de pensar na novidade que era a política de empréstimos inglesa do século XVIII, mas questionável pela lentidão do processo de quase um século de desenvolvimento (de 1660-1688 a 1756-1763).

4.1 O Brasil por trás dos financistas: os empréstimos privados de Mauá e Buschental no Uruguai

*"Não há descanso possível para a diplomacia brasileira no rio da Prata: é preciso que o reconheçamos e que nos resignemos".
José Maria da Silva Paranhos, 1852⁵*

Como vimos até aqui, o Império do Brasil começou a emprestar dinheiro ao Uruguai em setembro de 1850 visando garantir a manutenção da praça de Montevideu. Depois, pacificado o território e apaziguados os partidos políticos, novos subsídios foram negociados para auxiliar a reconstrução do Estado e derrubar Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires. Um dos objetivos do governo brasileiro era o de auxiliar na conformação da Fazenda uruguaia, justamente porque dessa organização dependeria o pagamento dos subsídios realizados pelo Brasil. Além disso, como o Uruguai poderia deixar de depender do crédito brasileiro sem reorganizar sua Fazenda Pública? Algumas tentativas de negociações e até mesmo de imposições para a resolução desse problema vinham sendo realizadas pelo Império brasileiro, mas sem sucesso.

Essa dificuldade não apagava as conquistas geopolíticas que a ação de credor vinha oferecendo. Com os empréstimos e subsídios o governo brasileiro garantiu o apoio de seus súditos sul-rio-grandenses, que visavam não apenas o trânsito de gado na fronteira como a captura dos seus escravos que fugiam para um território em que a escravidão já havia sido abolida; garantiu tratados vantajosos para o estabelecimento dos limites entre os dois países; garantiu a aliança de Justo José de Urquiza na Confederação Argentina, conseguindo aliados para o projeto de livre navegação nos rios da bacia do rio da Prata, assim como para a extinção da ideia de monopólio e/ou centralidade de Buenos Aires para acesso ao comércio platino. Além disso, garantiu a independência do Uruguai e do Paraguai contra os planos de absorção rosista.

Para além da intervenção "solidária e humanista" nos países vizinhos, a segurança do Império também esteve em pauta nas discussões no Parlamento brasileiro. Se a Inglaterra e a França interviram na Guerra contra Oribe e Rosas

⁵ PARANHOS, José Maria da Silva. [Correspondência]. Destinatário: Rodrigo de Souza da Silva Pontes. Montevideu, 20 jan. 1852. In: AHI, 404-3-27.

pelos “interesses da humanidade” e pelos “interesses de seu comércio”, o Brasil teria ainda uma terceira justificativa: sua própria segurança (CERVO, 1981, p. 61). Tudo isso contribuiu para a derrota de Juan Manuel de Rosas em fevereiro de 1852, mas não garantiu que a estabilidade se firmasse na região platina, nem que o Império conseguiria reaver seus empréstimos ou colocar seus aliados no controle governamental dos países vizinhos.

Enquanto no Uruguai o presidente Giró tentava governar após anos de domínio *colorado* em Montevideu, com praticamente todas as rendas estatais hipotecadas pelo seu partido adversário e com a supremacia brasileira cobrando-lhe o cumprimento dos acordos realizados anteriormente, na Confederação Argentina o entrerriano Justo José de Urquiza buscava uma fórmula para conseguir submeter ou ao menos negociar com Buenos Aires dentro de seus planos de governar o país. As preocupações do Império seriam não apenas ligadas ao pagamento dos empréstimos realizados até então, mas mais do que isso, que esses gastos se mostrassem valorosos, não poderiam ter sido em vão.

Primeiramente seria necessário a garantia dos tratados firmados em 12 de outubro de 1851 com o Uruguai, como discutimos no capítulo anterior. Cobrar a aprovação de tratados à Banda Oriental, como pagamento pela proteção e intervenção em um conflito que teria garantido a independência do país, é uma jogada clássica do jogo geopolítico mundial. Afinal, não foi com um tratado comercial que o Império português pagou a proteção inglesa durante as guerras napoleônicas?⁶ Ou a Argentina, que pagou o mesmo preço pela proteção que garantiu sua independência da Espanha? Império informal é uma jogada que o Brasil pode ter aprendido com os ingleses. Não é necessário tomar posse sobre o território: basta garantir as condições para que seus interesses políticos, econômicos e geopolíticos sejam atendidos.

Ao mesmo tempo, essa jogada deve estar em convergência com os grandes jogadores mundiais. Peter Winn (1975, p. 34) entende essa ação de credor como um “subimperialismo brasileiro” que era referendado pelos ingleses, que por sua vez, já não se dispunham a intervenções tão diretas como as que foram fracassadas nos anos 1840 durante a Guerra Grande. Por isso os britânicos consideravam mais

⁶ Sobre o auxílio britânico a Portugal nas guerras napoleônicas e a abertura dos portos brasileiros, ver ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808*. Bauru, SP: EDUSC, 2008.

vantajoso garantir seus objetivos e interesses na região por meio do Rio de Janeiro. Os interesses entre o Brasil e a Inglaterra sobre o Uruguai e o Prata seriam então complementares, na visão do autor (WINN, 1975, p. 33). Conquistados os primeiros objetivos, entretanto, foi necessário ao Império seguir gastando recursos para garantir a jogada, pois a dependência que o governo uruguaio possuía dos subsídios brasileiros prosseguia.

O anúncio do encerramento dos subsídios foi dado em março, tendo o governo oriental recebido as parcelas em outubro de 1852. Foram dez parcelas. Os pedidos pelo prosseguimento dos auxílios seguiam, mas o Governo de Giró estava se apresentando como um entrave à política intervencionista do Império. O presidente era considerado “apático”, “inerte” e “sem iniciativa” por ambos os partidos uruguaios, segundo a visão de Paranhos,⁷ que havia sido promovido de secretário a ministro residente do Brasil no Uruguai após o retorno de Carneiro Leão ao Brasil. Além de se indispor com ambos os partidos, mesmo buscando na política de conciliação incluir a participação colorada em seu governo, Giró acabou se indispondo também com os negociantes que mantiveram o governo da *Defensa* durante a guerra e aguardavam o completo recebimento de seus créditos.

Encurralado entre a falta de receitas do governo que não permitiam reconstruir o Estado, a pressão dos negociantes, a dependência do subsídio brasileiro e os princípios e críticas que guiavam o partido *blanco*, Giró tentou retomar o controle da aduana uruguaia. Com um decreto em 30 de março de 1852, pouco tempo depois de assumir a presidência, o Estado retirava o controle dos administradores privados e passava a ser novamente o controlador das rendas da Aduana. Segundo Barrera (2015, p. 272 e 273), essa era uma das heranças de guerra, em que os credores acabaram sendo de certa forma vítimas do novo jogo político que ocorria com a mudança operada no governo uruguaio. Assim, a decisão da presidência de Giró complicou ainda mais sua situação política, pois rompeu os acordos realizados durante o governo *colorado*.

Por outro lado, a pressão por parte do governo brasileiro e a dependência dos subsídios fez com que mesmo tendo questionado a validade dos tratados de 12 de outubro de 1851, seu governo instalasse a Junta de Crédito Público em 7 de julho de

⁷ PARANHOS, José Maria da Silva. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideu, 03 set. 1852. In: BNB, 63,04,001 nº 004.

1852, o que lhe gerou outras questões. Como já apresentamos no capítulo anterior, a Junta deveria consolidar toda a dívida uruguaia, ou seja, deveria trocar os contratos e documentos que comprovavam as dívidas do Estado por títulos públicos. Assim, deveria anotar, liquidar, classificar e consolidar a dívida pública uruguaia, concentrando seus registros no grande livro da dívida pública. Essa era uma das principais exigências do Império, que seguiu cobrando por sua execução já que a convenção determinava que essas atividades deveriam ocorrer nos seis primeiros meses de 1852.⁸

Esse processo gerava preocupação entre os negociantes da praça de Montevideu que já tinham contratos com o governo, pois deveriam trocar contratos que garantiam rendas públicas como pagamento a seus empréstimos, por títulos de dívida pública que poderiam acabar se desvalorizando no mercado, como de fato ocorreu. Um grande volume de documentos foi apresentado à Junta que deveria ainda analisar a veracidade das reclamações, de modo que levou muito mais do que os seis meses previstos na Convenção. Segundo Barrera (2015), esse processo gerou uma enorme massa de papel que foi posta em circulação, oportunizando a criação de instituições financeiras que negociavam esses títulos e especulavam sobre eles, o que não ocorria com os antigos contratos. Além disso, a pressa, a pressão dos credores e representantes diplomáticos, fizeram com que o processo não fosse tão cuidadoso quanto deveria, de modo que os resultados foram pouco compatíveis com o funcionamento real das finanças uruguaias (BARRERA, 2015, p. 316).

No relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros de 1854, o então ministro Antônio Paulino Limpo de Abreu,⁹ apresentou o relatório dos primeiros resultados da Junta de Crédito Público uruguaia. O relatório¹⁰ continha dados até a data de 24 de março daquele ano e definia que o montante da dívida a ser liquidada ultrapassava os 60 milhões de pesos, estimando-se que levaria 32 anos, 3 meses e

⁸ Convenção entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay, sobre subsidio a esta Republica. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 8.

⁹ Era a quinta vez que o futuro Visconde de Abaeté ocupava o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, além de já ter sido também enviado extraordinário e ministro plenipotenciário em missão especial ao Rio da Prata em 1847, em meio a Guerra Grande. Nascido em Lisboa, chegou no Brasil ainda criança, em 1809. Além dos cargos nos Negócios Estrangeiros, foi deputado e senador, chegando a ocupar o cargo de Presidente da Província de Minas Gerais em 1833. Recebeu o título de Visconde em dezembro de 1854.

¹⁰ Trabalhos da junta de crédito público até 24 de março de 1854. In: BRASIL, RRNE, 1854, anexo R, n. 1.

27 dias para ser paga segundo o projeto de regularização proposto, que contabilizava os pagamentos a partir de janeiro de 1855. Esse projeto apresentado pela Junta passou posteriormente pelo crivo da Assembleia Legislativa que o transformou em decreto. No que tangia à dívida pública externa, estavam sendo considerados os subsídios franceses e brasileiros.

A soma da dívida à França era de 1.272.000 pesos, dos quais foram amortizados pouco mais de 154.600 pesos, restando a pagar 1.117.395 pesos. No caso dos empréstimos brasileiros, referentes à Diplomacia do Patacão, considerava-se as mensalidades de 72 mil pesos acordadas na Convenção de Subsídios, ou seja, os 60 mil patações, que somavam 1.386.049 pesos, e seguiria aumentando com a continuidade do subsídio. Ao mesmo tempo em que se calculava a dívida uruguaia, ela seguia crescendo pois o governo seguia sem renda suficiente para reconstruir o Estado da Banda Oriental. Nesse contexto o governo brasileiro utilizava-se também de sua influência para incentivar negociações com prestamistas privados.

José de Buschental era um desses negociantes e já estava bastante próximo ao Império desde o tempo de D. Pedro I: casou-se com Maria da Glória Pereira de Castro (sobrinha da Marquesa de Santos¹¹) em 1831. Em 1839 e 1840 esteve envolvido nas negociações para a aliança matrimonial entre as famílias reais brasileira e espanhola.¹² Nascido em Estrasburgo, Buschental fez carreira como especulador e financista no Brasil, na Espanha, Argentina e Uruguai. Como vimos no capítulo anterior, o negociante já havia sido enviado pelo governo brasileiro à Montevideu algumas vezes para tentar negociar empréstimos que auxiliassem primeiro a manutenção da praça de Montevideu e agora a reestruturação da Fazenda do país.¹³ Para tanto, Buschental chegou a adiantar 384 mil pesos ao governo oriental a partir de um contrato de 5 de janeiro de 1852.¹⁴

¹¹ Domitila de Castro do Canto e Melo, a Marquesa de Santos, (1797-1867), teve um relacionamento extraconjugal com D. Pedro I entre 1822 e 1829. Teve uma fortuna considerável e chegou a fazer doações para apoiar o Império tanto na Guerra da Cisplatina (1825-1828) quanto na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870).

¹² Cartas disponíveis na BNB escritas por José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque tratam desse envolvimento de Buschental de forma bastante crítica. Ver BNB, 64,02,001, nº 035, nº 036 e nº 037.

¹³ E como veremos adiante, em 1855 foi o enviado de Urquiza para negociar acordos com a Corte no Rio de Janeiro (BARROSO, 1949; BARRERA, 2015).

¹⁴ FIGUEROA, Francisco A. Nota de recebimento. Montevideo, 06 feb. 1852. In: AGN-UY, Caja 1722.

O empréstimo seria pago por Buschental parte em metálico (60 mil pesos) e parte em notas promissórias ou *pagarés* (324 mil pesos) e deveria ser ressarcido com parte dos recursos advindos dos subsídios brasileiros.¹⁵ Os subsídios se tornaram a renda pela qual outros empréstimos passaram a ser garantidos. Nesse contexto, Buschental era um dos negociantes que buscando a multiplicação de seu capital acabavam servindo também ao Império do Brasil, que ansiava pela organização financeira do Estado vizinho. Por isso, Manuel Herrera y Obes, ainda enquanto ministro de Relações Exteriores, chegou a perguntar ao enviado do Brasil no Uruguai, Carneiro Leão, se havia algum impedimento para esse contrato devido à vinculação com a Convenção de Subsídios, ao que o brasileiro respondeu negativamente, inclusive encorajando a negociação devido à situação grave em que se encontrava a República.¹⁶

Outro negociante que acabava servindo aos interesses brasileiros no Prata era Irineu Evangelista de Souza, que como já vimos serviu não apenas de intermediário aos primeiros subsídios do Império a Montevideu como, posteriormente, ainda agiu como prestamista privado. Também em janeiro de 1852, no dia 16, o futuro barão de Mauá ofereceu um empréstimo de 45 mil pesos.¹⁷ Sobre esse empréstimo não foi encontrada muita documentação além dos referentes às posteriores negociações para seu pagamento que teria ficado em aberto, já no ano seguinte. Como a situação das rendas do Estado Oriental ainda era bastante grave, 1853 foi mais um ano de realização de diversos contratos de empréstimos para suprir as necessidades de capital do governo. Nesse governo de Giró, como escreveu Barrera (2015, p. 107), “o recurso aos empréstimos internos de curto prazo pautou o ritmo da Fazenda”.¹⁸

Irineu Evangelista e José de Buschental eram apenas dois dos diversos negociantes que emprestavam ao Estado Oriental. No dia 9 de maio de 1853, Manoel José Fernandes Guimarães, enquanto procurador do futuro barão de Mauá, naquele momento já comendador, assinou um contrato de empréstimo de 84 mil pesos com a República. Na época, estava em negociação um empréstimo de 1

¹⁵ FIGUEROA, Francisco A. Nota de recebimento. Montevideo, 06 feb. 1852. In: AGN-UY, Caja 1722.

¹⁶ HERRERA Y OBES, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideo, 5 jan. 1852. In: MHN, /00311, folios 91 e 92.

¹⁷ BRASIL, RRNE, 1854, anexo Q, n. 11.

¹⁸ tradução nossa. No original: “*el recurso a los préstamos internos de corto plazo pautó el ritmo de la Hacienda*”.

milhão de pesos oferecido pelo comendador. Se esse empréstimo se realizasse, esses 84 mil pesos seriam considerados parte dele. Assim, seriam entregues 36 mil pesos em metal de contado e 48 mil pesos em letras ou vales assinados por Irineu. Para pagar essa nova dívida, o Governo Oriental se comprometia por sua vez a entregar letras no mesmo valor recebido que teriam prazo de pagamento de um mês e juro de 1,5% caso não fossem pagas na data prevista. Entretanto, se o empréstimo de 1 milhão não se realizasse, a República se comprometia a pagar com o primeiro crédito que recebesse.¹⁹

Esse empréstimo foi realizado com mediação do ministro brasileiro, que deu sua garantia. Como já tratamos no capítulo anterior, o governo brasileiro estava segurando o pagamento dos subsídios ao governo oriental que se encontrava em complicada situação financeira, de modo que o apoio do ministro brasileiro dava ares de boa vontade por parte do governo para com a República. A responsabilidade do ministro do Brasil, entretanto, era apenas “moral”, “não havia um *comprometimento* legal pela falta de autorização do governo imperial ao seu ministro para conceder ao governo da república novos auxílios pecuniários”.²⁰

Por um lado, o Brasil apresentava seus “bons ofícios”, sua “boa vontade desinteressada” para com o Estado Oriental; por outro, dava mais segurança ao negociante brasileiro que sabia da crítica situação da dívida uruguaia e dos riscos que corriam seus capitais nessa empreitada. Em 10 de novembro de 1853, entretanto, o governo oriental comunicou ao governo brasileiro que negociou com D. Manoel José Fernandes Guimarães, enquanto procurador de Irineu, que pagaria 20 mil pesos mensais a Irineu no dia 5 de cada mês, a partir de dezembro, com a renda proveniente da alfândega até o completo pagamento do capital e juros.²¹

Nesse sentido, intervenções privadas podiam levar a intervenções governamentais, assim como o oposto também é verdadeiro. Os britânicos, por exemplo, possuíam uma política de não-intervenção no rio da Prata ao longo dos anos 1830 que passou a ser desafiada pelos seus próprios súditos ao financiarem Fructuoso Rivera em Montevideu, por exemplo. A necessidade financeira por parte do caudilho uruguaio unia-se à busca pela multiplicação de capital dos negociantes privados na cidade oriental, de modo que como já citamos anteriormente, Rivera

¹⁹ BRASIL, RRNE, 1854, anexo Q, n. 10.

²⁰ BRASIL, RRNE, 1854, p. XL.

²¹ BRASIL, RRNE, 1854, anexo Q, n. 11.

passou a hipotecar os impostos aduaneiros para pagar a esses empréstimos e financiamentos recebidos. A garantia de retorno por parte dos financistas dependia, portanto, da manutenção do governo de Rivera, ou ao menos dos que mantivessem a validade dessas hipotecas.

Deste modo, Ferns (1968, p. 254) explica que esses negociantes passaram a exercer pressão sobre o governo britânico para que abandonasse a política de neutralidade, pois os interesses deles já estavam entrelaçados aos do governo uruguaio. Esses contextos de guerra deixavam patentes essas relações que se construía. O caso de Irineu era oposto: os interesses brasileiros estavam em jogo e é a esses que Mauá se entrelaça. Só que o movimento dessas relações é constante, de modo que a cada momento Estado ou negociante podem tomar a frente. Mauá avançou bastante nesse sentido e passou a empregar cada vez mais capital no financiamento da praça de Montevideu e posteriormente do próprio Estado uruguaio. E até certo momento, os interesses brasileiros amparavam também os interesses de Mauá, como veremos no próximo tópico.

4.2 Interesses entrelaçados: novos empréstimos ao Uruguai em 1854

Os meses que decorreram após o empréstimo realizado por Irineu Evangelista por meio de Guimarães foram de intensas instabilidades políticas no Prata, de modo que os pagamentos dessas dívidas não foram realizados como o previsto. O governo de Giró teve duas grandes crises, do ponto de vista do Império. A primeira delas, irrompeu em 18 de julho de 1853, dia de aniversário do juramento da Constituição, quando soldados entraram em conflito com a Guarda Nacional. Com o exército e a polícia mais ligados aos *colorados*, a Guarda teria sido criada como um contrapoder *blanco*, que acabou sendo derrotado nessa batalha. As causas são diversas, mas sempre ligadas às antigas disputas entre partidos que a paz de 8 de outubro de 1851 não conseguiu superar. Na análise de Barrán (2011, p. 59), o acontecimento foi um motim *colorado* liderado por Melchor Pacheco y Obes²² e apoiado justamente pelos credores do governo que se viam prejudicados pelo

²² General que havia sido enviado à França em 1850 para negociar materiais bélicos e mercenários para o governo da *Defensa* na Guerra Grande a partir do empréstimo capitaneado por Irineu Evangelista de Souza em 7 de setembro, conforme tratamos no Capítulo 3.

decreto de março de Giró que lhes tirou o controle das rendas da Aduana. Os interesses políticos e econômicos se entrelaçavam claramente nesse contexto.

Trocas nos nomes dos ministros do governo²³ arrefeceram os *colorados* por algum tempo. Nessa crise, na noite do dia 17, o presidente Giró chegou a pedir auxílio das forças inglesas e francesas assim como proteção do governo imperial, que segundo o Tratado de Aliança ofertava um auxílio militar para garantia da paz interna (ver item 3.2.1 deste trabalho). Pelo Tratado, o Império não poderia recusar esse auxílio desde que tivesse sido requisitado devido a qualquer movimento contra o governo ou na deposição do presidente por meios inconstitucionais (Artigos VI e VII).²⁴

A situação parecia ser exatamente essa, mas ainda assim a legação imperial do Brasil em Montevideú, no papel do ministro residente Paranhos, não interveio a favor de Giró naquele dia, respondendo ao pedido do oriental apenas no dia 25 de julho, ainda que autorizando o auxílio. A carta de resposta parecia enfatizar um tom disciplinador, uma espécie de “repreensão pedagógica” para os agentes uruguaios que não teriam seguido os conselhos imperiais que foram sendo dados ao longo dos dias que antecederam a crise. Paranhos afirma que percebeu o perigo iminente antes mesmo do governo da República e lamentou que seus esforços empregados para evitar essa crise não tenham evitado o acontecido do dia 18:

Se seus esforços não foram bem-sucedidos, o abaixo assignado acredita que contribuirão para que S. Ex. o Sr. presidente da república pudesse por um meio pacífico, e digno de sua alta missão, conjurar a tempestade que ameaçava a república do reaparecimento da guerra civil.²⁵

Com isso Paranhos colocava sobre o governo oriental a responsabilidade por não ter utilizado meios pacíficos para resolver a crise, afirmando ainda que as forças imperiais serviam para “defender a segurança pública e as pessoas e propriedades de seus membros”, e não para “tomar parte em uma guerra civil”, como explicitou no

²³ Uma das razões da crise teria sido a demissão de Florentino Castellanos do cargo de Ministro das Relações Exteriores. O partido *Colorado* reclamou a contratação de ao menos dois nomes do partido para ministros para “compensar” a demissão. o que ocorreu após o conflito de 18 de julho. Foram nomeados então o Coronel Flores para o Ministério da Guerra e Manuel Herrera y Obes para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda.

²⁴ Tratado de aliança entre o Brasil e a Republica Oriental do Uruguay. In: BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 3.

²⁵ PARANHOS, José Maria da Silva. [Nota]. Destinatário: Bernardo P. Berro. Montevideo, 25 jul. 1853. In: BRASIL, RRNE, 1854, anexo O, n. 2.

Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros à Assembleia brasileira em 1853.²⁶ A questão é que o governo de Giró vinha atuando de forma incômoda às pretensões brasileiras na Banda Oriental, de modo que o governo imperial não fazia questão de sua permanência no cargo: ainda que não influiria diretamente para sua remoção, tampouco agiria pela sua permanência.

O agente imperial vinha reclamando não apenas que o governo *blanco* levasse em consideração as reclamações *coloradas* (uma das principais era que fossem nomeados dois ministros do partido), como também questões relacionadas aos Tratados de 1851. No contexto deste último tópico, a reclamação se referia à lei de amortização e resgate aprovada pelo governo uruguaio em 15 de julho de 1853, que os agentes brasileiros consideravam contrária à disposição da convenção sobre a consolidação da dívida total da República. Os agentes imperiais já se consideravam “condescendentes” com relação às reclamações acerca da Convenção de Subsídios:

A convenção de subsídios era de todos os pactos celebrados entre o império e a república aquele em cujo cumprimento o governo Oriental deveria se mostrar mais escrupuloso e solícito; a convenção de subsídios é precisamente aquela que mais lenta e imperfeitamente tem cumprido pelo governo Oriental”.²⁷

A lei de 15 de julho de 1853 era entendida como contrária à Convenção de Subsídios pelos agentes imperiais porque segundo Paranhos, a lei visaria ressarcir os credores da República sem fundar toda a dívida interna oriental, fosse por meio de propostas parciais que estariam sujeitas à aprovação da Assembleia Legislativa ou por meio de licitação de todos os credores; enquanto o que foi convencionado com o Brasil é que a dívida seria toda convertida em títulos públicos por meio de acordos com os credores ou medida legislativa.²⁸ O cerne da questão era que a lei permitia uma ação parcial enquanto a convenção obrigava a uma regularização total.

O Império estava decidido a fazer valer seu projeto de organização das finanças uruguaias por meio da regularização da dívida pública da República, porque isso garantiria uma previsibilidade do pagamento dos subsídios que vinha

²⁶ BRASIL, RRNE, 1854, p. XXVII.

²⁷ PARANHOS, José Maria da Silva. [Nota]. Destinatário: Bernardo P. Berro. Montevideo, 03 set. 1853. In: BRASIL, RRNE, 1854, anexo P, n. 3.

²⁸ PARANHOS, José Maria da Silva. [Nota]. Destinatário: Bernardo P. Berro. Montevideo, 03 set. 1853. In: BRASIL, RRNE, 1854, anexo O, n. 2.

realizando, assim como o ressarcimento dos credores brasileiros que, como o então comendador Irineu Evangelista de Souza, haviam participado da Diplomacia do Patacão e envolvido suas finanças no projeto imperial. Essa reclamação já vinha sendo debatida havia meses e adentrou o mês de setembro.

Somada a essa crise diplomática com o Império, em setembro o governo de Giró ainda enfrentaria a saída de Venâncio Flores do ministério da guerra em meio a disputas políticas que envolviam o pedido de expulsão do General Pacheco y Obes (que negociou os mercenários do contrato com Irineu Evangelista de 7 de setembro de 1850) e do coronel Pallijas da República. A mediação e intervenção do Brasil foi solicitada para auxiliar nas negociações e resolver a crise, mas o governo de Giró recorreu também às legações francesas e inglesas e excluiu o Brasil dessa reunião.

Diante da gravidade da situação, Juan Francisco Giró recebeu asilo na legação francesa. Venâncio Flores, por sua vez, declarou vacante a cadeira presidencial e em 25 de setembro de 1853 a Banda Oriental viveu mais uma reviravolta, em que a disputa pelo poder do Estado colocava em confronto os partidos políticos uruguaios, ainda que, seguindo a linha da longa duração dos conflitos platinos, as subdivisões desses grupos seguiam sendo criadas. Com isso instalou-se um governo provisório, liderado pelos generais Juan Antonio Lavalleja e Fructuoso Rivera e o coronel Venâncio Flores.²⁹

Em meio a todos esses conflitos, Andrés Lamas seguia negociando com o Império pela continuidade dos subsídios acordados pela Convenção de 12 de outubro de 1851. Em abril de 1853 já havia sido enviado às câmaras legislativas do Império o pedido de mais subsídios por parte da República Oriental. Em 10 de setembro, ainda sem nenhum retorno, Lamas escreveu mais uma longa nota ao Império³⁰ na qual solicitava a garantia do Brasil para um empréstimo de 1 milhão de pesos ou então a continuação dos subsídios por pelo menos mais um ano. Sabendo que no empréstimo de Irineu de 84 mil pesos de 9 de maio de 1853 falava-se em um empréstimo passível de ser realizado, no valor de 1 milhão de pesos, é possível que o comendador tivesse condicionado o mesmo à garantia do governo brasileiro.

A Diplomacia do Patacão, entretanto, funcionava utilizando o negociante como intermediário, não como prestamista em si. O Império não oferecia, ao longo

²⁹ BRASIL, RRNE, 1854, P. XXVIII.

³⁰ BRASIL, RRNE, 1854, anexo Q, n. 3.

dos primeiros anos dessa política, a garantia sobre os empréstimos que Irineu resolvesse fazer, mas sim as bases para que o governo oriental conseguisse negociar. Por isso, ao invés da garantia ao empréstimo de 1 milhão de pesos, o Império optou pelo prosseguimento dos subsídios mensais que foram aprovados pela Assembleia Legislativa em 30 de setembro de 1853, com a lei nº 723 que autorizava o fornecimento de 60 mil patações por mês, com limite máximo de um ano.

Na discussão no parlamento, Carneiro Leão, agora presidente do Conselho de ministros do Império e agraciado com o título de Visconde do Paraná, apresentava o projeto com o argumento de que o risco maior de não se aprovar esses subsídios seria ameaçar os benefícios da intervenção imperial até aquele momento, ao possibilitar o retorno à situação anterior à intervenção brasileira e acabar exigindo maiores esforços e sacrifícios para garantir o interesse nacional (CERVO, 1981, p. 66).³¹ Aprovada a lei, os subsídios foram negociados com o governo uruguaio por meio de notas reversais. O plano brasileiro era entregar apenas 30 mil patações mensais até que o governo se restabelecesse politicamente, ou seja, que fosse eleito o novo presidente. Novamente diante de uma incerteza e com a memória sobre o que ocorreu durante o governo Giró, o Império calculava seus subsídios de acordo com o resultado político da crise uruguaia.

Em janeiro de 1854, segundo carta de Antônio Pedro de Carvalho Borges, que estava atuando na legação brasileira de Montevidéu, a Rodrigo de Souza da Silva Pontes, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Confederação Argentina, o Império não pretendia intervir na eleição do novo presidente oriental, mas se reservava o direito de suspender os subsídios “se a pessoa eleita não inspirar confiança”.³² Naquele mesmo mês, Antonio Paulino Limpo de Abreu escreveu uma circular ao corpo diplomático brasileiro anunciando a intervenção no Uruguai. Ela ocorreria, segundo a justificativa do diplomata, devido à solicitação do governo provisório após a renúncia de Giró e não visava nenhuma

³¹ “O interesse nacional, chamado governo legal, tranquilidade no Rio Grande do Sul, sossego dos brasileiros residentes no Uruguai, honra nacional, benevolência brasileira, justifica o subsídio” (CERVO, 1981, p. 66).

³² BORGES, Antônio Pedro de Carvalho. [Correspondência]. Montevidéu, 18 jan. 1854. In: AHI, Estante 404-3-27 Maço de cartas a Pontes.

expansão territorial brasileira, mas apenas “salvar o Estado Oriental e fortalecer e firmar a sua independência”.³³

Pedidos de intervenção por parte de cidadãos, políticos e comerciantes uruguaios também foram enviados à legação imperial. Essa intervenção se deu, por fim, pelo envio de quatro mil soldados brasileiros à Montevideu, auxílio aprovado inclusive pela Assembleia Geral Constituinte do Uruguai pelo decreto de 20 de março de 1854. É claro, também, que esse “auxílio” militar brasileiro não foi aceito unanimemente na Banda Oriental.³⁴ Ainda assim, no dia 28 as forças brasileiras cruzavam a fronteira do Rio Grande do Sul e entravam no país vizinho. As despesas desse auxílio deveriam correr por conta do governo uruguaio que, já bastante endividado, deveria arcar com as despesas imperiais para garantia de sua própria soberania. Era essa apenas mais uma das contradições desse jogo geopolítico regional.

O presidente provisório eleito no dia 12 de março foi o coronel Venâncio Flores, que deveria substituir Giró pelo tempo restante de seu mandato.³⁵ Já o auxílio financeiro, começou a ser pago em fevereiro de 1854, mas referente aos meses de dezembro e janeiro. Como dissemos anteriormente, as negociações e acordos foram feitos por notas reversais, já que seriam entregues como continuidade dos subsídios da Convenção de 12 de outubro de 1851. Os pagamentos e negociações seguiam a estratégia brasileira de conseguir por meio dos empréstimos a garantia de algumas vantagens sobre o Estado Oriental, ou ao menos possuir alguma margem de manobra sobre a política e economia do país vizinho.

Nesse sentido, apesar de terem sido aprovados os 60 mil patações mensais pelo Parlamento brasileiro, o governo decidiu entregar apenas 30 mil patações ao mês até que ocorressem as eleições e o governo uruguaio se restabelecesse. As mensalidades seriam contadas a partir de dezembro de 1853. Por isso, em fevereiro de 1854 foram entregues duas parcelas, referentes a dezembro e janeiro, somando 60 mil patações. Os pedidos pelo aumento do valor entregue foram constantes, tanto

³³ Intervenção brasileira nos negócios da República Oriental do Uruguay. Rio de Janeiro, 19 jan. 1854. In: BRASIL, RRNE, 1854 anexo O, n. 13.

³⁴ Carvalho Borges explicitou a Pontes a preocupação acerca de grupos que eram contrários à intervenção armada brasileira por considerarem ofensivas à dignidade nacional. BORGES, Antonio Pedro de Carvalho. [Correspondência]. Montevideu, 19 jan. 1854. In: AHI, Estante 404-3-27 Maço de cartas a Pontes.

³⁵ BRASIL, RRNE, 1854, P. XXX.

pelo governo uruguaio localizado em Montevideu quanto pelo seu agente no Brasil, que ainda era Andrés Lamas.³⁶ Os pedidos citavam a Lei n. 723 que aprovava o valor completo das mensalidades. E então em abril, depois de restabelecido o governo, o Império aprovou o aumento das mensalidades dos subsídios. Uma Convenção foi assinada em 1º de junho de 1854.

A Convenção determinava que as parcelas seriam elevadas a 60 mil patações a partir de março (quando foi eleito o novo governo) e seriam pagas até dezembro de 1854. Entretanto, os pagamentos já vinham sendo realizados desde dezembro de 1853, restando 90 mil pesos que haviam sido autorizados pela Lei n. 723 mas que não foram despendidos. Esse complemento às primeiras mensalidades foi destinado ao pagamento a Irineu Evangelista de Souza, por meio da Casa Guimarães & C^a, pelo empréstimo realizado em maio de 1853, com a intermediação e garantia “moral” do ministro residente do Brasil em Montevideu (conforme vimos no tópico anterior).

O empréstimo era de 84 mil pesos que, incluídos os juros, foram convertidos a 98.207 patações. Esse valor seria destinado diretamente à Casa Guimarães & C^a. Os juros que eram de 1,5% ao mês, foram reduzidos a 6% ao ano.³⁷ Em resumo, como podemos ver no quadro abaixo, foram pagas seis mensalidades de 30 mil patações, contando de dezembro a maio. Referente aos meses de dezembro a fevereiro, o Império complementou os 90 mil faltantes pagando 98.207 patações para Irineu referente ao capital e juros do empréstimo que havia feito (a diferença seria descontada da última parcela do subsídio, paga em dezembro de 1854). As parcelas de março a maio, foram elevadas a 60 mil patações, e por isso houve um pagamento de 90 mil patações em junho; e de junho em diante, parcelas de 60 mil patações.

³⁶ Ver BRASIL, RRNE, 1854, anexo Q, que traz algumas correspondências de uruguaios ao governo brasileiro solicitando esse aumento.

³⁷ BRASIL, RRNE, 1855, anexo L, n. 1

Quadro 8 - Subsídios pagos pelo Brasil à República Oriental do Uruguai em 1854

Conta das quantias adiantadas pelo governo do Brasil à República Oriental do Uruguay em virtude da autorização concedida ao governo imperial pela lei nº 723 de 30 de Setembro de 1853.

1854			Patações	Réis
Fevereiro	25	Prestação de Dezembro de 1853 e Janeiro de 1854 na razão de 30.000 patações por mês	60.000	115:200\$000
Março	28	Idem de Fevereiro e Março, como acima	60.000	115:200\$000
Abril	29	Idem do corrente mês de Abril	30.000	57:600\$000
Maio	29	Idem do corrente mês de Maio	30.000	57:600\$000
"	31	Pela quantia, capital, e juros que Irineu Evangelista de Souza, havia emprestado ao governo oriental	98.207	188:557\$440
Junho	23	Resto das prestações dos meses de Março, Abril e Maio para elevá-las a 60.000 patações por mês	90.000	172:800\$000
Julho	26	Prestações de Junho e Julho, a 60.000 patações	120.000	230:400\$000
Agosto	25	Idem do corrente mês de Agosto	60.000	115:200\$000
Setembro	23	Idem do corrente mês de Setembro	60.000	115:200\$000
Outubro	26	Idem do corrente mês de Outubro	60.000	115:200\$000
Dezembro	11	Resto da prestação do mês de Novembro	51.793	99:442\$560
			720.000	1.382:400\$000

FONTE: Adaptado de BRASIL, RRNE, 1855, anexo O, n. 11.

Assim, em 1854 os subsídios mensais foram aumentados para 60 mil patações, de modo que, durante todo esse ano, os pagamentos autorizados do Império ao Uruguai somaram 720 mil patações, o que representou 1,8% das exportações brasileiras naquele ano (MESSIAS, 2015). Já no âmbito do auxílio militar, em 5 de agosto de 1854 foi assinado o acordo que determinava sua duração e as condições do que oferecia o Império. Dentre as negociações, determinava-se que a República não estaria mais responsável pelo pagamento de todas as despesas da intervenção, pois o Império assumiria o pagamento dos soldos dos chefes, oficiais e soldados da tropa de linha da divisão brasileira, assim como seu equipamento e armamento.

Por conta da República ficariam então os demais gastos, quaisquer que fossem além do que anteriormente havia sido estipulado como sendo de responsabilidade do Império.³⁸ Quando as forças brasileiras estavam para se retirar

³⁸ BRASIL, RRNE, 1855, p. LII.

em 1855, um novo revés político na República adiou os planos. Um decreto em 10 de agosto restringia a liberdade de imprensa da República e a instabilidade política voltou a ter ares de violência no Uruguai. O Visconde de Abaeté (Antonio Paulino Limpo de Abreu) foi enviado à República como plenipotenciário para negociar. A crise terminou com a renúncia de Flores da presidência e as forças brasileiras retiraram-se da República a partir de novembro.³⁹

Ao mesmo tempo, o Império acompanhava de perto o trabalho da Junta de Crédito Público, mantendo sempre um representante do governo na mesma. Em maio de 1854, Antonio Nicolao Tolentino foi substituído por Antonio Pedro de Carvalho Borges,⁴⁰ que escreveu seu relatório acerca das atividades da Junta em fevereiro de 1856, em conformidade com a Convenção de Subsídios. Um dos pontos interessantes desse relatório é no que diz respeito à dívida das reclamações de prejuízos causados pela guerra. Muitos brasileiros se encontravam nessa situação, mas era bastante complicado o levantamento e quantificação dos prejuízos causados porque não havia documentos que comprovassem as reclamações nesses casos.

Por isso o governo oriental criou um decreto que determinava o envio de fiscais aos departamentos do país, para junto aos proprietários documentar esses prejuízos. Entretanto, contrariando as determinações estipuladas para o funcionamento da Junta, o Estado enviou um agente para cada três departamentos (o determinado era um fiscal por departamento). Essa situação atrasou bastante o trabalho e arriscava que as reclamações não fossem levantadas dentro do prazo estipulado pela Junta, que era 31 de outubro de 1855.⁴¹ O comissionado brasileiro informava também que o pagamento dos juros da dívida consolidada que deveria ocorrer em 1855 estava impossibilitado pela falta de recursos.

Já a amortização dessa dívida ocorria por meio de propostas de vendas de títulos por parte de seus possuidores. Estes deveriam entregar suas propostas em envelopes, que seriam abertos em sessão pública: os detentores que oferecessem seus títulos por valor mais baixo, tinham seus papéis comprados pelo governo, que os queimaria em seguida. Se houvesse muitas propostas com condições iguais,

³⁹ BRASIL, RRNE, 1856.

⁴⁰ Foi secretário da legação de Montevideú, e atuou como encarregado de negócios entre a saída de Paranhos e a chegada de Amaral (BRASIL, RRNE, 1854). Ele teve passagem também pela Argentina e pelo Paraguai entre 1853 e 1854.

⁴¹ BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 5.

fazia-se um “rateio proporcional às quantias propostas para a amortização”. Diante da situação do Estado Oriental, não é difícil compreender os baixos preços pelos quais esses títulos eram comprados pelo governo:

A falta de pagamento dos juros e o alto algarismo a que a dívida tem subido e que vai tornando cada vez mais impraticável tal pagamento, tem feito conservar os títulos da dívida pública consolidada com mui pouco valor na praça de Montevideú, e é por isso que com os dez mil pesos destinados mensalmente a amortização tem sido resgatadas grossas somas [...].⁴²

Segundo Borges,⁴³ o comissário, os títulos estavam com valores de pouco mais de 1% do valor de face, ou seja, do que valiam originalmente conforme registrado no próprio papel. Em outubro de 1856 o trabalho da Junta já estava concluído, tendo sido liquidada, classificada e convertida em apólices ou títulos de crédito do Estado toda a dívida da República anterior a convenção de 12 de outubro de 1851 e, por isso, o Império deu por terminada a missão do comissionado brasileiro naquela Junta.⁴⁴ O curioso acerca desse processo uruguaio é a compreensão acerca de como esses títulos de dívida pública acabam se tornando mercadorias nas mãos de seus detentores, que vão perdendo valor conforme as expectativas por seu resgate se tornam cada vez mais baixas.

Isso porque, como já discutimos na introdução deste trabalho, a dívida pública consiste em títulos que podem ser transferíveis, de modo que passam a circular em diversas transações. Marx (1996, p. 373) também discutiu isso utilizando a analogia da “varinha mágica”, explicando que a circulação desses títulos ocorria muitas vezes como se fossem a mesma quantidade de dinheiro investida. No caso da República Oriental, entretanto, seu Estado não conseguia garantir o valor original já que não fazia os pagamentos regularmente. Por isso, a capacidade de o Estado realizar pagamentos determina não apenas o valor de seus títulos como ainda os juros que terá que pagar por cada empréstimo, sendo maior quanto menor a expectativa de retorno.

Nesse sentido, os subsídios brasileiros foram fundamentais ao Estado Oriental, porque aumentavam a expectativa de pagamento e reduziam os juros da praça. Ainda assim, resolveriam apenas uma pequena parte dos problemas

⁴² BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 5.

⁴³ BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 5

⁴⁴ BRASIL, RRNE, 1857, p. 50.

uruguaios e das preocupações do governo brasileiro. Eles colocaram a República em situação de dependência da continuidade desses oferecimentos. O objetivo final dos empréstimos era a estabilidade política da República, que garantiria ao Brasil a paz na fronteira e um porto amigo na bacia platina. Ao mesmo tempo, desde que se iniciaram esses subsídios e empréstimos, a estabilidade política não foi assegurada na República e, portanto, o objetivo final desses auxílios não foi necessariamente alcançado.

Por um lado, garantiu-se a vitória na luta contra Rosas em 1852 e o acesso aos rios interiores da bacia platina, o que significou uma vitória para a primeira fase dessa estratégia. Além disso, foram garantidos também os interesses do Império por meio dos Tratados de 12 de outubro de 1851. Entretanto, toda a década de 1850 foi de revoltas e reveses políticos que deram muito trabalho à diplomacia do Império. O primeiro presidente a completar seu mandato na década de 1850 foi Gabriel Pereira, que governou de março de 1856 a março de 1860. Sendo assim, parece que os subsídios de 1854 não cumpriram sua função, apesar de que aliado ao auxílio militar talvez tenha prevenido situações piores.

Em 1855, devido às tantas dificuldades de o Governo Oriental cumprir seus contratos e manter a estabilidade política, o Brasil decidiu por não mais auxiliar aquele país, apesar da persistência das notas e pedidos por novos subsídios, empréstimos ou garantias por parte da República Oriental. Em nota de resposta a Lamas pelo pedido que fazia, e que colocava a resposta do Brasil como representando a “continuação da política de aliança de 1851” ou “abandono” dela,⁴⁵ o Visconde de Abaeté afirmou que os fornecimentos de auxílios à República não teriam sido “improdutivos”, mas poderiam ter sido “mais úteis” se a República tivesse empregado “medidas indispensáveis a suas finanças” e “evitado novas dissensões e abalos políticos”:

O estado financeiro ainda está muito longe de ser satisfatório. [...] A experiência deve convencer ao governo oriental, como tem convencido ao governo imperial, de que não há remédio eficaz para o mal indicado senão aquele que o governo oriental derivar dos seus próprios recursos. [...]

E continua:

⁴⁵ BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 1.

A consolidação da dívida liquidada, conforme a letra e espírito da convenção de 12 de Outubro, era e é uma medida de incontestável vantagem para a paz e interesses econômicos da Republica. Se esta medida tornou-se impossível, ou nociva, não provém isto da insuficiência dos subsidios do Império, que pelo contrario foram além do previsto; provém de outras causas que o Sr. Lamas e o seu governo hão de fazer ao governo Imperial a justiça de reconhecer que lhe são inteiramente estranhas (BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 2).

Segundo Barrera (2015, p. 312, tradução nossa), a negativa do Império do Brasil poderia se resumir “a falta de reformas efetivas na Fazenda do Estado Oriental ao final do mandato de Venâncio Flores”, que governou desde 1853 quando assumiu com o triunvirato provisório após a queda de Giró. Nesse contexto, apesar de toda a justificativa brasileira, os uruguaiois discutiam que o Império do Brasil mantinha subsídios de baixo valor para manter a dependência uruguaia, “assegurar a docilidade dos orientais” e impossibilitar uma reforma eficaz na administração e nas finanças de seu Estado (BARRERA, 2015, p. 312). Sendo um dos principais interesses do Império do Brasil o de estabilidade no país vizinho, faria sentido evitar a reforma necessária ao fim almejado? Em termos políticos, a negativa brasileira faria mais sentido se pensada através dos interesses do governo brasileiro que ainda não foram alcançados, como as reclamações de guerra e mesmo o pagamento dos empréstimos anteriores.

Ainda houve um novo pedido, feito desta vez pelo enviado D. Antonio Rodriguez, após a troca do ministro de Negócios Estrangeiros do Império, cargo do qual se despedia o Visconde de Abaeté, e assumia José Maria da Silva Paranhos. Rodriguez explicava em sua nota que a única forma de reduzir os gastos do governo oriental seria uma reforma militar, que era bastante arriscada politicamente, pois criava o risco de revoltas por parte desses homens que não tinham outra coisa além de suas espadas,⁴⁶ segundo o enviado.⁴⁷ A resposta de Paranhos, pouco mais de um mês depois, reafirmava a nota anterior de Abaeté, dizendo que a posição do governo imperial se mantinha, e que a República deveria resolver seu problema por seus próprios meios.⁴⁸

⁴⁶ Sobre os gastos do governo oriental com pensões militares, ver o trabalho de Camilo Martínez Rodríguez, *La construcción del Estado Oriental del Uruguay* (c. 1853-1893): otra mirada con foco en la evolución histórica de sus funciones. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Historia Económica y Social, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2019.

⁴⁷ BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 3.

⁴⁸ BRASIL, RRNE, 1856, anexo D, n. 4.

Já na Confederação Argentina a situação também não era a mais favorável. Até então viemos discutindo mais profundamente o caso do endividamento uruguaio com o Brasil por meio da Diplomacia do Patacão, justamente porque essa relação foi mais intensa, houve maior quantidade de empréstimos e a relação de dependência foi mais profunda do que com relação ao caso argentino. Entretanto, isso não nega nem exclui os efeitos da estratégia brasileira do outro lado do Prata, que pretendemos aprofundar no seguinte tópico. Vimos no capítulo anterior como o primeiro empréstimo realizado às províncias argentinas ocorreram em 1851 para derrotar Juan Manuel de Rosas em Buenos Aires, e foram assumidas especificamente pelas províncias de Entre Rios e Corrientes, no papel de Justo José de Urquiza. A seguir veremos como essa dívida foi incorporada à Confederação Argentina e, posteriormente, o contexto de um segundo empréstimo realizado pelo Império do Brasil em 1857.

4.3 Do outro lado do Prata: o reconhecimento da dívida de Entre Rios e Corrientes pela Confederação e as intermediações de José de Buschental

O deslocamento das principais rotas de comércio do Pacífico para o Atlântico após o fim do sistema colonial espanhol alterou as dinâmicas econômicas do território que conhecemos hoje por Argentina. Enquanto o interior do território passou a ter mais dificuldades para se integrar à nova rota de comércio, as regiões que possuíam potencial pecuário, como o oriente de Entre Rios e o sul de Buenos Aires, conseguiram se adequar mais rapidamente à nova dinâmica (SCHMIT, 2004, p. 131). Entre Rios era a terra de Justo José de Urquiza, sendo um território localizado entre os rios Paraná e Uruguai. Os interesses entre essa região e Buenos Aires poderiam ser complementares se não fosse pelo controle da navegação e da aduana centralizado na província portenha. A centralidade do controle e das rendas do comércio pela capital geraram longas disputas desde a independência até a década de 1860.

Em linhas gerais, é possível perceber que as disputas argentinas se aproximavam do que vínhamos acompanhando até então para o outro lado do Prata, com as rivalidades uruguaias. Elas envolvem infinidades de fatores, mas podemos nos centrar na questão das rendas alfandegárias e liberdade de navegação para tratar desse contexto do ponto de vista econômico e geopolítico. Além disso,

precisamos ter em mente que essa ideia de Nação que possuímos hoje não era algo pronto nesses países platinos entre a Guerra Grande que iniciou ao final dos anos 1830, e o anos 1850 que analisamos a essa altura do trabalho. Todos os conflitos que perpassam esse período fazem parte também da construção desse conceito que demanda unidade e identidade. Nesse sentido, enquanto no Uruguai os dois partidos se nominavam *blancos* e *colorados*, na Argentina o debate era entre *unitários* e *federales*. Entre os anos 1835 e 1845 havia também os farroupilhas do lado brasileiro, conforme vimos na introdução deste trabalho.

Perpassando essas disputas de grupos e partidos, estavam as discussões sobre federalismo, que constituíram importante fundamento para as construções nacionais que ocorriam nessa região.⁴⁹ Nesse contexto, Justo José de Urquiza, Governador da Província de Entre Ríos, lutava inicialmente ao lado do mesmo partido de Rosas, os *federales*. Entre fins da década de 1830 e 1854 sua província representava um poder militar muito forte na Confederação, sendo responsável tanto pela derrota de diversos inimigos *unitários*, como pela defesa de Oribe no Uruguai (SCHMIT, 2004, p. 171). Entretanto, em 1851 voltou-se contra seu antigo aliado e firmou o pacto com o Brasil e o governo da *Defensa* no Uruguai, o que lhe rendeu por anos o estigma de traidor, ilustrado na figura abaixo, intitulada “O retrato do louco, traidor e selvagem unitário Urquiza”, em que sua caricatura aparece com duas faces, ilustrando a expressão “duas caras”, comumente utilizada para indivíduos considerados falsos e/ou traidores.

⁴⁹ Sobre o federalismo na Região Platina, ver Ayrolo (2013) e Burgin, (1987) para o caso argentino; Dolhnikoff (2005) para o caso brasileiro.

Monte Caseros, Urquiza já considerava suas dificuldades para dominar Buenos Aires. Após a queda de Rosas, organizou com as demais províncias o Acordo de San Nicolás por meio do qual estaria encarregado da direção provisória do poder executivo da Confederação Argentina. O acordo determinava ainda a formação de um Congresso Constituinte formado por dois representantes de cada província, que ocorreria em Santa Fé. Em 11 de setembro de 1852, entretanto, Buenos Aires desconheceu o planejado Congresso de Santa Fé, levando à separação da província do resto da Confederação. Novamente um país platino se dividia.

Essa fase reflete bem a disputa pela construção da nação argentina que, para Garavaglia (2015, p. 47), era na realidade a disputa pelas rendas, que no Rio da Prata estavam concentradas nas aduanas. Nesse contexto o Brasil buscava manter a neutralidade, mas seguia reconhecendo Urquiza como Diretor Provisório da Confederação.⁵¹ Este último, vinha tentando submeter Buenos Aires ao seu comando, chegando a bloquear aquele porto. Entretanto, o comandante Coe, que liderava a missão, mudou de lado e passou a apoiar a causa dos portenhos. Com isso o entrerriano decidiu pedir pela intervenção brasileira no conflito, sem sucesso.⁵² O ministro brasileiro avisava ao governo imperial que provavelmente não deveriam contar com Justo José de Urquiza para consolidar a influência do Brasil no Uruguai, pois este poderia auxiliar com “obstáculos passageiros”, mas não “para uma obra duradoura” na relação com o país vizinho.⁵³

Nesse sentido, a imagem que o Brasil vinha tentando criar precisava ser mantida, já que toda a guerra contra Rosas se fundamentava também na questão da segurança do país que agora não se via ameaçada pelo conflito entre as províncias argentinas. A instabilidade rondava os dois países vizinhos e a supremacia do Brasil nesse jogo geopolítico regional seguia sendo a realidade, ainda que lhe trouxesse alguns custos. O Uruguai seguia dependendo dos recursos brasileiros e a Confederação Argentina ainda precisava acertar o pagamento do empréstimo de 1851. Paranhos sabia que a situação de Urquiza no outro lado do Prata não era fácil

⁵¹ BRASIL, RRNE, 1853, p. 14.

⁵² BRASIL, RRNE, 1854, p. XXIV.

⁵³ PARANHOS, José Maria da Silva. [Correspondência]. Destinatário: Paulino José Soares de Souza. Montevideú, 03 set. 1852. In: BNB, 63,04,001 nº 004.

após a queda de Juan Manuel de Rosas, pois considerado um “intruso”⁵⁴ pelos portenhos.

Em 1853 o parlamento brasileiro discutia a situação argentina clamando por vezes pela intervenção do Império no conflito. O senador gaúcho, Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, chegou a dizer em seu discurso que o Império deveria intervir em apoio a Entre Ríos e Corrientes para que essas províncias se separassem de Buenos Aires (CERVO, 1981, p. 64). Apesar disso, o ministro Limpo de Abreu respondeu que toda intervenção deveria “assentar-se numa doutrina elaborada com base no direito ou na defesa dos interesses nacionais”, e mesmo a maioria parlamentar seguia uma linha menos extremista acerca dos países vizinhos (CERVO, 1981, p. 64).

A crise no país vizinho levaria uma década para se resolver, então os representantes do Império deveriam preocupar-se com o pagamento do empréstimo feito para a campanha de Urquiza (ainda que esta tenha ficado em segundo plano diante da intensidade do problema financeiro uruguaio).⁵⁵ O governador de Entre Ríos foi proclamado presidente da Confederação Argentina em fevereiro de 1854. Já que Buenos Aires não aceitava essa nova configuração, a província de Entre Ríos foi federalizada pelo Congresso de Santa Fé e a capital do país se tornou a cidade de Paraná. Em março Urquiza assumiu seu novo cargo em um país que se dividia entre doze províncias e um distrito federal que formavam a Confederação Argentina,⁵⁶ e Buenos Aires⁵⁷ com os territórios do sul (de ocupação indígena) que se declarou independente meses depois, em maio de 1854 (BUSANICHE, 1984, p. 651).

⁵⁴ “El gobernador de Entre Ríos había emprendido su campaña rodeado por el grupo de antiguos refugiados de Montevideo, y estos últimos, antes de cruzar el Uruguay, ya se preparaban a darle un voto de gracias, nada más, y a señalarle el camino de su provincia una vez derrocado el dictador. No podía darse nada más fuera de propósito y más alarmante para aquellos herederos de Rivadavia y Lavalle que permitir a un extraño y a un ex agente de Rosas el arreglo de las cuestiones internacionales que pudieran sobrevenir a la caída de don Juan Manuel. Urquiza era ya para ellos el intruso” (BUSANICHE, 1984, p. 637)

⁵⁵ Nos Relatórios RRNE publicados em 1854 e 1855 não há referência à dívida de Entre Ríos e Corrientes, apenas às uruguaias.

⁵⁶ Sobre o Estado da Confederação Argentina com sede em Paraná, ver BOSCH, Beatriz. *En la Confederación Argentina*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

⁵⁷ Sobre a disputa pela construção do Estado Argentino entre Confederação e Buenos Aires, ver SCOBIE, James R. *La lucha por la consolidación de la nacionalidad argentina (1852-1862)*. 2. ed. Buenos Aires: Librería Hachette, 1964; GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La disputa por la construcción nacional argentina: Buenos Aires, la Confederación y las provincias 1850-1865*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015; DONGHI, Tulio Halperín. *Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

Como Buenos Aires sozinha possuía uma renda maior que todas as províncias juntas, a situação financeira da Confederação Argentina foi bastante complicada pela separação do estado portenho. Essa separação deixou o governo sediado em Entre Ríos em situação quase trágica. Garavaglia a definiu de maneira bastante clara ao dizer que “a tragédia da Confederação se parece quase a qualquer exemplo das jovens nações latino-americanas de meados do século XIX, que se resumia na célebre frase “dívida que paga dívida”, tão repetida na época e que terminava arrastando-se por décadas” (GARAVAGLIA, 2015, p. 11).

Nesse contexto “aparece” na capital Paraná um personagem que já é nosso conhecido: José de Buschental. O negociante é também um personagem curioso, que perpassa toda essa história da Diplomacia do Patacão de forma periférica, mas cumprindo importantes papéis. Enquanto Mauá foi o principal intermediário financeiro do governo brasileiro, Buschental não tem origem em nenhum Estado platino e vai transitando entre eles e tornando-se não apenas um importante financista, como ainda representante diplomático. Em 1853 já havia negociado um empréstimo à Confederação Argentina, que já não contava com a renda portuária de Buenos Aires. O empréstimo foi levantado em Montevideu e totalizava 225 mil pesos em moeda metálica com juros de 16% ao ano, pagos mediante a entrega de títulos que poderiam ser utilizados para pagamentos nas aduanas federais por seu valor nominal (ALVAREZ, 1947, p. 137).

Era a “varinha mágica” da dívida pública definida por Marx: “Os credores do Estado, na realidade, não dão nada, pois a soma emprestada é convertida em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem a mesma quantidade de dinheiro sonante” (MARX, 1996, p. 373). Como a Confederação garantiu a livre navegação nos rios Paraná e Uruguai com a Inglaterra, França e Estados Unidos, esperava-se poder garantir alguma renda com o comércio fluvial. Buschental a essa época já vivia em Montevideu e provavelmente teria diversas oportunidades para comercializar e passar adiante os títulos do empréstimo, fracionados em pequenas quantidades de modo a circularem como papel moeda (ALVAREZ, 1947, p. 137).

Em 1854 foi criado o Banco Nacional da Confederação com base em uma lei de fazenda e crédito público aprovada pelo Congresso Constituinte em 1853.⁵⁸ O Banco possuía poder de emissão com autorização inicial para 6 milhões de pesos, mas não obteve sucesso. Seus bilhetes não tiveram ampla aceitação entre a população e mesmo com curso forçado o plano acabou desmoronando, e o banco, as sucursais e todo plano foi encerrado em menos de dois anos. Sem as rendas de um dos principais portos da bacia platina e com ameaça de guerra civil com Buenos Aires, o governo de Paraná tinha dificuldade de gerar confiança suficiente para essa empreitada, e terminou dependendo novamente de prestamistas privados.

Em 1855, Buschental chegou ao governo de Paraná e tornou-se não apenas um importante negociante para o governo como ainda recebeu o cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da Confederação. Para Alvarez (1947, p. 142) o negociante como que substituiu o plano anterior de organização do crédito do Estado tornando-se o “pivô central das finanças federais” (tradução nossa) ao ter sido encarregado de fundar um banco na Confederação com o capital inicial de 4 milhões de pesos. Além disso, deveria negociar na Europa um empréstimo de 5 milhões de pesos, que serviria tanto para obras públicas (discutia-se a instalação de ferrovias na Confederação)⁵⁹ quanto para um contrato de imigração que deveria negociar no Reino das Sicílias.⁶⁰ Buschental ficara também encarregado da criação de um banco para a Confederação, assim como foi enviado para o Brasil para negociar algumas questões geopolíticas com o Imperador e a garantia para o empréstimo que seria contraído na Europa.

A viagem de Buschental ao Brasil como enviado plenipotenciário parece ter sido proveitosa. Suas instruções e cartas de pleno poderes foram entregues em

⁵⁸ A lei teve como um de seus redatores Mariano Fragueiro (1795-1872), importante estudioso e pensador da política, sociedade e economia argentinas, tendo publicado em 1850 o texto “*Organización del crédito*” e em 1852 “*Cuestiones argentinas*” (FRAGUEIRO, 1976). Uma das ideias centrais de Fragueiro era a de “converter o crédito em um poder do Estado” (WEINBERG, 1976, p. 81). Ele foi ministro da fazenda do governo de Paraná em 1854.

⁵⁹ Ver Busaniche, 1984, p. 658 e Scobie, 1964, p. 6.

⁶⁰ Em um acordo assinado pelo Departamento de Hacienda da Confederação Argentina, descreve-se que o vice-presidente do país, ao tratar sobre a necessidade de erários para a República, autorizou Buschental a contratar um empréstimo na Europa de 5 milhões de pesos. No documento constam todas as regras do empréstimo. A finalidade seria obras públicas e imigração. O governo se comprometia a não contrair outro empréstimo pelos próximos 5 anos. (Departamento de Hacienda, José de Buschental. [Acordo]. Paraná, 9 abr. 1855. In: AMREC, Confederación Argentina, Caja 17, Brasil I. Carpeta Legación Argentina en Brasil. Expediente 5). Ver também: DERQUI, Santiago. [Correspondência]. Destinatário: José de Buschental. Paraná, 24 mar. 1855. In: AGN-AR, Sala 10, 19-01-05.

julho e sua viagem ocorreu em setembro. O negociante encontrou-se não apenas com o ministro Paranhos como também com o próprio imperador. Além disso, pediu permissão para cumprimentar a imperatriz, que o recebeu em seus aposentos e parece ter sido gentil com o negociante, segundo seu próprio relato ao governo argentino ao escrever sobre o andamento de sua missão no Brasil.⁶¹ Buschental parece ter sido articulado nas negociações e o fato de ser casado com a sobrinha da Marquesa de Santos provavelmente lhe abria algumas portas a mais, como a da própria imperatriz.

Com essa articulação, Buschental conseguiu algumas respostas do Império do Brasil acerca de suas ações no território uruguaio, assim como discutiu a necessidade de o Brasil negociar seus limites com os países vizinhos. Entretanto, as cobranças que o governo de Urquiza poderia fazer sobre as questões geopolíticas platinas eram bastante limitadas e mesmo a tentativa de conseguir a garantia para um novo empréstimo esbarrava na dívida que Urquiza já possuía com o governo brasileiro. Por isso Paranhos até respondeu algumas questões, mas de forma pessoal. O retorno sobre o *memorandum* que Buschental havia entregado ao governo brasileiro só seria respondido através de um representante diplomático brasileiro que seria enviado ao Paraná.⁶² Sobre a garantia ao empréstimo da Confederação, Paranhos teria dito que os homens de Estado do Brasil tinham “repugnância” em dar dinheiro ou fazer algo equivalente, mas que ainda assim não via inconveniente em tratar sobre o tema.⁶³

Buschental não conseguiu retornar a Paraná com a garantia do Império. Por outro lado, Urquiza conseguiu a autorização do poder legislativo para nacionalizar a dívida das províncias de Entre Rios e Corrientes de 1851 tomada para a Guerra contra Rosas. Pela lei de 11 de outubro de 1855, a Confederação Argentina assumiu essa dívida das províncias, no valor de 400 mil pesos fortes, autorizando o poder executivo de negociá-la com o governo imperial.⁶⁴ Além disso, foram aprovadas as contas das despesas feitas tanto com o empréstimo brasileiro quanto com o

⁶¹ José de Buschental, Minuta, Rio de Janeiro, outubro de 1855. In: AMREC, Confederación Argentina, Caja 17. Carpeta Legación en el Brasil, 1858, n. 424. Folio 53.

⁶² Para essa missão foi enviado Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Visconde de Abaeté.

⁶³ Correspondência de José de Buschental a Juan María Gutierrez, Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1855. In: AMREC, Confederación Argentina. Caja 17. Carpeta Legación en el Brasil, 1858, n. 424. Folio 32 a 36.

⁶⁴ BRASIL, RRNE, 1856, anexo E, n. 1.

empréstimo de 1853 tomado com José de Buschenthal, que a essa altura montava a 260.135 pesos fortes.⁶⁵

Em janeiro, Joaquim Tomás do Amaral, enquanto integrante da Legação Imperial do Brasil na Confederação Argentina, escrevendo a partir de Buenos Aires, avisava que teria agradado ao governo imperial a notícia sobre incorporação da dívida de 1851 às contas da Confederação Argentina e que o Brasil estava pronto, portanto, para iniciar as negociações sobre esse pagamento.⁶⁶ Com seu antigo aliado, Urquiza, dirigindo um país dividido e em situação financeira tão complicada, ao Império do Brasil acabaria chegando novamente a conta de sua intervenção. O reconhecimento da dívida de 1851 abriu as portas do ciclo de endividamento também do governo de Urquiza, ainda que tenha sido um ciclo mais curto que o uruguaio.⁶⁷

Apesar da concessão para José de Buschenthal criar um banco na Confederação, o prazo terminou antes que o negociante conseguisse cumprir a proposta. O empréstimo na Europa também não se concretizou. Uma autorização semelhante para a formação do banco foi dada a dois negociantes franceses, Trouvé-Chauvel e Dubois, que tampouco obtiveram sucesso. A necessidade de crédito pela Confederação persistia, portanto. Por mais que os rios estivessem abertos à navegação, a concorrência com o porto de Buenos Aires e mesmo de Montevideu era desigual. Era muito mais fácil aos europeus negociarem nesses portos do que enviar grandes embarcações pelos rios Paraná e Uruguai, encontrando nos portos interiores cidades com populações menores⁶⁸ e um caminho mais arriscado pela falta de calado e bancos de areia movediços (SCOBIE, 1964, p. 158).

As rendas da aduana seguiam sendo, portanto, o “ponto nevrálgico do problema” da separação entre Buenos Aires e o governo de Paraná, colocando-os

⁶⁵ AMREC, Confederación Argentina. Caja 17. Carpeta Misión Especial al Brasil encomendada a D. José de Buschenthal, 1855, n. 418. Folios 40 e 42.

⁶⁶ Correspondência de José Tomás do Amaral a Juan Maria Gutierrez, Buenos Aires, 21 de janeiro de 1856. In: AMREC, Confederación Argentina. Caja 19. Carpeta Legación Argentina en el Brasil, 1855, Expediente 9. Folio 8.

⁶⁷ Ao citar esse reconhecimento, Chianelli (1974, p. 55) repete a ideia de que da banca de Irineu Evangelista de Souza teriam saído os recursos dos empréstimos realizados pelo Império do Brasil a Entre Rios e Corrientes em 1851. Irineu nem chegou a ser citado na Convenção que define esse empréstimo. O empréstimo era do governo brasileiro: Irineu Evangelista poderia, no máximo, ter adiantado o valor e sido ressarcido pelo Império, mas não parece provável nesse caso.

⁶⁸ Garavaglia (2015, p. 56) aponta que entre 1854 e 1860 a população da cidade de Paraná não passava de 10 mil habitantes, enquanto em Buenos Aires viviam 330 mil pessoas.

em “posições diametralmente opostas” (CABRIOS, 1966, p. 172). A dependência do comércio exterior pela Confederação era preocupante, pois 94,1% de suas rendas vinham das aduanas confederadas (GARAVAGLIA, 2015, P. 56). Nesse sentido, mesmo que a Guerra da Crimeia tenha favorecido o comércio na região,⁶⁹ o incremento era pouco para as necessidades do país. Sobretudo porque os acordos de paz vinham caindo por terra e a possibilidade de uma guerra com Buenos Aires parecia cada vez mais iminente.⁷⁰

Para piorar a situação, em 1857 o mundo passava por uma grande crise mundial, que Hobsbawm (2019, p. 266) afirma ter sido “provavelmente a primeira de alcance mundial causada por acontecimentos diferentes da catástrofe agrária”. Essa crise afetou os fluxos comerciais platinos dificultando ainda mais o sucesso das tentativas que vinham sendo realizadas pela Confederação Argentina para o aumento de sua renda. A crise afetou também os investimentos e créditos, tornando ainda menos acessível algumas possíveis fontes de recursos:

Hay demasiados buques a flote, sobra producción fabril y manufactura, declinan las demandas de materias primas, bajan los precios de los productos argentinos exportables. Inútil buscar accionistas para el proyectado ferrocarril: los capitales se han retraídos temerosos (ALVAREZ, 1947, p. 149).

Diante de todas essas dificuldades, o Brasil surgiu novamente como uma possível solução e Mauá teve outra grande oportunidade de expansão. O Império do Brasil se dividia entre a neutralidade que tentava manter no conflito argentino, as dificuldades para negociar com o Paraguai seu acesso fluvial à província de Mato Grosso e as contínuas desavenças no território uruguaio. Apesar de conquistar diversas vantagens após a queda de Rosas, os últimos anos da década de 1850 já demonstraria mais algumas das limitações de um jogador da periferia do sistema. Ainda assim, era o país que lideraria as alianças e créditos interestatais da região.

⁶⁹ Segundo Alvarez (1947, p. 141) a Guerra da Crimeia desviava para a América do Sul grande parte do comércio que antes a Inglaterra e a França mantinham com os mercados russos.

⁷⁰ Em fins de 1855, após o ataque do general Flores a Buenos Aires e sua perseguição pelos portenhos em território de Santa Fé, assim como a decisão da Confederação em janeiro de 1856 de cobrar direitos de aduana a produtos elaborados em Buenos Aires com material estrangeiro, reacendeu o clima mais belicoso entre as duas divisões argentinas. Em março de 1856 foram rompidos os acordos de paz entre a Confederação Argentina e Buenos Aires (tratados de 20 de dezembro de 1854 e 8 de janeiro de 1855) (ALVAREZ, 1947, p. 144; BUSANICHE, 1984, p. 659-661).

4.4 O que esperar do Brasil? O empréstimo em 1857 à Confederação Argentina e em 1858 ao Uruguai

Uma das principais preocupações de Urquiza e da Confederação Argentina deveria ser garantir que Buenos Aires não fosse reconhecido como um país independente, então o governo de Paraná deveria partir para o jogo geopolítico conectando os jogadores dos dois tabuleiros: platino e global. Enviou diversos representantes diplomáticos para a Europa e para a região sul americana. Com isso garantiu que Buenos Aires não tivesse representantes europeus pelo menos até 1856, quando foram encerrados os acordos de paz entre as duas regiões argentinas. O projeto e construção da nação argentina, como bem definiu Halperín Donghi (2007, p. 132-133), passava pela compreensão desses agentes estatais de que a posição desse Estado diante das chamadas à época “nações cristãs” era bastante vulnerável pela própria instabilidade dessa construção:

[...] la soberanía política va a ser defendida por ellos con un celo que refleja su convicción de que las relaciones internacionales, y sobre todo las relaciones entre la grandes potencias y los frágiles Estados en surgimiento en las áreas marginales, contienen un elemento peligroso de hostilidad actual o potencial, pero en todo caso ineliminable [...] (DONGHI, 2007, p. 133).

Ao mesmo tempo em que precisava costurar essas relações com as grandes potências, a Confederação Argentina buscava negociar com o Brasil para garantir a integridade política da República, a independência do Uruguai (com intervenções sempre solidárias e conjuntas, caso fosse preciso), assim como a livre navegação dos rios (CÁRCANO, 1921, p. 422).⁷¹ A partir das intenções e questionamentos do governo argentino e dos interesses brasileiros sobre a região foi que ocorreu a missão do Visconde de Abaeté, citada no tópico anterior, que terminou com a assinatura de um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 7 de março de 1856.⁷² O tratado estabelecia uma relação mais próxima entre Brasil e o governo de Paraná, mas deixava em aberto ainda diversas questões como a de limites e a de

⁷¹ Nessa estratégia apresentada por Juan Bautista Alberdi, o Império estaria mais necessitado da aliança com a Confederação do que o oposto, devido aos problemas com o Paraguai e o Uruguai (CÁRCANO, 1921, p. 422).

⁷² BRASIL, RRNE, 1857, anexo “Tratados”.

extradição de escravos, desertores e criminosos, negociadas por tratados nos anos seguintes.⁷³

Em um Brasil que já havia abolido o tráfico negreiro, discutir a questão da extradição era um dos principais objetivos da negociação com os países vizinhos. Assim, para ter acesso aos empréstimos brasileiros, a Confederação Argentina negociou, e um Tratado de Limites de outro de Extradição foram redigidos dezessete dias após a assinatura do protocolo de empréstimos ao país. A forma com que o Império vinha construindo suas alianças desde 1850 considerava, como viemos discutindo neste trabalho, as vantagens geopolíticas a que os empréstimos poderiam levar. Segundo o trabalho de Francisco Doratioto (2002, p. 34), o cônsul britânico em Buenos Aires via a motivação econômica no apoio financeiro do Brasil a Urquiza: “Se a Confederação incorporasse Buenos Aires, teria recursos financeiros adicionais, ficando o Império mais seguro para receber os empréstimos concedidos a Paraná”.

Com todo o complicado contexto da Confederação Argentina, a solicitação de empréstimo ao Império do Brasil foi no valor de 300 mil patações, que foi aceito pelo governo imperial e atendido por meio do protocolo de 27 de novembro de 1857. O empréstimo foi feito em seis parcelas, iniciando o pagamento em dezembro com 100 mil patações, prosseguindo com cinco parcelas de 40 mil patações. Essas prestações deveriam ser entregues pelo representante do Império no Paraná ao ministro da fazenda da Confederação, em letras sacadas contra o Tesouro do Brasil.⁷⁴ Com o patação valendo 1\$920 (mil novecentos e vinte réis), o valor na moeda brasileira alcançaria 576:000\$ (quinhentos e setenta e seis contos de réis).

A essa altura, entretanto, Mauá já havia instalado seu banco em Montevideu (como veremos no tópico a seguir), que desde outubro de 1857 servia também para fazer os suprimentos de recursos do Império do Brasil na região platina. Por isso, acordou-se que sendo a remessa das letras do Tesouro menos conveniente para a Confederação e o envio de moedas metálicas pouco viáveis, o pagamento desse empréstimo poderia ser feito pelo Banco Mauá se a Confederação concordasse, o que foi aceito pela República. Nesse caso, seriam entregues as letras do Tesouro ao ministro argentino, como estabelecia o protocolo, e este entregaria ao enviado

⁷³ BRASIL, RRNE, 1858, anexo E n. 10 e n. 13.

⁷⁴ BRASIL, RRNE, 1858, anexo H, n. 8.

brasileiro um recibo que valeria como título de dívida da Confederação para com o Brasil. Com as letras recebidas, a Confederação poderia sacar o valor em metálico no Banco Mauá de Montevideu, ou no que logo se estabeleceria em Rosário.⁷⁵

Mauá não faria esse serviço gratuitamente, afinal era um banqueiro. O acordo do Império com o Banco Mauá incluía o pagamento de 1,5% de comissão ao banco, e devido ao ágio dos metais preciosos, a cotação dos patações também era mais alta do que os 1\$920 réis estabelecidos pelo governo imperial. Assim, o valor total pago pelo Império ao Banco foi de 602:880\$, representando uma diferença de 26:880\$ (com relação aos 576 contos calculados anteriormente). Para o pagamento dessa diferença o Império ordenou que fosse incluído na conta da Confederação, aumentando a dívida de 300 mil para 314 mil patações (Quadro 9). Para esse pagamento, foi necessário pedir créditos extraordinários ao Ministério das Relações Exteriores, por meio dos decretos 2.102 de 6 de fevereiro e 2.151 de 24 de abril, ambos de 1858.⁷⁶

Quadro 9 – Parcelas referentes ao Protocolo de 27 de novembro de 1857 de empréstimo à Confederação Argentina

Entrega	Valor (patações)	Centésimos
01/12/1857	101.500	
24/12/1857	43.750	
31/01/1858	43.750	
28/02/1858	41.666	66 $\frac{2}{3}$
31/03/1858	41.666	66 $\frac{2}{3}$
28/04/1858	41.666	66 $\frac{2}{3}$
TOTAL	314.000	

Fonte: elaboração própria, com dados disponíveis em BRASIL, RRNE, 1858 e AHI, 342-2-2, nº. 299.

Apesar de os empréstimos terem se efetivado, ficou faltando a ratificação dos Tratados de Limites e de Extradicação por parte da Confederação Argentina. No início de 1859 já estava definida a questão da extradicação com o Peru, Uruguai e Equador, mas o caso argentino foi o que Cárcano (1921) considerou ser o fracasso da

⁷⁵ BRASIL, RRNE, 1858, anexo H, n. 11.

⁷⁶ BRASIL, RRNE, 1858, p. 62.

Diplomacia do Patacão em seu país. De certa forma o escritor tem razão, pois do ponto de vista estratégico o empréstimo de 1857 parecia ser um bom mecanismo de garantir as vantagens que o Império necessitava. Por outro lado, a conjuntura conflitiva da Confederação Argentina naquele momento exigia cuidado e muita diplomacia, pois a guerra contra Buenos Aires parecia iminente e sem ter como saber quem venceria naquele momento, qualquer aposta carregava certa carga de risco. Além disso, a situação com o Paraguai não estava muito clara e segundo Scobie (1964, p. 157), o empréstimo de 1857 foi justamente para auxiliar o governo de Urquiza na possibilidade de um conflito com aquele país.

Por isso também a pressão por uma aliança que apoiasse a Confederação foi crescendo. O enviado do governo de Paraná, Luis José de la Peña chegou ao Brasil em agosto de 1858 para tentar negociar um tratado com o Brasil. Em um memorando escrito pelo visconde de Maranguape⁷⁷ em dezembro de 1858,⁷⁸ à época Ministro e Secretario da Repartição dos Negócios Estrangeiros, conta-se que Andrés Lamas (representante uruguaio) e Peña (representante da Confederação) estiveram reunidos com o brasileiro para resolver um debate que há alguns meses vinha sendo realizado entre tais agentes de Estado. O debate referia-se às negociações acerca de uma aliança para a defesa da integridade do Uruguai e ao pedido pela Confederação Argentina de uma aliança ofensiva contra o governo de Buenos Aires. A reunião ocorreu em 3 de dezembro de 1858, e a carta do visconde relatando-a é de alguns dias depois, dia 11.

Alguns tratados de aliança já haviam sido firmados entre esses países, mas em caráter defensivo. A aliança ofensiva que Peña estava propondo, segundo o visconde de Maranguape, não seria legítima e não seria aprovada pelas Câmaras, além de que provavelmente provocaria indignação por parte das potências europeias que possuíam claros interesses comerciais na região. O ministro brasileiro explicava que já havia sido retirado dos acordos com o Uruguai as cláusulas referentes aos auxílios militares do Império, que haviam sido estabelecidos para manter a estabilidade da República, justamente porque esse tipo de compromisso

⁷⁷ Caetano Maria Lopes Gama (1875-1864), agraciado com o título de Visconde de Maranguape, foi deputado, presidente das províncias de Alagoas, Goiás, Rio Grande do Sul, assim como ministro das Relações Exteriores e ministro da Justiça.

⁷⁸ MARANGUAPE, visconde de. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1858. AMREC, Confederación Argentina. Caja 18. 1858. Legajo 2. Carpeta Mision Especial al Brasil (Comunica la apertura de las Conferencias...). Folios 117 a 125.

contrariava a política brasileira. No caso argentino, nada justificava a ação do Império contra Buenos Aires naquele momento. Contra Rosas os interesses do Império estariam em jogo também pela questão da garantia da independência uruguaia, mas não era o caso de Buenos Aires na conjuntura corrente.⁷⁹

Além disso, Peña fez o pedido de um empréstimo de um milhão de pesos, que o ministro brasileiro explicou que não poderia ser feito sem a autorização das câmaras e que provavelmente não seria aceito por elas pelas dificuldades que o próprio Império enfrentava com suas receitas e seu Tesouro Público. Por isso o governo brasileiro não pretendia fazer esse pedido. A situação econômica do Império já não era tão grave, pelo contrário: em 1858 os Rothschild já representavam o Brasil em Londres havia três anos, o que dava maior credibilidade ao Estado por serem aqueles um dos maiores banqueiros do tabuleiro global. Além disso, o Império contratava o primeiro empréstimo externo destinado a obras públicas (para o prolongamento da Estrada de Ferro D. Pedro II).⁸⁰ Então a questão de emprestar ou não aos vizinhos era mais uma questão de estratégia, tanto política quanto econômica.

Rejeitado o empréstimo à Confederação, outro contrato foi realizado com o outro aliado platino, o Uruguai. Em 1857 o governo brasileiro mandou solicitar ao governo oriental uma espécie de plano de pagamento da dívida contraída com o Brasil, com a projeção de quando essa dívida estaria completamente paga.⁸¹ Além disso, os diplomatas brasileiros buscavam para os súditos imperiais o mesmo tratamento que os franceses e ingleses recebiam naquele país no que dizia respeito às reclamações de prejuízos de guerra.⁸² Mas nesse tabuleiro regional, por mais que o Brasil tivesse conquistado o papel de principal jogador, não jogava ao lado das grandes potências no tabuleiro global. Por mais que fosse prestamista do Estado Oriental, só o foi após as potências europeias assumirem esse papel. Nesse sentido,

⁷⁹ MARANGUAPE, visconde de. [Memorandum]. Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1858. AMREC, Confederación Argentina. Caja 18. 1858. Legajo 2. Carpeta Mision Especial al Brasil (Comunica la apertura de las Conferencias...). Folios 117 a 125.

⁸⁰ “Após 1850, uma parte crescente das receitas pôde ser destinada a áreas econômicas de particular interesse para fazendeiros e comerciantes: o desenvolvimento de infraestrutura, tal como ferrovias, serviços públicos e portos. O Estado imperial mostrou ter vontade e força para mobilizar, por meio de impostos e empréstimos, uma parte substancial da renda nacional” (SCHULZ, 2013a, p. 29).

⁸¹ BRASIL, RRNE, 1859, anexo F, n. 5.

⁸² BRASIL, RRNE, 1858, p. 49.

o poder brasileiro era limitado e subalterno, pois não tinha capacidade de impor-se em detrimento do poder europeu.

Ainda assim o Brasil não deixou de seguir o jogo, pois ainda era possível manter o papel de vencedor regional. Em 1858, por meio do protocolo de 29 de janeiro assinado em Montevidéu, o Império brasileiro forneceu mais um empréstimo de 110 mil patações, sob as mesmas condições da Convenção de 1 de junho de 1854 (juros de 6% ao ano e apenas para despesas futuras, ou seja, não poderia ser utilizado para pagamento de dívidas), ainda que desta vez fosse pago ao Governo Oriental de uma só vez. O padrão monetário daquele momento determinava que o patação valeria 1\$920 réis, e com isso o empréstimo montaria a 211:200\$.

Entretanto, esse empréstimo seria intermediado pelo Banco Mauá e Cia. de Montevidéu, com o qual o governo imperial havia assinado um contrato em 7 de outubro de 1857 para suprimento das despesas brasileiras naquela República (conforme veremos no tópico a seguir). O contrato determinava que o Ministério da Fazenda brasileiro deveria pagar os saques feitos pelo agente brasileiro naquele banco nas espécies recebidas ou então pelo seu equivalente na moeda corrente ao preço da praça, além da comissão de 1,5% pelas quantias supridas. Devido à crise financeira da época, o valor da moeda metálica havia aumentado, o que elevou o empréstimo em réis em 8:144\$200, totalizando 229:344\$200,⁸³ valor do crédito extraordinário pedido pela Secretaria de Negócios Estrangeiros.

Desse modo, foram mais dois empréstimos realizados pelo Império do Brasil, e em 1859 mais um tratado foi assinado com esses dois países devedores. Pelo Tratado de 2 de janeiro de 1859, Confederação Argentina, Império do Brasil e Estado Oriental do Uruguai reafirmavam os compromissos estipulados na Convenção de 1828, de modo a manter e garantir a independência do território uruguaio e sua neutralidade em caso de desinteligência entre o Brasil e a Confederação Argentina.⁸⁴ Da solicitação que o Império fez em 1857 acerca do plano de pagamento da dívida uruguaia com o Brasil, não houve resposta em três anos.

⁸³ “Esta quantia é equivalente a 6,343 onças e 12 patações sacada pela legação imperial em Montevidéu para a realização de 100,000 patações entregues ao governo do Estado Oriental, e pagamento ao Banco Mauá e C^a da comissão de 1 1/2 por % vindo a importar cada onça em 33\$000, e cada patação em 2\$100, e a mais 10,000 patações pagos à razão de 2\$ cada um” (BRASIL, RRNE, 1858, p. 62).

⁸⁴ BRASIL, RRNE, 1859, p. 33.

Em 1860, porém, a volta do partido *Blanco* ao poder representaria um período de ainda mais resistência às reclamações do governo brasileiro. Naquele ano o Império fez mais uma cobrança da dívida uruguaia, respondida por Eduardo Acevedo, ministro das Relações Exteriores, em 25 de setembro de 1860. Nessa nota,⁸⁵ Acevedo explicava que como a convenção de 1851 determinava que os empréstimos brasileiros seriam pagos por meio da renda da Aduana de Montevideú, após a República estar desembaraçada de empenhos anteriores, haveria preferência pelo pagamento os subsídios franceses e outros débitos ingleses. Na convenção, até se dizia que o pagamento seria realizado com a aduana a partir de 1852, só que o documento de 1848 relativo aos subsídios franceses determinava que o pagamento de tal dívida deveria ser feito de 1852 em diante. Deste modo, a convenção do Brasil não poderia suplantar a anterior. Por isso, a França reclamou da convenção brasileira.

Com a dificuldade de reorganizar as rendas da República, negociou-se com a França para adiar o pagamento da dívida, o que só foi conseguido com a condição de que nenhum recurso fosse destinado ao pagamento da dívida brasileira.⁸⁶ Assim, havia diversas dívidas a serem pagas antes dos empréstimos realizados pelo Império do Brasil, e Acevedo só podia afirmar que o governo oriental estava se organizando para esses pagamentos. Em outra nota, escrita em 26 de outubro⁸⁷ após a insistência do Império por retorno efetivo sobre o plano de pagamento de sua dívida, o ministro Acevedo transcreveu parte da nota de resposta dada pelo ministro da fazenda uruguaia sobre o tema. Nessa transcrição, explicava-se que havia diversas dívidas internas a serem satisfeitas antes da brasileira, assim como a inglesa e a francesa que foram contraídas durante a chamada “intervenção”, que montava a trezentos mil pesos no primeiro caso, e mais de um milhão de pesos no caso da francesa.

A dívida francesa vinha sendo paga após o contrato com Irineu em 1850 com $\frac{1}{3}$ da renda da Alfândega até 1852, porque foi possível negociar com a França essa divisão de recursos. A dívida francesa estava sendo amortizada muito devagar, em torno de 12 mil pesos por ano, e ainda somava 1.028.000 pesos em 1860. Nesse ritmo ela levaria 80 anos para ser paga. E se o Brasil só seria pago após o

⁸⁵ BRASIL, RRNE, 1861. Parte política, n. 21.

⁸⁶ BRASIL, RRNE, 1861.

⁸⁷ BRASIL, RRNE, 1861, Parte política, n. 23.

pagamento de dívidas anteriores, o Brasil precisava esperar, porque o que se previa era que a renda da aduana estaria comprometida pelos próximos 20 anos ao pagamento das dívidas anteriores à brasileira.⁸⁸

Esses argumentos demonstram que a ordem dos acontecimentos tanto quanto a disparidade de poder entre os Estados colocava o Brasil para o final das prioridades de pagamentos uruguaios. Claro que no caso do governo de Bernardo Berro, do qual Acevedo faz parte, a questão política também era bastante determinante nas negociações. Eduardo Acevedo havia participado do governo do *Cerrito* durante a Guerra Grande e fazia, portanto, parte do partido *Blanco*. Suas notas deixam clara a oposição daquele governo às negociações anteriores que foram feitas entre o partido *Colorado* e o governo brasileiro. Para esse grupo, o Brasil representava um inimigo histórico à soberania uruguaia.

Além disso, fazendo parte desse Novo Mundo latino-americano dependente de recursos europeus para a construção de seu próprio Estado, o Brasil entendia bem qual era a prioridade desse jogo geopolítico, já que era ele mesmo um devedor internacional. Acevedo utilizou essa informação a seu favor, de modo que apesar de ter escrito que um plano de pagamentos da dívida uruguaia deveria ser entregue na Assembleia em breve, argumentou ao representante brasileiro:

O Brasil, pois, que tem trilhado esta mesma senda como todas as demais nações; que, apesar do seu poder e vastos recursos, tem adiado indefinidamente o pagamento da sua dívida anterior a 1827 e uma grande parte da interna, sabe, por experiência própria, quão difíceis e morosas são naturalmente estas operações, e deve antes admirar-se de que as tenha empreendido um governo que só tem seis meses de existência; [...].⁸⁹

Em 1860, o Ministério da Fazenda brasileiro calculava a dívida uruguaia, assim como da Confederação Argentina, chamando-as de Dívida Ativa Externa. A uruguaia montava a 5.196:915\$073 réis, contando os juros, mas excetuando o que era devido pela intervenção militar de 1854 e 1855; já a argentina somava 1.815:446\$009 réis, sendo o total da “dívida ativa externa” 7.016:361\$082 réis.⁹⁰ No caso da uruguaia, os empréstimos de 1850 nominados em pesos foram convertidos

⁸⁸ BRASIL, RRNE, 1861, Parte política, n. 23.

⁸⁹ BRASIL, RRNE, 1861, Parte política, n. 21.

⁹⁰ BRASIL, RMF, 1861, n. 37.

para patações na razão de 1:1. Assim, em 1861 a dívida uruguaia somava 5,488:022\$630 réis e em 1862 5,625:433\$190 réis (ver anexo A).⁹¹

Além da dívida, outra questão que aumentou o atrito brasileiro com o governo oriental foi o tratamento dado às reclamações brasileiras por prejuízos de guerra. O trabalho da Junta de Crédito Público não encerrou essa questão, e posteriormente foram nomeados fiscais que deveriam comparecer no interior do território uruguaio para analisar reclamações que não tivessem documentação, apenas testemunhas. Muitos dos brasileiros estariam nessa condição e não tiveram seus prejuízos avaliados porque havia poucos fiscais, que não tiveram como dar conta do prazo.⁹² Além disso, os que tiveram seus prejuízos pagos com letras de dívida do governo oriental, sofreram graves prejuízos com a desvalorização desses títulos que chegou a 90%, e foram comprados pelo governo oriental como forma de amortização de sua dívida.

O governo uruguaio, nesse contexto mais hostil ao Império, afirmava que já haviam encerrados os prazos para reclamações de guerra e que esses não haviam sido cumpridos pelos brasileiros. Nesse sentido, era preciso que se encerrasse a questão das reclamações. Mas o que o Império reclamava era que uma negociação posterior havia sido feita com os representantes da Inglaterra e da França, de modo que o mesmo tratamento deveria ser estendido aos súditos brasileiros.⁹³ A frustração dos negociantes brasileiros em não conseguirem impor suas reclamações ao governo oriental era tanta, que no relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros publicado em 1863 falava-se na busca por um acordo que fizesse os súditos brasileiros esquecerem “as decepções” que vinham passando no caso das reclamações de guerra.⁹⁴

Já no caso das dívidas da Diplomacia do Patacão, o governo brasileiro buscou através de suas legações brasileira na Inglaterra e na França o entendimento de que o Governo Oriental desrespeitava a Convenção de Subsídios de 12 de outubro de 1851:

Fazer-lhes ver o governo imperial, por intermédio de suas legações em Paris e Londres, a natureza sagrada da dívida, que para com o Brasil, havia

⁹¹ BRASIL, RRNE, 1863, p. 34.

⁹² BRASIL, RRNE, 1862.

⁹³ BRASIL, RRNE, 1862.

⁹⁴ BRASIL, RRNE, 1863, p. 30.

contraído a República Oriental em épocas calamitosas, e em que perigava mesmo a sua existência política.⁹⁵

Essa tentativa também não gerou resultados positivos para o Império, pois os governos europeus argumentaram que as reclamações dos cidadãos ingleses e franceses no Uruguai eram anteriores à convenção brasileira; mesmo que na convenção essas reclamações ainda não estivessem sido aceitas e liquidadas, elas já constituíam uma dívida da República para com os europeus. O Império ia então ficando sem saída em suas reclamações, sem conseguir impor sua interpretação.⁹⁶ Se por um lado se mostrava o mais poderoso país da região, por outro esse poder se mostrava limitado tanto na comparação aos europeus, quando na sua própria capacidade de fazer valer as vantagens que a dependência financeira dos países vizinhos poderia gerar.

4.5 A expansão bancária de Mauá na região do rio da Prata: banqueiro do Império?

Ao analisarmos os empréstimos de 1850 ao Uruguai vimos como Irineu Evangelista de Souza, futuro barão de Mauá, cumpriu tanto o papel de intermediário quanto de financista naquele início da Diplomacia do Patacão. Ramón Cárcano (1921, p. 465) o chamou de “financista clandestino do Império”, pois segundo ele, *“Toda operación que el gobierno brasileño no podía realizar directa y públicamente por cualquier circunstancia, la ejecutaba por medio del barón, a quien proporcionaba y garantía los recursos”*. Essa definição do diplomata argentino me parece bastante apropriada. Se por um lado o negociante foi um grande credor do Estado Oriental e tornou-se grande banqueiro da região platina, por outro o início de sua ação em 1850 foi marcada pelo papel de intermediário, que bem poder-se-ia chamar de “testa de ferro”.⁹⁷

Esse duplo papel, entretanto, possibilitou a Irineu Evangelista inserir-se nos meandros da geopolítica platina, financiando inicialmente a guerra e posteriormente

⁹⁵ BRASIL, RRNE, 1863, p. 33.

⁹⁶ BRASIL, RRNE, 1863.

⁹⁷ Segundo a definição do dicionário da língua portuguesa, “testa de ferro” pode ser definido como “quem se apresenta como responsável por empreendimento ou atos de outrem” (FERREIRA, 2008). Em espanhol, “testaferro”: “Persona que presta su nombre en un contrato, pretensión o negocio que en realidad es de otra persona” (RAE).

a construção dos Estados da região, tornando-se importante peça desse tabuleiro regional. Desde o início do processo de construção do sistema interestatal capitalista até a “era do capital”⁹⁸ em que viveu Mauá, os financistas puderam expandir ainda mais seus capitais pela revolução industrial e a construção de ferrovias pelo mundo. Mauá embarcou nesse movimento de várias formas, sendo a Diplomacia do Patacão apenas um dos caminhos iniciados pelo negociante. Ao iniciar sua ação no Prata já tinha passado de caixeiro a “negociante de grosso trato” ao assumir a direção da firma Carruthers & Co.;⁹⁹ já havia adquirido o Estabelecimento de Fundição e Estaleiro da Ponta da Areia (1846); foi presidente da Sociedade dos Assinantes da Praça do Rio de Janeiro (no biênio 1846-47), assim como convidado pelo Gabinete Conservador de 1848 para participar da comissão organizadora do Código Comercial Brasileiro (GUIMARÃES, 2005).

Por todos esses atributos Irineu Evangelista era um nome propício para o papel de intermediário que necessitava o Império. Sua conexão com o mercado de capitais britânicos através da empresa Carruthers & Co. facilitava o trânsito dos agentes uruguaiois na Europa para a negociação dos mercenários e armamentos necessários à *Defensa*, e seu Estabelecimento de Fundição e Estaleiros Ponta da Areia servia para produzir parte da mercadoria necessária àquele governo.¹⁰⁰ Mas assim como após os primeiros empréstimos o governo brasileiro ficou preso à trama da dependência financeira uruguaia, o já então barão de Mauá também seguiu emprestando aos aliados brasileiros (como vimos, após emprestar em 1850 ao Uruguai, Irineu fez um novo empréstimo em maio de 1853).

⁹⁸ Referência ao texto HOBBSAWM, Eric J. A era do capital: 1848-1875. 28. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

⁹⁹ A respeito da atuação da Carruthers & Co., ver GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824-1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 e KUNIOCHI, Marcia Naomi. Tráfico e enriquecimento: o Porto de Rio Grande, em meados do século XIX. In: *VII Encontro de Escravidão do Brasil Meridional*. Florianópolis, 2013.

¹⁰⁰ O filho de Andrés Lamas, chamado Pedro Lamas, ao escrever sobre essa transação de envio de armamentos a Montevideu, afirmou: “*Las armas, los suministros se embarcaron y llegaron en tiempo a Montevideo, [...] Pero el gobierno de Montevideo, con cuya discreción no se contaba, no supo, hasta después de convenida la alianza, que se trataba de un subsidio oficial del Brasil; creyó en el proveedor y prestamista particular Señor Irineo de Souza; mi padre se obligó con el Emperador á esta reserva, reserva que se consideraba indispensable para retardar el rompimiento con Rozas [...]*” (LAMAS, 1908, p. 81). Sobre a dificuldade de manter o segredo acerca desse fornecimento de materiais, ver Herrera Y Obes, Manuel. [Correspondência]. Destinatário: Andrés Lamas. Montevideu, 23 abr. 1850. In: Correspondencia... 1913.

Mauá teria feito ainda outro empréstimo ao Estado Oriental em janeiro de 1855, segundo Mario Barrera (2015, p. 314). O historiador afirma que o valor total seria de 400 mil patações com 12% de juros anuais e que teria garantia do governo brasileiro. Entretanto, a quantia a ser entregue ao Uruguai era de apenas 240 mil patações, de modo que os 160 mil patações restantes se referiam à dívida anterior do governo oriental com Mauá em virtude de um acordo de maio de 1852 (BARRERA, 2015, p. 314; DEVOTO, 1976, p. 42). Foi naquele mesmo ano que o Império recusou novos empréstimos ao Estado Oriental, argumentando que o país deveria resolver seus problemas financeiros por meios próprios.

Um desses meios viria a ser a criação de um banco no país. A situação do Uruguai que era bastante complexa ao fim da Guerra Grande, não se mostrava muito mais estável nos anos que a seguiram. Durante aquele conflito, financistas privados, sobretudo os reunidos na *Sociedad Anónima de Compradores de Rentas de Aduana*, supriam o governo da *Defensa* das necessidades de capital. O mesmo ocorria com os contratos internacionais com a França e depois o Brasil. Por isso, até então, a ideia de criar um banco naquele país não era de todo aprovada, porque aos homens de negócios que vinham emprestando dinheiro ao governo essa situação era vantajosa (DEVOTO, 1976, p. 14). Por isso também, segundo o autor, a ideia não foi discutida desde os anos 1830 até o fim da Guerra Grande, quando finalmente havia perspectivas de paz no país.

A partir de então, os três grupos que vinham gravitando em torno das finanças do governo se colocaram em disputa pela criação de um banco no país: os franceses, Mauá com apoio do governo brasileiro e os comerciantes e capitalistas nacionais (DEVOTO, 1976, p. 15). Do primeiro grupo, surgiu a iniciativa de criação do Banco Menck, de 1852, que acabou fracassando; do segundo grupo, a criação do Banco Mauá, criado inicialmente como casa comercial em 1856 e autorizado a funcionar como banco em 1857; e, por último, a criação do Banco Comercial a partir da *Sociedad de Cambios*, constituído por parte dos comerciantes e capitalistas nacionais, e autorizado também em 1857 (DEVOTO, 1976, p. 15).¹⁰¹

¹⁰¹ Sobre o Banco Comercial da *Sociedad de Cambios* e o Banco Mauá, escreveu Barrera: “Los perfiles de ambas entidades divergieron desde un comienzo: mientras los comerciantes nucleados en la primera institución tendieron a ejecutar una política de emisiones más cauta, la empresa fundada por Irineo Evangelista de Sousa se transformó en la principal habilitadora de crédito para cubrir las necesidades del erario, lo que la postre acarreó su quiebra definitiva” (BARRERA, 2015, p.175-176).

A proposta de Mauá foi construída junto a Andrés Lamas, de quem se tornou amigo. O projeto datava de 7 de fevereiro de 1855: o banco seria de depósito, emissão e desconto, duraria ao menos vinte anos e teria fundo de cinco milhões de pesos, podendo começar a funcionar quando tivesse no mínimo um quarto desse valor (DEVOTO, 1976, p. 43-44). O texto do projeto explicitava que os objetivos do banco seriam facilitar a entrada de capital estrangeiro no país “que aumentasse o meio circulante, reduzisse o preço do dinheiro e mobilizasse a propriedade intelectual, fomentasse o trabalho e a colonização” (DEVOTO, 1976, p. 43). Essa primeira proposta não foi aceita, de modo que em 1856 Mauá enviou outro projeto a Lamas para que apresentassem juntos. Agora ele já possuía uma casa comercial no país, que não precisava de autorização para funcionar.

Foi essa casa que acabou se tornando o Banco Mauá a partir da autorização da lei promulgada em julho de 1857. Seria um banco de emissão, depósito e descontos, com um fundo de um milhão e duzentos mil pesos que poderia ser aumentado em até seis milhões de pesos (DEVOTO, 1976, p. 66). A partir desse banco, o governo brasileiro negociou que os suprimentos de capital necessários à legação brasileira no Uruguai e à estação naval brasileira no rio da Prata fossem feitos através do Banco Mauá. Essa instituição faria os suprimentos das quantias solicitadas sempre que lhe fosse exigido pelo espaço de tempo de um ano, com comissão de 1,5%. Os pagamentos poderiam ser solicitados pelo chefe da legação e pelo comandante da estação naval, e a cada pagamento, eles deveriam assinar letras contra o Tesouro Nacional e a favor do Banco Mauá, entregando-as na instituição do barão.¹⁰²

No caso de o banco não realizar os pagamentos solicitados, ele deveria pagar ao Tesouro Nacional a quantia de 2% da soma que os agentes brasileiros tivessem solicitado até o final do ano estipulado pelo contrato, enquanto por parte do governo brasileiro o compromisso seria de não aceitar quaisquer outras propostas para o fornecimento das quantias necessárias a esses agentes no Prata.¹⁰³ Nesse sentido, o Banco Mauá também foi de bastante serventia ao Império, convergindo os interesses do Estado e do banqueiro. Devido a esse contrato é que o empréstimo

¹⁰² BRASIL, RRNE, 1857, anexo H, n. 3.

¹⁰³ BRASIL, RRNE, 1857, anexo H, n. 3.

brasileiro ao Uruguai de 1858 foi feito através do Banco Mauá, como vimos no tópico anterior.

Em 28 de dezembro de 1858 o ministro do Uruguai e o Barão de Mauá assinaram um contrato de conversão da dívida uruguaia. Mauá atuava nessa negociação como representante dos possuidores da maior parte dos títulos da dívida consolidada da República (mais de 56%). O contrato foi comunicado pelo governo oriental ao governo brasileiro, que não via neste ato qualquer tipo de problema com relação à Convenção de 12 de outubro e ao Tratado de Comércio de 4 de setembro de 1857, de modo que se garantia a dívida da qual o Império era credor, assim como o benefício da importação de gêneros brasileiros.¹⁰⁴ A conversão funcionaria da seguinte forma: os credores do Estado Oriental entregariam seus títulos de dívida pública consolidada e/ou exigível¹⁰⁵ ao Banco Mauá, aceitando ceder ao governo 95%¹⁰⁶ do valor nominal de cada papel, assim como os juros correspondentes. Esses papéis seriam trocados, portanto, por novos títulos que renderiam juros de 6% ao ano (DEVOTO, 1976, p. 124).

O contrato foi aprovado com algumas alterações com relação à proposta inicial. Ao invés de abranger 56% da totalidade da dívida uruguaia, começaria com 86 milhões de pesos; os detentores de títulos teriam dois anos para subscrever-se à conversão; foram reduzidos os montantes de impostos destinados ao pagamento dos juros e amortização e foram suprimidos dois artigos que se considerava como ofensivo à soberania uruguaia. O primeiro se referia a ideia de que o Banco Mauá receberia diretamente dos escritórios públicos os impostos destinados ao pagamento da dívida, enquanto o segundo estipulava que o barão de Mauá poderia solicitar a intervenção do Império do Brasil no caso de quebra de contrato (como o desvio das rendas dos impostos estipulados para esse contrato para outros fins) (DEVOTO, 1976, p. 123-125).

Sem a garantia de defesa do governo imperial, Mauá arriscava ainda mais seus capitais no país vizinho. Por mais que viesse seguindo, até então, essa política

¹⁰⁴ BRASIL, RRNE, 1859, p. 27.

¹⁰⁵ A dívida consolidada se referia à lei de consolidação de julho de 1854 após o trabalho da Junta de Crédito Público, conforme foi acordado com o Império do Brasil na Convenção de Subsídios de 12 de outubro de 1851; já a dívida exigível se referia à lei de 16 de julho de 1855 que consolidava as dívidas e salários não pagos desde 1º de janeiro de 1853 até 30 de junho de 1855 (FERRANDO, 1969, p. 39-41).

¹⁰⁶ Ferrando (1969, p. 45) afirma que seria 95% para a dívida consolidada e 90% para a dívida exigível, enquanto Devoto (1976, p. 124) coloca 95% para ambas.

de “imperialismo informal” de seu país, a instabilidade do Estado vizinho e as incertezas sobre o próprio rumo da diplomacia brasileira faziam do negócio de Mauá uma bomba relógio. Em janeiro de 1858 já havia se produzido uma revolta contra o governo do presidente Gabriel Pereira, que conseguindo conter a revolta, ordenou o fuzilamento dos participantes apreendidos (SOARES, 1957). Gabriel Pereira, que governava desde 1856, conseguiu terminar seu governo sem mais revoltas, tendo sido o primeiro a conseguir tal feito desde a Guerra Grande (BARRÁN, 2011, p. 65)

O contrato de conversão da dívida uruguaia foi aprovado pelo corpo legislativo e transformado em lei em 28 de junho de 1859. Devoto (1976, p. 125) explica que o contrato foi bastante vantajoso ao Estado Oriental, porque reduziu a dívida consolidada de 89.546.638 pesos e a dívida exigível de 3.433.813 pesos para 4.790.713 no total (pouco mais de 5% da dívida anterior), de modo que os pagamentos mensais seriam reduzidos de 65 mil pesos para 28.744 pesos (DEVOTO, 1976, p. 125, tradução nossa). “Neste momento a influência de Mauá já se fazia notar no país”, escreveu Devoto (1976, p. 125), pois era “banqueiro, proprietário de terras e fazendas, homem de empresa (Companhia de Gás e do Dique seco)”. Ao coordenar a conversão da dívida uruguaia aumentava ainda mais sua atuação no Uruguai.

O primeiro susto de Mauá, entretanto, veio logo em seguida: em 8 de agosto de 1859 foi emitido um decreto pelo Ministério da Fazenda uruguaia com medidas para retirar de circulação falsos títulos da dívida pública consolidada do Estado Oriental. Essas medidas incluíam o reconhecimento de todos os títulos dessa dívida, marcando-os como “comprovado”, ou determinando-os como falsos e retirando-os de circulação. Nesse procedimento estariam incluídos os títulos da dívida consolidada apresentados ao Banco Mauá e Cia. Enquanto não estivessem verificados, os títulos perdiam o curso legal.¹⁰⁷ Mauá escreveu sobre essa situação em sua “Exposição aos credores”. Para ele, a dificuldade em conseguir a aprovação desse contrato de conversão era justamente porque havia esses títulos falsos em circulação que seriam descobertos pela operação de seu banco:

Mais tarde se descobriu que a presença na circulação de mais de quarenta milhões de títulos falsos era a verdadeira causa de tão inaudita resistência, fazendo os falsificadores enorme pressão para que o contrato, que ia

¹⁰⁷ BRASIL, RRNE, 1860, anexo H, n. 1.

descobrir a fraude, não fosse aprovado. O certo é que eu e meus amigos fomos prejudicados em mais de meio milhão de pesos de lucro adicional, que o contrato e a lei que o aprovou nos asseguravam, pois resultou verificarem-se falsos cerca de um terço dos títulos de que havíamos feito aquisição, como base para realizar a operação (MAUÁ, 2011, p. 230).

Apesar disso, o Banco Mauá cresceu rapidamente no Estado Oriental. Uma filial foi aberta em Paysandu em 1859 e outra em Salto no mesmo ano, por serem esses departamentos integrados ao porto de Montevideu através do rio Uruguay, assim como com Entre Rios e Corrientes na Confederação Argentina e com a Província do Rio Grande do Sul no Brasil (DEVOTO, 1976, p. 75-76). Em Rio Grande, porto da citada província brasileira, também foi aberta uma filial em 1859. Na Confederação o banco também chegou logo em seguida a sua abertura em Montevideu, a partir inicialmente da concessão que José de Buschental havia adquirido para criar um banco naquele país. Buschental passou a concessão para Mauá,¹⁰⁸ que apresentou uma proposta ao governo argentino em fins de 1857.

Entre a afirmação de que Buschental não conseguiria criar o banco e a aprovação do projeto de Mauá na Confederação houve muita disputa pelos grupos que concorriam pelo privilégio, assim como ocorreu no caso uruguaio. Na Confederação havia um grupo liderado por Arístides Trouvé-Chauvel e Antonio Dubois, ambos de Paris, que conseguiram uma concessão para a abertura do banco já que se esperava que Buschental não o faria. Nesse contexto, quando esse negociante de Estrasburgo radicado na região platina soube que estava sendo retirado do plano governamental, brigou por sua posição justamente para repassá-la a Mauá, que acabaria vencendo a competição (BESOUCHET, 1978, p. 111).

Segundo Besouchet (1978), primeiro o sócio de Mauá, MacGregor,¹⁰⁹ foi negociar pessoalmente com o general Urquiza e depois o próprio Mauá foi recebido no Palácio San José. Após todas as negociações e trâmites, o Banco Mauá abriu no início de 1859 na cidade de Rosário de Santa Fé e durou 14 anos. Seu fundo

¹⁰⁸ Lúcia Besouchet (1978, p. 111) afirma que Mauá e Buschental mantinham “cordiais relações comerciais”.

¹⁰⁹ Com MacGregor, Mauá possuía o Banco Mauá, MacGregor & Cia. “Nesse estabelecimento, Mauá se associou ao ex-trafficante de escravos João Ignácio Tavares, com o corretor de câmbio e importador de têxteis de Liverpool, Alexander Donald MacGregor e com o comerciante português José Reynal de Castro. Essa ligação de Mauá com o capital mercantil inglês ficou mais clara, quando Mauá e seus sócios organizaram uma filial em Londres. Aproveitando-se dos contatos na City, fruto da sua ligação com o comerciante Richard Carruters, seu ex-patrão e sócio na firma Carruters & Co, Mauá fará dessa filial sua base de operações, que envolvia principalmente as letras de câmbio” (GUIMARÃES, 2012, p. 31).

bancário inicial era de 800 mil patações, fracionados em ações de dez onças-ouro seladas que podiam ser adquiridas em todo o território nacional (BESOUCHET, 1978, p. 112). Para nossa análise, os dados mais interessantes acerca desse banco referem-se à capacidade de emissão de moedas e sua conexão aberta com as principais praças da região e da Europa:

O banco podia também cunhar moedas de prata e ouro nas casas de moedas da Confederação Argentina, do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos, segundo as leis vigentes do país. O banco podia também emitir bilhetes à vista ao portador, pelo triplo do capital metálico em caixa; os bilhetes podiam ser de diferentes valores desde um até mil pesos.

[...]

Os anúncios informavam que o banco tinha poderes para girar ou tomar letras de câmbio sobre as praças de Buenos Aires, Montevideu, Rio de Janeiro, Londres, Paris; que tinha poderes para facilitar créditos e movimentos de fundos nas principais praças comerciais da Europa e dos Estados Unidos da América por meio de cartas de crédito que habilitavam o possuidor a obter a quantidade nelas fixadas em qualquer praça comercial conhecida (BESOUCHET, 1978, p. 112-113).

É claro que a inserção de Mauá nos meandros da geopolítica platina através da diplomacia imperial lhe abriu diversas oportunidades pelo capital político que acumulava, mas o crescimento e sustentação de um grande negociante precisava ser mantido pela acumulação de lucros. Os interesses de Mauá e do governo imperial se entrelaçavam, mas iam além desse laço. Os trabalhos de Marcia Kuniuchi (2005, 1995) destacam duas principais formas de multiplicação de capital nas casas bancárias de Mauá: as especulações cambiais e a intermediação do comércio de produtos de derivados de gado. A agência do Banco Mauá aberta em Rio Grande em 1859 cumpria o papel de interligar toda a campanha gaúcha ao porto de Montevideu (KUNIOCHI, 2005; KUNIOCHI 1995). Segundo a historiadora, as práticas de Mauá se assemelhavam às operações dos grandes mercadores italianos dos séculos XIV a XVII:

Os mercadores italianos enriqueceram no comércio do Mediterrâneo, através do manuseio de papéis comerciais e da especulação cambial, realizando a prática da arbitragem, conforme comprovou Raymond De Roover. Da mesma forma, Mauá enriqueceu descontando papéis relativos às atividades comerciais, realizadas no Brasil e rio da Prata, de produtos enviados para a Europa, manipulando as taxas cambiais do Rio de Janeiro, Rio Grande, Montevideu, cidades da província argentina e Londres (KUNIOCHI, 2004, p. 164).

Mauá expandiu sua rede bancária desde Londres, Manchester e Liverpool na Inglaterra, passando por Paris, na França; no outro lado do Atlântico, atingiu Nova

lorque, nos Estados Unidos; no Brasil e na região platina, teve bancos e filiais em Santos, Campinas e Belém do Pará; Montevideu, Salto, Paysandu, Mercedes e Cerro Largo no Uruguai; Rosário de Santa Fé, Buenos Aires e Gualaguaychú na Argentina (BESOUCHET, 1978, p. 63). Com o poder de emitir cédulas à vista e ao portador, livres de impostos, os bancos de Mauá chegaram a ser os principais emissores de moeda dos Estados vizinhos.

Com tantas filiais, as notas bancárias de Mauá começaram a circular pela campanha, tanto que uma das funções da agência de Rio Grande seria justamente a de receber as notas emitidas em Montevideu, já que pela escassez de moedas metálicas “os papéis bancários acabavam sendo passados adiante e cumpriam a função de meio circulante” (KUNIOCHI, 2005, p. 70-71.). Sem o monopólio sobre a principal moeda, os governantes perdiam um poderoso instrumento de comando da economia nacional (COHEN, 1998, p. 2). Moniz Bandeira, ao analisar essa expansão bancária de Mauá, afirmou:

A contribuição de Mauá, no adensamento dessa política, foi deveras importante, tornando-se o patacão moeda corrente em todos os países da bacia do Prata. Ele compreendeu que a “base econômica” e não exclusivamente a política deveria lastrear o domínio do Brasil sobre a República do Uruguai e que “cumpria estender a ação dessa influência ao outro lado do rio da Prata”, mediante a instalação de seu banco na Confederação Argentina, o que se concretizou em 1858, após as gestões de Paranhos junto ao governo de Urquiza (BANDEIRA, 2012, p. 201).

Nesse jogo geopolítico da Diplomacia do Patacão, Mauá me parece um personagem tão interessante para analisar justamente porque explicita uma fundamental diferença do que significa a dívida no sistema interestatal capitalista: se para Estados ela pode fundamentar o poder político e geopolítico, para o poder privado ela tende a significar o lucro, a estabilidade financeira e um importante capital político. Mas quando os interesses dos Estados e dos banqueiros se entrelaçam, unindo poder e dinheiro, as estratégias do jogo geopolítico podem alcançar resultados superiores, dependendo sempre do tabuleiro e das peças em que atuam os jogadores.

5. NOVA GUERRA, NOVOS EMPRÉSTIMOS: OS EMPRÉSTIMOS DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA CONTRA O PARAGUAI

*“Onde quer que se observe, a década de 1860 foi uma década de sangue”,
Hobsbawm (2018, p. 130).*

Ao longo dos anos 1850 o Império do Brasil chegou com força no Uruguai, se tornou seu credor, impôs diversos tratados favoráveis a seus interesses, participou da reunificação do país; além disso, contribuiu diretamente para a queda de Juan Manuel de Rosas, em Buenos Aires, tornando-se credor de duas províncias argentinas que viram seu país se desmembrar em dois. Tendo auxiliado na reunificação de um país e, de certa forma, na divisão do outro, o governo brasileiro pôde perceber que criar um jogo nesse tabuleiro regional demandava muito mais estratégia, força e poder financeiro do que o próprio país podia bancar. Apesar das diversas conquistas geopolíticas, a Diplomacia do Patacão viu ocorrerem alguns fracassos, como a tão almejada estabilidade uruguaia que nunca chegava, ou a garantia não alcançada aos súditos brasileiros de tantas reclamações acumuladas ao longo de décadas de guerra.

O jogo da Diplomacia do Patacão foi, como todo jogo geopolítico, um jogo de contradições. O Império começou emprestando ainda quando dependia de capital estrangeiro, e criou no país vizinho uma dependência que lhe enredava em uma trama de empréstimos e subsídios da qual foi difícil se desvencilhar. Afinal, entregar o Uruguai à sua própria sorte colocaria em risco todos os gastos e investimentos feitos pelo Brasil até então. Ao mesmo tempo, o governo via suas limitações ao ter os pagamentos de sua dívida preteridos em face dos europeus, ao não conseguir para seus súditos as mesmas negociações e direitos que os europeus, ao perceber que a localização do jogador nesses tabuleiros geopolíticos era fundamental para a escala de poder que esse sistema interestatal capitalista impunha.

Nesse sentido, quando tratamos desses jogos geopolíticos precisamos reforçar a ideia de que os tabuleiros mundiais e regionais funcionam sob relações dialéticas, ou seja, os jogos se entrelaçam de forma que um tabuleiro influencia o outro, se determina e é determinado pelo outro. Enfatizo este ponto porque ao adentrarmos a análise do tabuleiro platino da década de 1860 nos deparamos com uma historiografia que debate justamente a relação entre esses tabuleiros regionais

e globais. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, o mais longo e sangrento conflito da América do Sul que ocorreu entre 1864 e 1870 centralizou esse debate no tocante às relações internacionais da região. Discussões sobre as razões da guerra, as motivações das alianças e os interesses envolvidos podem nos fazer compreender as relações dos tabuleiros em questão de maneiras bastante distintas, conforme discutiremos no primeiro tópico deste último capítulo.

Assim como a Guerra contra o Paraguai aparece por vezes imputada aos interesses ingleses, o banqueiro brasileiro barão de Mauá apareceu como sendo um braço dos financistas Rothschild na região. Nesse sentido, o que esses debates colocam em jogo são justamente as relações dialéticas dos tabuleiros, ao retirarem muitas vezes a autonomia das ações brasileiras na região platina. Além disso, a chamada Questão Christie daria outro tom ao jogo geopolítico brasileiro, ao entrar em embate com o mais poderoso jogador do tabuleiro global, a Inglaterra. E ainda se acrescenta a reunificação argentina a esse contexto, que não encerra o ciclo de endividamento com o Império do Brasil.

O objetivo neste último capítulo é, portanto, adentrar o estudo a essa década de sangue enfocando a Diplomacia do Patacão, tratando dos últimos empréstimos realizados pelo Império do Brasil, o fim do Banco Mauá no Uruguai e na Argentina e, por fim, trazer alguns dados acerca do pagamento dos empréstimos realizados.

5.1 Os anos 1860 e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai: a “Diplomacia do Canhão”

Até então vim evitando aprofundar nas questões paraguaias nesses conflitos da região do rio da Prata, porque o Paraguai não chegou a fazer parte da Diplomacia do Patacão. Mas o país foi fundamental para os desdobramentos que levaram ao final da estratégia financeira brasileira. O Paraguai é um dos dois únicos países da América Latina que não possui saída para o mar, o outro é a Bolívia. Em um mundo em que, como dissemos anteriormente, os caminhos fluviais e marítimos eram os mais rápidos e ágeis, não ter saída para o mar levava a certo isolamento assim como dependência por boas relações com os países ribeirinhos aos rios que desembocavam no Prata. Tendo feito parte do Vice-Reino do Rio da Prata, foi a primeira província a se colocar contra a centralidade do governo de Buenos Aires na construção dos países ao longo dos conflitos de emancipação da colonização

espanhola e sua política de porto único, reivindicando sua independência frente às Províncias Unidas do Rio da Prata (PUIGGROS, 2006, p. 73-74).

Entretanto, a independência do Paraguai só foi reconhecida pela Confederação Argentina nos anos 1850 após a derrota de Rosas. Naquela conjuntura, Urquiza buscava alianças internacionais para colaborar com a unificação de seu país. Já o Império do Brasil iniciou as negociações pelo reconhecimento da República do Paraguai em 1844, no contexto das estratégias para isolar Juan Manuel de Rosas na região platina. Mas, apesar de ter negociado o tratado de reconhecimento, o Brasil não o ratificou por divergências nas negociações dos limites com o território brasileiro, questão que ficou em aberto e manteve as relações entre os dois países relativamente instável.

As ameaças que Rosas causava aos dois países, entretanto, possibilitaram uma primeira aliança, formalizada pelo Tratado de Aliança Defensiva de 25 de dezembro de 1850.¹ A questão dos limites e da liberdade de navegação no rio Paraguai ficaram para depois, levando à negociação de Filipe José Pereira Leal, encarregado de negócios do Brasil em Assunção, que chegou a ser expulso do Paraguai em 1853 pelo presidente Carlos Antônio López. Como a missão de Pereira Leal não foi bem-sucedida, as relações diplomáticas com o Paraguai seguiram complicadas e foram agravadas em 1854 pela chegada de mais de trinta navios brasileiros àquele país, armados com aproximadamente 150 canhões (TEIXEIRA, 2012, p. 58).

Também em 1854 o Império do Brasil havia enviado forças militares ao Estado Oriental para garantir a estabilidade daquele país, o que demonstra uma intensa atividade do governo brasileiro em seu jogo no tabuleiro platino. Algumas questões que direcionavam as ações imperiais no Prata eram comuns a Argentina, ao Uruguai e ao Paraguai: limites territoriais e livre navegação. Mas como expressou José Maria Rosa, no Paraguai a Diplomacia do Patacão era “inoperante” (1985, p. 38), enquanto nos outros países os empréstimos favoreceram as negociações brasileiras, ainda que não tenha sido completamente efetiva.

Esse envio de forças ao Paraguai em 1854 durou alguns meses até 1855. Foi considerado, por Fabiano B. Teixeira (2012), como “a primeira guerra do Paraguai”, que expôs as contradições do Império do Brasil por ter mobilizado toda essa força

¹ BRASIL, RRNE, 1852, anexo F, n. 1.

naval sem uma estratégia adequada, mantendo as divergências entre os dois países até 1864 quando se efetivou a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Além dos conflitos diplomáticos entre os dois países, a expedição gerou diversos questionamentos por parte da Confederação Argentina, Buenos Aires e Uruguai acerca da travessia que o governo brasileiro fez pelos rios da região para chegar até Assunção.

Além da reclamação acerca da expulsão de Pereira Leal do Paraguai em 1853, a expedição foi justificada pela necessidade de estabelecer os limites e os acordos de navegação no rio Paraguai (TEIXEIRA, 2012). O Brasil precisava resolver essas questões para garantir seu acesso à província de Mato Grosso assim como a posse do território que acreditava ser de direito brasileiro. Em 6 de abril de 1856, um tratado entre o Brasil e o Paraguai acordava que os limites seriam definidos pelos dois países em no máximo seis anos e liberava o acesso fluvial ao Mato Grosso, mas posteriores regulamentações paraguaias alteraram esse acordo e criavam vias de controle para o trânsito brasileiro naqueles rios, obrigando as embarcações a pararem em Assunção.

Já em 1857, no Congresso brasileiro discutia-se não apenas essas violações aos tratados entre os dois países como também a militarização do território paraguaio, transformando a fronteira com o Brasil em uma grande fortaleza. Segundo Amado Cervo (1981), as discussões sobre o tema no Parlamento brasileiro demonstravam que os deputados previam uma guerra contra o Paraguai, já que este país protelou as negociações com o Brasil ao mesmo tempo em que se preparava militarmente, seja para resistir às imposições brasileiras ou mesmo para um possível ataque. Apesar disso, o Brasil entrou nos anos 1860 ainda na expectativa de resolver os conflitos diplomaticamente, já que diversas outras questões internacionais preocupavam o governo brasileiro.

A Diplomacia do Patacão seguia nas mãos de Mauá. No Uruguai, o governo firmou em 3 de maio de 1860 com o Banco Mauá um contrato de empréstimo que determinava o pagamento de 110 mil pesos por mês, a partir de maio, para serem aplicados no pagamento dos funcionários públicos e militares, assim como nas demais despesas com a administração pública que o valor alcançasse. Além disso, seriam entregues também pelo Banco ao governo a quantia máxima de 300 mil pesos fortes para amortizar dívidas da gestão anterior, assim como a dívida

referente aos 10% das rendas da aduana que deveriam ser pagas aos credores signatários do contrato de 26 de abril de 1856.²

Por esse empréstimo o Banco cobraria uma comissão de 2%. Para os pagamentos, seria aberta para o governo uma conta corrente no Banco Mauá, onde seriam depositadas, à medida que fossem arrecadadas, a parte livre da renda da alfândega, a parte livre do papel selado e patentes, a contribuição direta da cidade, a parte livre da renda dos mercados e currais e qualquer outra renda que pudesse se dispor. Essa conta corrente teria rendimento de 12% ao ano tanto para as receitas quanto para os empréstimos recebidos, mas se as rendas depositadas fossem maiores do que as retiradas do governo, esse saldo teria juros de apenas 8%.³ Mas se no Uruguai Mauá estava resolvendo a dificuldade financeira do país, na Confederação Argentina o país andava recorrendo ao potencial inimigo brasileiro.

A Confederação estava em guerra com Buenos Aires, por isso o governo buscava alianças na região platina. Em 1860 o ministro do interior da Confederação Argentina, Juan Pujol, chegou a pedir um empréstimo ao Paraguai de 400 a 500 mil pesos, ou pelo menos 200 mil pesos, para auxiliar na luta contra Buenos Aires. A negociação acabou não se desenvolvendo porque o General López condicionou o empréstimo a um convênio territorial que resolvesse a questão dos limites (CABRIOS, 1966, p. 188). Ou seja, não era apenas com o Brasil que o Paraguai adia a resolução desse tema.

Dado todo o contexto da Diplomacia do Patacão que já analisamos até aqui, fica claro que empréstimos entre Estados na região platina em conjunturas bélicas não ocorrem com objetivos estritamente financeiros, e sim como estratégias para alcançar algum objetivo político, geopolítico ou mesmo econômico, mas sempre ligado a algo mais amplo, já que estamos tratando de unidades governamentais e não de indivíduos. Quer dizer, são indivíduos como agentes de Estado. O Paraguai naquele momento até poderia possuir recursos para emprestar à Confederação, mas na iminência de uma guerra com o Brasil, não seria estratégico envolver-se no conflito do país vizinho.

No Parlamento brasileiro, os atrasos nos pagamentos dos empréstimos da Diplomacia do Patacão geraram discussões. Diante do debate, Amado Cervo (1981,

² BRASIL, RRNE, 1861, Parte política, N. 26.

³ BRASIL, RRNE, 1861, Parte política, N. 26.

p. 87) afirma que o Presidente do Conselho, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, alegou que os países vizinhos não podiam pagar suas dívidas e que não era conveniente pressioná-los a fazê-lo. Essa fala, segundo Cervo, serviu como “uma confissão de que os empréstimos tinham caráter meramente político”.⁴ Nesse contexto o barão de Mauá era também deputado pela província do Rio Grande do Sul. Sua participação nessa discussão dos empréstimos mostrava que sua opinião era a de que as relações comerciais e financeiras deveriam ocorrer baixo os princípios do livre-mercado, mostrando, “a seu modo, a interação política-economia, cujo harmonioso ajuste ocorre unicamente no sistema econômico de mercado” (CERVO, 1981, p. 87).⁵

Nesse sentido, a preocupação do governo brasileiro não era, necessariamente, receber os valores devidos, mas sim fazer com que aquelas despesas auxiliassem na construção de uma imagem do Brasil como principal jogador desse tabuleiro platino. Já para Mauá, que cada vez mais estava envolvido nos empréstimos aos países vizinhos que já nem passavam mais pelas garantias do governo imperial, o ressarcimento era indispensável para a manutenção de seus bancos ou, ao menos, a expectativa de pagamento. Enquanto houvesse a crença de que os empréstimos seriam pagos, haveria confiança nas casas bancárias de Mauá.

A diferença entre relações diplomáticas e banqueiros privados podem ser compreendidas também no âmbito do tabuleiro global, enfocando o Brasil devedor. Desde a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850, que proibia o tráfico de escravos, as relações entre Brasil e Inglaterra estremeciam sempre que alguma violação a essa lei fosse constatada. Na década de 1860, além dessa questão, um navio naufragou em 1862 no litoral da Província do Rio Grande do Sul e gerou reclamações do enviado britânico no Brasil, chamado William Dougal Christie. Pedidos de indenização por parte de Christie com alegações de saques e assassinados de sobreviventes ao naufrágio foram rebatidas com protestos pelo

⁴ Enquanto isso, em fevereiro de 1862 o governo francês enviou uma nota cobrando do Uruguai a dívida de 4 milhões de pesos (SOARES, 1955, p. 236).

⁵ Sobre as ideias econômicas de Mauá, ver o artigo GAMBI, Thiago F. R.; COSENTINO, Daniel D. V.. As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860-1878). *América Latina En La Historia Económica*, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-19, 13 set. 2019.

governo brasileiro, devido à linguagem e modo de ação de Christie (MIRANDA, 2017, p. 133).⁶

As relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra chegaram a ser rompidas, e reatadas apenas em meio a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Mas mesmo em meio à Questão Christie, o Império do Brasil tomou dois empréstimos com a banca financeira inglesa, especificamente os Rothschild, em 1863 e 1865. O representante brasileiro responsável por assinar esses contratos foi Francisco Inácio de Carvalho Moreira,⁷ futuro barão de Penedo (1864). Segundo Miranda (2017, p. 133-135), o enviado brasileiro “representava junto à City o prestígio e a reputação do crédito brasileiro”, de modo que enquanto tentava negociar o arbitramento internacional da Questão Christie, ainda conseguia desatrelar sua atividade de financista de sua atividade diplomática, conseguindo negociar dois empréstimos razoavelmente vantajosos quando se considera o conflituoso período em que teve que atuar. O Império do Brasil construiu sua imagem de bom pagador⁸ por um lado e condescendente credor⁹ por outro.

Voltando ao tabuleiro platino, nem o Brasil nem o Uruguai quiseram se envolver diretamente na guerra pela unificação argentina, ao mesmo tempo em que tanto o Brasil quanto Buenos Aires tinham interesses pela desestabilização do governo uruguaio de Bernardo Berro.¹⁰ No caso do Brasil, a indisposição era devido aos impostos e normas que aquele governo havia imposto e que prejudicavam os proprietários brasileiros, além de necessitar de Montevideu como ponto de apoio para as ações que planejava no Paraguai; Buenos Aires, na figura de Mitre, desejava a queda de Berro porque via na desestabilização uruguaia o enfraquecimento dos *federales* argentinos que atrapalhavam a imposição do projeto

⁶ Sobre a Questão Christie, ver GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863 I. *Revista de História*, [S.L.], v. 24, n. 49, p. 117, 29 mar. 1962 e GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863 II. *Revista de História*, [S.L.], v. 24, n. 50, p. 379, 30 jun. 1962.

⁷ Sobre o barão de Penedo em Londres, ver MENDONÇA, Renato. *Um Diplomata na corte de Inglaterra: O Barão de Penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006.

⁸ Ver: ABREU, Marcelo Paiva de. *Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador*. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 1999.

⁹ Ver: ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 2. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Brasília: FUNAG, 2005.

¹⁰ Bernardo Berro, enquanto presidente, buscou a construção de uma nacionalidade uruguaia e o fim dos conflitos partidários (a partir do fim dos próprios partidos), mexeu com diversos interesses em seu país, sobretudo com os grandes proprietários brasileiros que chegavam a ocupar 30% do território nacional (BARRÁN, 2011).

unitário para a unificação argentina. Venâncio Flores foi o uruguaio que liderou a revolta, conseguindo o apoio dos países vizinhos. Bernardo Berro abdicou de seu cargo presidencial e o passou a Atanasio Aguirre, presidente do Senado.

O Brasil pressionou pela resolução de suas reclamações e ao final de 1864, viu seus tratados de 1851 assinados com o Uruguai sendo queimados em praça pública como protesto pelo presidente Aguirre.¹¹ Este, buscou no Paraguai a aliança contra as duas potências platinas. Ao mesmo tempo, Aguirre pedia um empréstimo de 500 mil patações ao Banco Mauá e ao Banco Comercial (BANDEIRA, 2012). Mauá, adepto ao livre-comércio, sabia que a guerra seria péssima para seus bancos e por isso era contra o apoio do Império a Venâncio Flores; preferia que o governo brasileiro mantivesse a neutralidade.¹² Mas o governo imperial atacou a Vila de Melo no Uruguai em outubro de 1864, desencadeando uma reação por parte do governo paraguaio que parecia não estar nos planos brasileiros.¹³

Assim configurou-se a aliança entre Paraguai e os *blancos* uruguaios: “O Uruguai tinha os portos. O Paraguai, as armas” (BANDEIRA, 2012, p. 227). Em novembro, o Paraguai apoderou-se do buque brasileiro Marquês de Olinda em Assunção. No mês seguinte invadiu a província de Mato Grosso e ocupou a cidade de Corumbá, área estratégica para que conseguisse acesso ao Pacífico passando por Bolívia e Peru. Em abril de 1865 suas forças também invadiram a província argentina de Corrientes, para através desse acesso atacar as tropas brasileiras localizadas no Uruguai. Em 1º de maio de 1865, Império do Brasil, República Argentina e a República Oriental do Uruguai assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai e contra o próprio Solano López.

Uma extensa historiografia foi construída sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai,¹⁴ de modo que as razões do conflito foram bastante discutidas tendo cada autor analisado de forma distinta. Este trabalho não visa fazer uma

¹¹ BRASIL, RRNE, 1865, p. 22.

¹² “*La alianza de Flores con los liberales de Río Grande, y más tarde con el Imperio, venía a colocar Mauá en el penoso extremo de ver sus intereses dentro del Uruguay, perturbados por la política de su propio gobierno, que ya preparaba la inminente campaña del Paraguay*” (ODDONE, 1967, P. 44).

¹³ Segundo Francisco Doratioto (2002), existe uma farta documentação que demonstra não apenas que o Império não queria uma guerra contra o Paraguai, como que suas reais intenções em intervir no Uruguai eram impedir que Montevideu rompesse a dependência que seu país possuía com o Império. Na disputa regional por poder, o Império era o que queria impor obediência ao Uruguai, que por sua vez buscava libertar-se do Brasil.

¹⁴ Uma análise dessa historiografia, principalmente a brasileira, foi feita por Maestri (2009). Por Baratta (2013) foi feita uma análise dos trabalhos argentinos.

análise especificamente sobre esse conflito ou sua historiografia, mas cabe aqui algumas ponderações acerca da forma de contextualizar a Diplomacia do Patacão. Para Hobsbawm, “a Guerra do Paraguai pode ser vista como parte da integração da bacia do Prata na economia mundial da Inglaterra” (Hobsbawm, 2018, p. 130), mas esse é apenas um dos pontos de vista que conecta os jogos dos tabuleiros que viemos discutindo ao longo deste trabalho.

A ideia de que Argentina e o Brasil eram “marionetes da metrópole inglesa”, como escreveu Chiavenato (1993, p. 36), tira do tabuleiro regional toda sua autonomia, que existe ainda que fazendo parte de um tabuleiro global. Não há dúvidas de que havia interesses das grandes potências mundiais no tabuleiro platino. Elas estavam no topo da hierarquia de poder do sistema interestatal capitalista e acabaram “criando o sistema político e econômico mundial pela força das suas armas e de suas economias nacionais” (FIORI, 2007, p. 19). Mas, ainda que a expansão desse sistema submeta a América Latina, e a região platina, especificamente, interpretar seus conflitos geopolíticos como obra desse imperialismo é um erro.

As disputas existentes dentro do território platino envolvem não apenas a expansão do capitalismo em nível global como também a própria construção dos Estados brasileiro, argentino, uruguaio e paraguaio. As disputas pela navegação dos rios, pelo poderio que o Brasil já havia acumulado na região, pela construção do Estado argentino, pela construção da nacionalidade uruguaia, pela busca do Paraguai por uma saída para o mar etc., fazem parte do tabuleiro platino tanto quanto se inserem no tabuleiro global. A questão é que regionalmente são os jogadores platinos que tomaram a frente do conflito, que estavam envolvidos completamente nessa guerra, que viram a destruição¹⁵ e a reconstrução da região e a alteração da balança de poder regional que passou a pender para a Argentina em detrimento do Brasil. Para os países europeus, sobretudo a Inglaterra, era apenas mais um tabuleiro dentro de seu jogo global de expansão de riqueza e poder.

¹⁵ Importante análise sobre o período de ocupação do Paraguai já ao final do conflito foi realizada por Herib Caballero Campos no trabalho *El país ocupado*, de 2013.

5.2 República Argentina: empréstimos de adiantamento

Ao longo da Guerra contra o Paraguai o Império do Brasil realizou ainda quatro empréstimos aos seus aliados, mas antes disso, entrou em acordo com a Argentina, agora unificada, para a realização dos pagamentos dos empréstimos realizados pelo governo brasileiro. Estavam em pauta os empréstimos de 1851 e 1857. É interessante lembrar que o primeiro foi tomado pelas províncias de Entre Rios e Corrientes, assumido posteriormente pela Confederação Argentina que, sob o comando de Urquiza, realizou também o segundo empréstimo. Apesar das guerras que envolveram essas dívidas e da separação e reunificação do território argentino, o contrato com o governo brasileiro foi mantido. Então naquele momento quem assumia as dívidas era a República Argentina.

Justo José de Urquiza havia deixado a presidência da Confederação Argentina em março de 1860, passando o cargo para Santiago Derqui. Urquiza voltou a ser governador de Entre Rios e general chefe do exército da Confederação. Naquela altura dos acontecimentos, a Batalha de Cepeda que havia sido vencida por Urquiza já abriu caminho para a assinatura em 11 de novembro de 1859 do Pacto de San José de Flores, que incorporava Buenos Aires por direito à Confederação Argentina, ainda que não de fato. Para dar prosseguimento a essa incorporação, Mitre foi eleito para governar a Província, que passava a ser a capital da Confederação. Nesta posição, conseguiu renegociar o Pacto e alterar a Constituição para retomar a renda aduaneira do porto.

Nesse contexto, Mauá não foi tão próspero quanto no Uruguai. Seu banco na Confederação Argentina teve contrato rompido pelo governo que se dizia insatisfeito pela timidez do banco, ou seja, necessitavam que fosse oferecida maior quantidade de capital para fazer frente às necessidades desse governo em crise, ao que Mauá se recusou a fazer. Os papéis lançados pelo Banco Mauá no mercado não eram aceitos pela população da Confederação como ocorria em Buenos Aires. Além disso, a concorrência com aquela província era bastante difícil por manterem os preços fixos, enquanto Mauá utilizava os preços de mercado. Mauá perdeu a autorização para seu banco ainda em 1860, um pouco depois de retirarem de

Buschental o direito sobre as rendas aduaneiras de Santa Fé (ALVAREZ, 1947, p. 158).¹⁶

Mais uma batalha importante marcaria esse processo de reunificação, a Batalha de Pavón, ocorrida em 17 de setembro de 1861. A guerra entre a Confederação Argentina e Buenos Aires era militar e econômica, podendo também ser compreendida na longa disputa dos partidos políticos pelo controle do Estado e das rendas aduaneiras. Garavaglia (2015, p. 41-42) considera que a “catástrofe financeira” em que se encontrava o governo de Paraná explica grande parte da falta de ânimo de Urquiza de proceder com a batalha, abandonando-a antes do fim, pois “ela parecia estar perdida ainda antes de começar”. “Além do potencial econômico e populacional”, escreve Garavaglia (2015, p. 192), Buenos Aires venciu porque possuía a máquina de imprimir moeda fiduciária (papel sem lastro), que era aceita pela população. Bartolomé Mitre governava Buenos Aires e como vencedor da guerra liderou o processo de organização nacional. Sua vitória “significava o triunfo da política de Buenos Aires sobre as províncias” (CABRIOS, 1966, p. 238).

Nesse processo de reorganização da República Argentina é que se iniciaram as negociações dos pagamentos dos empréstimos com o Império do Brasil. Em 4 de dezembro de 1863, Brasil e Argentina acordaram o pagamento das dívidas por meio de um protocolo¹⁷ (aprovado pelos respectivos governos apenas com o Protocolo de 22 de julho de 1864).¹⁸ Acordou-se que semestralmente seriam pagos pela República a quantia de 17.500 pesos fortes ou patações (as unidades de conta parecem indiferentes) até que se completasse o total de 714 mil pesos fortes ou patações.¹⁹ Esse somatório referia-se aos empréstimos a Entre Rios e Corrientes de 1851 no valor de 400 mil pesos fortes e à dívida da Confederação Argentina de 1857 de 314 mil pesos (originalmente 300 mil, mas acrescida de 14 mil em decorrência da diferença de câmbio reclamada pelo Império do Brasil posteriormente).²⁰

Para a amortização total da quantia devida, nesse plano, os pagamentos ocorreriam ao longo de quase uma década, de setembro de 1864 a junho de 1874. Já para o pagamento dos juros vencidos, estimava-se a entrega de 20 mil pesos

¹⁶ Sobre o encerramento das atividades do Banco Mauá em Rosário, ver também Sambuccetti (1999, p. 228-234).

¹⁷ BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, N. 201.

¹⁸ BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, N. 205.

¹⁹ BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, N. 201.

²⁰ BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, N. 201.

fortes a cada semestre, em junho e em dezembro de cada ano, até que os valores totais devidos fossem amortizados. E os juros a vencer seriam pagos com cada parcela da amortização. Por fim, estipulava-se que a dívida argentina com o Império do Brasil dividia-se da seguinte forma:

Tabela 4 - Cálculo da dívida argentina referente aos empréstimos de 1851 e 1857

Patações ou pesos fortes	Referência
400.000	empréstimo de 1851
300.000	empréstimo de 1857
14.000	diferença de câmbio e comissão no empréstimo de 1857
383.480	juros vencidos até 30 de junho de 1864
223.650	juros a vencer até 30 de junho de 1874
1.321.130	TOTAL

Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações de BRASIL, RRNE, 1865. Ver quadros detalhados nos Anexos B e D.

As negociações eram encaminhadas ao mesmo tempo em que a necessidade por recursos para a Guerra contra o Paraguai imperava. O prolongamento da Diplomacia do Patacão se deu nesse contexto. Com a República Argentina foram assinados dois protocolos: um em 31 de maio de 1865 e outro em 01 de fevereiro de 1866. No empréstimo de 1865 estipulava-se a entrega ao governo argentino de 1 milhão de pesos fortes, em quatro prestações mensais de 250 mil pesos fortes cada uma, cujas letras já foram entregues ao governo argentino logo após a assinatura do protocolo.²¹ Esse empréstimo estava vinculado a outro que a Argentina negociaria em Londres, de modo que o crédito brasileiro funcionou como um adiantamento.²²

O empréstimo em Londres foi autorizado pelo governo argentino em 27 de maio de 1865, com limite máximo de 12 milhões de pesos e seria negociado por Norberto de le Riestra. Em Londres, Riestra conseguiu o empréstimo com a casa Baring Brothers, que totalizou 2,5 milhões de libras divididos entre 1866 e 1868. No primeiro ano, foram lançados títulos no total de 518 mil libras ao preço de 75%, e em 1868 foram 1.982.000 de libras ao preço de 72,5%. Dos 2,5 milhões devidos pela Argentina, o país receberia £ 1.735.703 (AGOTE, 1881, p. 26). Esse valor totalizava

²¹ [Protocolo]. Buenos-Ayres, 31 mai. 1865. In: BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 231.

²² [Protocolo]. Buenos-Ayres, 31 mai. 1865. In: BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 231.

8.678.515 pesos fortes (5 pesos fortes por cada libra). Sendo assim, com a primeira parte do empréstimo já seria possível pagar o empréstimo brasileiro, se a guerra não estivesse demandando tantos recursos.

Já com o protocolo de 1º de fevereiro de 1866 entre Brasil e Argentina, também eram emprestados um milhão de pesos fortes, novamente em quatro parcelas mensais que seriam pagas com letras do tesouro brasileiro.²³ Esses pagamentos, entretanto, começariam a ser pagos a partir de três meses após a assinatura do protocolo, sendo a primeira parcela de 200 mil, as duas seguintes de 250 e a última de 300 mil pesos fortes. As letras foram entregues logo após a assinatura do protocolo.²⁴ Sendo assim, o calendário de pagamentos dos dois protocolos deveria ser o seguinte:

Quadro 10 – Prováveis datas de pagamento das parcelas dos empréstimos de 1865 e 1866 do Brasil para a Argentina

Protocolo	Data	Valor (pesos fortes)
31/05/1865	31/06/1865	250.000
	31/07/1865	250.000
	31/08/1865	250.000
	31/09/1865	250.000
01/02/1866	01/05/1866	200.000
	01/06/1866	250.000
	01/07/1866	250.000
	01/08/1866	300.000

Fonte: Elaboração própria com base In: BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 231 e n. 232.

Com isso a República Argentina acumulou mais dois milhões de pesos fortes em dívida com o governo brasileiro. Ao receber parte do empréstimo tomado em Londres, entretanto, houve uma renegociação entre Argentina e Brasil para que parte dos recursos tomados na Europa pudessem ser destinados a gastos de guerra, devido ao prolongamento do conflito.²⁵ Eram três países contra o Paraguai, não se esperava que a guerra tardaria tanto e com isso as despesas surpreenderam. O próprio Império do Brasil também precisou solicitar um empréstimo em 1865. O empréstimo brasileiro tomado em Londres, no valor de

²³ [Protocolo]. Buenos-Ayres, 1º fev. 1866. In: BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 232.

²⁴ [Protocolo]. Buenos-Ayres, 1º fev. 1866. In: BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 232.

²⁵ BRASIL, RRNE, 1868, p. 25.

6.963.600 libras esterlinas, foi o maior empréstimo tomado pelo Império até então, e o primeiro com fins estritamente militares (MESSIAS, 2015).

A Guerra do Paraguai representou então um divisor no histórico de endividamento brasileiro no século XIX. O serviço da dívida que era em média de 350 mil libras anuais até meados do século, passou a ser de um milhão de libras durante a guerra, passando de dois milhões no final do período, chegando a representar 60% do saldo da balança comercial que o país vinha tendo a partir de 1860 (ALMEIDA, 2005; BANDEIRA, 2003). Aumento de impostos, emissão de moedas e empréstimos internos e externos foram necessários para complementar a renda do governo, que com isso teve de 1864 a 1870 6,4% de crescimento (CARREIRA, 1889). O ano de 1865 marcou a condição brasileira de país credor e devedor, em que o capital fluía entre os tabuleiros geopolíticos ligando a guerra e a dívida. Veremos no próximo tópico, que naquele ano o Brasil emprestou também ao Uruguai.

5.3 Uruguai: mesma história em novo contexto

Apesar das dificuldades que o governo brasileiro já vinha enfrentando nas negociações com o governo paraguaio, a guerra começou novamente no Uruguai. A longa duração dos conflitos platinos se mostraria presente na incursão brasileira àquele território, repetindo o contexto de reclamações de seus súditos sul-rio-grandenses com propriedades no país vizinho, mostrando a face interventora do país credor que precisava fazer-se respeitado pelo papel de liderança que vinha assumindo no jogo da região. Ainda que as justificativas e reclamações não sejam as mesmas de anos atrás, quando iniciou a Diplomacia do Patacão, a longa duração de disputa por terras, propriedades, acesso aos rios e construção de Estados pode ser percebido neste novo conflito se o observarmos sem a lupa das especificidades conjunturais.

Nesse novo contexto, a estratégia do governo brasileiro de seguir financiando seus aliados nos conflitos platinos também prosseguiu, mas o que se altera na Guerra contra o Paraguai é a confluência de interesses de seu financista aliado, o

barão de Mauá. Agora banqueiro, viu seu banco “marchar a galope” no Uruguai²⁶ e conseguiu grande proximidade com Urquiza na Confederação Argentina.²⁷ Estando tão próximo a esses países e tão involucrado em seus negócios, precisava acompanhar também a política e fazer suas apostas nessa região de histórico tão instável. Suas expectativas com a atuação no Uruguai pareciam bastante altas pelo que escreveu em sua “exposição aos credores”:

E a República [Oriental do Uruguai] em estado de, em poucos anos, não ter em circulação um só título de dívida, tão rápida era a amortização destes com o excesso de renda! Tal foi o resultado de uma série de medidas adotadas em um período de mui poucos anos, em que o bom senso dominou no governo daquela nacionalidade: – antes de findar o ano de 1868 – o Brasil seria o único credor do Estado Oriental, se a revolução capitaneada pelo General Flores, em 1863, não viesse acender de novo o facho incendiário da guerra civil (MAUÁ, 2011, p. 230).

Nesse contexto, apesar das altas expectativas, Mauá acompanhava a política uruguaia e sabia dos riscos que seus negócios estavam correndo. A partir de então, parece que Mauá não fez as melhores opções. Seus biógrafos apontam sua proximidade com o presidente Berro e sua inconformidade com o apoio do governo brasileiro a Venancio Flores. Oddone (1967, p. 44) aponta que em cartas a Lamas, Mauá demonstrava considerar a Berro como representante da “civilização e a ordem”, com “as ideias mais sãs e mais bem intencionadas”, justamente porque tinha na centralidade de seu projeto a ideia de extinção dos partidos políticos que desde a independência do país vinham disputando o controle do Estado.

Tendo em conta as ideias liberais de Mauá e a relativa estabilidade necessária para as tomadas de decisão e o bom andamento de seus negócios, é compreensível porque a política de Berro parecia-lhe vantajosa. Era necessário cortar a raiz das discórdias uruguaias que levavam a constantes revoluções políticas no país, e essa raiz parecia ser os partidos políticos. Só que o funcionamento do Estado platino, ainda em construção, estava longe de ser o mesmo em que as ideias de mercado autorregulado surgiram e se fizeram hegemônicas, ainda que na prática

²⁶ “Desde essa época a prosperidade do Banco Mauá, na República, marchou a galope; dentro de meia dúzia de anos o país e a instituição de crédito, que o havia amparado, se achavam ambos em uma situação invejável – a propriedade havia quintuplicado de valor, e o banco tinha depósitos por quantia superior a dez milhões de pesos; suas notas de emissão, recebidas com preferência ao ouro, pois até da campanha vinham os gaúchos com seu ouro trocar pelas notas do Banco Mauá!” (MAUÁ, 2011, p. 230)

²⁷ Sobre a relação de Mauá com Urquiza, ver Sambuccetti, 1999.

possamos perceber que não passaram de utopias, como bem demonstrou Polanyi (2012).²⁸

Antes da queda de Berro, Mauá vinha realizando algumas operações com o governo uruguaio visando reduzir o problema da dívida pública uruguaia. Em 27 de julho, Mauá e Francisco Luis da Costa Guimarães, sem envolver o Banco Mauá, ofereceram ao governo oriental comprar vales da dívida interna pagando 40% de seu valor nominal, que segundo Devoto (1976) era o preço corrente do mercado. O total da compra foi de 2,5 milhões de pesos. Mauá investiu recursos em títulos governamentais pelos quais receberia juros, mas isso sem envolver o capital de seu banco. Isso porque “os capitais de um banco devem estar sempre disponíveis” (DEVOTO, 1976, p. 136) e não investidos em empréstimos a governos que por tão longos prazos imobilizariam os capitais. Mais tarde essa ideia se tornaria crucial. Nesse sentido, Mauá apareceu novamente como financista, para além de seu papel de banqueiro, investindo sua fortuna pessoal.

Já em 14 de novembro de 1863, Mauá foi encarregado de um segundo convênio com o governo uruguaio para conversão da dívida interna em externa. Pela primeira vez um empréstimo uruguaio estava sendo negociado em mercados europeus, segundo Oddone (1967). O Uruguai não havia entrado na primeira crise da dívida latino-americana porque ainda era uma província brasileira na época, tornada independente apenas em 1828. Com tantos conflitos desencadeados posteriormente, já vimos que havia dívida com outros países (França, Inglaterra e Brasil), mas eram empréstimos entre Estados. Pela primeira vez se negociava um empréstimo na City, inserindo o Uruguai na Bolsa internacional (ODDONE, 1967).

As condições impostas pelo governo uruguaio era que sob nenhuma hipótese o novo contrato poderia sair mais caro do que a dívida já estabelecida internamente e que os detentores dessa dívida interna deveriam ceder ao Estado metade de toda vantagem que pudessem tirar de tal operação (FERRANDO, 1969, p. 59). O empréstimo funcionaria com a troca de obrigações da dívida interna por títulos de

²⁸ Escreveu Polanyi: “Nossa tese é que a ideia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade teria que tomar medidas para se proteger, mas, quaisquer que tenham sido essas medidas elas prejudicariam a auto-regulação do mercado, desorganizariam a vida industrial e, assim, ameaçariam a sociedade em mais de uma maneira” (POLANYI, 2012, p. 4).

dívida externa, até o limite de um milhão de libras esterlinas, correspondente a 4,7 milhões de pesos. Desse valor, 10% eram colocados à disposição do governo uruguaio. A operação ficou conhecida como “Empréstimo montevideano europeu”.

Ferrando (1969) explica que o empréstimo não era necessariamente para aumentar o capital do Estado uruguaio, mas sim para proteger os detentores de papéis da dívida oriental. Um dos grandes detentores, nesse caso, era o próprio Mauá, que como vimos havia comprado relevante parte da dívida uruguaia. Os credores do Estado haviam depositado no Banco Mauá seus vales, e a partir dele é que negociariam seus recebimentos após a assinatura do contrato em Londres. Mauá finalizou a negociação em 28 de dezembro de 1864.²⁹ Com o contrato assinado, Mauá pôde voltar ao Uruguai e pagar aos depositantes.

Mas diante da crítica situação política do país, com a ameaça de Flores, o governo uruguaio necessitava de mais crédito para tentar assegurar a ordem interna, pedindo para isso mais um empréstimo a Mauá, no valor de 368 mil pesos. Devemos prestar atenção ao fato de que, ao emprestar, Mauá estava de certa forma auxiliando um governo ao qual o próprio Império do Brasil ajudaria a derrubar. Nesse caso, Mauá estava apostando no lado que acabou perdendo o conflito, o lado de Berro e Aguirre. A ocupação de Montevidéu pelo Brasil iniciou em fevereiro de 1865 e logo se deu a queda de Aguirre. Em abril as forças paraguaias avançaram sobre a província argentina de Corrientes para atacar os brasileiros no Uruguai. Em maio se deu o Tratado da Tríplice Aliança, e com ele a Diplomacia do Patacão voltou a atuar.

Por meio da Convenção de 8 de maio de 1865,³⁰ o Império do Brasil forneceria um subsídio ao governo uruguaio para “fardar, armar e costear pelo menos de quatro a cinco mil homens que devem marchar contra o atual presidente do Paraguay”. O subsídio teria o total de 600 mil pesos fortes e seria realizado em quatro parcelas: 200 mil a 35 dias da data de assinatura da convenção, 200 mil após 65 dias, 100 mil após 95 dias e, por fim, 100 mil após 125 dias. As condições desse empréstimo foram definidas por meio do protocolo de 5 de junho de 1865³¹ e determinavam que o Uruguai pagaria apenas os juros e despesas que o governo brasileiro necessitaria se fosse fazer um empréstimo para conceder os 600 mil pesos

²⁹ “*Mauá había expresado a Lamas que la conversión no respondía a un fin lucrativo. Maillefer, al comentarla en oficio de 14 de abril, la calificó de ‘hábil operación hecha a medias en la Bolsa de Londres sobre la Deuda Oriental comprada a 40% y vendida a 60’*” (DEVOTO, 1976, p. 138).

³⁰ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 226.

³¹ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, N. 227.

fortes ao Uruguai, ou então pagaria os juros que não passariam da tradicional taxa de 6% ao ano.

Além disso, se manteria em vigor para este empréstimo as condições da Convenção de Subsídios de 1851 e o Uruguai deveria amortizá-lo o mais rápido possível (passado um ano do empréstimo, deveria ocorrer a amortização de 1% por mês). Assim como no caso argentino, se levantado um empréstimo no estrangeiro, este deveria servir para o pagamento do governo brasileiro. No mesmo ano de 1865, em 22 de novembro, foi assinado outro protocolo³² em que o Império do Brasil emprestaria mais 200 mil pesos fortes em quatro parcelas de 50 mil pesos cada, entregues mensalmente a partir de um mês decorrido da assinatura desse protocolo. As condições eram as mesmas estipuladas pelo protocolo anterior.

Em 1867 o Brasil passou novamente a fornecer subsídios ao governo do Uruguai por meio do Protocolo de 15 de janeiro.³³ Seriam 30 mil pesos fortes por mês, que era justamente o necessário para manter a coluna de operações uruguiaia contra o Paraguai. Esses subsídios deveriam durar o quanto durasse a guerra, desde que não ultrapassassem a quantia de seiscentos contos de réis.³⁴ Deveriam ser pagos por meio de letras sacadas contra o Tesouro brasileiro a favor do governo oriental a partir de janeiro e as condições de pagamento deveriam ser as mesmas estipuladas nos protocolos anteriores.

Já no ano seguinte, entretanto, o Império anunciou a suspensão desses pagamentos. Como foi recorrente ao longo da relação de credor do Império do Brasil com sua antiga Província Cisplatina, o governo uruguaio respondeu com o pedido de continuação por mais um tempo, pelo menos até que conseguissem se reorganizar. O pedido foi anuído pelo Brasil por meio do Protocolo de 14 de fevereiro de 1868.³⁵ Deste modo, os subsídios seguiram até 15 de junho de 1868, com a condição de que o governo uruguaio abdicaria do auxílio brasileiro caso pudesse marchar sem ele. Com esse último empréstimo a dívida do Uruguai com o Brasil ascendeu a 1.780.746 pesos (FERRANDO, 1969, p. 68), e a partir de então encerrava-se o fornecimento de créditos brasileiros pela Diplomacia do Patacão. As cobranças,

³² BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 228.

³³ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 229.

³⁴ BRASIL, RRNE, 1867, p. 28.

³⁵ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 229.

entretanto, prosseguiriam por vários anos, como veremos brevemente no próximo tópico.

O Banco Mauá no Uruguai, por sua vez, resistiu mais tempo no que na Argentina, mas enfrentou grandes dificuldades desde pelo menos o início da Guerra contra o Paraguai. Além disso, uma grande crise financeira vinda da Europa, conhecido como crack de Overend,³⁶ provocou uma primeira onda de corrida bancária no Uruguai que atingiu Mauá em cheio. A partir de então, a quebra de seu banco foi questão de tempo. Quando se deu a segunda corrida especulativa, em meio às crises que a Guerra contra o Paraguai também vinha ocasionando, o governo uruguaio criou uma lei de inconvertibilidade do papel moeda. Mauá protestou através de um manifesto escrito, colocando a causa baixo proteção do governo imperial e se refugiou na legação brasileira (ODDONE, 1967, p. 46).

Para Devoto (1976, p. 288, tradução nossa), a dramática situação em que se encontrava o Banco Mauá naquele momento a ponto de não conseguir cumprir seus compromissos, tinha mais a ver com o excesso de crédito oferecido por impulso, em momentos de “prosperidade aparente”, e por possuir grande parte “de seu capital imobilizado em fundos públicos, estâncias, terras, propriedades e gados”, do que com a questão do abuso de emissão de notas. Todos os protestos e negociações de Mauá pelo retorno à convertibilidade não adiantaram. A Legação brasileira chegou a intervir e tentar negociar, também sem sucesso. Oddone (1967, p. 47) aponta então outro provável erro de Mauá: seu apoio ao derrotado governo de Bernardo Berro, pelo qual pagava “a culpa política de haver apoiado a um governo legal” que ainda deteriorou sua fortuna. O Banco Mauá de Montevideu fechou suas portas em 11 de fevereiro de 1869.

5.4 Epílogo: alguns dados sobre o pagamento dos empréstimos brasileiros

A Guerra do Paraguai, último grande conflito bélico entre os países platinos, ocorreu em uma fase do capitalismo mundial em que era maior a exigência para consolidação de Estados fortes e unificados. De certa forma, a guerra refletiu esse

³⁶ “In May of 1866, Bismarck went to war with Austria, and the Bank of England raised its discount rate to 10%. England’s largest bill broker, Overend and Gurney, succumbed provoking a major crisis in which the Bank of England once again had to secure a bill of indemnity for violating the terms of the Bank Charter Act of 1844. Italy was forced into inconvertibility. The brunt of this crisis in Brazil fell upon the two British banks” (SCHULZ, 2013b, p. 31).

contexto, ainda que, empiricamente, as alianças e conflitos da Guerra do Paraguai tenham manifestado distintos modos de consolidar os Estados envolvidos. Enquanto o Paraguai terminou a guerra arrasado, com sua existência enquanto Estado ameaçada, o Uruguai havia experimentado mesmo ao longo do conflito um período de intenso crescimento econômico, apesar da instabilidade política, já que pôde rivalizar seu porto com o de Buenos Aires. Assim como na Argentina, a Guerra do Paraguai foi decisiva no processo de consolidação do Estado nacional uruguaio.

A Argentina teve então um desempenho distinto nessa guerra, que teve seu fim combinado ao final da longa guerra civil entre Buenos Aires e o interior do país. Em fins do século, chegou a ter uma renda *per capita* quatro vezes maior que a brasileira, reproduzindo o típico padrão europeu baseado no complexo e sanguinário jogo que mistura guerras, comércio e finanças. Para o Império do Brasil, entretanto, a Guerra do Paraguai representou o apogeu de sua força militar e de sua capacidade diplomática, mas passada a guerra, teve início o declínio de sua preponderância regional.

A guerra que ajudou a criar uma identidade nacional, também favoreceu a ascensão de uma força militar, republicana e progressista, que defendia inclusive o fim da escravidão, enfraquecendo seu regime monárquico, e enfraquecendo seu Estado regionalmente. Segundo Wilma Peres Costa (1996), essa guerra fez do exército brasileiro uma “espada de Dâmocles” sobre o governo imperial. Financeiramente, o conflito foi demasiado custoso para o Brasil, que ainda despendeu recursos auxiliando seus aliados através da Diplomacia do Patacão. Um acontecimento curioso, que foge ao escopo deste trabalho mas merece ser mencionado, foi o pedido para a garantia de um empréstimo por parte do governo paraguaio.

Em maio de 1871 o governo paraguaio, no papel de D. Carlos Loizagra, ministro de Relações Exteriores, pediu ao governo brasileiro a garantia para um empréstimo ou ao menos seu apoio moral. Ter o apoio do Brasil, considerado “bom pagador” nas praças europeias, favoreceria as negociações paraguaias. O empréstimo seria pedido no estrangeiro para “fomentar o desenvolvimento material do país” e “atender as necessidades urgentes da administração”.³⁷ A garantia material não seria dada pelo Império, mas o apoio moral, entendido como “declarar-

³⁷ BRASIL, RRNE, 1872a, p. 23.

se, se for preciso, na praça em que se tenha de ser contraído o empréstimo, que não sofre este, por parte do Brasil, objecção derivada das estipulações definitivas de paz, ainda não concluídas”.³⁸ Após a guerra, o Paraguai teria ficado ainda responsável por partes das despesas do conflito, de modo que além de reconstruir seu país, ainda teria que renascer endividado pelos vizinhos que o derrotaram. O pedido paraguaio chegou a ser aprovado pelo governo brasileiro, que enviou as instruções necessárias a seu agente diplomático em Londres.³⁹

Já no que se refere às dívidas da Diplomacia do Patacão, no caso do Uruguai, houve reclamações por parte do Império do Brasil por um empréstimo uruguaio tomado em Londres. Em 1871 o governo uruguaio se endividou com a banca londrina por 3,5 milhões de libras, ao preço de 72 (de cada 100 libras devidas, receberia 72) e juros de 6% ao ano. As garantias seriam as hipotecas de todas as rendas livres da alfândega da República. O Império do Brasil entendeu isso como uma violação dos compromissos assumidos pelo país vizinho para com o governo brasileiro, para o qual já estavam hipotecadas todas as contribuições diretas e indiretas do país, especialmente os direitos da alfândega.⁴⁰

Na nota da legação imperial em Montevideu de 4 de fevereiro de 1872, o enviado brasileiro Antonio José Duarte de Araujo Gondim explicava que na interpretação do Império o contrato do empréstimo uruguaio em Londres contrariava as estipulações da Convenção de Subsídios, sobretudo nos artigos 7º e 10º dessa convenção.⁴¹ Algumas notas foram trocadas entre os dois governos, mas não convenceram ao governo brasileiro, que por fim decidiu não intervir no empréstimo, mas solicitava que o governo uruguaio se comprometesse a colocar nos cálculos do governo o pagamento da dívida brasileira.⁴² Nesse sentido, ainda em 1872 o governo oriental apresentou uma proposta de pagamento ao Império, por meio da nota de 25 de abril de 1872:

³⁸ BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 154.

³⁹ BRASIL, RRNE, 1872a, p. 23.

⁴⁰ BRASIL, RRNE, 1872a, p. 24.

⁴¹ “O artigo 7º dessa convenção estipula expressamente o seguinte: “Conseguindo o governo oriental um empréstimo *por qualquer meio*, os fundos que por ele houver serão *precipualemente e logo* aplicados ao reembolso de todas as somas de que se reconhece e declara devedor nesta convenção. E o artigo 10º “Para o exato e pontual pagamento das somas e juros de que trata, e a que se refere esta convenção, o governo oriental obriga e hipoteca todas as rendas do Estado, todas as contribuições diretas e indiretas, e especialmente os direitos d’alfandega” (BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 166).

⁴² BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, N. 166.

1º Liquidar-se a dívida até 31 de dezembro do corrente ano.

2º Abonar-se semestralmente, desde 1º de Janeiro do ano próximo futuro, o juro de 6% ao ano sobre o capital, e o de 3% sobre a quantia líquida dos juros.

3º Amortizar-se anualmente 3% da dívida durante os dois primeiros anos, 4% no terceiro e quarto, e 5% nos seguintes.

4º Destinar-se especialmente uma renda, que seja suficiente, para a amortização e o pagamento dos juros (BRASIL, RRNE, 1872b, p. 28).

A proposta não foi aceita integralmente pelo Império por duas principais razões. A primeira era a taxa de juros, que deveria ser condizente com os custos que teve o Império para conseguir levantar as quantias emprestadas, tanto interna como externamente. Segundo o governo imperial, essa taxa era de 7%, juros que vinha sendo cobrado da Argentina.⁴³ A segunda razão dizia respeito ao último ponto da proposta uruguaia, de destinar uma renda para o pagamento do empréstimo, pois segundo a Convenção de Subsídios de 1851 o Império já tinha direito sobre todas as rendas do Estado Oriental, todas as contribuições diretas e indiretas e, sobretudo, sobre os direitos da Alfândega.⁴⁴

No Uruguai, os pagamentos pelos empréstimos brasileiros estavam abaixo das linhas de maior prioridade do governo oriental, o que se refletiu não apenas nos pagamentos dos créditos da Diplomacia do Patacão como ainda no atendimento às reclamações de prejuízos de guerra feitos pelos súditos brasileiros. O pagamento das dívidas com a França e a Inglaterra foram priorizados, assim como suas reclamações de guerra. Essa situação reflete a discrepância de poder entre os maiores jogadores do tabuleiro global *versus* o grande jogador do tabuleiro regional. Iniciada em 1851, a história da Diplomacia do Patacão no Uruguai só chegou a um acordo de pagamento definitivo em 1918, quando foi assinado em julho um tratado entre os dois países para acordar o pagamento dessa dívida (FERRANDO, 1969, p. 161).

A partir desse tratado foi aprovada a lei de 12 de dezembro de 1918 que autorizava uma emissão de dívida interna que totalizava 5 milhões de pesos (1.063.829 libras esterlinas) para fazer obras de mútuo interesse na fronteira entre os dois países (BARRERA, 2015, p. 315). A partir de então, foi criado um Instituto de Trabalho, construída uma ponte internacional sobre o Rio Jaguarão assim como

⁴³ A diferença entre os juros de 6% ou 7% no total da dívida uruguaia era de 270.058,53 pesos fortes, variação que representava 2,87%.

⁴⁴ BRASIL, RRNE, 1872b, p. 29.

linhas ferroviárias. A ponte foi construída entre 1927 e 1930 e recebeu o simbólico nome de Ponte Internacional Barão de Mauá (Fotografia 1), ligando a cidade uruguaia de Rio Branco à cidade brasileira de Jaguarão. Foi a primeira ponte internacional construída entre os dois países e em sua inauguração era a ponte mais extensa da América do Sul (2.113,86 metros de extensão, sustentada por 85 arcos) (BRASIL, IPHAN, 2015, p. 40). É o primeiro bem cultural binacional reconhecido pelo Mercosul Cultural, sendo considerado um Patrimônio Cultural das autoridades brasileiras e uruguaias.

Fotografia 1 – Ponte Internacional Barão de Mauá



Foto: Márcio Vianna. In: BRASIL, IPHAN, 2015, p. 41.

A dívida uruguaia levou, portanto, aproximadamente oitenta anos para ser paga desde seu primeiro empréstimo, mas foi paga. Vejamos agora o caso argentino. Já com relação à Argentina, os quatro empréstimos realizados pelo Império do Brasil foram negociados de dois em dois. Começaremos pelos últimos, realizados em 1865 e 1866, que serviram como adiantamentos ao empréstimo que o

país tomava em Londres e que possuíam, portanto, prazos mais curtos para pagamento. A dívida de um milhão de pesos contraída em 1865 foi paga através de dois protocolos: de 12 de janeiro de 1869 e de 16 de abril de 1869,⁴⁵ sendo que em cada um foram destinados ao Brasil 500 mil pesos, quitando essa primeira dívida. Os juros referentes a esse empréstimo de 1865 seriam adicionados à dívida referente ao empréstimo de 1866.

Na mesma linha do que foi negociado para o empréstimo anterior, a dívida referente ao crédito de 1866 também deveria ser paga em duas prestações iguais, das quais a primeira venceria em 12 de julho de 1870 e a segunda seis meses depois. Já os juros seriam pagos em uma terceira parcela, seis meses depois da segunda parcela do valor principal. O primeiro pagamento foi feito no prazo, mas o segundo que deveria ser feito em 12 de janeiro de 1871 foi adiado a pedido do governo argentino⁴⁶ para 12 de outubro de 1871.⁴⁷ Além disso, outra solicitação, feita ainda em 2 de maio daquele ano, cinco meses antes do vencimento, solicitava o adiamento por cinco anos tanto da segunda parcela do empréstimo de 1866 quanto dos juros dos empréstimos de 1865 e 1866 que deveriam ser pagos em 12 de julho.⁴⁸

O Império do Brasil, também alegando o peso dos encargos ocasionados pela Guerra contra o Paraguai, não aceitou o adiamento por tão longo prazo. Por isso, fez outra proposta ao governo argentino: que os 500 mil pesos fortes da segunda parcela do empréstimo de 1866 fossem pagos em 12 de outubro de 1872 (um ano de adiamento, portanto) junto aos juros de 7% calculados desde 12 de janeiro de 1871. Quanto aos juros dos empréstimos de 1865 e 1866 (que em 12 de janeiro de 1871 montavam a 549.023 pesos fortes e 58 centésimos), poderiam ser pagos em 12 de julho de 1873, junto dos juros de 7% contados desde 12 de junho de 1871.⁴⁹

A proposta foi assinada *ad referendum* pelo ministro argentino, o brigadeiro-general D. Wencesláo Paunero, ou seja, sem fundamentação legal, já que não

⁴⁵ Império do Brasil, Confederação Argentina. [Protocollo]. Buenos Aires. 16 abr. 1869. In: AHI, 222-4-6.

⁴⁶ O governo argentino justificava o pedido da seguinte forma: “[...] visto pesar sobre o tesouro público enormes encargos provenientes da guerra contra o Paraguay, da de Entre Rios e da paralisação quase completa das primeiras indústrias do país em consequência da guerra entre a França e a Prússia e da epidemia que atualmente está flagelando Buenos-Ayres” (BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 326).

⁴⁷ BRASIL, RRNE, 1871, p. 59.

⁴⁸ BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 326.

⁴⁹ BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 326.

estava de acordo com as instruções que havia recebido do governo argentino. Paunero faleceu em 7 de junho de 1871, e José Maria Rosa assumiu seu lugar, confirmando em 1º de julho que seu governo havia aceitado as condições propostas pelo Império do Brasil.⁵⁰ Sendo assim, em 12 de outubro de 1872 o governo argentino pagou a quantia devida, totalizando 561.250 pesos fortes (500 mil pesos do principal acrescido de juros de 7% a.a.), e em 12 de julho de 1873 pagou a quantia restante, de 549.028 pesos fortes mais os juros, conforme Quadro 11.⁵¹

Quadro 11 – Pagamento pela Argentina dos empréstimos de 1865 e 1866

Protocolo	Data do empréstimo	Valor emprestado (pesos fortes)	Data de pagamento	Valor pago (pesos fortes)
31/05/1865	31/06/1865	250.000	12/01/1869	500.000
	31/07/1865	250.000		
	31/08/1865	250.000	16/04/1869	500.000
	31/09/1865	250.000		
01/02/1866	01/05/1866	200.000	12/07/1870	500.000
	01/06/1866	250.000		
	01/07/1866	250.000	12/07/1872	500.000
	01/08/1866	300.000		
TOTAL		2.000.000		2.000.000
Juros de 6% a.a. contados da data dos empréstimos até 12/01/1871			12/07/1873	549.023,58
Juros de 7% a.a. sobre 549.023,58 contados de 12/01/1871 a 12/07/1873			12/07/1873	76.863,30
TOTAL PAGO PELO GOVERNO ARGENTINO				2.625.886,88

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Relatórios de Repartição dos Negócios Estrangeiros.

Os empréstimos argentinos de 1865 e 1866 foram pagos, portanto. Vejamos o que ocorreu com os empréstimos de 1851 e 1857. Seguindo o planejado com a negociação iniciada em 1863, a República Argentina já havia pagado ao Brasil no primeiro trimestre de 1865 três prestações de sua dívida, totalizando 103.842 pesos fortes (ver Anexo E), que foram entregues ao cônsul geral do Brasil em Buenos Aires.⁵² As duas parcelas seguintes também foram pagas no prazo.⁵³ As cinco primeiras prestações totalizaram, portanto, 178.425 pesos fortes. A prestação que deveria ser paga em dezembro de 1865 foi adiada porque a República Argentina

⁵⁰ BRASIL, RRNE, 1872a, anexo 1, n. 327.

⁵¹ BRASIL, RRNE, 1872b, p. 27.

⁵² BRASIL, RRNE, 1865, p. 63.

⁵³ BRASIL, RRNE, 1866, p. 21.

atravessava dificuldades financeiras e estava pedindo empréstimo na Europa.⁵⁴ Nos relatórios dos anos seguintes a Argentina ainda mantinha suspensos esses pagamentos.⁵⁵ Deste modo, ficaram em atraso as parcelas de dezembro de 1865 a dezembro de 1868.⁵⁶

Assim, os pagamentos das dívidas que estavam suspensos só voltaram a ser pagos depois de assinados os protocolos de 12 de janeiro⁵⁷ e 16 de abril de 1869⁵⁸ (ver Quadro 12). Em 1º de abril foi paga a quantia de 23.485 pesos fortes, referentes à parcela de março de 1869, comprometendo-se a República em pagar em 12 de janeiro de 1870 todas as prestações vencidas assim como seus juros, regularizando assim o pagamento das parcelas conforme acordado em 1864 (ver Anexos D e E).⁵⁹ Porém, não foi isso que ocorreu.

Em nota de 8 de janeiro de 1870, o governo argentino, representado por Mariano Varela, ministro das Relações Exteriores daquele país, pedia adiamento das prestações atrasadas dos empréstimos de 1851 e 1857, assim como dos empréstimos de 1865 e 1866 (que vimos anteriormente), e que deveriam ser pagas no dia 12 daquele mês. Segundo a nota, tal data estava fixada tendo por base a ideia de que a Guerra contra o Paraguai havia terminado com o combate de Lomas Valentinas, entre 21 e 27 de dezembro de 1868, e que o pagamento se realizaria, portanto, um ano após a retirada das primeiras forças do Paraguai.⁶⁰ Entretanto:

A duração da guerra além dos nossos cálculos de então tem mantido até agora os mesmos gastos que fazíamos ao celebrar o protocolo, de modo que existem hoje as mesmas razões que nessa época tínhamos para fixar um espaço de tempo que permitisse refazer-se o tesouro antes de dar princípio ao cumprimento de nossas obrigações para com o Brasil.⁶¹

Note-se que quando a nota foi escrita, a guerra ainda não havia terminado. Seguiu-se a perseguição a Solano López. O que o governo argentino pedia, portanto, era um adiamento de seis meses da data anteriormente prevista para

⁵⁴ BRASIL, RRNE, 1866, p. 21.

⁵⁵ BRASIL, RRNE, 1867, p. 28; BRASIL, RRNE, 1868, p. 29.

⁵⁶ O relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresenta como estando em atraso a partir de dezembro de 1866, mas esse é um erro no relatório, já que não acusa o recebimento desde final do ano anterior. No Relatório do Ministério da Fazenda essa informação foi apresentada corretamente.

⁵⁷ Esse protocolo não foi encontrado nas fontes pesquisadas.

⁵⁸ Império do Brasil, Confederação Argentina. [Protocollo]. Buenos Aires. 16 abr. 1869. In: AHI, 222-4-6.

⁵⁹ BRASIL, RRNE, 1869, p. 25.

⁶⁰ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 233.

⁶¹ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 233.

realizar o pagamento.⁶² Alguns dias depois, já em 17 de janeiro, por meio do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Argentina, brigadeiro-general Wencesláo Paunero, o governo argentino argumentava que terminada a guerra com o combate de Lomas Valentinas

[...] fácil teria sido ao governo argentino satisfazer àqueles compromissos, pois com ela cessavam os imensos gastos exigidos pela conservação de um exército em operações, podendo então contar com uma sobra de suas rendas, que lhe permitiria fazer face ao pagamento das prestações ajustadas.

Prolongou-se, porém, a guerra contra todas as esperanças, exigindo sempre as mesmas despesas [...].

Por outra parte, encontra-se o meu governo nestes momentos em grande necessidade de dinheiro por ter tido que pagar todos os soldos atrasados que devia às forças ultimamente retiradas da guerra do Paraguay.⁶³

Por essas razões, pedia-se que o pagamento das parcelas atrasadas referentes aos empréstimos de 1851 e 1857 fossem adiados para 12 de janeiro de 1872. As demais parcelas seguiriam sendo pagas conforme estipulado pelo quadro de 1864 (Anexo E). Esse pedido foi anuído pelo governo imperial pelo protocolo de 28 de janeiro de 1870, ainda que “o estado financeiro do Império não seja próspero”, segundo o Barão de Cotegipe.⁶⁴ Ao longo do ano, todas as demais parcelas foram pagas (108.879,8 referentes a junho, setembro e dezembro de 1869).⁶⁵ Em 1870 foram pagas as parcelas de junho, setembro e dezembro daquele ano no prazo, totalizando 105.729 pesos fortes (ver Quadro 12).⁶⁶

Já para a parcela de março de 1871 foi expedida a ordem de pagamento pelo governo argentino, mas não foi realizada imediatamente porque as repartições foram fechadas devido à epidemia que ocorria na cidade.⁶⁷ Mas em 1872 acusava-se o recebimento de todas as parcelas de 1871 e a de março de 1872, totalizando 144.300 pesos fortes,⁶⁸ assim como as parcelas de junho e setembro, que totalizavam 59.882 pesos fortes e 50 centésimos, faltando para receber desses

⁶² BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 233.

⁶³ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 235.

⁶⁴ BRASIL, RRNE, 1870, anexo 1, n. 236.

⁶⁵ BRASIL, RRNE, 1870, p. 41.

⁶⁶ BRASIL, RRNE, 1871, p. 59.

⁶⁷ BRASIL, RRNE, 1871, p. 59.

⁶⁸ BRASIL, RRNE, 1872a, p. 51.

empréstimos 208.800 pesos fortes (parcelas de dezembro de 1872 a junho de 1874, ou seja, sete parcelas).⁶⁹ Esses(Quadro 12)

Quadro 12 – Pagamento da República Argentina pelos empréstimos de 1851 e 1857

Nº	DATAS			TOTAL		PAGAMENTO	TOTAL
1	1864	Set.	30	28.210	"	na data	178.425,00
2		Dez.	31	47.947	4		
3	1865	Mar.	31	27.685	"		
4		Jun.	30	47.422	4		
5		Set.	30	27.160	"		
6	1866	Dez.	31	46.897	4	12/01/1872	597.529,00
7		Mar.	31	26.635	"		
8		Jun.	30	46.372	4		
9		Set.	30	26.110	"		
10	1867	Dez.	31	45.847	4		
11		Mar.	31	25.585	"		
12		Jun.	30	45.322	4		
13		Set.	30	25.060	"		
14	1868	Dez.	31	44.797	4		
15		Mar.	31	24.535	"		
16		Jun.	30	44.272	4		
17		Set.	30	24.010	"		
18	1869	Dez.	31	43.747	4	na data	638.059,30
19		Mar.	31	23.485	"		
20		Jun.	30	43.222	4		
21		Set.	30	22.960	"		
22	1870	Dez.	31	42.697	4		
23		Mar.	31	22.435	"		
24		Jun.	30	42.172	4		
25		Set.	30	21.910	"		
26	1871	Dez.	31	41.647	4		
27		Mar.	31	21.385	"		
28		Jun.	30	41.122	4		
29		Set.	30	20.860	"		
30	1872	Dez.	31	40.597	4		
31		Mar.	31	20.335	"		
32		Jun.	30	40.072	4		
33		Set.	30	19.810	"		
34		Dez.	31	39.547	4		

⁶⁹ BRASIL, RRNE, 1872b, p. 27.

35	1873	Mar.	31	19.285	"		
36		Jun.	30	39.022	4		
37		Set.	30	18.760	"		
38		Dez.	31	38.497	4		
39	1874	Mar.	31	18.235	"		
40		Jun.	30	35.452	4		
				1.321.130 ⁷⁰			1.414.013,30

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Relatórios de Repartição dos Negócios Estrangeiros.

Ou seja, dos 714 mil recebidos pela Argentina em 1851 e 1857, a República pagou 1.414.013 pesos fortes e 30 centésimos, quitando a dívida em 30 de junho de 1874, 23 anos após o primeiro empréstimo (Quadro 12). O país pagou cada centavo devido, todos os juros e custos reivindicados pelo Império.

⁷⁰ O somatório seria 1.321.120, mas reproduzimos conforme o documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Diplomacia do Patacão foi uma estratégia do governo imperial brasileiro para sustentar o apoio de seus aliados nos conflitos geopolíticos da Região Platina. Apesar iniciada em 1850, a compreensão da construção dessa estratégia passa tanto pela longa duração dos conflitos em torno do controle dos rios da bacia do Prata, quanto pelo processo de formação dos Estados platinos. Nos anos 1830 e 1840, a falta de um grupo ou país hegemônico nessas unidades territoriais e nessa região possibilitou as longas guerras que acometeram esses países em formação, como a Farroupilha e a Guerra Grande uruguaia. E as intervenções europeias nesse contexto deixava clara a hierarquia de poder nesse sistema interestatal capitalista que também se constituía, demonstrando que a subordinação regional ao Velho Mundo não havia terminado com o fim do período colonial.

Nesse sentido, os subsídios franceses oferecidos ao governo da *Defensa* em Montevideu foram importantes para a construção da estratégia da Diplomacia do Patacão, centrada no fornecimento de empréstimos aos governos dos territórios que hoje conhecemos por Uruguai e Argentina. É importante frisar, portanto, que a estratégia começou com empréstimos que não eram para os países, e sim a grupos específicos naqueles territórios que se aliavam aos interesses do governo brasileiro: primeiro o grupo sitiado em Montevideu, depois o grupo liderado por Urquiza que representava as províncias de Entre Rios e Corrientes. Além disso, foi fundamental a habilidade do governo uruguaio de desenvolver o plano e convencer ao Brasil de iniciá-lo.

Assim, dados os primeiros passos do plano em 1850, de forma secreta, a Diplomacia do Patacão prosseguiu por dezessete anos, somando doze empréstimos, sendo oito deles assumidos pelo governo uruguaio e quatro assumidos pela Argentina. Por vezes, esses empréstimos brasileiros se configuravam como estratégias de guerra, enquanto em outros momentos eles pareciam imposições circunstanciais, armadilhas em que o Império havia caído ao se enredar na dependência financeira dos países vizinhos. Nesse sentido, os empréstimos da Diplomacia do Patacão podem ser divididos da seguinte forma: até 1851 foram estratégias claras e definidas, e assim ocorreu também com os empréstimos de 1865 a 1867, que visavam garantir a sustentação dos aliados na Guerra contra o Paraguai. Já os empréstimos ocorridos entre 1854 e 1857, tanto

para o Uruguai quanto para a Confederação Argentina, parecem ter ocorrido mais para garantir a efetividade dos empréstimos anteriores do que pela criação de um novo plano de poder.

Outra constatação importante é que os empréstimos não tiveram para a Argentina o mesmo significado que tiveram para o Uruguai. Como vimos ao longo do trabalho, as circunstâncias dos dois países, apesar de conflituosas, eram bastante distintas em termos econômicos e geopolíticos. O Uruguai era um território que tinha sua independência garantida pelos dois países vizinhos ao mesmo tempo em que era disputado por eles. Se não era a incorporação territorial o objetivo, era ao mesmo mantê-lo como zona de influência. Nesse sentido, sua fragilidade foi aproveitada pelo governo imperial de forma muito mais intensa do que no caso argentino, que dependeu menos do capital brasileiro e, por isso, resistiu mais às suas imposições.

Considerando que o Império do Brasil saiu vencedor dos conflitos em que se envolveu com empréstimos financeiros, que conseguiu impor os tratados ao Uruguai e negociar seus interesses na Argentina, podemos dizer que a Diplomacia do Patacão foi uma estratégia relativamente bem-sucedida, ainda que não tivesse alcançado todos os objetivos que foram surgindo após seu início. Além disso, sabendo que todos esses empréstimos foram pagos e que seus objetivos eram principalmente políticos, as limitações financeiras não podem ser tão determinantes a ponto de fazer de toda a Diplomacia do Patacão uma estratégia fracassada. O que parece ser importante para explicar a falta de efetividade da política de expansão de poder brasileiro, que por vezes se verificou ao longo do período, é que a Diplomacia do Patacão não foi pensada como um projeto ou uma estratégia de longo prazo.

A Diplomacia do Patacão foi a combinação de uma estratégia muito bem pensada e definida, com eventos conjunturais que levaram a decisões pensadas mas indefinidas em uma visão de longo prazo. As dificuldades de impor aos vizinhos algumas reivindicações diplomáticas e geopolíticas fazem parte do jogo. As dificuldades de receber os pagamentos das dívidas realizadas ao longo da Guerra contra Oribe e Rosas, por exemplo, não se restringiram ao Brasil, foram enfrentadas também pela França e Inglaterra. E as reclamações de guerra pelas quais brigou o Império do Brasil, vinham sendo reivindicadas há mais tempo pelos países europeus. Mesmo o Brasil, como vimos, demorou a conseguir pagar seus

empréstimos externos, já que apesar de ser considerado “bom pagador”, fez diversos empréstimos para pagar créditos recebidos anteriormente.

Tendo em conta todos esses pontos, o governo brasileiro nem pode ser considerado tão condescendente. Entretanto, comparando novamente com as relativas conquistas diplomáticas dos países europeus nessa região, o que precisamos considerar é a disparidade de poder entre os tabuleiros regional e global do jogo geopolítico. Assim como nos países devedores o Brasil enfrentou dificuldades na consolidação de alguns objetivos, a Inglaterra também foi desafiada pela resistência do Império brasileiro algumas vezes, sendo a Questão Christie um exemplo emblemático. Mas quando comparamos as duas situações, no tabuleiro regional e global, é que podemos perceber a diferença fundamental entre os resultados de cada caso: a disparidade de poder entre os principais jogadores.

O caso da Diplomacia do Patacão ajuda a refletir sobre a liderança de um país periférico em um tabuleiro regional. A força que o Império do Brasil possuía tanto para emprestar como para cobrar os créditos oferecidos era bastante alta comparada a seus devedores, mas incomparável à força britânica que dominava o tabuleiro global. Nesse sentido e dentro desse jogo geopolítico regional, a Diplomacia do Patacão faz parte da construção dos Estados da região da bacia do Prata, na medida em que interferiu diretamente nos resultados dos conflitos geopolíticos decorrentes, por sua vez, desse próprio processo de construção e de disputa por poder pelos grupos de cada país envolvido, e suas relações e conexões com grupos dos países vizinhos.

A dívida pública, nesse caso, apareceu como um instrumento de poder utilizado pelo Império do Brasil, que conseguiu montar um certo espaço de preponderância política e financeira na bacia do Prata (ainda que dentro do espaço de supremacia europeia) e conciliou seu papel de mais forte poder regional com o papel de subordinado no tabuleiro global do jogo de disputa por poder. As razões geopolíticas que levaram o Império do Brasil a intervir na Guerra Grande, favorecendo ao governo de Montevideu em 1850, estavam ligadas à necessidade de garantir no rio da Prata um porto aliado para a defesa da livre navegação dos rios da bacia platina, sobretudo o rio Paraná que daria acesso ao centro-oeste do território brasileiro.

O controle sobre esses rios era disputado desde o período colonial entre Espanha e Portugal, e o próprio reconhecimento da independência do Uruguai foi

fruto de certa continuidade na competição desse importante entreposto na região. Se os países que nasceram na América Latina estariam condicionados desde o princípio a não passarem de um segundo plano no jogo global de disputa de poder, a própria formação desses Estados caracteriza a consolidação do processo de longa duração do colonialismo europeu.

Entretanto, como pudemos compreender com a análise sobre a Guerra Grande e a participação europeia nesse espaço pós-colonial, a especificidade da disputa dos novos atores e instituições fugiam à completa apreensão dos líderes desse sistema interestatal. Com isso destaca-se a relação dialética entre a lógica do tabuleiro regional e a subordinação ao tabuleiro global, que se compreende apenas a partir das próprias especificidades desse espaço platino, que como todo espaço carrega sua “inércia dinâmica”. Assim, a disputa comercial que se verifica no Prata no período da Diplomacia do Patacão representa a própria expansão da guerra comercial europeia que vinha ocorrendo há séculos. A Diplomacia do Patacão se insere, portanto, nesse contexto, refletindo um aspecto menos observado desse processo, que é a disputa de poder e riqueza dentre as unidades “perdedoras” desse jogo em âmbito global.

Outro aspecto importante é o do papel de Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá. A partir do cruzamento das fontes existentes e das análises bibliográficas de trabalhos realizados por outros pesquisadores, podemos observar ao menos quatro funções da ação do negociante na estratégia financeira brasileira para a geopolítica platina: primeiro como *intermediário no fornecimento de armas* por parte do Império em março de 1850; depois como *intermediário nos contratos secretos* do governo brasileiro daquele mesmo ano; em seguida, no contrato privado de 1850, como *financista* que aplica seu capital privado na empreitada de apoiar o governo que era a aposta da diplomacia brasileira na Guerra Grande; e, por último, como *banqueiro*, que passa a atuar institucionalmente na política platina.

Algumas vezes essas funções se combinavam, se cruzavam, de modo que poderiam ocorrer concomitantemente. Nesse sentido, Mauá extrapolou as funções que lhe foram dadas pelo Império do Brasil. O financista percebeu nessa abertura ao mundo geopolítico platino uma oportunidade de expansão para seus negócios e com isso acabou servindo também ao próprio governo brasileiro. O financista explicita uma fundamental diferença do que significa a dívida no sistema interestatal capitalista: se para Estados ela pode fundamentar o poder político e geopolítico,

para o poder privado ela tende a significar o lucro, a estabilidade financeira e um importante capital político. Mas ao vermos os interesses entre Estados e banqueiros se entrelaçarem, costurando as linhas do poder e do dinheiro, percebemos que pode se desenvolver uma trama mais firme de estratégia geopolítica.

Uma das questões é que essas linhas no tabuleiro regional são mais fracas, também porque o próprio entrelaçamento de interesses entre o Império e Mauá foi permeado de conflitos. Mauá apoiou os governos aos quais o Império tinha interesse na queda, envolveu-se fortemente com a dívida uruguaia e, como se não bastasse, era visto como braço da política expansionista do Império do Brasil sobre o Uruguai. Mauá não precisou ser traído pela corte brasileira para ser derrubado: ele foi traído por seus próprios objetivos de expansão em um território que se tornou politicamente avesso à expansão brasileira.

A Diplomacia do Patacão foi apenas um dos fatores que fizeram parte da “política brasileira de potência periférica” na região da bacia do rio da Prata na década de 1850, mas pode ser um fator preponderante do ponto de vista da história econômica. Ela representou uma espécie de casamento entre poder político e capital privado. Esse casamento, que por um lado é muito comum na história dos Estados Nacionais do sistema interestatal capitalista, por outro teve características muito específicas por ocorrer na periferia desse sistema. Essa política foi um jogo de poder que se combinava, se subordinava e ao mesmo tempo desafiava o polo central de poder. O Império do Brasil era ao mesmo tempo devedor internacional e credor regional; se destacava de seus vizinhos pela origem portuguesa, pela forma monárquica de governo, pela manutenção da escravidão. Nesse sentido, “se apresentar como concorrente” nesse sistema era “condição necessária para buscar sua sobrevivência” (SALLES, 1990, p. 49). Esse casamento periférico durou enquanto duraram seus efeitos: o poderio do grande financista brasileiro no Prata teve um processo de morte próximo ao do poderio regional brasileiro na década de 1870.

FONTES CITADAS

AGN-AR, Sala 10 19-01-05.

AGN-UY. Fondo Ministerio de Relaciones Exteriores. Caja 1722 (1851-1852).

AGOTE, D. Pedro. **Informe del presidente del crédito público D. Pedro Agote sobre la deuda pública, bancos y papel moneda**. Buenos Aires, Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

AHI. 222-4-6. Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao rio da Prata. Estante 222, Prateleira 4, Volume/Maço 6.

AHI. 272-1-1. Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao rio da Prata. Estante 272, Prateleira 1, Volume/Maço 1.

AHI. 272-1-2. Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao rio da Prata. Estante 272, Prateleira 1, Volume/Maço 2.

AHI. 272-1-3. Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao rio da Prata. Estante 272, Prateleira 1, Volume/Maço 3.

AHI. 342-2-2. Documentação entre 1822 e 1889. Estante 342, Prateleira 2, Volume/Maço 2.

AHI. 404-3-27. Documentação entre 1822 e 1889. Estante 404, Prateleira 3, Volume/Maço 27.

A MISSÃO ESPECIAL DO VISCONDE DE ABRANTES: DE OUTUBRO DE 1844 A OUTUBRO DE 1846. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1853. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224193>. Acesso em 31 out. 2021.

AMREC, Confederación Argentina, Caja 17, Brasil I. Carpeta Legación Argentina en Brasil. Expediente 5.

AMREC, Confederación Argentina, Caja 17. Carpeta Legación en el Brasil, 1858, n. 424.

AMREC, Confederación Argentina, Ministerio de Hacienda. Caja 17. Carpeta Misión Especial al Brasil encomendada a D. José de Buschenthal, 1855, n. 418. Folios 40 e 42.

AMREC, Confederación Argentina. Caja 18. 1858. Legajo 2. Carpeta Misión Especial al Brasil (Comunica la apertura de las Conferencias...). Folios 117 a 125.

AMREC, Confederación Argentina. Caja 19. Carpeta Legación Argentina en el Brasil, 1855, Expediente 9. Folio 8.

BNB, sessão de manuscritos, 63,03,006 nº 024. LAMAS, Andrés. **Memória acerca da crise política e financeira de Montevideu**, tratando dos esforços do governo

brasileiro para ajudar aquela cidade. Rio de Janeiro, 26 abr. 1850. (41 p.). Orig. Ms. Em espanhol.

BNB, sessão de manuscritos, 63,03,006 nº 025. LAMAS, Andrés. **Cartas a Paulino José Soares de Souza pedindo um subsídio para Montevideu ao governador brasileiro e transporte para os emigrados orientais no Rio Grande para Buenos Aires**. Rio de Janeiro, 22/07–18/11/1850. 7 doc. (14 p.). Orig. Ms. Em espanhol. Anexa: cópia do projeto que estipula o valor do subsídio.

BNB, sessão de manuscritos, 63,03,006 nº 026. LAMAS, Andrés. **Carta a Paulino José Soares de Souza tratando da necessidade do subsídio**, da situação dos emigrados orientais no Rio Grande, das campanhas do general Rivera e de sua política, que envolve o governo brasileiro no tratado da Região do Prata. Petrópolis, 05/01–22/02/1851. 11 doc. (30 p.). Orig. Ms. Em espanhol. Anexa: cópia das ordens enviadas pelo governo uruguaio a Andrés Lamas, referentes ao general Rivera. Assinatura de Manuel Herrera y Obes. Montevideu, 22/01/1851.

BNB, sessão de manuscritos, 63,03,006 nº 028. LAMAS, Andrés. **Cartas a Paulino José Soares de Souza pedindo socorro militar o mais rápido possível e comentando a difícil situação econômica de Montevideu com o fim do subsídio francês**. Trata ainda da importância de Herrera na ratificação do tratado entre o Brasil e o Uruguai. [Rio de Janeiro], 04/06–17/09/1851. 20 doc. (40 p.). Orig. Ms. Em espanhol. Anexos: trechos da carta do general Pacheco, Paris, 27/06/1851; cópia do acordo firmado entre o imperador do Brasil e o presidente do Uruguai em auxílio deste; cópia da carta de Herrera a Andrés Lamas, em Montevideu, 04/08/1851.

BNB, sessão de manuscritos, 63,04,001 nº 003. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, visconde do. **Carta a Paulino José Soares de Souza tratando da importância que tem o subsídio do governo brasileiro para Montevideu e da situação de Urquiza na Província de Buenos Aires**. Pergunta se pode contratar como secretário Antônio Pedro de Carvalho Borges. Montevideu, 19/4–04/07/1852. 4 doc. (20 p.). Orig. Ms. Anexa: cópia das cartas.

BNB, sessão de manuscritos, 63,04,001 nº 004. RIO BRANCO, José Maria da Silva Paranhos, visconde do. **Carta a Paulino José Soares de Souza alertando sobre uma possível separação dentro do Partido Blanco**, devido à fraqueza de todo o governo uruguaio e da incapacidade do presidente Giró. Aponta os possíveis sucessores do presidente, mostra-se feliz pelo entendimento com Urquiza e comenta sobre uma transação envolvendo o senhor Reis e Irineu Evangelista de Sousa de compra e venda de terras. Montevideu, 03/09–05/10/1852. 6 doc. (29 p.). Orig. Ms. Anexa: cópia parcial das cartas.

BNB, sessão de manuscritos, 64,02,001 nº 035. ALBUQUERQUE, José Francisco de Paula Cavalcanti de. **Ofício ao ministro Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho tratando dos Negócios Estrangeiros na França e da questão Buschenthal**. Madri, 20/11/1840. 2 doc. (2 p.). Cópia. Ms. Anexa, uma anotação de Tobias Monteiro.

BNB, sessão de manuscritos, 64,02,001 nº 036. ALBUQUERQUE, José Francisco de Paula Cavalcanti de. **Carta a Cândido Batista de Oliveira tratando da questão**

Buschenthal e de aliança matrimonial com Espanha. Madri, 01/08/1839. 7 p. Cópia. Ms.

BNB, sessão de manuscritos, 64,02,001 nº 037. ALBUQUERQUE, José Francisco de Paula Cavalcanti de. **Carta a Caetano Maria Lopes da Gama tratando de negócios do Ministério**, da questão Buschenthal, da aliança matrimonial entre as famílias reais brasileira e espanhola. Madri, 03/04/1840. 8 p. Cópia. Ms.

BRASIL (RMF). **Proposta e Relatório** apresentados à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1840, pelo ministro e secretário de Estado dos Negocios da Fazenda Manoel Alves Branco. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1840.

BRASIL (RMF). **Proposta e Relatório** apresentados à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negocios da Fazenda Masquez d Paraná. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1856.

BRASIL (RMF). **Proposta e Relatório** apresentados à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima primeira legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negocios da Fazenda José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typographia Universal, 1861.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1852.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typ. do Diario de A. & L. Navarro, 1853.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Paulino Limpo de Abreu. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1854.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Visconde de Abaeté. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1855.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da nona legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1856.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1857.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Maranguape. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Maria da Silva Paranhos. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Conselheiro Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1861.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Jaques. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1862.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima primeira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Marquez de Abrantes. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1863.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima-segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado João Pedro Dias Vieira. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1865.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima-segunda legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado José Antonio Saraiva. Rio de Janeiro: Typographia do Correio Mercantil, 1866.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima-terceira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Antonio Coleho de Sá e Albuquerque. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1867.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima-terceira legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado João Silveira de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1868.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima-quarta legislatura pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Interino Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1869.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima-quarta legislatura pelo respectivo ministro e secretário d'Estado Interino Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1870.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima-quarta legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1871.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima-quarta legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872a.

BRASIL (RRNE). **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros** apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima-quinta legislatura pelo respectivo ministro e secretário de Estado Manoel Francisco Correia. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1872b.

CORREIO DA TARDE. Movimento do Porto. Entradas desta manhã. Rio de Janeiro, 22 dez. 1848, n. 282, p. 4, coluna 1.

CORRESPONDENCIA del Doctor Manuel Herrera y Obes. Diplomacia de la Defensa de Montevideo. Tomo II. Buenos Aires: Est. Gráfico A. de Martino, 1913. Disponível em: <https://archive.org/details/correspondenciad02herr>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CORRESPONDENCIA del Doctor Manuel Herrera y Obes. Diplomacia de la Defensa de Montevideo. Tomo III. Buenos Aires: Est. Gráfico A. de Martino, 1915. Disponível em: <https://archive.org/details/correspondenciad02herr>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DAVID RUMSEY HISTORICAL MAP COLLECTION. WYTFLIET, Corneille; MAGINI, Giovanni Antonio. Plata Americae provincia. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~296120~90067607:Plata-Americae-provincia?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No#. Acesso em: 08 jul. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 26 jun. 1837. n. 138. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO. Rio de Janeiro, 06 jul. 1837. n. 146. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Barão de. Discurso do deputado Barão de Mauá, Sessão em 04 fev. 1873. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, 1873, Tomo III, pp. 24. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve & C., 1851. 275 p. Disponível em:

http://memoria.bn.br/pdf/132489/per132489_1873_00003.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.

MHN. R/3/086. Archivo Manuel Herrera y Obes. Documentos relativos a las negociaciones diplomáticas realizadas en Río de Janeiro por Andrés Lamas. T. IV. Manuscritos. Colección Pablo Blanco Acevedo.

MHN. /00311. República Oriental del Uruguay. Documentos para su Historia Diplomática. Textos de proposiciones de paz, tratados y convenciones. Carpeta: Gestión del Dr. Andrés Lamas ante la corte de Rio de Janeiro.

URUGUAY. Ministerio de Relaciones Exteriores. **Coleccion de Tratados, Convenciones y otros Pactos Internacionales de la Republica Oriental del Uruguay**. Tomo I – 1830-1860). Montevideo: El Siglo Ilustrado, 1922. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2027/mdp.35112102960228> Acesso em: 03 mar. 2021.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo Paiva de. **Brasil, 1824-1957: bom ou mau pagador**. Rio de Janeiro: Departamento de Economia - PUC-Rio, 1999.

ABREU, Marcelo de Paiva; LAGO, Luiz Aranha Correa do. A economia brasileira no Império, 1822-1889, **Texto para discussão**, Nº. 584, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/176067/1/td584.pdf>. Acesso em 31 out. 2021.

ABREU, Sergio. **La vieja trenza: la alianza porteño-lusitana en la Cuenca del Plata (1800-1875)**. 3. ed. Montevideo: Editorial Planeta, 2016.

ACEVEDO, Pablo Blanco. Prólogo: Andrés Lamas. In: Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay. **Escritos seletos de Dr. D. Andres Lamas**. Montevideo: Tipografia Moderna de Arduino Hnos, 1922. p. 7-44. (Tomo I).

ALMEIDA, Luís Ferrand de. **A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império**. 2. ed. São Paulo, Brasília: Editora Senac São Paulo, Funag, 2005. 675 p.

ALVAREZ, Juan. Guerra economica entre la Confederación y Buenos Aires (1852-1861). In: LEVENE, Ricardo. **Historia de la Nación Argentina**. 2. ed. Buenos Aires: Academia Nacional de La Historia; Libreria y Editorial "el Ateneo", 1947. p. 135-162. (Tomo VIII).

ANDREONI, Rafael. **O Mercantilismo como estratégia de Estado: considerações sobre a formação histórica dos Estados nacionais e a 'arte de governar' das grandes potências no contexto da civilização capitalista**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/disserta%C3%A7%C3%B5es/2016/Rafael%20Andreoni.pdf>. Acesso em 31 out. 2021.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Uma colônia entre dois impérios: a abertura dos portos brasileiros 1800-1808**. Bauru, SP: EDUSC, 2008. 186 p.

AYROLO, Valentina. O federalismo argentino: a questão em jogo (primeira metade do Século XIX). **Locus: Revista de História**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20711>. Acesso em: 8 out. 2021.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A expansão do Brasil e a formação dos estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul – Da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BARATTA, María Victoria. La Guerra del Paraguay y la historiografía argentina. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, [S.L.], v. 7, n. 14, p. 98-115, 3 set. 2013. Sociedade Brasileira de Teoria e História de Historiografia. <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i14.614>.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco. 1839-1875**. Montevideo: Banda Oriental, 2011. (Historia Uruguay - tomo 6).

BARRERA, Mario Etchechury. Uruguay en el mundo. In: FREGA, Ana (Coord.). **Uruguay: Revolución, independencia y construcción del Estado**. Montevideo: Fundación Mapfre; Editorial Planeta, 2016. p. 87-131. (Tomo I - 1808/1880).

BARRERA, Mario Etchechury. **Hijos de Mercurio, esclavos de Marte: Mercaderes y servidores del estado en el Río de la Plata**. Rosario: Prohistoria Ediciones; SBLA - Universidad Pompeu Fabra, 2015.

BARRERA, Mario Etchechury. **Hijos de Mercurio, esclavos de Marte: mercaderes y servidores del estado en una frontera sud-atlántica**, Montevideo, 1806-1860. 2013. 534 p. Tese (Doutorado). Departament d'Humanitats, Universitat Pompeu Fabra, Barcelona, 2013.

BARRIO, Cesar de Oliveira Lima. **O intervencionismo do Império brasileiro no Rio da Prata: da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança**. 2011. 289 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BARROS, José D'assunção. A Nova História Cultural: considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 12, n. 16, p.38-63, jan. 2011. Semestral.

BARROSO, Gustavo. Uma brasileira reina em Madrid: Maria Büschental, Rainha dos Corações - A vida duma gaúcha na Côrte da Espanha. **O Cruzeiro**. Rio de Janeiro, p. 26-48. 5 nov. 1949.

BESOUCHET, Lília. **Correspondência política de Mauá no Rio da Prata (1850-1885)**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977. Brasiliana. Vol. 227.

BESOUCHET, Lília. **Mauá e seu tempo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

BOSCH, Beatriz. **En la Confederación Argentina**. Buenos Aires: Eudeba, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. Tradução de: Rosa Freire d'Aguiar.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo (séculos XV-XVIII): o jogo das trocas**. 2. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2009. (Vol. 2). Tradução Telma Costa.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional (IPHAN). Ponte Internacional Barão de Mauá: dossiê de candidatura: Patrimônio Cultural do Mercosul. Brasília: IPHAN, 2015.

BREDA, Norma. A evolução do Direito Internacional Fluvial. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 115, n. 29, p.399-412, jul/set. 1992.

BROSSARD, M. Alfred de. **Considérations historiques et politiques sur les Républiques de la Plata**: dans leurs rapports avec la France et L'Angleterre. Paris: Librairie de Guillaumin et Cie, 1850.

BURGIN, Miron. **Aspectos económicos del federalismo argentino**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1987. (Dimensión Argentina). 4ª Reimpresión. Tradución: Mario Calés.

BUSANICHE, José Luis. **Historia argentina**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1984. (Dimensión Argentina). 7ª Reimpresión.

CABRIOS, Palmira S. Bollo. Diferencias financieras en la lucha de la Confederación y Buenos Aires (1857-1862). In: BELSUNCE, C. Garcia. **Pavón y la crisis de la Confederación**. Buenos Aires: EIH, 1966. p. 167-251.

CADY, John. **La intervencion extranjera en el Rio de la Plata 1838-1850**: Estudio de la política seguida por Francia, Gran Bretaña y Norteamérica con respecto al Dictador Juan Manuel de Rosas. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943.

CAIN, P. J.; HOPKINS, A. G.. **British Imperialism: 1688-2000**. 2. ed. Oxford And New York: Routledge, 2002.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CAMPOS, Herib Caballero. **El país ocupado**. Asunción: El Lector, 2013.

CANABRAVA, Alice P. **O comércio português no rio da Prata (1580-1640)**. São Paulo: USP, 1984

CÁRCANO, Ramon J.. **De Caseros al 11 de Septiembre: 1851-1853**. 4. ed. Buenos Aires: Roldan Editor, 1933.

CÁRCANO, Ramon J.. **Del Sitio de Buenos Aires al campo de Cepeda: 1852-1959**. Buenos Aires: Coni, 1921.

CARR, Edward Hallett. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado.

CARREIRA, Liberato de Castro. **História financeira e orçamentária do Império do Brasil desde a sua fundação**: Precedida de alguns apontamentos acerca da sua Independência. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional**: 1830-1889. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2012. p. 83-130.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Insurreição Praieira. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 8, p. 5-38, nov. 2008.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. (Coleção O Brasil e o Mundo).

CERVO, Amado Luiz. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores**: (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Temas Brasileiros, 21).

CHIANELLI, Trinidad Delia. Mauá: la penetración financiera en la Confederación Argentina. **Todo Es Historia**, Buenos Aires, n. 84, p.50-65, maio 1974.

CHIAVENATO, Júlio José. **A guerra contra o Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CHRISTILLINO, Cristiano L. Uma riqueza nas matas meridionais: a extração da ervamate no século XIX na província do Rio Grande do Sul. **Novos Cadernos NAEA**. v. 18 n. 2. p. 149-168. jun-set. 2015.

COHEN, Benjamin Jerry. **The Geography of Money**. New York: Cornell University Press, 1998.

CORBO, Tomás Sansón. **Despertar en Petrópolis**: Andrés Lamas y la influencia de Brasil en la Historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX. Montevideo: Sicut Serpentes, 2015.

COSER, Ivo. **Visconde do Uruguai**: Centralização e Federalismo no Brasil, 1823-1866. Belo Horizonte: EdUFMG/IUPERJ, 2008

COSTA, Emilia Viotti da. Novos públicos, novas políticas, novas histórias: do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: em busca da dialética. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 10, p.7-22, dez. 1998.

COSTA, L. A. Podesta. Introducción. In: CADY, John F.. **La intervención extranjera en el Rio de la Plata**: 1838-1850. Buenos Aires: Editorial Losada, 1943. p. 11-20.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**: O exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1996.

COSTA, Wilma Peres; MIRANDA, Marcia Eckert. **Entre os senhores e o Império**: transformações fiscais na formação do Estado brasileiro, 1808-1840. *Illes i Imperis*, Barcelona, n. 13, p. 87-115, 2010.

CRESPO, Eduardo; CARDOSO, Marcus. Teoria Estatal da Moeda no Contexto Internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 15., 2010, São Luís do Maranhão. **Artigos dos Encontros**. Uberlândia: SEP, 2010. p. 1 - 25. Disponível em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/enep-edicoes-antteriores/anais-dos-eneps. Acesso em: 26 set. 2021.

DAWSON, Frank Griffth. **A primeira crise da dívida latino-americana: A City de Londres e a bolha especulativa de 1822-25**. São Paulo: Ed. 34, 1998. Tradução de Irene Hirsch.

DEVOTO, Juan E. Pivel; DEVOTO, Alcira Ranieri de Pivel. **La Guerra Grande (1839-1851)**. Montevideo: Editorial Medina, 1971. (Colección Cien Temas Básicos. n. 17).

DEVOTO, Juan E. Pivel. Contribución a la historia económica y financiera del Uruguay. Los Bancos. In: **Revista Histórica**. Publicación del Museo Histórico Nacional. Año LXX (2ª. ép). T. XLVIII. Diciembre de 1976. N. 142-144. Montevideo: A. Monteverde y Cia S. A., 1976.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 Dimensões**. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1986.

DICKSON, Peter George Muir. War Finance - 1689-1714. In: J.S. BROMLEY (Ed.). **The rise of Great Britain and Russia 1688-1715/25**. London: Cambridge University Press, 1971. p. 284-315.

DINIZ, Adalton Franciozo. O Tratado de Comércio com a Inglaterra e a Receita Fiscal do Império brasileiro no Período de 1830 a 1847. In: VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju. **Anais**. Aracaju: ABPHE, 2007. p. 1-19.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX**. São Paulo: Globo, 2005.

DONGHI, Tulio Halperín. **Proyecto y construcción de una Nación: 1846-1880**. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUMETT, Raymond E. (ed.). **Gentlemanly capitalism and British Imperialism: the new debate on Empire**. New York: Longman, 1999.

DURAND, Ferdinand. **L'histoire politique et militaire des États du Rio de la Plata**. Paris: L. Martinet, 1853. Extrait du Spectateur Militaire. Disponível em: https://play.google.com/store/books/details/Ferdinand_Durand_Pr%C3%A9cis_de_l_histoire_politique_et?id=ZEsRAQAAIAAJ&hl=da. Acesso em: 26 nov. 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 24-33. (Perspectivas latinoamericanas).

EICHENGREEN, Barry; HAUSMANN, Ricardo. Exchange Rates and Financial Fragility. **National Bureau of Economic Research**, [S.L.], nov. 1999. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3386/w7418>. Acesso em: 25 jul. 2021.

ESTEFANES, Bruno Fabris. **Conciliar o Império**: Honório Hermeto Carneiro Leão, os partidos e a política de conciliação no Brasil monárquico (1842-1856). 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FARIA, Alberto de. **Mauá**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Série V - Brasileira - V. XX.

FERNS, Henry Stanley. **Gran Bretaña y argentina en el siglo XIX**. Buenos Aires: Solar/ Hachette, 1968.

FERRANDO, Juan. **Reseña del Crédito Público del Uruguay**. Montevideo: Imprenta Nacional, 1969. Publicación oficial del Ministerio de Hacienda. Tomo I.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. **A dinâmica política do Império**: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). Rev. Sociol. Polit., v. 25, n. 62, p. 63-91, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfgs/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 31 out. 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélios**: o minidicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2008.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2006. (Estudos Históricos, 62).

FIORI, José Luís. **O Poder Global**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: Edipucrs, 2014. Disponível em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0481-1.pdf. Acesso em: 30 set. 2016.

FRADKIN, Raúl O.; GELMAN, Jorge D.. **Juan Manuel de Rosas**: la construcción de un liderazgo político. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Edhasa, 2015.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: Ensaios de teoria e metodologia. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Cap. 1. p. 27-44.

FRAGUEIRO, Mariano. **Cuestiones argentinas y organización del crédito**. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.

FRANCO, Sérgio da Costa. **As "Califórnicas" de Chico Pedro**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2006.

FREGA, Ana. Las claves del período. In: FREGA, Ana et al (Coord.). **Uruguay: Revolución, independencia y construcción del Estado**. Montevideo: Fundación Mapfre; Editorial Planeta, 2016a. p. 15-29. (Tomo I - 1808/1880).

FREGA, Ana. La vida política. In: FREGA, Ana (Coord). **Uruguay: Revolución, independencia y construcción del Estado**. Montevideo: Fundación Mapfre; Editorial Planeta, 2016b. p. 31-85. (Tomo I - 1808/1880).

FUJII, William Massayuki. **Os farrapos no Prata: as relações do Rio Grande do Sul farroupilha com o Estado Oriental do Uruguai (1835-1845)**. Dissertação (mestrado em História). Brasília: UNB-PPGH, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24079/1/2017_WilliamMassayukiFujii.pdf Acesso em: 31 out. 2021.

GAMBI, Thiago F. R.; COSENTINO, Daniel D. V.. As ideias econômicas de Mauá e o liberalismo nos trópicos (1860-1878). **América Latina En La Historia Económica**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 1-19, 13 set. 2019. America Latina en la Historia Economica. <http://dx.doi.org/10.18232/alhe.1014>.

GANNES, Cláudio. Prefácio. In: MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa Visconde de. **Autobiografia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011. p. 19-101.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. Algunos aspectos preliminares acerca de la "transición fiscal" en América Latina, 1800-1850. **Illes I Imperis**, Barcelona, n. 13, p. 159-192, 2010.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La disputa por la construcción nacional argentina: Buenos Aires, la Confederación y las provincias 1850-1865**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2015.

GRAEBER, David. **Dívida: os primeiros 5.000 anos**. São Paulo: Três Estrelas, 2016. Tradução de Rogério Bettoni.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863 I. **Revista de História**, [S.L.], v. 24, n. 49, p. 117, 29 mar. 1962. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121593>.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura de relações diplomáticas entre o Brasil e a Grã-Bretanha em 1863 II. **Revista de História**, [S.L.], v. 24, n. 50, p. 379, 30 jun. 1962. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1962.121625>.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata**. Porto Alegre: Linus Editores, 2013.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia (1808-1840)**. São Paulo: Alameda, 2012. 340 p.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Mauá por trás do mito. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 70-75, out. 2005.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O comércio inglês no Império brasileiro: a atuação da firma inglesa Carruthers & Co. 1824-1854. In: CARVALHO, José Murilo de (org). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.377-393.

HARTMANN, Ivar. **Aspectos da Guerra dos Farrapos**. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções**, 1789-1848. 42. ed. Rio de Janeiro/são Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. 28. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. A intermediação mercantil e bancária na fronteira meridional do Brasil. **História e Economia**: Revista Interdisciplinar, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 67-86, 2º semestre 2005. Disponível em: <<http://revistahistoriaeconomica.weebly.com/ediccedilolildees.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. **A prática financeira do barão de Mauá**. 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Mauá e o jogo do anacronismo. **Biblos**, Rio Grande, v. 16, p.157-165, 2004. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/419>. Acesso em: 21 jan. 2020.

KUNIOCHI, Marcia Naomi. Tráfico e enriquecimento: o Porto de Rio Grande, em meados do século XIX. In: **VII Encontro de Escravidão do Brasil Meridional**. Florianópolis, 2013 Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/marciakuniochi.pdf> Acesso em 04 mar. 2021.

LAMAS, Pedro S.. **Etapas de una gran política**. Sceaux: Imprenta Charaire, 1908.

LEITMAN, Spencer. **Raízes socioeconômicas da Guerra dos Farrapos**: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LICANDRO, Hugo. La Guerra del Paraguay: sus orígenes y la lucha diplomática. **Cuadernos de Marcha**, Montevideo, n. 5, p. 68-96, set. 1967.

LIMA, Rafael Peter de. **Andrés Lamas e a atuação da Legação Oriental na Corte imperial brasileira**: escravidão e relações internacionais (1847-1869). 2016. 277 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LYNCH, John. Las Repúblicas del Río de la Plata. In: BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina: America Latina Independiente**. Barcelona: Editorial Crítica, S.a., 1991. p. 264-315.

LYNCH, John. **Spanish colonial administration, 1782-1810: the intendant system in the Viceroyalty of the Río de la Plata**. Nova York: Greenwood Press, 1969.

MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: história e historiografia. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.L.], 27 mar. 2009. OpenEdition. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/nuevomundo.55579>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MAGNATERRA, Oscar Juan. **La Guerra de la Triple Alianza: desde la diplomacia del patacón al lenguaje del cañón**. Buenos Aires: Editorial Dunken, 2002.

MARCHANT, Anyda. **Viscount Mauá and the Empire of Brazil: a biography of Irineu Evangelista de Souza (1813-1889)**. Berkeley And Los Angeles: University Of California Press, 1965.

MARICHAL, Carlos. **Historia de la deuda externa de America Latina**. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

MARX, Karl. Capítulo XXIV - A assim chamada acumulação primitiva. In: MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339-382. (Livro Primeiro - Tomo 2).

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MAUÁ, Irineu Evangelista de Sousa, Visconde de. **Autobiografia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. Brasil y Argentina: fronteras y circuitos comerciales en el plata (siglos xix y xx). **Anuario del Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti"**, Córdoba, n. 1, p. 1-18, dez. 2001. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuarioceh/issue/view/1826>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MEDRANO, Lilia Inés Zanotti de. Un ciclo comercial en la Cuenca del Plata: (1852 - 1920). **Revista Complutense de Historia de América**, Madrid, v. 18, n. 219, p. 219-239, jan. 1992. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/RCHA9292110219A>. Acesso em: 20 mar. 2021.

MENDONÇA, Renato. **Um Diplomata na corte de Inglaterra: O Barão de Penedo e sua época**. Brasília: Senado Federal, 2006.

MENEGAT, Carla. **"Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha": atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai. (ca. 1845-1865)**. 2015. 336 f. Tese (Doutorado) - Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MESSIAS, Talita Alves de. A Guerra Grande e a Província de São Pedro (1839-1852). **RIHGRGS**, Porto Alegre, n. 154, p.89-114, jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revistaihgrgs/article/view/80080>. Acesso em: 29 jul. 2020.

MESSIAS, Talita Alves de. **Guerra e dívida: Os conflitos na Bacia do Prata e a dívida externa no Império do Brasil**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-i/pos-graduacao-em-economia-politica-internacional/dissertacoes-e-teses.html>. Acesso em: 29 jul. 2020.

METRI, Maurício. **Poder, moeda e riqueza na Europa Medieval: A preeminência naval, mercantil e monetária da Sereníssima República da Veneza nos séculos XIII e XV**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

MIGNOLO, Walter D.. La colonialidad a lo largo y lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **Colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 34-52. (Perspectivas latinoamericanas).

MIRANDA, José Augusto Ribas. **Brasil e Peru: análise comparada das estratégias de obtenção de capital em Londres 1850-1880**. 2017. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MIRANDA, Marcia Eckert. **A Estalagem e o Império: Crise do Antigo Regime, Fiscalidade e Fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo, HUCITEC, 2009.

MOLINA, Matías M. **História dos jornais no Brasil: da era colonial à Regência (1500-1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Vol. 1). E-book.

MOMESSO, Beatriz Piva. **Indústria e Trabalho no século XIX: o Estabelecimento de Fundação e Máquinas de Ponta da Areia**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: PPGH-UFF, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIN, Pedro. A centralidade da periferia. prata, contrabando, diplomacia e guerra na região platina (1680-1806). **História, Histórias**. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. ISSN 2318-1729.

MUSSER, Karl. **Rio de la Plata basin map**. 2010. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/User:Kmusser/Images#/media/File:Riodelaplatabasinmap.png>. Acesso em 22 abr. 2020.

ODDONE, Juan Antonio. Maua: el banquero del imperio y de la crisis. **Cuadernos de Marcha: Guerra y Revolución en la Cuenca del Plata**, Montevideo, n. 5, p. 39-48, set. 1967. Disponível em: <http://anaforas.fic.edu.uy/jspui/handle/123456789/32647>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OLIVEIRA, Leonardo Vieira de. **Da 'planta exótica' ao excepcionalismo brasileiro: a Missão Carneiro Leão ao Prata e a identidade internacional Saquarema (1851-1852)**. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF/PPGH, 2018.

PADOIN, Maria Medianeira. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do Estado imperial e da nação. In: BOEIRA, Nelson; PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Império**. São Paulo: Méritos Ed., 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. A "Pax Britânica" e a independência do Uruguai: estado-tampão e balcanização do espaço platino. **Anos 90**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 4, n. 5, p. 107-135, jul. 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/issue/view/604/showToc>. Acesso em: 13 mar. 2021.

PASSETTI, Gabriel. Os Britânicos e seu império: debates e novos campos da historiografia do período vitoriano. **História** (São Paulo) v.35, e77, 2016.

PETTY, William. Tratado dos Impostos e Contribuições. In: PETTY, William. **Obras Econômicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 1-12. Coleção Os Economistas.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. A organização do espaço fronteiriço e os limites políticos entre Brasil e Uruguay. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 161, n. 404, p. 131-142, abr./jun. 2000.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. O Rio Grande do Sul e a Política Imperial na Região Platina. – 1849-1852. A Campanha contra Oribe e Rosas. In: AXT, Gunter. **A Guerra dos Gaúchos**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século 19**: da descolonização ao movimento republicano. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ufrgs, 1991. (Síntese rio-grandense).

PINTO, Julio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D.. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 381-402, 2015. EDIPUCRS. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>. Acesso em 19 nov. 2019.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Tradução: Fanny Wrabel.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento**: O Extremo Sul da América Portuguesa. Porto Alegre: F. P. Prado, 2002.

PRADO, Fabrício. Comércio trans-imperial e monarquismo no Rio da Prata revolucionário: Montevideu e a Província Cisplatina (1808-1822). **Almanack**, Guarulhos, n. 24, ed00819, 2020. <http://doi.org/10.1590/2236-463324ed00819>.

PRADO, Fabricio. **Edge of Empire**: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. Grandes nomes do pensamento brasileiro.

PUIGGRÓS, Rodolfo. **Historia Económica del Río de la Plata**. Buenos Aires: Retorica Ediciones; Altamira, 2006.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó Queiroz. O desafio do espaço platino às tendências de integração do antigo sul de Mato Grosso ao mercado nacional brasileiro: um hiato em dois tempos. **História Econômica & História de Empresas**, v. 11, n. 1, 19 jul. 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **Colonialidade del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 122-151. (Perspectivas latinoamericanas).

RAMIREZ, Hernán. Transgredir fronteras: reflexiones sobre lo nacional, disciplinar y paradigmático a partir del análisis histórico del neoliberalismo. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 1, p.17-46, 2013.

RAMOS, Eduardo Silva. **Centralização e privilégio: instituições econômicas e fiscalidade na formação do estado brasileiro (1808-1836)** /. 2018. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo., São Paulo, 2018.

RAMOS, Eduardo Silva. Organização alfandegária e espaços fiscais no Império Brasileiro (1808-1836). **Almanack**, [S.L.], n. 21, p. 565-608, abr. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320192113> Acesso em: 25 maio 2021.

REAL ACADEMIA ESPANHOLA (RAE). **Diccionario de la lengua española**. Madrid: Real Academia Española (RAE) y Asociación de Academias de La Lengua Española (ASALE), 2020. Disponível em: <https://dle.rae.es/>. Acesso em: 26 out. 2021.

REICHEL, Heloisa Jochims; GUTFREIND, Ieda. **As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

REVEL, Jacques. Prefácio. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira.

RIBEIRO, Carlos José de Assis. **O crédito público no Brasil: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, 1972. (Coleção EBAP - Cadernos de Administração Pública). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/12431>. Acesso em: 08 jun. 2021.

RIBEIRO, José Iran. **As "Surpresas" de Chico Pedro, as astúcias de Moringue: Francisco Pedro de Abreu, o barão de Jacuí**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2021. E-book.

RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (Org.). **Crise Colonial e Independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva / Fundação Mapfre, 2011. p. 115-160. (Coleção História do Brasil Nação, v. 1).

RODRÍGUEZ, Camilo Martínez. **La construcción del Estado Oriental del Uruguay (c. 1853-1893)**: otra mirada con foco en la evolución histórica de sus funciones. 2019. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Historia Económica y Social, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Montevideo, 2019.

ROSA, José Maria. **La Guerra del Paraguay y las montoneras argentinas**. Buenos Aires: Hyspamerica, 1985.

ROSA, Lilian da e SILVA, Ligia Maria Osório. Ascensão e Declínio da Exportação Ervateira da província do Rio Grande do Sul na segunda metade do oitocentos. **Geosul**, Florianópolis, v. 34, n. 72, p. 435-458, mai./ago. 2019.

ROSAL, Miguel; SCHMIT, Roberto. Del reformismo colonial borbónico al librecomercio: las exportaciones pecuarias del río de la plata (1768-1854). **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"**, Buenos Aires, Tercera serie, n. 3, p. 69-109, 2º sem. 1999.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAMBUCCETTI, Susana Irene Rato de. **Urquiza y Maua**: El Mercosul del Siglo XIX. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 1999.

SANTOS, Milton. O Espaço como Instância Social. In: SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. Cap. 13. p. 177-188.

SCHMIT, Roberto. **Historia del capitalismo agrario pampeano**. Los límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense, Entre Ríos 1852-1872. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.

SCHMIT, Roberto. **Historia del capitalismo agrario pampeano**. Los límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense, Entre Ríos 1852-1872. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores; Universidad de Belgrano, 2008.

SCHMIT, Roberto. **Ruina y resurrección en tiempos de guerra**: Sociedad, economía y poder en el Oriente Entrerriano posrevolucionario, 1810-1852. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

SCHULZ, John. **A crise financeira da abolição**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2013a.

SCHULZ, John. Souza Franco and Banks of Issue as Engines of Growth. **História e Economia**: Revista Interdisciplinar. v. 11 n. 1, 2013b. Disponível em: <https://www.historiaeconomia.pt/index.php/he/article/view/92> Acesso em 31 out. 2021.

SCOBIE, James R.. **La lucha por la consolidación de la nacionalidad argentina (1852-1862)**. 2. ed. Buenos Aires: Librería Hachette, 1964. (El pasado argentino).

SILVA, Anderson Caputo. Origem e história da dívida pública no Brasil até 1963. In: CARVALHO, Lena Oliveira de; MEDEIROS, Otavio Ladeira de (Org.). **Dívida Pública**: a experiência brasileira. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional: Banco

Mundial, 2009. p. 33-56. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/divida-publica-experiencia-brasileira/2009/30>. Acesso em 07 jun. 2021.

SILVA, Matheus Luís da. **Trajetória e atuação política de Antônio de Sousa Netto (1835-1866)**. Dissertação (Mestrado em História). Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

SOARES, Teixeira. **Diplomacia do Império no Rio da Prata: até 1865**. Rio de Janeiro: Editora Brand Ltda., 1955.

SOARES, Teixeira. Mauá, o Uruguai e o Brasil (1851-1875). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 209, p. 3-213, out-dez. 1950. Trimestral.

SOARES, Teixeira. **O gigante e o rio: ação de Mauá no Uruguai e Argentina (1851-1878)**. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira e Artes Gráficas, 1957.

SORDI, Gabriel. O Historiador Alexandre Dumas, defensor do Uruguai. **9º Encontro Internacional da ANPLAC**. 26 a 29 de julho de 2020. Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Disponível em:

<http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/Sordi%20G.pdf>. Acesso em 31 out. 2021.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Joanna Santos de. **A Diplomacia do Patacão: queda de Rosas e a nova configuração de forças no Prata (1850-1858)**. 2013. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Departamento de Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOUZA, José Antônio S. de. **A vida do Visconde do Uruguai: (1807-1866)**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. (Brasiliense. Série 5ª Vol. 243).

SUMMERHILL, William R. **Inglorious Revolution: Political Institutions, Sovereign Debt, and Financial Underdevelopment in Imperial Brazil**. New Haven: Yale University Press, 2015

TAMAE, Rafael da Fonseca. **A política externa do Brasil Império e a Guerra contra Oribe e Rosas: um estudo sobre o debate político na intervenção de 1851**. Dissertação (Mestrado em História Social). São Paulo: USP-FFLCH, 2020. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-05112020-204810/publico/2020_RafaelDaFonsecaTamae_VCorr.pdf. Acesso em 31 out. 2021.

TEIXEIRA, Fabiano Barcellos. **A Primeira Guerra do Paraguai: a expedição naval do império do Brasil a assunção [1854-5]**. 2012. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. Tradução de Geraldo Gerson de Souza.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico**: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. 505 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VEGÉCIO. **Compêndio da arte militar**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga.

VILLELA, André. Distribuição Regional das Receitas e Despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. **Est. econ.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, abril/junho, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-System Analysis: An Introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WALTZ, Kenneth Neal. **O homem, o estado e a guerra**: uma análise teórica. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WASSERMAN, Claudia (org.). A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: WASSERMAN, Claudia. **História da América Latina**: cinco séculos (temas e problemas). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 177-214.

WEINBERG, Gregorio. Estudio preliminar. In: FRAGUEIRO, Mariano. **Cuestiones argentinas y organización del crédito**. Buenos Aires: Solar/Hachete, 1976. p. 7-98.

WINN, Peter. **El Imperio Informal Británico en el Uruguay en el siglo XIX**. Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 1975. Traducción de José de Torres Wilson.

ZABIELA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites**. 2002. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

APÊNDICE A – ARQUIVOS E UNIDADES PESQUISADOS

RIO DE JANEIRO

Biblioteca Nacional do Brasil (BNB) (sessão de manuscritos):

Coleção Tobias Monteiro

- Série: Correspondências
- Série: Diversos
- Série: Pesquisas e anotações
- Série: Barão de Penedo
- Série: Duque de Caxias
- Série: Marquês de Olinda
- Série: Visconde do Uruguai

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB):

- Lata 515 pasta 8 – 77 docs. Palácio San José.
- Lata 515 pasta 15 – 2 docs. empréstimos ao Uruguai.
- Lata 378 livro 02 – docs. 2-4 1871-1873 – papeis da reclamação de Mauá contra o governo uruguaio.
- Lata 515 pasta 6 – empréstimo ao Uruguai 1863-1871.
- Lata 516 pasta 5 – papel moeda emitido pelo Banco Mauá de Montevideu e Rosário.

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI):

Inventário do Arquivo Histórico do Itamaraty no Rio de Janeiro

(Documentação entre 1822 a 1889)

- Documentação recolhida das legações brasileiras no estrangeiro – 401.3.17
- Documentação recolhida das legações brasileiras no estrangeiro – 404.3.27
- Missões especiais estrangeiras no Brasil – 273.1.13
- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 3 V. 5
- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 4 V. 6
- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 19 V. 14
- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 19 V. 41

- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 19 V. 42
- Atos, acordos e tratados bilaterais - P. 20 V. 18
- Pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (1842-1889) – 342.2.2
- Pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (1842-1889) - 342.2.3
- Pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (1842-1889) – 342.2.4
- Pareceres da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (1842-1889) - 342.2.7

Missão Especial de Honório Hermeto Carneiro Leão ao Rio da Prata

- Ofícios ostensivos recebidos do Chefe da Missão – 272.1.1
- Ofícios confidenciais recebidos do Chefe da Missão – 272.1 .2
- Livro de registro dos despachos dirigidos ao Chefe da Missão -272.1.3
- Minutas dos despachos dirigidos ao Chefe da Missão – 272.1.4
- Correspondência da Legação do Império do Brasil na República Oriental do Uruguai (1851-1852) - Ofícios reservados e confidenciais recebidos do Encarregado de Negócios – 222.4.6

BUENOS AIRES

Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (AMREC):

Confederación Argentina 1852-1860

- Caja 6 - Ministerio de Hacienda
- Caja 17 - Brasil - Río Guido Buschenthal argentinos
- Caja 18 - Brasil - Misión Peña 1858 Legación Arredondo 1859
- Caja 19 - Brasil - Legación del Imperio e Consulados Imperiales
- Caja 28 - Uruguay (III)
- Caja 38 - Gran-Bretaña (II)
- Caja 42 - Presidencia de Derqui
- Caja 44 – Confederación

Diplomática y Consular

- Caja 32 Brasil 1 1862-64
- Caja 33 Brasil 2 1865-66
- Caja 35 Brasil 4 1869-70

Guerra de la Triple Alianza 1864-1904

- Deuda del Paraguay
- Legación Argentina en el Brasil
- Triple Alianza

Archivo General de la Nación (AGN/AR):

- SALA 10 19-01-05
- SALA III 59-05-02
- SALA X 42-01-10 – División Nacional – Sección de Gobierno – Confederación Nacional – Relaciones Exteriores 1859-1861 – 3580

Fondo General J. J. de Urquiza

- Leyes, decretos y proclamas – Legajo 341 - 1823-1870-S/F - SALA VII 1803.

Fondo Juan Francisco Seguí

- Correspondencia - 1844-1890-S/F - SALA VII 339.

Fondo y colección Andrés Bello

- Colección de documentos – legajo 45 1850-1891-S/F - SALA VII 2648.
- Colección de documentos. Legajo 55. 1882-S/F - SALA VII 2658.
- Colección de documentos. Legajo 79. Años 1854-1899-S/F. SALA VII 2682.
- Documentos variados. Legajo 46. 1828-1854 y S/F. SALA VII 2649.
- Fondo y colección de documentos – Legajo 38 – 1833-1869-S/F. SALA VII 2641.

Biblioteca Nacional Mariano Moreno

- monografías

Biblioteca del Congreso de la Nación

- monografías

Instituto Ravignani

- monografías
- Fundo Rufino de Elizalde

MONTEVIDEO

Archivo General de la Nación (AGN/UY):

FONDO MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

- Caja 1720 – 1848 - 1849
- Caja 1721 – 1850 - 1851
- Caja 1722 (1851 – 1852)
- Caja 1733 – 1848 - 1851
- Caja 1734 – 1852 – 1862

Legación del Uruguay en el Brasil

- Caja 106 – 1852-1855 *
- Caja 108 – 1859-1860
- Caja 101 – 1873-1879
- Caja 92 – 1857/1859-1882 *
- Caja 103 – 1883-1887 *
- Caja 105 – 1888-1890 *
- Caja 100 – 1890-1892
- Caja 97 – 1901-1905 *
- Caja 95 – 1905-1908

Legación del Brasil en el Uruguay

- Caja 125 – 1850-1855 *
- Caja 126 – 1856-1860 *
- Caja 112 – 1865-1867 *
- Caja 128 – 1869-1872

- Caja 124 – 1876-1877
- Caja 127 – 1877-1881
- Caja 130 – 1888-1890
- Caja 115 – 1890-1892
- Caja 117 – 1892-1894
- Caja 116 – 1899-1901 *

Consulados del Uruguay en el Brasil

- Caja 154 - 1907, 1908

Museo Histórico Nacional (MHN):

FONDOS (ARCHIVOS)

- /01317 Archivo Lamas, Andrés? 1852-1861 Expediente relacionado con el manejo de fondos provenientes de los préstamos del Imperio del Brasil

COLECCIONES

- /00958 República Oriental del Uruguay 1794 Documentos para su historia. T. XI. Maza, F. S. de la
- /04008 Palomeque, Alberto 1851 Tratados. Fin de la Guerra Grande. Convenios y Ratificaciones. República Oriental del Uruguay. El imperio de Brasil y las provincias de Entre Ríos y Corrientes

INSTITUCIONES

- R/3/086 Blanco Acevedo, Pablo 1848-1851. Rosina Pérez Butler de Blanco Acevedo. Archivo Manuel Herrera y Obes. Documentos relativos a las negociaciones diplomáticas realizadas en Río de Janeiro por Andrés Lamas. T. IV.
- /00311 Palomeque, Alberto 1847-1851. República Oriental del Uruguay. Documentos para su Historia Diplomática. Textos de proposiciones de paz, tratados y convenciones.
- /01322 Deuda Uruguay con el Brasil 1851-1901 Cuadros sobre los préstamos otorgados y cursos de la deuda entre esos años. T. V.

- /01318 Deuda Uruguay con el Brasil 1851-1858 Juan E. Pivel Devoto Documentos relacionados con las obligaciones contraídas en esos años. T. I.
- /01320 Deuda Uruguay con el Brasil 1858-1872 Juan E. Pivel Devoto Documentos relacionados con las obligaciones contraídas en esos años. T. III.
- /01319 Deuda Uruguay con el Brasil 1865-1868 Juan E. Pivel Devoto Documentos relacionados con los préstamos otorgados entre esos años. T. II.
- /01321 Deuda Uruguay con el Brasil 1881-1897 Juan E. Pivel Devoto Tomás Villalba. Memorias sobre el origen, monto, clasificación y curso de la deuda. Planillas y cuadros. T. IV.

Arquivos digitais:

- Relatórios Ministeriais do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil apresentados à Assembleia Geral Legislativa (<http://ddsnext.crl.edu/titles/105>)
- Anais do Parlamento Brasileiro (<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Annaes-do-parlamento/132489>)

APÊNCIDE B – A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO NO URUGUAI

Quadro 13 – Diplomacia do Patação ao Uruguai (1850-1867)

Tipo de documento	Data	Parcelas mensais	Valor	Moeda	Total
Contrato	1850.09.06	13	18.000	pesos fortes	234.000
Contrato	1850.12.01	9	4.000	pesos fortes	36.000
Convenção	1851.10.12	1	138.000	patações	138.000
		10	60.000	patações	600.000
Notas reversais Convenção	1854.01.31 1854.06.01	12	60.000	patações	720.000
Protocolo	1858.01.29	1	110.000	patações	110.000
Convenção	1865.05.08	2	200.000	pesos fortes	600.000
		2	100.000	pesos fortes	
Protocolo	1865.11.22	4	50.000	pesos fortes	200.000
Protocolo	1867.01.15	6	30.000	pesos fortes	180.000
	TOTAL (PESOS)		1.250.000		
	TOTAL (PATAÇÕES)		1.568.000		

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE C – A DIPLOMACIA DO PATAÇÃO NA ARGENTINA

Quadro 14 - Diplomacia do Patação à Argentina (1850-1866)

Tipo de documento	Data	Parcelas mensais	Valor	Moeda	Total
Convênio	1851.11.21	4	100.000	patações	400.000
Protocolo	1857.11.27	1	100.000	patações	300.000
		5	40.000		
Protocolo	1865.05.31	4	250.000	pesos fortes	1.000.000
Protocolo	1866.02.01	1	200.000	pesos fortes	1.000.000
		2	250.000		
		1	300.000		
	TOTAL (PESOS)		2.000.000		
	TOTAL (PATAÇÕES)		700.000		

Fonte: Elaboração própria.

APÊNDICE D – PARTICIPAÇÕES DE IRINEU EVANGELISTA DE SOUZA NA DIPLOMACIA DO PATAÇÃO

Quadro 15 – Contratos de Irineu Evangelista de Souza no Uruguai e na Argentina (1850-1860)

Data	Papel	Valor	País estrangeiro
06/09/1850	Intermediário	234.000 pesos fortes	Uruguai
07/09/1850	Negociante	1.220.000 francos	Uruguai
01/12/1850	Intermediário	36.000 pesos fortes	Uruguai
09/05/1853	Negociante	84.000 pesos fortes	Uruguai
01/1855	Negociante	400.000 patações	Uruguai
07/10/1857	Banqueiro/intermediário	Quanto fosse solicitado	Uruguai
27/11/1857	Banqueiro/intermediário (comissão 1,5%)	300.000 patações	Confederação Argentina
03/05/1860	Banqueiro	mensalidades de 110.000 pesos + 300.000 pesos	Uruguai

Fonte: Elaboração própria. Barrera, 2015.

ANEXO A - EMPRÉSTIMOS DO BRASIL À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI ENTRE 1850 E 1861

Quadro 16 - Empréstimos do Brasil à República Oriental do Uruguai entre 1850 e 1861
Quadro dos empréstimos feitos pelo governo imperial á Republica Oriental do Uruguai em virtude da Convenção de 12 de Outubro de 1851, da lei n. 723 de 30 de Novembro de 1853, e do protocolo convencionado em Montevideu a 29 de Janeiro de 1858; bem como dos juros decorridos das datas das entregas feitas pelo tesouro nacional nesta corte nesta corte e pela legação deste Império em Montevideu até 31 de Dezembro de 1861.

EMPRÉSTIMOS			DATAS DAS ENTREGAS			TEMPO A CONTAR		IMPORTÂNCIA DOS JUROS DE 6% ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 1861	
	QUANTIAS		ANOS	MESES	DIAS	ANOS	DIAS	PATACÕES	Centésimos
	PATACÕES	Centésimos							
CONVENÇÃO DE 12 DE OUTUBRO DE 1851	138.000	-	1851	Outubro	21	10	72	84.443	31
	282.041	-	"	Novembro	1	10	61	172.048	6
	120.000	-	"	Dezembro	9	10	23	72.453	69
	60.000	-	1852	Janeiro	14	9	353	35.872	13
	60.000	-	"	Fevereiro	9	9	327	35.616	39
	60.000	-	"	Março	12	9	295	35.301	63
	180.000	-	"	Julho	2	9	183	102.600	-
	120.000	-	"	Outubro	15	9	78	66.334	42
LEI N. 723 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1853	60.000	-	1854	Janeiro	31	7	335	68.504	11
	60.000	-	"	Março	3	7	304	28.198	35
	30.000	-	"	Abril	1	7	275	13.956	16
	98.207	-	"	"	28	7	248	45.247	33
	30.000	-	"	Maiο	2	7	244	13.803	29
	90.000	-	"	Junho	1	7	214	40.966	3
	120.000	-	"	Julho	1	7	184	54.029	59
	60.000	-	"	Agosto	1	7	153	26.709	4
	60.000	-	"	Setembro	1	7	122	26.403	29
	60.000	-	"	Outubro	2	7	91	26.097	53
	51.793	-	"	Novembro	2	7	60	22.259	74
PROTOCOLO DE 29 JAN. 1858	119.450	-	1858	Fevereiro	3	3	332	28.020	3
1.859.491			-					998.854 ¹	12
RECAPITULAÇÃO									
Capital Juros			PATACÕES					RÉIS	
			1.859.491 -					3.570:222\$720	
			998.854 12					1.917:799\$910	
			2.858.345 12					5.488:022\$630	

Fonte: Adaptado de BRASIL, RRNE, 1862, anexo 1, n. 22.

¹ A soma dos juros em patacões seria 998.858, mas o quadro foi reproduzido aqui com os dados exatamente iguais aos publicados pela fonte.

ANEXO B – EMPRÉSTIMOS DO BRASIL À CONFEDERAÇÃO ARGENTINA ENTRE 1851 E 1858

Quadro 17 - Empréstimos do Brasil à Confederação Argentina entre 1851 e 1858

Quantias dos empréstimos feitos pelo Governo Imperial ao da Confederação Argentina, a saber: de 400 mil patações, em virtude do Artigo 6º do Convenio especial de 21 de Novembro de 1851 e Artigo adicional de 25 do mesmo, com os juros estipulados no Artigo 7º do Convenio, a partir das datas das entregas a 31 de dezembro de 1863; e de 314 mil patações, com juros de 1º de janeiro de 1860 até 31 de dezembro de 1863, em virtude do acordo celebrado no Paraná entre Plenipotenciário Brasileiro e aquele Governo, reduzido a Protocolo em 27 de Novembro de 1854.

QUANTIAS EMPRESTADAS			DATAS DAS ENTREGAS			TEMPO A CONTAR		TOTAL DOS JUROS		
Patações		Centésimos	Anos	Meses	Dias	Anos	Dias	Patações	Cent.	
Primeiro empréstimo com juros de 6%	100.000	-	1851	Dezembro	4	12	28	72.460	27	
	100.000	-	1852	Janeiro	5	11	362	71.934	42	
	100.000	-	"	Fevereiro	4	11	332	71.442	62	
	100.000	-	"	Março	5	11	302	70.950	82	
Segundo empréstimo sem juros até Dezembro de 1859	101.500		1857	Dezembro	1	Estas quantias montam a 314.000 patações, cujos juros vão contados do 1º de Janeiro de 1860 a 31 de Dezembro de 1863		75.360	-	
	43.750 ²		"	"	24					
	43.750		1858	Janeiro	31					
	41.666	66 2/3	"	Fevereiro	28					
	41.666	66 2/3	"	Março	31					
	41.666	66 2/3	"	Abril	28					
	714.000								362.148	13
Recapitulação										
Capital Juros			Patações		Cent.	Réis				
			714.000			1.370:880\$000				
			362.148		13	695:324\$409				
			1.076.148		13	2.066:204\$409				
N3. A quantia de 14.000 patações excedente de 300.000, em que importa o último empréstimo, provém do seguinte:										
Comissão de 1 1/2 % sobre o pagamento da primeira prestação de 100.000 patações								\$ 1:500		
Diferença entre o valor de 1\$920 rs e o de 2\$000 rs porque o Tesouro pagou as letras da 3ª e da 4ª prestação								\$ 7:500		
Diferença entre o valor de 1\$920 rs e o de 2\$000 rs porque foram pagas as letras das últimas prestações								\$ 5:000		
								\$ 14:000		

FONTE: Adaptado de AHI, 342-2-2, nº. 299.

² No documento esse valor conta como 143.750, mas entendemos que é um erro do documento, já que ele indica que o somatório deveria 314 mil patações, e o protocolo a que se refere indica que seria feito um pagamento de 100 mil patações, e cinco de 40 mil. O Protocolo citado encontra-se em (BRASIL, RRNE, 1858, anexo H, n. 8).

ANEXO C - SUBSÍDIOS PAGOS PELO BRASIL À REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI EM 1854

Quadro 18 - Subsídios pagos pelo Brasil à República Oriental do Uruguai em 1854

Conta das quantias adiantadas pelo governo do Brasil à República Oriental do Uruguay em virtude da autorização concedida ao governo imperial pela lei nº 723 de 30 de Setembro de 1853.

1854			Patações	Réis
Fevereiro	25	Prestação de Dezembro de 1853 e Janeiro de 1854 na razão de 30.000 patações por mez	60.000	115:200\$000
Março	28	Idem de Fevereiro e Março, como acima	60.000	115:200\$000
Abril	29	Idem do corrente mez de Abril	30.000	57:600\$000
Maio	29	Idem do corrente mez de Maio	30.000	57:600\$000
"	31	Pela quantia, capital, e juros que Irenêo Evangelista de Souza, havia emprestado ao governo oriental	98.207	188:557\$440
Junho	23	Resto das prestações dos mezes de Março, Abril e Maio para elevá-las a 60.000 patações por mez	90.000	172:800\$000
Julho	26	Prestações de Junho e Julho, a 60.000 patações	120.000	230:400\$000
Agosto	25	Idem do corrente mez de Agosto	60.000	115:200\$000
Setembro	23	Idem do corrente mez de Setembro	60.000	115:200\$000
Outubro	26	Idem do corrente mez de Outubro	60.000	115:200\$000
Dezembro	11	Resto da prestação do mez de Novembro	51.793	99:442\$560
			720.000	1.382:400\$000

FONTE: Adaptado de BRASIL, RRNE, 1855, anexo O, n. 11.

**ANEXO D – JUROS CALCULADOS EM 1864 PARA PAGAMENTO AO BRASIL
PELO EMPRÉSTIMO DE 1851 ÀS PROVÍNCIAS DE ENTRE RIOS E
CORRIENTES**

Quadro 19 – Plano de pagamento dos juros vencidos do empréstimo de 1851 às
Províncias de Entre Rios e Corrientes - 1864

4 de Dezembro 1851	5 de Janeiro 1852	4 de Fevereiro 1852	5 de Março 1852	ano
Dez51 26d. 433 3	Jan. 25d. 416 5	Fev. 26d. 433 3	Mar. 25d. 416 5	1852 juros neste ano 22.700
Jan. 1852 500	Fev. 500	Mar. 500	Abr. 500	1853 juros s/ 400.000 24.000
Fev. 500	Mar. 500	Abr. 500	Mai. 500	1854 " 24.000
Mar. 500	Abr. 500	Mai. 500	Jun. 500	1855 " 24.000
Abr. 500	Mai. 500	Jun. 500	Jul. 500	1856 " 24.000
Mai. 500	Jun. 500	Jul. 500	Ago. 500	1857 " 24.000
Jun. 500	Jul. 500	Ago. 500	Set. 500	1858 " 24.000
Jul. 500	Ago. 500	Set. 500	Out. 500	1859 " 24.000
Ago. 500	Set. 500	Out. 500	Nov. 500	1860 juros s/ 714.000 42.840
Set. 500	Out. 500	Nov. 500	Dez. 500	1861 " 42.840
Out. 500	Nov. 500	Dez. 500		1862 " 42.840
Nov. 500	Dez. 500			1863 " 42.840
Dez. 500				1864 juros (6 meses) 21.420
6.433 3	5.916 5	5.433 3	4.916 5	383.480

Fonte: Adaptado de **[Protocollo]**, Buenos Aires, 22 jul. 1864. Localização: AMREC, Diplomatica y Consular. Caja 32 - Brasil I. 1862-1864. Carpeta "Manifiesta la satisfaccion..."; e BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, n. 205.

**ANEXO E – AMORTIZAÇÕES CALCULADAS EM 1864 PARA PAGAMENTO AO
BRASIL PELO EMPRÉSTIMO DE 1851 ÀS PROVÍNCIAS DE ENTRE RIOS E
CORRIENTES E DE 1857 À CONFEDERAÇÃO ARGENTINA**

Quadro 20 - Plano de pagamento das amortizações do empréstimo de 1851 às
Províncias de Entre Rios e Corrientes e de 1857 à Confederação Argentina - 1864

Nº	DATAS			AMORTIZAÇÃO DE CAPITAL		SALDOS		JUROS SOBRE O CAPITAL		AMORTIZAÇÃO DE JUROS VENCIDOS		SALDOS		TOTAIS	
1	1864	Set.	30	17.500	"	714.000	"	10.710	"			383.480		28.210	"
2		Dez.	31	17.500	"	696.500	"	10.447	4	20.000		363.480		47.947	4
3	1865	Mar.	31	17.500	"	679.000	"	10.185	"					27.685	"
4		Jun.	30	17.500	"	661.500	"	9.922	4	20.000		343.480		47.422	4
5		Set.	30	17.500	"	644.000	"	9.660	"					27.160	"
6		Dez.	31	17.500	"	626.500	"	9.397	4	20.000		323.480		46.897	4
7	1866	Mar.	31	17.500	"	609.000	"	9.135	"					26.635	"
8		Jun.	30	17.500	"	591.500	"	8.872	4	20.000		303.480		46.372	4
9		Set.	30	17.500	"	574.000	"	8.610	"					26.110	"
10		Dez.	31	17.500	"	556.500	"	8.347	4	20.000		283.480		45.847	4
11	1867	Mar.	31	17.500	"	539.000	"	8.085	"					25.585	"
12		Jun.	30	17.500	"	521.500	"	7.822	4	20.000		263.480		45.322	4
13		Set.	30	17.500	"	504.000	"	7.560	"					25.060	"
14		Dez.	31	17.500	"	486.500	"	7.297	4	20.000		243.480		44.797	4
15	1868	Mar.	31	17.500	"	469.000	"	7.035	"					24.535	"
16		Jun.	30	17.500	"	451.500	"	6.772	4	20.000		223.480		44.272	4
17		Set.	30	17.500	"	434.000	"	6.510	"					24.010	"
18		Dez.	31	17.500	"	416.500	"	6.247	4	20.000		203.480		43.747	4
19	1869	Mar.	31	17.500	"	399.000	"	5.985	"					23.485	"
20		Jun.	30	17.500	"	381.500	"	5.722	4	20.000		183.480		43.222	4
21		Set.	30	17.500	"	364.000	"	5.460	"					22.960	"
22		Dez.	31	17.500	"	346.500	"	5.197	4	20.000		163.480		42.697	4
23	1870	Mar.	31	17.500	"	329.000	"	4.935	"					22.435	"
24		Jun.	30	17.500	"	311.500	"	4.672	4	20.000		143.480		42.172	4
25		Set.	30	17.500	"	294.000	"	4.410	"					21.910	"
26		Dez.	31	17.500	"	276.500	"	4.147	4	20.000		123.480		41.647	4
27	1871	Mar.	31	17.500	"	259.000	"	3.885	"					21.385	"
28		Jun.	30	17.500	"	241.500	"	3.622	4	20.000		103.480		41.122	4
29		Set.	30	17.500	"	224.000	"	3.360	"					20.860	"
30		Dez.	31	17.500	"	206.500	"	3.097	4	20.000		83.480		40.597	4
31	1872	Mar.	31	17.500	"	189.000	"	2.835	"					20.335	"
32		Jun.	30	17.500	"	171.500	"	2.572	4	20.000		63.480		40.072	4
33		Set.	30	17.500	"	154.000	"	2.310	"					19.810	"
34		Dez.	31	17.500	"	136.500	"	2.047	4	20.000		43.480		39.547	4

35	1873	Mar.	31	17.500	"	119.000	"	1.785	"				19.285	"
36		Jun.	30	17.500	"	101.500	"	1.522	4	20.000		23.480	39.022	4
37		Set.	30	17.500	"	84.000	"	1.260	"				18.760	"
38		Dez.	31	17.500	"	66.500	"	997	4	20.000		3.480	38.497	4
39	1874	Mar.	31	17.500	"	49.000	"	735	"				18.235	"
40		Jun.	30	31.500	"	31.500	"	472	4	3.480			35.452	4
				714.000				223.650 ³		383.480			1.321.130 ⁴	

Fonte: Adaptado de **[Protocollo]**, Buenos Aires, 22 jul. 1864. Localização: AMREC, Diplomatica y Consular. Caja 32 - Brasil I. 1862-1864. Carpeta "Manifiesta la satisfaccion..."; e BRASIL, RRNE, 1865, anexo 1, n. 205.

³ O somatório seria 223.640, mas reproduzimos conforme o documento.

⁴ O somatório seria 1.321.120, mas reproduzimos conforme o documento.

ANEXO F – CONVENÇÃO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY, SOBRE SUBSÍDIO A ESSA REPÚBLICA

Nós o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, aprovação e ratificação virem que aos doze dias do corrente mez e anno se concluiu e assignou nesta côrte do Rio de Janeiro entre nós e o presidente da Republica Oriental do Uruguay, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos necessarios plenos poderes, uma convenção para regular a prestação, por parte do Brasil, de soccorros os pecuniarios ao governo da dita República, cujo teor é o seguinte:

Em nome da Santíssima e Indivisivel Trindade.

Reconhecendo Sua Majestade o Imperador do Brasil e o presidente da República do Uruguay, que o estado actual de deficiencia de recursos pecuniarios, a que se acha reduzida a dita Republica, resultante da prolongada e calamitosa luta que tem sustentado, é o principal e mais serio obstaculo a que seja esse Estado pacificado, e organizado sólida e convenientemente, e mantida e preservada a sua independencia, e querendo evitar que se perpetue a guerra civil, e renasça a anarchia fatal á mesma República, e ao Império, perdido assim o fructo dos sacrificios até hoje feitos e mallograda a política adoptada para conseguir uma paz e tranquillidade duradoura, convierão em ajustar e regular a prestação de soccorros pecuniarios ao governo da dita República Oriental do Uruguay, e as garantias que esta deverá prestar ao do Brasil. Para esse fim nomearão por seus plenipotenciarios a saber:

Sua Majestade o Imperador do Brasil ao Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Paulino José Soares de Souza, do seu conselho, senador do Império, gran cruz da ordem real de S. Januario, official da ordem imperial do Cruzeiro, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, ministro e secretario d'estado dos negócios estrangeiros.

E o Presidente da Republica Oriental do Uruguay o Sr. D. Andrés Lamas, Presidente do instituto historico geographico da Republica, membro fundador do de instrucção publica, e do conselho Universitario, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto de Sua Magestade o Imperador do Brasil; os quaes depois de terem trocado os seus plenos poderes respectivos, que forão achados em boa e devida forma, convierão nos artigos seguintes:

ARTIGO I.

O governo de Sua Magestade o Imperador fornecerá, por emprestimo, ao da Republica Oriental do Uruguay a quantia mensal de sessenta mil patações, a contar do primeiro do proximo mez de Novembro em diante.

ARTIGO II.

Estas prestações durarão por tanto tempo quanto o governo de Sua Magestade o Imperador julgar conveniente: não podendo porém retirar-las, sem previo aviso feito tres mezes antes.

ARTIGO III.

Além dessa quantia, prestará mais por uma vez, a somma de cento e trinta e oito mil patações, para fazer face a despesas extraordinarias, e ás feitas nos mezes de Julho, Agosto, Setembro e Outubro corrente.

ARTIGO IV.

As prestações e a somma de que tratão os artigos antecedentes, serão entregues (as primeiras no principio de cada mez) ao enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica Oriental do Uruguay, ou á pessoa que o governo da Republica indicar.

ARTIGO V.

Os documentos das entrega das prestações e da somma acima mencionada servirão de titulo de divida do governo oriental para com o do Brasil, afim de serem regularisados e pagos em tempo competente, e vencerão o juro de seis por cento ao anno, contados da sua data.

ARTIGO VI.

A Republica Oriental do Uruguay se reconhece e declara devedora ao governo do Brasil da quantia de duzentos e oitenta e oito mil setecentos e noventa e um pesos fortes provenientes de empréstimos que este lhe tem feito até esta data, e dos juros correspondentes, contados até o dia primeiro de Novembro proximo futuro, ficando por esta convenção de nenhum vigor os contractos em virtude dos quaes forão feitos aquelles empréstimos. Aquella somma de duzentos e oitenta e oito mil setecentos e noventa e um pesos fortes vencerá o juro de seis por cento daquella data do primeiro de Novembro proximo futuro em diante.

ARTIGO VII.

Consequindo o governo oriental um empréstimo por qualquer meio, os fundos que por elle houver serão precipuamente e logo applicados ao reembolso de todas as sommas de que se reconhece e declara devedor nesta convenção.

ARTIGO VIII.

Não poderá prevalecer contra o pagamento dessas sommas, ainda a título de compensação, a que o governo oriental entenda ter direito contra o Brasil.

ARTIGO IX.

As prestações mensaes concedidas pelo artigo segundo não poderão ser applicadas ao pagamento de dividas anteriores, nem no todo nem em parte, nem poderão ser consumidas por antecipação. Serão exclusivamente applicadas ás despesas futuras das repartições da guerra, estrangeiros e governo, e ás que exigirem as operações de que trata o artigo quatorze.

ARTIGO X.

Para o exacto e pontual pagamento das sommas e juros de que trata e a que se refere esta convenção, o governo da Republica Oriental do Uruguay obriga e hypotheca todas as rendas do Estado, todas as contribuições directas e indirectas, e especialmente os direitos da alfandega.

ARTIGO XI.

O governo da Republica Oriental do Uruguay, logo que fôrem realizadas as disposições de fazenda, de que abaixo se trata, e logo que o rendimento da alfandega de Montevidéo fique desembaraçado de empenhos anteriores, aos quaes esteja particularmente obrigado, applicará a parte desse mesmo rendimento que fôr convencionada ao pagamento dos juros e amortização das quantias de que trata esta convenção, não sendo a amortização em caso algum menor de cinco por cento por anno. As sommas destinadas ao pagamento dos ditos juros e amortização serão entregues mensal ou semanalmente, segundo então se accordar, pelo thesoureiro da sobredita alfandega ao ministro do Brasil em Montevidéo, ou á pessoa que o governo imperial designar, correndo por conta do governo oriental a despesa do movimento de fundos de Montevidéo para o Rio de Janeiro.

ARTIGO XII.

Essa parte de rendimento de que trata o artigo antecedente será invariável, e com ella se augmentará a amortização do capital á medida que annualmente fôr diminuindo a importancia aos juros.

ARTIGO XIII.

Se o governo da Republica julgar preferivel descontar-se-ha proporcionalmente das prestações de que trata o artigo primeiro, se ainda tiverem lugar, a importancia da parte do rendimento da alfandega que deve entregar em virtude do artigo onze para o pagamento dos juros e amorização.

ARTIGO XIV.

Para garantia das sommas prestadas pelo governo imperial ao governo oriental e seus juros, e para melhor assegurar a reconstrucção da nacionalidade oriental, o governo da Republica se compromette:

1.º A declarar em liquidação no primeiro de Janeiro de mil oitocentos e cincoenta e dous, toda a divida da Republica.

2.º A nomear para a liquidação e classificação da divida uma junta de credito publico, composta de cinco membros, dos quaes um será apresentado pelo ministro brasileiro em Montevidéo.

3.º A converter nos primeiros seis mezes do anno proximo de mil oito centos e cincoenta e dous, toda a divida do Estado em titulos de divida publica consolidada com juros de seis por cento ou de tres por cento, fazendo com os credores os arranjos que julgar convenientes, ou sendo isso impraticavel, pelo meio da lei.

4.º Liquidada, reconhecida e classificada a divida e inscripta no grande livro da divida publica, que será creado, a encerrar a contabilidade, dando por terminado todo o expediente actual.

5.º A fixar um prazo determinado para a apresentação dos documentos da divida actual, que devem converter-se em titulos de divida consolidada.

ARTIGO XV.

Para mais claramente fixar a base do systema regular em que vai entrar, chegado o termo das calamidades que tem perturbado a Republica e uma importante garantia dos empenhos que contrahe por esta convenção, o governo oriental espontaneamente, se obriga a tomar todas as medidas da sua competencia para que tenha infalivel e inteiro cumprimento a parte do artigo oitenta e dous, capitulo terceiro, secção septima da constituição, que ordena a apresentação annual do orçamento e das contas das despesas publicas á assemblea geral, e outrosim a não contrahir divida alguma, nem a reconhecê-la e inscrevê-la no grande livro, depois de terminadas as operações de que trata o artigo quatorze desta convenção, sem uma resolução especial da referida assembléa.

ARTIGO XVI.

A troca de ratificações da presente convenção será feita em Montevidéo no prazo de trinta dias contados da sua data, ou antes, se fôr possivel.

Em testemunho do que nós abaixo assignados, plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil e do Presidente da Republica Oriental do Uruguay, em virtude dos nossos plenos poderes, assignamos a presente convenção com os nossos punhos, e lhe fizemos pôr o sello de nossas armas.

Feita na cidade do Rio de Janeiro aos doze do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e um.

(L. S.) Paulino José Soares de Souza

(L. S.) Andres Lamas

E sendo-nos presente a mesma convenção cujo teor fica acima inserido e bem visto, considerado e examinado por nós tudo o que nella se contém, a approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um de seus artigos e estipulações, e pela presente a damos por firme e valiosa para produzir o seu devido effeito; promettendo em fé e palavra imperial observa-la e cumpri-la inviolavelmente, e faze-la cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta por nós assignada, passada com o sello grande das armas do Imperio e referendada pelo nosso ministro e secretario de estado abaixo assignado. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, nos treze dias do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e cincoenta e um.

(L.S.)

PEDRO, Imperador (com guarda).

Visconde de Mont'Alegre.